

O
CÂNON
DO
VELHO E NOVO TESTAMENTOS
DETERMINADO
OU
A BÍBLIA COMPLETA
SEM O
APÓCRIFA E AS TRADIÇÕES NÃO ESCRITAS

ARCHIBALD ALEXANDER

PREFÁCIO

NESTA edição, a obra tem sido cuidadosamente revisada pelo autor, e muitas adições feitas aos testemunhos aduzidos nas primeiras edições; e também, vários documentos importantes não contidos nas primeiras edições têm sido colocados no Apêndice. Algumas alterações também têm sido feitas em passagens particulares, mas não de importância suficiente para requerer especificação.

Na edição de Londres desta obra, pelo Rev. Doutor Morison, algumas reclamações foram feitas pela falta de referências suficientemente distintas, aos autores cujos testemunhos têm sido tomados. Em muitos casos, as obras das quais eles têm sido derivados são mencionadas; e numa dissertação popular deste tipo, que tem mais o caráter de uma compilação do que de uma obra de pesquisa original, não é considerado importante encher a margem com muitas notas de referência, as quais, de fato, são raramente usadas quando muito abundantes.

O autor valeu-se livremente de todas as informações dentro de seu alcance; mas os autores a quem ele está especialmente em dívida são a *Scholastic History of the Canon of the Old Testament* de Cosins, o *New Method of Settling the Canon of the New Testament* de Jones, a *Credibility of the Gospel History* de Lardner, *The Isagoge* de Buddæus, *The Thesaurus Philologicus* de Hottinger, e a *Connection* de Prideaux. A obra do Dr. Wordsworth sobre o Cânon do Velho e Novo Testamentos, e a *Reliquie* de Routh também têm sido consultadas. Várias obras valiosas sobre o Cânon têm sido publicadas na Grã-Bretanha, e também neste país, desde a primeira edição desta obra; mas, embora mais valiosas para o erudito, nenhuma delas, no julgamento do autor, são tais que superam esta como uma dissertação popular, que pode ser lida com vantagem tanto pelo leigo quanto pelo erudito. Na edição escocesa desta obra, cuja cópia o autor tem visto, há um importante erro ao dar o nome cristão do autor na página de título. Ao invés de *Archibald*, eles têm colocado *Alexander*, fazendo o primeiro e segundo nomes iguais. A única razão para mencionar isto é para que nenhuma dúvida surja doravante com respeito à autoria genuína do volume.

Como o desígnio desta obra é estabelecer onde a revelação de Deus deve ser encontrada, é comumente assumido que o todo da revelação divina tem sido

confiado à escrita. Mas há muitos sob o nome de cristãos que vigorosamente mantêm que uma parte importante da vontade revelada de Deus tem sido transmitida através da Igreja por tradição. Portanto, pareceu necessário, a fim de tornar a obra completa, examinar os clamores de tradição; em que o autor tem-se afastado do método comum de tratar este assunto. E como os judeus, bem como os romaniístas, pretendem ter recebido uma *Lei Oral*, transmitida desde Moisés por tradição, um capítulo tem sido devotado a este assunto, e outro às tradições da Igreja de Roma.

Como a inspiração dos evangelhos de Marcos e Lucas tinha sido questionada por John David Michaelis e outros, e o autor não pôde encontrar nenhuma resposta satisfatória para as objeções deste escritor erudito, ele sentiu-se na obrigação de empreender vindicar estes livros do Novo Testamento, e provar que eles têm direito de estar no Cânon, onde, de fato, eles sempre tinham estado. E ele tem sido gratificado por aprender que seus argumentos sobre este assunto têm recebido a aprovação de homens eruditos e piedosos. O Rev. Dr. T. H. Horne tem inserido a substância deles em sua "INTRODUCTION TO THE NEW TESTAMENT", e o Rev. Richard Watson tem extraído uma parte deles e inserido em seu Dicionário Teológico.

Nunca houve um tempo quando os amigos da Bíblia como um volume inspirado tiveram uma obrigação mais importante de defendê-la do que no presente tempo. Os assaltos sobre a inspiração plenária das Escrituras sagradas são, talvez, mais perigosos, porque mais plausíveis e insidiosos, do que quando a inspiração divina é abertamente negada. Sobre este assunto, os amigos da revelação devem estar firmes, e não ceder uma polegada do fundamento até aqui ocupado pela ortodoxia. "Se os fundamentos forem destruídos, o que pode o justo fazer?"

Se este volume puder ser, em qualquer medida, útil na defesa da revelação divina, o autor não se arrepende do labor empregado nele. Com uma oração humilde por seu sucesso, ele empenha-o ao público cristão.

A. ALEXANDER

Princeton, N.J., 1 de janeiro de 1851.

INTRODUÇÃO

A IMPORTÂNCIA DE SE ESTABELECEER O VERDADEIRO CÂNON DA SANTA ESCRITURA.

A BÍBLIA inclui um grande número de livros separados, publicados em diferentes eras, durante um espaço de mais de quinze séculos. Cada um destes livros, quando primeiro publicados, formavam um volume; ou, pelo menos, os escritos de cada autor eram, no princípio, distintos; e, se eles tivessem continuado naquela forma separada, e tivessem sido transmitidos a nós em muitos volumes ao invés de em um, a autoridade deles, nesse sentido, não teria sido menor, nem sua utilidade diminuída. A coleção deles em um volume é meramente uma questão de conveniência; e se quaisquer pessoas escolherem agora publicar estes livros numa forma separada, elas não podem com propriedade ser acusadas de lançar nenhuma indignidade à Palavra de Deus.

Assim, parece que, além dos argumentos gerais para demonstrar que a Bíblia contém uma revelação divina, há necessidade de provas especiais para evidenciar que cada um dos livros agora incluídos naquele volume sagrado, tem o direito ao lugar que ele ocupa; ou, na realidade, contém uma parte daquela revelação que Deus tem dado.

Se, portanto, pudesse ser mostrado (o que, porém, nunca pode) que algum livro particular, agora incluído na Bíblia, não é autêntico, a conclusão então derivada só afetaria aquela única produção; a menos que ele fosse reconhecido como divino pelos escritores dos outros livros. O crédito do volume inteiro não seria destruído, mesmo se pudesse ser provado que metade dos livros em que ele consiste são espúrios. Infieis têm muito mais a efetivar com a derrubada da Bíblia do que eles comumente supõem. É incumbente a eles demonstrar, não somente que este ou aquele livro é falso, mas que cada uma destas produções é destituída de evidência de que ela tem sido derivada da inspiração de Deus.

Por outro lado, é manifesto que o advogado da divina revelação está limitado a defender os clamores de cada porção separada deste volume; ou rejeitar dele aquela parte que não tem evidência de origem divina. É necessário que ele seja

capaz de dar uma boa razão por que ele admite qualquer livro particular, para formar uma parte do volume inspirado.

É verdade que a antiguidade desta coleção clama para si um alto grau de respeito. A transmissão deste volume até nós, ao longo de muitos séculos, como ESCRITURA SANTA, dever-nos-ia ensinar a ser cuidadosos com a forma como nós questionamos o que é tão venerável por sua antiguidade. Mas isto só fornece um argumento presuntivo em favor de cada livro. Ele de modo algum torna toda investigação adicional desnecessária; muito menos ímpia.

É fácil conceber que livros não escritos por inspiração de Deus podem, por alguma casualidade ou equívoco, encontrar um lugar no volume sagrado. De fato, nós temos um exemplo impressionante desta mesma coisa, nas Bíblias Grega e Latina que estão agora em uso, e mantidas como sagradas por uma larga maioria daqueles que são denominados cristãos. Estas Bíblias, além dos livros que têm evidência de serem verdadeiramente inspirados, contêm um número de outros livros, cujo clamor por inspiração não pode ser sustentado por razões sólidas e satisfatórias. Esta inquirição, portanto, está longe de ser uma mera curiosidade: é, no mais alto grau, *prática*, e concerne à consciência de todo homem capaz de fazer a investigação. Nós concordamos, em geral, que a Bíblia é a palavra de Deus, e uma regra autoritativa; mas a importante questão imediatamente se apresenta: O que pertence à Bíblia? Em quais livros este volume sagrado consiste? E ela não será respondida para resolver tomá-la como ela tem sido transmitida a nós, sem adicional inquirição; pois a Bíblia tem sido transmitida a nós de várias formas diferentes. A Bíblia Vulgata Latina, que sozinha esteve em uso por centenas de anos antes da era da Reforma, e também a versão Grega do Velho Testamento, contêm muitos livros ausentes nas cópias das Escrituras Hebraicas. Agora, para determinar qual destas contém o todo dos livros inspirados dados aos judeus antes do advento de Cristo e não mais, requer pesquisa e examinação precisas. A inquirição, pois, não é opcional, mas força-se sobre homens muito conscienciosos; pois como ninguém está na liberdade para rejeitar uma sentença do volume sagrado, muito menos um livro inteiro da revelação de Deus, assim ninguém tem o direito de adicionar nada à palavra de Deus; e, por consequência, ninguém pode receber como divino o que outros têm, sem autoridade, adicionado às SANTAS ESCRITURAS. Cada homem, portanto, de acordo com sua oportunidade e capacidade, está sob uma obrigação moral de usar seus melhores esforços para definir quais livros realmente, e por direito, pertencem à

Bíblia. Um erro aqui, de cada lado, é perigoso; pois, por um lado, se nós rejeitarmos uma parte da revelação divina, nós desonramos a Deus, e privamo-nos do benefício que poderia ser derivado daquela porção de verdade divina; e, por outro lado, nós somos culpados de uma igual ofensa, e podemos sofrer uma igual injúria, por adicionar produções espúrias às Santas Escrituras; pois assim nós adulteramos e envenenamos a fonte de vida, e sujeitamos nossas consciências à autoridade de meros homens.

Eu penso, portanto, que a importância e necessidade desta inquirição deve ser evidente a toda pessoa de reflexão séria. Mas para alguns pode parecer que este assunto tem, há muito, sido definido nos mais firmes princípios; e que não pode responder a nenhuns bons propósitos por agitar questões que têm uma tendência de produzir dúvidas e deturpações nas mentes de cristãos comuns, ao invés de uma confirmação de sua fé. Em réplica à primeira parte desta objeção, eu diria que é livremente admitido que este assunto tem sido hábil e completamente discutido há muito tempo, e em quase toda era até o tempo presente; e o autor visa não mais que, nesta curta dissertação, exhibir ao inquiridor sincero, que não pode apreciar melhores meios de informação, o assunto daquelas discussões e provas, que deveriam estar na posse de todo cristão. Seu objeto não é trazer à tona nada novo, mas coletar e condensar num curto espaço, o que tem sido escrito pelo judicioso e pelo erudito, sobre este importante assunto. Mas, que essa discussão tende a induzir à dúvida, é um sentimento indigno de cristãos, que mantêm que sua religião é fundada nas melhores razões, e que são ordenados “*a dar a todo homem uma razão da esperança que está neles*”. Essa fé que é enfraquecida pela discussão é mero preconceito, e não fé verdadeira. Aqueles que recebem os mais importantes artigos de sua religião sob a confiança de autoridade humana, estão continuamente sujeitos a ser lançados em dúvida; e o único método de evitar este mal é cavar profundamente e assentar nossa fundação sobre uma rocha. Se esta objeção tivesse algum peso, ela desencorajaria todas as tentativas de estabelecer a verdade de nossa santa religião pelo argumento; e também amorteceria o espírito de livre inquirição em todo assunto importante. É verdade, porém, que o primeiro efeito de livre discussão pode ser abalar aquela *confidência fácil* que muitos homens entretêm, de que todas as suas opiniões estão corretas: mas o resultado benéfico será que, ao invés de uma persuasão, tendo não outro fundamento senão preconceito, gerará uma fé que repousa sobre a firme base da evidência.

Há, indubitavelmente, entre cristãos, uma disposição muito grande a aquiescer, sem examinação, à religião de seus progenitores. Há uma muito grande aversão àquele tipo de pesquisa, que requer tempo e labor; de forma que muitos que são completamente competentes para examinar o fundamento sobre o qual sua religião repousa, nunca tomam as dores para entrar na investigação; e deve ser lastimado, que muitos que estão bastante ocupados com especulações sobre pontos abstrusos de teologia, gastem as energias de suas mentes em assuntos que não lhes podem fornecer nenhuma forma de benefício, enquanto eles negligenciam inteiramente, ou senão superficialmente atendem a, pontos de fundamental importância.

As duas grandes questões mais merecedoras da atenção de todos os homens são: primeiro, se a Bíblia e tudo o que ela contém é de Deus; segundo, quais são aquelas verdades que a Bíblia foi intencionada a nos ensinar. Estas duas grandes inquirições são suficientes para dar ocupação e exercício vigoroso às faculdades intelectuais da mais alta ordem; e elas não são removidas inteiramente do alcance de cristãos simples não educados. Da fonte de verdade divina cada um pode tirar de acordo com sua capacidade. Mas estas inquirições são negligenciadas, não tanto por falta de tempo e capacidade, senão porque nós não tomamos prazer em pesquisar e contemplar verdade divina. Apenas em proporção a quanto os homens amam a verdade e valorizam a Bíblia, eles tomarão interesse em todas as inquirições que se relacionam à autenticidade, autoridade canônica, e correta interpretação dos livros sagrados. O tempo virá, eu não duvido, quando estes estudos ocuparão as mentes de milhares, em que eles agora engajam a atenção de alguém. A Bíblia crescerá em importância na estima dos homens, na mesma proporção em que a verdadeira religião floresce. Não será somente a moda associar-se para a impressão e circulação das Santas Escrituras; mas tornar-se-á corriqueiro para homens da mais alta consecução literária, bem como outros, estudar as páginas sagradas com incessante assiduidade e oração. E, à proporção que a Bíblia é entendida em sua simplicidade e importância, as meras doutrinas de homens desaparecerão; e os dogmas das escolas e a aliança com filosofia sendo renunciados, haverá, entre inquiridores sinceros pela verdade, uma crescente tendência à unidade de sentimento, bem como unidade de espírito. O orgulho de erudição e de intelecto sendo sacrificado, e todas as distinções contadas senão como perda para a excelência do conhecimento de Cristo, milhares de questões complicadas, que agora causam divisões e contenções de gêneros, serão esqueci-

das; e a maravilha de nossa posteridade mais iluminada será como bons homens puderam ter gastado seu tempo e seus talentos em tais especulações inúteis; e, mais especialmente, como eles puderam ter-se permitido engajar em ferozes e inimigas contensões em matérias de pouca importância.

Então, também, os homens não mais negligenciarão nem desvalorizarão as Escrituras, sob a pretensão de possuírem uma luz mais brilhante dentro deles, do que aquela que emana da palavra divina. Aquela espúria devoção que afeta uma superioridade aos meios e ordenanças externos, será trocada por uma simples e sincera confiança na vontade revelada de Deus; e aquelas assembleias das quais o volume sagrado é agora excluído, enquanto as efusões de cada imaginação ardente são consideradas revelações do Espírito, tornar-se-ão, sob a influência da verdade divina, igrejas do Deus vivo.

Naqueles dias futuros da prosperidade de Sião, o serviço ao Deus Altíssimo será considerado pelos homens, geralmente, como o mais nobre emprego; e os melhores talentos e realizações serão consagrados ao altar de Deus; e as empresas, e os labores que eles agora empreendem para gratificar uma disposição avarenta, ambiciosa e voluptuosa, serão buscadas por amor a Deus e ao homem. O comerciante planejará, e viajará, e comercializará, para obter os meios de propagar o evangelho em partes estrangeiras, e promover o conhecimento cristão no lar; sim, o laborador comum alegremente suportará trabalho e privação, a fim de ter uma moeda para lançar no tesouro do Senhor.

Agora, muitos consideram tudo o que é dado para circular a Bíblia, e enviar missionários e tratos para a instrução do ignorante, tanto quanto desperdiçado; mas, *então*, todas as despesas serão consideradas profusas e desperdiçáveis, que terminarão em mera gratificação egoísta; e aqueles fundos somente serão reconhecidos úteis, sendo aplicados para promover a glória de Deus e o bem-estar dos homens.

Estas, porém, podem parecer para muitos como as visões de uma imaginação aguçada, que nunca serão realizadas; mas se a mesma mudança nas visões e sentimentos de homens, a qual tem tomado lugar nos últimos trinta anos, continuarem a avançar com o mesmo firme ritmo, meio século não terá decorrido desde o tempo presente, antes que tal cena seja exibida aos olhos admiradores de crenças, como completamente justificarão as antecipações preditivas.

Mas eu tenho vagado largamente do meu assunto. Eu agora chamarei a atenção do leitor para a consideração da excedente e grande importância de se estabe-

lecer o verdadeiro Cânon da Santa Escritura. Esta investigação pode, de fato, parecer seca e desprazível, mas cada coisa que suporta qualquer relação ao grande Título de nossos privilégios e nossas esperanças deveria ser interessante para nós. Tem sido o meu objeto trazer este assunto não somente mais convenientemente dentro do alcance do estudante de teologia, mas também a um nível da capacidade do cristão comum. Que esta obra possa em algum modesto grau servir à causa da Bíblia, é a sincera oração de

O AUTOR.

PARTE I

O CÂNON DO VELHO TESTAMENTO

SEÇÃO I

USO PRIMITIVO E IMPORTE DA PALAVRA CÂNON.

A PALAVRA *Cânon* propriamente significa *uma regra*: e é usada neste sentido várias vezes no Novo Testamento, como Gl. 6. 16: “E a todos quantos andarem conforme esta regra”; Fp. 3. 16: “Andemos segundo a mesma regra.”¹ Mas, nestas passagens, não há referência às Escrituras como um volume.

A palavra Cânon, porém, era usada primitivamente pelos Pais cristãos para designar as Escrituras inspiradas. IRENEU, falando das Escrituras, chama-as de “o Cânon da verdade”. CLEMENTE de Alexandria, referindo-se à citação do Evangelho de acordo com os Egípcios, diz: “Mas eles seguem qualquer coisa, ao invés de seguirem os verdadeiros evangelhos canônicos.”²

EUSÉBIO diz de Orígenes: “Mas no primeiro livro de seus comentários sobre o Evangelho de Mateus, observando o Cânon eclesiástico, ele declara que ele sabia de quatro evangelhos somente.”

ATANÁSIO, em sua Epístola Festiva, fala de três tipos de livros: o canônico, os que eram permitidos de se ler, e os que eram apócrifos. Pelo primeiro ele evidentemente quer dizer tais que nós agora chamamos *canônicos*.

O Concílio de Laodiceia ordenou: “Que nada, senão os livros *canônicos*, deveria ser lido na igreja; isto é, os livros do Velho e Novo Testamentos.”

RUFINO, depois de enumerar os livros do Velho e Novo Testamentos, prossegue em mencionar três classes de livros. 1. Tais que eram incluídos no Cânon. 2. Eclesiásticos, ou tais que eram permitidos de se ler. 3. Apócrifos, tais que não eram permitidos de ser lidos publicamente.³

¹ A palavra *Kanón* literalmente significa uma *cana*, pela qual as dimensões de qualquer coisa eram medidas; e, então, ela veio figurativamente a significar uma REGRA.

A palavra era usada pelos gramáticos gregos para designar aqueles autores que eram considerados como autoridade em matérias de crítica: Vide Wordsworth sobre o Cânon, pág. 5.

² Strom. Lib. iii. p. 453.

³ Expositio in Symbolum Apostolorum, p. 26.

JERÔNIMO frequentemente fala do Cânon da Escritura, e menciona livros que poderiam ser lidos, mas que não pertenciam ao Cânon.¹

O Terceiro Concílio de Cartago ordenou: “Que nada além das Escrituras canônicas seja lido na igreja, sob o nome das Escrituras divinas.”

AGOSTINHO frequentemente faz menção das Escrituras canônicas, e do Cânon todo da Escritura, querendo designar todos os livros sagrados do Velho e Novo Testamentos. “Nós lemos de alguns”, diz ele, “que eles pesquisavam as Escrituras diariamente, se estas coisas eram assim. Quais Escrituras, eu pergunto, exceto as Escrituras canônicas da Lei e dos Profetas? A eles têm sido adicionados os Evangelhos, as Epístolas dos Apóstolos, os Atos dos Apóstolos, e o Apocalipse de João.”²

CRISÓSTOMO diz: “Eles caem em grandes absurdidades, que não seguirão o Cânon da Escritura divina, mas confiam em sua própria razão.”

ISIDORO de Pelúsio observa: “Que estas coisas são assim, nós perceberemos se nós atendermos ao Cânon da verdade—as Escrituras divinas.”

E LEÔNICIO de Constantinopla, havendo citado o catálogo inteiro dos livros da Escritura sagrada, de Gênesis a Apocalipse, conclui: “Estes são os antigos e os novos livros, que são recebidos na igreja como canônicos.”

EUSÉBIO informa-nos que Orígenes, em sua Exposição sobre Mateus “*enumera os livros da Escritura de acordo com o Cânon da Igreja*.”³

EPIFÂNIO, falando de certos hereges, diz: “*Eles receberam os Atos de André e de Tomé apócrifos, rejeitando o Cânon recebido pela Igreja*.”⁴

FILÁSTRIO fala da distinção de Canônico e Apócrifo também conhecida em seu tempo.⁵

Das autoridades citadas acima, parecerá evidentemente que, num período primitivo, as sagradas Escrituras eram cuidadosamente distinguidas de todos os outros escritos, e formavam uma regra, que todos os cristãos consideravam autoritativa; e que essa coleção de escritos sagrados recebeu o nome de Cânon.⁶

Depois de dar um catálogo dos livros do Velho e Novo Testamentos, ele diz: “*Hæc sunt quæ patres inter Canonem concluserunt*.”

¹ Prolog. Gal. in multis locis.

² *De Doctrina Christiana*, vol. iii. Lib. ii. pt. 1, p. 47. Ed. Paris. Epist. ad Hieron, 19. *Ad Paulinum*, 112.

³ Eus. Hist. Lib. vi. c. 25.

⁴ Hæres. 61.

⁵ De Hæresibus, 40.

⁶ Não pode ser negado, porém, que a palavra *Cânon* não é sempre usada pelos Pais no mesmo

A divisão dos livros sagrados, que é mais antiga e universal, é em Velho Testamento e Novo Testamento. O próprio apóstolo Paulo lança um fundamento para esta distinção; pois, em sua Segunda Epístola aos Coríntios (2 Co. 3. 14), ele usa as frases Velho Testamento e Novo Testamento; e, em uma instância, designa as Escrituras da Lei pelo primeiro título: “Porque até hoje”, diz ele, “o mesmo véu está por levantar na lição do Velho Testamento.”

É nosso objeto, nesta obra, inquirir o Cânon, ambos do Velho e Novo Testamentos, e discutir todas as principais questões conectadas com este assunto.

sentido definido. Às vezes, sob este nome, eles incluem livros que não são inspirados, e isto tem dado alguma plausibilidade à doutrina papiستا concernente ao Apócrifa.

SEÇÃO II

CONSTITUIÇÃO DO CÂNON DO VELHO TESTAMENTO POR ESDRAS—O CÂNON DO VELHO TESTAMENTO, COMO ELE AGORA EXISTE, SANCIONADO POR CRISTO E SEUS APÓSTOLOS—CATÁLOGOS DOS LIVROS POR ALGUNS DOS PAIS PRIMITIVOS—CONCORDÂNCIA DE JUDEUS E CRISTÃOS SOBRE ESTE ASSUNTO.

Os cinco livros de Moisés foram, quando finalizados, cuidadosamente depositados ao lado da arca da Aliança, Dt. 31. 24–26. “E aconteceu que, acabando Moisés de escrever num livro, todas as palavras desta lei, até se acabarem, Moisés deu ordem aos levitas, que levavam a arca da aliança do Senhor, dizendo: Tomai este livro da lei, e ponde-o ao lado da arca da aliança do Senhor vosso Deus, para que ali esteja por testemunha contra ti.”

Sem dúvida, cópias do volume sagrado foram feitas, antes dele ser depositado no mais santo lugar; pois, como ele estava ali inacessível a qualquer pessoa senão aos sacerdotes, o povo geralmente deveria ter permanecido ignorante, não tivesse havido cópias da lei. Mas nós sabemos que cópias foram escritas, pois era uma das leis com respeito à obrigação de um rei, quando um oficial fosse apontado, que ele deveria escrever uma cópia da lei com sua própria mão. Dt. 17. 18–20: “Será também que, quando se assentar sobre o trono do seu reino, então escreverá para si num livro, um traslado desta lei, do original que está diante dos sacerdotes levitas. E o terá consigo, e nele lerá todos os dias da sua vida, para que aprenda a temer ao Senhor seu Deus, para guardar todas as palavras desta lei, e estes estatutos, para cumpri-los; para que o seu coração não se levante sobre os seus irmãos, e não se aparte do mandamento, nem para a direita nem para a esquerda; para que prolonguem os seus dias no seu reino, ele e seus filhos no meio de Israel.” É relatado por Josefo que, pela direção de Moisés, uma cópia da lei foi preparada para cada uma das tribos de Israel.

Parece que o livro de Josué foi anexado ao volume do Pentateuco; pois nós lemos que “Josué escreveu estas palavras no livro da lei de Deus”. Vide Josué 1. 8; 24. 26. E as matérias contidas neste livro eram de interesse público para a na-

ção, bem como aquelas registradas na lei. Pois, como na última foram escritos estatutos e ordenanças, para dirigi-los em todas as matérias sagradas e civis, assim também no primeiro foi registrada a divisão da terra entre as tribos. A posseção de cada tribo foi aqui acuradamente definida, de forma que este livro servia como uma escritura nacional de alienação. Quando outros livros foram adicionados ao Cânon, sem dúvida, os homens inspirados que foram movidos pelo Espírito Santo para escrevê-los, seriam cuidadosos para depositar cópias no santuário, e ter outras cópias colocadas em circulação. Mas sobre este assunto nós não temos informação precisa. Nós não sabemos com que grau de cuidado os livros sagrados foram guardados, ou em que extensão cópias foram multiplicadas.

Um simples fato mostra que o autógrafo sagrado de Moisés tinha quase perecido, nos reinos idólatras de Manassés e Amom, mas foi encontrado, durante o reinado do piedoso Josias, entre os escombros do templo. Não pode, porém, ser razoavelmente suposto que não havia outras cópias da lei espalhadas pela nação. De fato, parece que o jovem rei nunca tinha visto o livro, e era ignorante de seu conteúdo, até que ele foi agora lido para ele; mas enquanto o autógrafo de Moisés tinha sido posto em um lugar errado, e enterrado entre as ruínas, muitos homens piedosos poderiam ter possuído cópias privadas.

E mesmo na destruição de Jerusalém e do templo por Nabucodonosor, este precioso volume foi, com toda a probabilidade, destruído com a arca e todo o santo aparato do santuário; porém, nós não creditamos à tradição judaica, muito prontamente recebida pelos Pais cristãos, que, nesta ocasião, todas as cópias das Escrituras foram perdidas, e que Esdras restaurou o todo por um milagre. Isto é uma mera fábula judaica, dependendo de não maior autoridade do que uma passagem no quarto livro de Esdras, e é totalmente inconsistente com fatos registrados no volume sagrado. Nós sabemos que Daniel tinha uma cópia das Escrituras, pois ele as cita, e faz expressa menção das profecias de Jeremias. E Esdras é chamado “um hábil escriba da lei”; e é dito, no sexto capítulo de Esdras, que quando o templo foi finalizado, as funções dos sacerdotes e levitas foram reguladas, *“como está escrito no livro de Moisés”*. E isto foi muitos anos antes de Esdras vir a Jerusalém. E no oitavo capítulo de Neemias, é dito que Esdras, pela solicitação do povo, “trouxe a lei perante a congregação, e ele leu nela desde a alva até ao meio-dia. E Esdras abriu o livro perante a vista de todo o povo.” É evidente, portanto, que todas as cópias das Escrituras não foram perdidas durante o cativeiro. Esta história, sem dúvida, originou-se de dois fatos: o primeiro, que os

autógrafos no templo tinham sido destruídos com aquele edifício sagrado; e o segundo, que Esdras sofreu grandes dores para ter cópias corrigidas das Escrituras preparadas e circuladas.

Parece estar de acordo entre todos, que a formação do presente Cânon do Velho Testamento deveria ser atribuído a Esdras. Para assisti-lo nesta obra, os escritores judeus informam-nos que existia em seu tempo *uma grande sinagoga*, consistindo em cento e vinte homens, incluindo Daniel e seus três amigos, Sadraque, Mesaque e Abednego; os profetas Ageu e Zacarias; e também Simão o Justo. Mas é muito absurdo supor que todos estes viveram no mesmo tempo, e formavam uma sinagoga, como eles têm o prazer de representá-la: pois, do tempo de Daniel àquele de Simão o Justo, não menos de duzentos e cinquenta anos intervieram.

Contudo, não é improvável que Esdras foi assistido nesta grande obra, por muitos homens eruditos e piedosos, que eram contemporâneos dele; e como os profetas sempre tinham sido os superintendentes, bem como escritores do volume sagrado, é provável que os homens inspirados que viveram no mesmo tempo que Esdras, dariam atenção a esta obra. Mas concernente a esta grande sinagoga, a única coisa provável é que os homens que são ditos ter pertencido a ela, não viveram em uma era, mas sucessivamente, até o tempo de Simão o Justo, que foi feito sumo sacerdote cerca de vinte e cinco anos após a morte de Alexandre o Grande. Esta opinião tem sua probabilidade aumentada pela consideração de que o Cânon do Velho Testamento parece não ter sido completado até quase o tempo de Simão o Justo. Malaquias parece ter vivido depois do tempo de Esdras, e, portanto, sua profecia não poderia ter sido adicionada ao Cânon por este eminente escriba; a menos que nós adotemos a opinião dos judeus, que consideram que Malaquias é o próprio Esdras; mantendo que, enquanto Esdras foi seu nome próprio, ele recebeu aquele de Malaquias, da circunstância dele ter sido *enviado* para superintender os interesses religiosos dos judeus; pois o importe desse nome é *um mensageiro*, ou um enviado.

Mas isto não é tudo. No livro de Neemias,¹ menção é feita ao sumo sacerdote Jadau, e de Dario Codomano, rei da Pérsia, ambos os quais viveram, pelo menos, cem anos após o tempo de Esdras. No terceiro capítulo do primeiro livro das Crônicas, a genealogia dos filhos de Zorobabel se estende até, pelo menos, o tempo de Alexandre o Grande. Este livro, portanto, não poderia ter sido coloca-

¹ Neemias 12. 22.

do no Cânon por Esdras; nem muito antes do tempo de Simão o Justo. O livro de Eêster, também, foi provavelmente adicionado durante este intervalo.

A provável conclusão, portanto, é que Esdras começou esta obra, e coletou e arranjou todos os livros sagrados que pertenciam ao Cânon antes de seu tempo, e que uma sucessão de homens piedosos e eruditos continuaram a dar atenção ao Cânon, até que o todo fosse completado, próximo do tempo de Simão o Justo. Depois disso, nada foi adicionado ao Cânon do Velho Testamento.

Muitos, porém, são de opinião de que nada foi adicionado depois que o livro de Malaquias foi escrito, exceto uns poucos nomes e notas; e que todos os livros que pertenciam ao Cânon do Velho Testamento foram coletados e inseridos no volume sagrado pelo próprio Esdras. E esta opinião parece ser a mais segura, e não é incrível em si. Ela concorda também com a uniforme tradição dos judeus, de que Esdras completou o Cânon do Velho Testamento; e que depois de Malaquias não surgiu nenhum profeta que adicionasse qualquer coisa ao volume sagrado.¹

Se os livros estivessem agora coletados num único volume, ou estivessem vinculados em vários *códices*, é uma questão sem importância. Se nós pudermos estabelecer quais livros foram recebidos como canônicos, não importa de que forma eles foram preservados. Parece provável, porém, que os livros sagrados eram, neste tempo, distribuídos em três volumes: a Lei, os Profetas, e o Hagiógrafa. Esta divisão, nós sabemos ser tão antiga quanto o tempo de nosso Salvador, pois ele diz: “São estas as palavras que vos disse estando ainda convosco: Que convinha que se cumprisse tudo o que de mim estava escrito na lei de Moisés, e nos profetas e nos Salmos.” Lucas 24. 44. Josefo também faz menção desta divisão, e os judeus consideram, com um consentimento, que Esdras é seu autor.

Ao estabelecer o Cânon do Velho Testamento, nós poderíamos laborar sob considerável incerteza e embaraço, em relação a vários livros, não fosse que tudo o que era chamado de “as Escrituras”, e que estava incluído na tripla divisão mencionada acima, recebesse a explícita sanção de nosso Senhor. Ele não hesitou em reprovar os judeus por desobedecer, interpretar erroneamente, e adicionar suas tradições às Escrituras, mas ele nunca deixou nenhuma dica de que eles tinham sido infiéis ou descuidadosos na preservação dos livros sagrados. Este ar-

¹ Os judeus estão acostumados a chamar Malaquias de “*selo* dos Profetas”. Jerônimo diz: “Post Hagæum et Zachariam nullos alios Prophetas usque ad Johannem Baptistam videram.” Isto é: “Depois de Ageu e Zacarias, até ao tempo de João Batista, eu não encontrei nenhuns outros profetas.” In Esaïam xlix. 2.

gumento para a integridade dos livros do Velho Testamento foi usado por Orígenes, como nós somos informados por Jerônimo, que diz: “Si aliquis dixerit Hebræos libros, a Judæis esse falsatos, audiat Origenem: Quod nunquam Dominus et Apostoli, qui cætera crimina in Scribis, de hoc crimine *quod est maximum*, reticuisent.” In Esai. cvi, tom. iii, p. 63. Tão longe disto, ele refere-se às Escrituras como uma regra infalível, que “deve ser cumprida”, Marcos 14. 49, e “não pode ser anulada”, João 10. 35. “Examinais as Escrituras”, João 5. 39, disse ele, “porque vós cuidais ter nelas a vida eterna, e são elas que de mim testificam.” Os erros dos saduceus são atribuídos a uma ignorância das Escrituras: e elas nunca são mencionadas senão com o mais alto respeito, e como a inerrante palavra de Deus. O apóstolo Paulo, também, referindo-se principalmente, se não totalmente, às Escrituras do Velho Testamento, diz: “E que desde a tua meninice sabes as sagradas Escrituras, que podem te fazer sábio para a salvação. Toda a Escritura é divinamente inspirada.” 2 Timóteo 3. 15, 16. Elas são chamadas também por este apóstolo de “os oráculos de Deus”; “os oráculos vivos”; “a palavra de Deus”; e quando citações são feitas de Davi, ela é representada como “o Espírito Santo falando pela boca de Davi”. Atos 1. 16; 4. 25. O testemunho de Pedro não é menos explícito, pois ele diz: “A profecia nunca foi produzida por vontade de homem algum, mas os homens santos de Deus falaram inspirados pelo Espírito Santo.” 2 Pe. 1. 21. E o apóstolo Tiago fala das Escrituras com igual confiança e respeito: “E recebi com mansidão”, diz ele, “a palavra em vós enxertada, a qual pode salvar vossas almas.” Tiago 1. 21–23. “E a Escritura foi cumprida, que diz”, &c. “Ou cuidais vós que em vão diz a Escritura?” Tiago 4. 5, &c.

Nós temos, pois, um ponto importante estabelecido com a maior certeza, de que o volume da Escritura que existiu no tempo de Cristo e seus apóstolos não foi corrompido, e foi estimado por eles como uma regra infalível. Agora, se nós pudermos estabelecer quais livros foram então incluídos no Volume Sagrado, nós seremos capazes de estabelecer o Cânon do Velho Testamento sem incerteza.

Mas aqui repousa a dificuldade. Nem Cristo nem nenhum de seus apóstolos nos têm dado um catálogo dos livros que compunham as Escrituras do Velho Testamento. Eles têm distintamente citado um número destes livros, e, até agora, a evidência é completa. Nós sabemos que a Lei, e os Profetas, e os Salmos foram incluídos no Cânon deles. Mas isto não define, particularmente, se os mes-

mos livros que nós agora encontramos no Velho Testamento se encontravam, então, nele, e não outros. É necessário, assim, recorrer a outras fontes de informação. E, felizmente, o historiador judeu Josefo dá-nos a mesmíssima informação que nós queremos; não, de fato, tão explicitamente quanto nós poderíamos desejar, mas suficientemente para conduzir-nos a uma conclusão muito satisfatória. Ele não nomeia os livros do Velho Testamento, mas ele numera-os, e assim os descreve de forma que há dificilmente espaço para qualquer erro. A passagem importante à qual nós nos referimos é em seu primeiro livro contra Apião. “Nós temos”, diz ele, “somente vinte e dois livros, que são justamente cridos serem de autoridade divina—dos quais cinco são os livros de Moisés. Desde a morte de Moisés até o reinado de Artaxerxes, o filho de Xerxes, rei da Pérsia, os Profetas, que foram os sucessores de Moisés, têm escrito em treze livros. Os quatro livros restantes contêm hinos a Deus, e preceitos para a regulação da vida humana.” Agora, os cinco livros de Moisés são universalmente aceitos serem Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio. Os treze livros escritos pelos profetas incluirão Josué, Juízes, com Rute, Samuel, Reis, Isaías, Jeremias com Lamentações, Ezequiel, Daniel, os doze Profetas menores, Jó, Esdras, Ester, e Crônicas. Os quatro livros restantes serão Salmos, Provérbios, Eclesiastes, e Cantares de Salomão, que formam o número total vinte e dois. O Cânon então existente é provado ser o mesmo que aquele que nós agora possuímos. Pareceria, de fato, que estes livros poderiam mais convenientemente ser reconhecidos vinte e quatro; e este é o método presente de numerá-los pelos judeus modernos; mas anteriormente o número era regulado por aquele do alfabeto hebraico, que consiste em vinte e duas letras: portanto, eles anexaram o pequeno livro de Rute a Juízes; e provavelmente é uma continuação deste livro pelo mesmo autor. Eles adicionaram, também, as Lamentações de Jeremias à sua profecia, e isto era natural o suficiente. Quanto aos profetas menores, que formam doze livros separados em nossas Bíblias, eles eram, antigamente, sempre reconhecidos em um livro; assim eles são considerados em todo catálogo antigo, e em todas as citações deles. Josefo adiciona, ao que é citado acima, o seguinte: “Mas quanto aos livros que têm sido escritos desde o tempo de Artaxerxes até nossos tempos, eles não são considerados dignos do mesmo crédito dos primeiros, porque eles não contêm doutrina acurada sancionada pelos profetas.”¹

Não será suposto que qualquer mudança pudesse ter ocorrido no Cânon

¹ Contra Apionem; Euseb. iii. 10.

desde o tempo de nosso Salvador e seus apóstolos àquele em que Josefo escreveu. De fato, ele pode ser considerado o contemporâneo dos apóstolos, pois que ele nasceu aproximadamente no tempo da conversão de Paulo ao Cristianismo, e, portanto, cresceu à idade de homem muito antes da morte deste apóstolo; e o apóstolo João provavelmente sobreviveu a ele. E deve ser lembrado que Josefo está aqui dando seu testemunho a um fato público: ele está declarando quais livros eram recebidos como divinos por sua nação; e ele o faz sem hesitação ou inconsistência. “Nós temos”, diz ele, “somente vinte e dois livros que são justamente cridos serem de autoridade divina.”

Nós somos capazes também de aduzir outro testemunho para provar a mesma coisa. Alguns dos Pais cristãos primitivos, que tinham sido trazidos do Pagão, quando eles abraçaram o Cristianismo, eram curiosos em suas inquirições no Cânon do Velho Testamento; e o resultado das pesquisas de alguns deles permanece. MELITO, bispo de Sardes, viajou para a Judeia para o propósito de satisfazer a si mesmo neste ponto. E, embora seus próprios escritos se tenham perdido, Eusébio tem preservado seu catálogo dos livros do Velho Testamento; do qual, parece que os mesmos livros eram, em seu dia, recebidos no Cânon, como são agora encontrados em nossas Bíblias hebraicas. No catálogo de Melito, apresentado por Eusébio, depois de *Provérbios*, a palavra *Sabedoria* ocorre, que aproximadamente todos os comentaristas têm sido de opinião que é somente outro nome para o mesmo livro, e não o nome do livro agora chamado “A Sabedoria de Salomão”. Há, porém, uma omissão de Ester e Neemias. E quanto ao último, isso não cria dificuldade, pois Esdras e Neemias são comumente contados como um livro; e alguns homens eruditos são de opinião que Esdras, sendo o autor de Ester, este livro também é incluído sob o nome de *Esdras*. O intervalo entre Melito e Josefo não é de cem anos, de forma que não pode ser razoavelmente suposto que nenhuma alteração no Cânon haja tomado lugar neste período.

Pouco tempo depois de Melito, ORÍGENES fornece-nos um catálogo dos livros do Velho Testamento, o qual concorda perfeitamente com nosso Cânon, exceto que ele omite os Profetas Menores; a qual omissão deve de ter sido um mero deslize da pena, dele ou de seu copista, pois é certo que ele recebeu este como um livro da Santa Escritura: e o número dos livros do Velho Testamento, dado por ele neste mesmo lugar, não pode ser completado sem reconhecer os doze Profetas Menores como um.

Depois de Orígenes, nós temos catálogos em sucessão, não somente por homens da primeira autoridade na igreja, mas por concílios consistindo em numerosos bispos, todos os quais são perfeitamente os mesmos que o nosso próprio. Será suficiente meramente se referir a estas fontes de informação. Catálogos dos livros do Velho Testamento têm sido dados por ATANÁSIO; por CIRILO; por AGOSTINHO; por JERÔNIMO; por RUFINO; pelo CONCÍLIO DE LAODICEIA, em seu LX. Cânon; e pelo CONCÍLIO DE CARTAGO. E quando é considerado que todos estes catálogos correspondem exatamente com nosso presente Cânon da Bíblia Hebraica, a evidência, eu penso, deve parecer completa a toda mente imparcial, de que o Cânon do Velho Testamento é estabelecido sobre as mais claras bases históricas. Parece não haver nada a desejar adicionalmente na confirmação deste ponto.

Mas se todo este testemunho estivesse faltando, há ainda uma fonte de evidência à qual nós poder-nos-íamos referir com a máxima confiança, como perfeitamente conclusiva neste ponto; eu refiro-me ao fato de que estes livros têm estado, desde o tempo de Cristo e seus apóstolos, na observação de ambos, judeus e cristãos, que têm sido constantemente arranjados em oposição um ao outro; de forma que foi impossível que qualquer mudança fosse feita no Cânon, por uma parte, sem ser imediatamente detectada pela outra. E a evidência conclusiva de que nenhuma alteração no Cânon tem ocorrido é a perfeita concordância destas partes hostis em relação aos livros do Velho Testamento neste tempo. Sobre este ponto, o judeu e o cristão são harmoniosos. Não há queixa de adição, ou diminuição, dos livros sagrados de nenhum lado. A Bíblia Hebraica do judeu é a Bíblia do cristão. Não há diferença aqui. Um judeu e um cristão eruditos têm estado unidos na publicação de uma excelente edição da Bíblia Hebraica.¹ Agora, se qualquer alteração no Cânon tem ocorrido, ela deve de ter sido pelo concerto ou colusão de ambas as partes; mas quão absurda esta ideia é deve ser manifesto a todos.

Eu reconheço que o que é dito aqui da concordância de cristãos e judeus só pode ser dito em relação a cristãos protestantes. Pois quanto àqueles das comunhões romana e grega, eles têm admitido outros livros no Cânon, que judeus e protestantes mantêm como apócrifos; mas estes livros formarão o assunto de uma discussão particular, na sequência desta obra.

O fato é importante, que um breve tempo após o Cânon do Velho Testamento

¹ Vide a Bíblia Hebraica, editada por Leusden e Athias.

mento ser fechado, uma tradução foi feita de todos os livros para a língua grega. Esta tradução foi feita em Alexandria, no Egito, atendendo à solicitação de, diz-se, Ptolomeu Filadelfo, rei do Egito, para que ele pudesse ter uma cópia destes livros sagrados na famosa biblioteca que ele estava engajado em coletar. Ela é chamada de Septuaginta, por ter sido feita, de acordo com as narrativas que têm sido transmitidas, por setenta, ou melhor, setenta e dois homens; seis de cada uma das tribos de Israel. Muitas coisas fabulosas têm sido reportadas concernentes a esta versão, de forma que é muito difícil estabelecer a verdade precisa. Mas é manifesto, da evidência interna, que ela não foi obra de uma mão, nem provavelmente de um grupo de tradutores: pois, enquanto alguns livros são produzidos com muita precisão, e de uma maneira muito literal, outros são traduzidos com pouco cuidado, e o significado do original é dado muito imperfeitamente. A probabilidade é que o Pentateuco foi traduzido primeiro, e os outros livros foram adicionados de tempo a tempo por diferentes mãos; mas quando a obra foi uma vez iniciada, não é provável que tenha demorado muito para que o todo fosse completado. Agora esta versão grega contém todos os livros que são encontrados em nossas Bíblias Hebraicas comuns. É uma boa testemunha, portanto, para provar que todos estes livros estavam no Cânon quando esta versão foi feita. Os livros apócrifos, que têm sido há muito conectados com esta versão, fornecerão um assunto para consideração doravante.

Há, além disso, um testemunho distinto e destacável para a antiguidade dos cinco livros de Moisés no Pentateuco Samaritano, que tem existido numa forma inteiramente separada das cópias judaicas, e num caractere totalmente diferente daquele em que a Bíblia Hebraica tem sido, por muitas eras, escrita. Ele tem também sido preservado e transmitido a nós por um povo que sempre tem sido hostil aos judeus. Este Pentateuco tem, sem dúvida, sido transmitido através de um canal separado desde que as dez tribos de Israel foram levadas cativas. Ele fornece testemunho autêntico para a grande antiguidade dos livros de Moisés, e mostra quão pouco eles têm sido corrompidos durante o lapso de aproximadamente três mil anos. Os samaritanos eram o povo transplantado de outros países para os lugares vagos pelo cativo das dez tribos de Israel. A princípio, eles eram todos idólatras; mas sendo molestados por bestas-feras, eles supunham que era porque eles não sabiam como adorar o Deus do país. Eles, portanto, solicitaram que um sacerdote lhes fosse enviado pela nação israelita, para instruí-los. A solicitação deles foi atendida; e este sacerdote, sem dúvida, trouxe consigo uma

cópia da lei. Durante um tempo, duvidou-se se um Pentateuco Samaritano esteve em existência, mas um homem erudito, indo à Palestina, obteve várias cópias. E eles também têm uma tradução do todo na língua samaritana. O Pentateuco, embora hebraico, é escrito em caracteres samaritanos, que muitos homens eruditos pensam ser o caractere hebraico original.

SEÇÃO III

LIVROS APÓCRIFOS, SUA ORIGEM—IMPORTÂNCIA DE SE DISTINGUIR ENTRE LIVROS CANÔNICOS E APÓCRIFOS—SEIS LIVROS DESTA CLASSE PRONUNCIADOS CANÔNICOS PELO CONCÍLIO DE TRENTO—NÃO NO HEBRAICO, NEM RECEBIDO PELOS JUDEUS, ANTIGOS OU MODERNOS.

A PALAVRA *Apócrifa* significa *oculto, obscuro, sem autoridade*. Em referência à Bíblia, é empregada para designar tais livros que clamam um lugar no volume sagrado, mas que não são canônicos. Diz-se que ela foi usada primeiro por MELITO, bispo de Sardes.

Uma inquirição deste assunto não pode ser desinteressante para os amigos da Bíblia; pois ela lhes é útil para determinar, na melhor evidência, quais livros pertencem ao volume sagrado, e também, sobre quais fundamentos outros livros são rejeitados do Cânon. Este assunto assume uma importância maior do fato de que cristãos são muito divididos neste ponto; pois alguns recebem, como de autoridade canônica, livros que outros rejeitam como espúrios, ou consideram meramente como composições humanas. Sobre tal ponto, todo cristão deveria formar sua opinião sobre a melhor informação que ele pode obter.

Em controvérsia com os romaniístas, este assunto nos encontra no mesmo umbral. É vão disputar sobre doutrinas particulares da Escritura, até que seja determinado quais livros devem ser recebidos como Escritura.

Este assunto deu surgimento a uma controvérsia muito desagradável entre a *British and Foreign Bible Society* (Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira) e alguns dos líderes ministros da Escócia. O princípio adotado no começo pela Sociedade Bíblica era circular nada menos que o texto das Santas Escrituras, sem nota nem comentário. Mas, a fim de colocar as Escrituras nas mãos dos romaniístas, Bíblias contendo o Apócrifa eram circuladas, o qual procedimento trouxe justa ofensa aos ministros da Igreja da Escócia, e para os auxiliares eficientes daquele país.

Um forte protesto foi, pois, feito aos Gerentes da Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira, e, não sendo a resposta deles inteiramente satisfatória, os ministros escoceses retiraram-se da Sociedade em Londres, e estabeleceram uma independente da Sociedade-mãe; e esta brecha nunca foi curada. Mas é devido à Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira que se pode afirmar que, em consequência da discussão, eles adotaram um princípio correto para seus futuros procedimentos.

O assunto todo foi dirigido a um seletor e erudito subcomitê, que, depois de madura deliberação, trouxe num artigo que foi adotado, e conduziu à seguinte resolução sábia no Comitê Geral, a saber: “Que os fundos da Sociedade sejam aplicados na impressão e circulação dos livros canônicos da Escritura à exclusão daqueles livros que são chamados apócrifos; e que todas as cópias impressas, inteira ou parcialmente, às expensas da Sociedade, e se tais cópias consistem no todo ou em qualquer parte de tais livros, sejam invariavelmente emitidas com limitação, e que nenhum outro livro, qualquer que seja, seja vinculado a elas; e, adicionalmente, que todas as doações a sociedades ou indivíduos sejam feitas somente em conformidade com o princípio desta regulação.”

“No volume sagrado, como deve ser doravante distribuído pela Sociedade, não há nada senão verdade divina, nada senão o que é reconhecido por todos os cristãos como tal. É claro, todos podem unir-se na obra de distribuição, mesmo que eles considerem que o volume contenha apenas parte dos escritos inspirados; tal como eles poderiam na circulação do Pentateuco ou o Livro dos Salmos, ou os Profetas, ou o Novo Testamento. Tal operação harmoniosa não seria possível, porém, se os livros do apócrifa fossem misturados ou unidos com o resto; e além disso, aqueles que têm a mais forte objeção ao apócrifa, são, ordinariamente, aqueles que são mais avançados nos esforços ativos e liberais de enviar a palavra de Deus a todas as pessoas.”

Esta judiciosa decisão do Comitê da Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira depende, para sua precisão, da suposição de que os livros do apócrifa não são canônicos; pois, o que quer que possa ser dito sobre circular uma parte da Bíblia, era indubitavelmente o objeto original desta Sociedade imprimir e circular *o todo* do volume sagrado. Daí aparece a importância prática da inquirição que nós temos instituído: determinar se estes livros têm algum clamor, seja qual for, a um lugar no Cânon sagrado.

Num período muito primitivo da igreja cristã, grandes dores foram sofridas para distinguir entre tais livros que eram inspirados e canônicos, e tais que foram

escritos por homens não inspirados. Nunca tem sido duvidado entre cristãos, que somente os livros canônicos eram de autoridade divina, e forneciam uma regra infalível de fé e prática; mas não tem sido concorde quais livros deveriam ser considerados canônicos e quais apócrifos. Em relação a aqueles que já têm sido enumerados como pertencentes ao Velho Testamento, há um consentimento muito geral de judeus e cristãos, de romaniístas e protestantes; mas em relação a alguns outros livros há uma ampla diferença de opinião.

O Concílio de Trento, em sua quarta sessão, deu um catálogo dos livros do Velho Testamento, entre os quais são incluídos *Tobias, Judite, Sabedoria, Eclesiástico, Baruque, e dois livros de Macabeus*.¹ Além disso, eles incluem sob os nomes de Eêster e Daniel, certos capítulos adicionais, que não são encontrados nas cópias hebraicas. O livro de Eêster é feito consistir em dezesseis capítulos; e prefixado ao livro de Daniel está *a História de Susana; o Cântico dos Três Filhos* é inserido no terceiro capítulo; e *a História de Bel e o Dragão* é adicionada ao fim deste livro. Outros livros que são encontrados nas Bíblias Grega e Latina, eles rejeitaram como apócrifos; como o terceiro e quarto livros de Esdras;² o terceiro livro de Macabeus; o Salmo 151; o Apêndice de Jó; e o Prefácio a Lamentações.

Ambas estas classes de livros, todas as denominações de protestantes consideram apócrifas; mas quanto à igreja inglesa, em sua Liturgia, ela direciona que certas lições sejam lidas do primeiro, para a instrução do povo, mas não para confirmação de doutrina; eles são retidos nas mais largas cópias da Bíblia Inglesa, mas não estão misturados com os livros canônicos, como na Vulgata, mas colocados no fim do Velho Testamento, sob o título de *Apócrifa*. É certamente lamentável que se permita que estes livros sejam incluídos no mesmo volume que contém os *oráculos vivos, a palavra de Deus, as Santas Escrituras*, todos os quais foram dados por inspiração; e mais lamentável ainda, que eles sejam lidos na igreja promiscuamente com as lições tomadas dos livros canônicos; especialmente quando nenhuma nota é dada ao povo, de que o que é lido destes livros é

¹ Vide Nota A.

² O primeiro e segundo livros de Esdras são muito frequentemente chamados o terceiro e quarto; no qual caso os dois livros canônicos, Esdras e Neemias, são considerados o primeiro e segundo: pois ambos estes livros têm sido atribuídos a Esdras como seu autor; mas estes não são incluídos na lista de livros canônicos sancionados pelo Concílio de Trento, e, portanto, eles não entram em controvérsia. De fato, o segundo destes livros não é encontrado nem mesmo no grego, mas somente na Vulgata Latina, e está tão repleto de fábulas e afirmações falsas, que ele nunca tem sido estimado de qualquer valor. Eles são ambos, porém, retidos em nossas Bíblias Inglesas maiores, e são honrados com o maior lugar na ordem dos livros apócrifos.

apócrifo; e no Livro de Oração da igreja Episcopal, as tabelas que se referem às lições a serem lidas, têm este título prefixado—“Tabelas de lições da Santa Escritura a serem lidas na Oração da Manhã e da Tarde, ao longo do ano.” O Rev. Doutor Wordsworth, em sua obra sobre o Cânon, defende a prática de reter na Bíblia, e publicamente ler na igreja, certas lições dos livros apócrifos, principalmente porque isto era feito pela igreja antiga; e ele defende a prática, dizendo que estas lições nunca são lidas no dia do Senhor. Mas como ele reconhece que eles não são inspirados, e não são canônicos, a inferência é simples: que eles não deveriam ser incluídos no mesmo volume com livros canônicos, e não deveriam *ser lidos como Escritura nas igrejas*. Ora, mesmo que estas lições apócrifas possam ser boas e instrutivas, nunca pode ser justificado que elas devam, assim, ser colocadas em pé de igualdade com a palavra de Deus.¹

Mas é nosso objeto, no presente, mostrar que nenhum destes livros, *canonizados* pelo Concílio de Trento, e inseridos em nossas Bíblias Inglesas mais largas, é canônico.

1. O primeiro argumento pelo qual pode ser provado que estes livros não pertencem ao Cânon do Velho Testamento é que eles não são encontrados na Bíblia Hebraica. Eles não são escritos na língua hebraica, mas no grego, que não era conhecido aos judeus, senão muito tempo após a inspiração ter cessado, e o Cânon do Velho Testamento ser fechado. É considerado provável, de fato, que alguns deles foram escritos originalmente no caldeu. Jerônimo testifica que este é o fato, em relação a 1 *Macabeus* e *Eclesiástico*; e ele diz que ele traduziu o livro de *Tobias* do caldeu para o latim; mas este livro é agora encontrado no grego, e há boa razão para crer que ele foi escrito originalmente nesta língua. É certo, porém, que nenhum destes livros foi composto no hebraico puro do Velho Testamento.

Hottinger, de fato, informa-nos que ele tinha visto o todo do apócrifa no hebraico puro, entre os judeus; mas ele não entretém nenhuma dúvida de que ele foi traduzido para essa língua em tempos modernos: tal como todo o Novo Testamento tem recentemente sido traduzido para o hebraico puro.

É a opinião comum dos judeus, e dos Pais cristãos, que *Malaquias* foi o último dos profetas do Velho Testamento. Livros escritos por autores incertos depois, não têm clamor de serem considerados canônicos, e há boa razão para crer

¹ Vide Tabelas prefixadas ao Livro da Oração Comum; também, o Sexto Artigo de Religião da Igreja Episcopal.

que aqueles livros foram escritos muito tempo depois de Esdras e Malaquias, e alguns deles talvez mais tarde do que o começo da era cristã.

2. Estes livros, embora provavelmente escritos por judeus, nunca têm sido recebidos no Cânon por aquele povo. Nisto, os judeus antigos e modernos são da mesma mente. Josefo declara: “Que não mais do que vinte e dois livros foram recebidos como inspirados por sua nação.” Filo, que se refere frequentemente ao Velho Testamento em seus escritos, nunca faz a menor menção deles; nem são eles reconhecidos no Talmude como canônicos. Não somente assim, mas os Rabinos judeus expressamente os rejeitam.

RABI AZARIAS, falando destes livros, diz: “Eles são recebidos por cristãos, não por nós.”

R. GEDALIAS, depois de dar um catálogo dos livros do Velho Testamento, com alguma descrição de seus autores, adiciona estas palavras: “Vale a pena saber que as nações do mundo escreveram muitos outros livros, que são incluídos em seus sistemas de livros sagrados, mas não em nossas mãos.” Ao qual ele adiciona: “Eles dizem que alguns destes são encontrados no caldeu, alguns no árabe, e alguns na língua grega.”

R. AZARIAS atribuiu o livro chamado a Sabedoria de Salomão a Filo; e R. GEDALIAS, ao falar do mesmo livro, diz: “Que se Salomão o escreveu, deve ter sido na língua siríaca, para enviá-lo a alguns dos reis nas partes mais remotas do Oriente.” “Mas”, diz ele, “Esdras colocou sua mão somente naqueles livros que foram publicados pelos profetas, sob a direção do Espírito Santo, e escritos na língua sagrada; e nossos homens sábios prudente e deliberadamente resolveram não sancionar nenhum, senão tais que foram estabelecidos e confirmados por ele.”

“Este livro”, diz ele, “os gentios (i.e., cristãos) têm adicionado à sua Bíblia.” “Seus homens sábios”, diz Buxtorf, “pronunciaram que este livro é apócrifo.”

O livro chamado Eclesiástico, dito ter sido escrito pelo filho de SIRAQUE, é expressamente numerado entre livros apócrifos no Talmude. “O livro do Filho de Siraque é proibido de ser lido.”

MANASSÉS BEN ISRAEL tem esta observação: “Aquelas coisas que são alegadas de um verso em Eclesiástico nada são para o propósito, porque esse é um livro apócrifo.” Outro de seus escritores diz: “O livro do filho de Siraque é adicionado aos nossos vinte e quatro livros sagrados pelos romanos.” Eles também chamam este livro de *estranho*, que alguns judeus proíbem de ser lido. Com que

face então podem os romanistas pretender que este livro foi adicionado ao Cânon não muito antes do tempo de Josefo?

“BARUQUE”, diz um de seus homens eruditos, “é recebido por cristãos”, (i. e., romanistas) “mas não por nós”.

De TOBIAS, é dito em Zemaque David: “Saiba então que este livro de Tobias é um daqueles que cristãos acrescentam ao Hagiógrafa.” Um pouco depois, é dito: “Saiba então que Tobias, que está entre nós na língua hebraica, foi traduzido do latim para o hebraico por Sebastião Munster.” O mesmo escritor afirma da história de Susana: “Que ela é recebida por cristãos, mas não por nós.”

Os judeus, no tempo de Jerônimo, não entretinham outra opinião destes livros do que aqueles que vieram depois deles; pois, em seu prefácio a Daniel, ele informa-nos: “Que ele tinha ouvido um dos doutores judeus ridicularizando a história de Susana, dizendo: ‘Ela foi inventada por alguns gregos, ele não sabia quem.’”¹

O mesmo é a opinião dos judeus com respeito aos outros livros, que nós chamamos apócrifos, como é manifesto de todas as cópias existentes da Bíblia Hebraica; pois, indubitavelmente, se eles cressem que qualquer destes livros fosse canônico, eles dar-lhes-iam um lugar em seu volume sagrado. Mas alguém perguntará: o que é a opinião dos judeus para nós? Eu respondo: muito, sobre este ponto. Os oráculos de Deus foram entregues a eles; e eles os preservaram com um cuidado religioso até o advento do Messias. Cristo nunca os censura por adicionar às Escrituras sagradas, nem por detrair delas. Desde que a nação deles tem estado em dispersão, cópias do Velho Testamento em hebraico têm-se espalhado por todo o mundo, de forma que era impossível produzir uma alteração universal no Cânon. Mas é desnecessário argumentar este ponto, pois é concorde por todos que estes livros nunca foram recebidos pela nação judaica.

3. O terceiro argumento contra a autoridade canônica destes livros é derivado do total silêncio com respeito a eles no Novo Testamento. Eles nunca são citados por Cristo e seus apóstolos. Este fato, porém, é disputado pelos romanistas, e eles ainda tentam estabelecer seu direito a um lugar no Cânon a partir das citações que eles pretendem ter sido feitas destes livros pelos apóstolos. Eles referem-se a Rm. 11 e Hb. 11, onde eles alegam que Paulo tem citado passagens do Livro de Sabedoria. “Porque, quem tem compreendido a mente do Senhor? Ou quem tem sido seu conselheiro?” “Visto como antes da sua trasladação alcançou

¹ Vide o Thesaurus Philologicus de Hottinger.

testemunho de que agradara a Deus.” Mas ambas estas passagens são tomadas diretamente dos livros canônicos do Velho Testamento. A primeira está aproximadamente nas palavras de Isaías; e a última do livro de Gênesis; seus outros exemplos estão tão longes da marca quanto estes, e não necessitam ser definidos.

Já tem sido mostrado que estes livros não foram incluídos no volume citado e referido por Cristo e seus apóstolos, sob o título das Escrituras, e são inteiramente omitidos por Josefo em sua descrição dos livros sagrados. Pareceria, portanto, que no tempo de Cristo, e por algum tempo depois, eles eram completamente desconhecidos ou completamente desconsiderados.

SEÇÃO IV

TESTEMUNHOS DOS PAIS CRISTÃOS, E DE OUTROS HOMENS ERUDITOS ATÉ O TEMPO DO CONCÍLIO DE TRENTO, COM RESPEITO AO APÓCRIFA.

O QUARTO argumento é que estes livros não foram recebidos como canônicos pelos Pais cristãos, mas foram expressamente declarados apócrifos.

JUSTINO MÁRTIR não cita uma única passagem, em todos os seus escritos, de nenhum livro apócrifo.

O primeiro catálogo dos livros do Velho Testamento que nós temos, depois do tempo dos apóstolos, de qualquer escritor cristão, é aquele de MELITO, bispo de Sardes, antes do fim do século II, que é preservado por Eusébio. O fragmento é como segue: “MELITO e seu irmão ONÉSIMO, saudação. Como você tem-me frequente e avidamente solicitado, em consequência do seu amor à erudição, uma coleção das Escrituras Sagradas da Lei e dos Profetas, e o que diz respeito ao SALVADOR, e concernente à nossa fé toda; e como, além do mais, você deseja obter um conhecimento acurado de nossos livros antigos, quanto ao seu número e ordem, eu tenho usado de diligência para realizar isto, conhecendo sua sincera afeição para com a fé, e seu sério desejo de se tornar familiarizado com a palavra; e que, disputando pela vida eterna, seu amor a Deus o induz a preferir estas a todas as outras coisas. Portanto, indo ao Oriente, e ao mesmo lugar onde estas coisas foram publicadas e transacionadas, e tendo feito diligente busca pelos livros do Velho Testamento, eu agora acrescento e lhe envio o seguinte catálogo:—‘Cinco livros de Moisés, a saber, Gênesis, Êxodo, Levítico, Números, e Deuterônômio; Josué, Juízes, Rute, quatro livros de Reis, dois de Crônicas, os Salmos de Davi, os Provérbios de Salomão, ou Sabedoria,¹ Eclesiastes, o Canta-

¹ Se Melito, em seu catálogo, pela palavra Sabedoria, quis designar um livro distinto; ou se ela foi usada como outro nome para Provérbios, parece duvidoso. A última é o que tem sido geralmente entendido; e isto concorda com o entendimento dos antigos; pois Rufino, em sua tradução desta passagem de Eusébio exibe *παροιμίαί ἢ σοφία Salomonis Proverbia, quæ est sapientia*; isto é, *Os Provérbios de Salomão, que é Sabedoria*. PINEDA, um romaniста erudito, diz: “A palavra *Sabedoria* deveria ser tomada aqui como explicativa da primeira, e deveria ser entendida como *Os Pro-*

res de Salomão, Jó, Isaías, Jeremias, Doze [profetas] num livro, Daniel, Ezequiel, Esdras.”¹

ORÍGENES também diz: “Nós não deveríamos ser ignorantes de que os livros canônicos são os mesmos que os hebreus nos entregaram, e são vinte e dois em número, de acordo com o número de letras do alfabeto hebraico.” Então ele define, em ordem, os nomes dos livros, em grego e hebraico.²

ATANÁSIO, em sua Sinopse, diz: “Todas as Escrituras de nós cristãos são divinamente inspiradas; nem são elas indefinidas em seu número, mas determinadas, e reduzidas a um Cânon. Aquelas do Velho Testamento são: Gênesis, Êxodo, Levítico, Números, Deuteronômio, Josué, Juízes, Rute, quatro livros de Reis, Crônicas, Esdras, Salmos, Provérbios, Eclesiastes, Cantares, Jó, os doze profetas, Isaías, Jeremias, Ezequiel, Daniel.”³

HILÁRIO, que foi contemporâneo de Atanásio, e residiu na França, tem numerado os livros canônicos do Velho Testamento da seguinte maneira: “Os cinco livros de Moisés, o sexto de Josué, o sétimo de Juízes, incluindo Rute, o oitavo de primeira e segunda Reis, o nono de terceira e quarta Reis; o décimo de Crônicas, dois livros; o undécimo Esdras (que incluía Neemias); o duodécimo os Salmos. Provérbios, Eclesiastes, e o Cantares de Salomão, o décimo terceiro, décimo quarto e décimo quinto; os doze Profetas, o décimo sexto; então Isaías e Jeremias, incluindo Lamentações e sua Epístola, Daniel, Ezequiel, Jó, e Eêster, completando o número total de vinte e dois.” E em seu prefácio ele adiciona que “estes livros eram assim numerados por nossos ancestrais, e transmitidos pela tradição deles”.⁴

GREGÓRIO DE NAZIANZO exorta seus leitores a estudarem os livros sagrados com atenção, mas a evitar os que eram apócrifos; e então dá uma lista dos livros do Velho Testamento, e, de acordo com o método judaico, faz o número de vinte e dois. Ele queixa-se de alguns que misturaram os livros apócrifos com aqueles que eram inspirados, “da verdade do último”, diz ele, “nós temos a mais perfeita persuasão; portanto, pareceu bom para mim, enumerar os livros canônicos des-

vérbios.”

¹ Euseb. Hist. Ecc. Lib. v. c. 24.

² O catálogo de Orígenes dos livros do Velho Testamento é apresentado por Eusébio, em sua Ecc. Hist. Lib. vi. c. 25.

³ É uma matéria discorde entre os eruditos se a “Sinopse” que tem sido atribuída a Atanásio foi escrita por ele. É, porém, uma obra antiga, e pertence àquela era.

⁴ Proleg. em Salmos.

de o começo: e aqueles que pertencem ao Velho Testamento são vinte e dois, de acordo com o número do alfabeto hebraico, como eu tenho entendido”. Então ele procede em dizer: “Que ninguém adicione a estes livros divinos, nem retire nada deles. Eu penso ser necessário adicionar isto: que há outros livros além daqueles que eu tenho enumerado como constituindo o Cânon, os quais, porém, não pertencem a ele; mas foram propostos pelos Pais primitivos, para serem lidos por causa da instrução que eles contêm.” Então ele nomeia expressamente como pertencente a esta classe, a Sabedoria de Salomão, a Sabedoria de Siraque, Eêster, Judite, e Tobias.¹

JERÔNIMO, em sua Epístola a Paulino, dá-nos um catálogo dos livros do Velho Testamento, exatamente correspondente com aquele que protestantes recebem: “Os quais”, diz ele, “nós cremos concordemente com a tradição de nossos ancestrais terem sido inspirados pelo Espírito Santo.”

EPIFÂNIO, em seu livro concernente a Pesos e Medidas, distribui os livros do Velho Testamento em quatro divisões de cinco cada. “A primeira delas contém a lei, a seguir cinco livros poéticos, Jó, Salmos, Provérbios, Eclesiastes, Cantares de Salomão; na terceira divisão ele coloca Josué, Juízes, incluindo Rute, primeira e segunda Crônicas, quatro livros de Reis. Os últimos cinco, os doze profetas, Isaías, Jeremias, Ezequiel, Daniel. Então restam dois, Esdras e Eêster.” Assim ele compõe o número vinte e dois.

CIRILO de Jerusalém, em seu Catecismo, exorta seu catecúmeno a aprender diligentemente da igreja, quais livros pertencem ao Velho e Novo Testamentos, e ele diz: “Não leia nada que é apócrifo. Leia as Escrituras, nomeadamente, os vinte e dois livros do Velho Testamento, que foram traduzidos pelos setenta e dois intérpretes.” E em outro lugar: “Medita, como foi dito, nos vinte e dois livros do Velho Testamento, e se você desejar, eu dar-lhe-ei seus nomes.” Aqui segue um catálogo, concordando com aqueles já dados, exceto que ele adiciona Baruque à lista. Quando Baruque é mencionado formando um livro com Jeremias, como é feito por alguns dos Pais, é mais razoável entender aquelas partes de Jeremias, em cujo escrito Baruque foi intencionado, como particularmente o capítulo 52; pois, se nós entendermos que eles se referem ao livro separado agora chamado Baruque, o número que eles são tão cuidadosos em preservar será excedido. Este apócrifo Baruque nunca existiu no hebraico, e nunca é mencionado separadamente por nenhum autor antigo, como Belarmino confessa. Este livro

¹ Epišt. ad Theod. et Lib. Carm.

foi originalmente escrito em grego, mas nossas presentes cópias diferem excessivamente da antiga tradução Latina.

O Concílio de Laodiceia proibiu a leitura de quaisquer livros nas igrejas senão os que eram canônicos; e para que o povo pudesse saber quais eram estes, um catálogo foi dado, respondendo ao Cânon que nós agora recebemos.

ORÍGENES escassamente menciona Macabeus. ATANÁSIO não toma nota destes livros. EUSÉBIO, em sua Crônica, fala da História dos Macabeus, e adiciona: “Estes livros não são recebidos como Escrituras divinas.”

FILÁSTRIO, um bispo italiano, que viveu na última parte do século IV, numa obra sobre Heresia diz: “Foi determinado pelos apóstolos e seus sucessores, que nada deveria ser lido na igreja católica senão a lei, profetas, evangelistas”, &c. E ele queixa-se de certos hereges: “Que eles usavam o livro de Sabedoria, pelo filho de SIRAQUE, que viveu muito tempo depois de Salomão.”

CRISÓSTOMO, um homem que excedeu no conhecimento das Escrituras, declara: “Que todos os livros divinos do Velho Testamento foram originalmente escritos na língua hebraica, e que nenhuns outros livros foram recebidos.” Hom. 4. em Gen.

Mas JERÔNIMO, já mencionado, que tinha estudado diligentemente as Escrituras hebraicas, pelo auxílio dos melhores professores judaicos, entra neste assunto mais completa e acuradamente do que qualquer do resto dos Pais. Em seu Prefácio geral à sua versão das Escrituras, ele menciona os livros que ele tinha traduzido do hebraico para o latim: “Todos além deles”, diz ele, “devem ser colocados entre os apócrifos. Portanto, Sabedoria, que é atribuído a Salomão, o livro de Jesus o filho de Siraque, Judite, Tobias e Pastor, não estão no Cânon. Eu tenho encontrado o primeiro livro de Macabeus em hebraico (caldeu); o segundo em grego, e, como o estilo mostra, ele deve de ter sido composto naquela língua.” E em seu Prefácio a Esdras e Neemias (sempre reconhecidos como um único livro pelos judeus), ele diz: “Que ninguém seja perturbado que eu tenho editado senão um livro sob este nome; e também que ninguém se agrade com os sonhos contidos no terceiro e quarto livros apócrifos atribuídos a este autor; pois, com os hebreus, Esdras e Neemias fazem somente um livro; e aquelas coisas não contidas neste devem ser rejeitadas, como não pertencentes ao Cânon.” E em seu prefácio aos livros de Salomão, ele fala de “Sabedoria e Eclesiástico; o primeiro dos quais”, ele diz, “ele encontrou em hebraico (caldeu), mas não o último, que nunca é encontrado entre os hebreus, mas o estilo fortemente cheira a

eloquência greciana.” Ele então adiciona: “Como a igreja lê os livros de Judite, Tobias, e os Macabeus, mas não os recebe entre as Escrituras canônicas, assim, também, ela pode ler estes dois livros para a edificação do povo comum, mas não como autoridade para confirmar quaisquer das doutrinas da igreja.”

Novamente, em seu prefácio a Jeremias, ele diz: “O livro de Baruque, o escriba de Jeremias, não é lido em hebraico, nem estimado como canônico; portanto, eu tenho-o ignorado.” E em seu prefácio a Daniel: “Este livro entre os hebreus não tem nem a história de Susana, nem o Cântico dos três Filhos, nem as fábulas de Bel e o Dragão, que nós temos retido para que nós não pareçamos aos inábeis ter reduzido uma larga parte do Volume Sagrado.”

No prefácio a Tobias, ele diz: “Os hebreus cortaram o livro de Tobias do catálogo de Escrituras Divinas.” E em seu prefácio a Judite, ele diz: “Entre os hebreus, Judite é colocado entre o Hagiógrafa, que não são de autoridade para determinar controvérsias.”

RUFINO, em sua Exposição do Credo, observa: “Que havia alguns livros que não eram chamados canônicos, mas recebidos por nossos ancestrais, como a Sabedoria de Salomão, e outra Sabedoria do Filho de Siraque; da mesma ordem são os livros de Tobias, Judite, e os Macabeus.”

GREGÓRIO o Primeiro, falando do testemunho nos Macabeus, com respeito à morte de Eleazar, diz: “Concernente à qual coisa nós não agimos desordenadamente, embora nós tragamos nosso testemunho de um livro que não é canônico.”

AGOSTINHO é o único entre os Pais que viveu dentro de quatrocentos anos depois dos apóstolos, que parece favorecer a introdução destes seis disputados livros no Cânon. Eu sua obra *Sobre Doutrina Cristã*, ele dá uma lista dos livros do Velho Testamento, entre os quais ele insere Tobias, Judite, os dois livros de Macabeus, dois de Esdras, Sabedoria, e Eclesiástico. Estes dois últimos mencionados, ele diz, “são chamados de Salomão, por causa de sua semelhança a seus escritos; porém, é sabido que um deles foi composto pelo filho de Siraque: o qual merece ser recebido entre os livros proféticos.” Mas desta opinião ele se retratou depois.¹

AGOSTINHO foi acostumado às Bíblias Grega e Latina, nas quais aqueles livros tinham sido introduzidos, e nós devemos supor, a menos que nós o façamos contradizer-se, que ele intencionava neste lugar meramente enumerar os li-

¹ Vide Nota B.

vros então contidos no volume sagrado; pois em muitos outros lugares ele claramente mostra que ele entretinha a mesma opinião dos outros Pais acerca dos livros do Velho Testamento.

Em sua celebrada obra “A Cidade de Deus”, ele expressa esta opinião mais explicitamente: “Em todo aquele período, depois do retorno do cativo babilônico, depois de Malaquias, Ageu, Zacarias, e Esdras, eles não tiveram profetas, até o advento de nosso Salvador. Como nosso Senhor diz, a lei e os profetas foram até João. E até mesmo os judeus réprobos mantêm que Ageu, Zacarias, Esdras, e Malaquias foram os últimos livros recebidos na autoridade canônica.”

Em seu comentário sobre o Salmo 40, ele diz: “Se qualquer adversário dissesse que você forjou estas profecias, que os livros judaicos sejam produzidos—os judeus são nossos bibliotecários.” E sobre o Salmo 56: “Quando nós desejamos provar aos pagãos que Cristo foi predito, nós apelamos aos escritos em posseção dos judeus; eles têm todas estas Escrituras.”

E novamente, na obra primeiramente citada: “A nação israelita, a quem os oráculos de Deus foram confiados, nunca confundiram falsas profecias com as verdadeiras, mas todos estes escritos são harmoniosos.” Então em outra obra, ao falar dos livros dos Macabeus, ele diz: “Este escrito os judeus nunca receberam da mesma maneira que a Lei, os Profetas, e os Salmos, dos quais o Senhor deu testemunho por suas próprias testemunhas.” E frequentemente em suas obras, ele confina *os livros canônicos* àqueles propriamente incluídos nesta divisão tripla. Ele também repetidamente declara que as Escrituras canônicas, que são de mais eminente autoridade, são os livros confiados aos judeus. Mas no décimo oitavo livro da Cidade de Deus, falando de Judite, ele diz: “Aqueles coisas que estão escritas neste livro, é dito, os judeus nunca têm recebido no Cânon da Escritura.” E no décimo sétimo livro da mesma obra: “Há três livros de Salomão, os quais têm sido recebidos na autoridade canônica: Provérbios, Eclesiastes, e Cânticos; os outros dois, Sabedoria e Eclesiástico, têm sido chamados por seu nome, por um costume que prevaleceu por causa de sua similaridade aos seus escritos; mas os mais eruditos estão certos de que eles não são seus; e eles não podem ser alegados com muita confiança para a convicção de contestadores.”

Ele permite que o Livro de Sabedoria possa ser lido ao povo, e deveria ser preferido a todos os outros tratos; mas ele não insiste que os testemunhos tomados dele sejam decisivos. Com respeito a Eclesiástico, ele diz ao falar da profecia

de Samuel após sua morte: “Mas se este livro é objetado porque ele não é encontrado no Cânon dos judeus”, &c. Sua rejeição aos livros de Macabeus do Cânon é repetida e explícita. “O cálculo dos tempos depois da reestauração do templo não é encontrado nas Santas Escrituras, que são chamadas canônicas, mas em certos outros livros, entre os quais estão os dois livros de Macabeus. Os judeus não recebem os Macabeus como a Lei e os Profetas.”

Pode ser admitido, porém, que AGOSTINHO entretinha uma opinião muito forte destes livros apócrifos, mas é certo que ele não os colocou num pé de igualdade com os livros canônicos genuínos. Ele menciona um costume que prevalecia em seu tempo, do qual parece que, embora os livros apócrifos fossem lidos em algumas igrejas, eles não eram lidos como Escritura Santa, nem colocados em pé de igualdade com os livros canônicos; pois ele informa-nos que não era permitido que eles fossem lidos do mesmo púlpito que as Escrituras Canônicas, mas de um lugar menor na igreja.

INOCÊNCIO o Primeiro, que viveu quase ao mesmo tempo, é também aludido como uma testemunha para provar que estes livros disputados eram então recebidos no Cânon. Mas a epístola que contém seu catálogo é extremamente suspeita. Nenhuma menção é feita desta epístola por nenhum escritor por trezentos anos depois da morte de INOCÊNCIO. Mas não é necessário, de modo algum, ao nosso argumento negar que no fim do século IV e início do V, alguns indivíduos, e talvez alguns concílios, receberam estes livros como canônicos, porém há forte evidência de que esta não era a opinião da igreja universal; pois no Concílio de Calcedônia, que é reconhecido ser œcumênico, os Cânones do Concílio de Laodiceia, que contém um catálogo dos livros genuínos do Velho Testamento, são adotados. E já tem sido mostrado que estes livros apócrifos foram excluídos daquele catálogo.

Mas pode ser provado que mesmo até o tempo do encontro do Concílio de Trento, pelo qual estes livros foram solenemente canonizados, o mais erudito e judicioso dos escritores papistas aderem às opiniões de JERÔNIMO e os antigos; ou, pelo menos, fazem uma distinção marcada entre estes livros disputados e aqueles que são reconhecidos como canônicos por todos. Uns poucos testemunhos de escritores distintos, do começo do século VI até a era da Reforma, serão agora dados.

Merece ser particularmente observado aqui que, em uma das leis do Imperador JUSTINIANO, concernente a matérias eclesiásticas, foi decretado: “Que os

Cânones dos primeiros quatro concílios gerais deveriam ser recebidos e ter a força de leis.”

ANASTÁCIO, patriarca de Antioquia, numa obra sobre a Criação, faz “o número de livros que Deus tem apontado para seu Velho Testamento” ser não mais do que vinte e dois; embora ele fale em termos muito altos de Sabedoria e Eclesiástico.

LEÔNCIO, um escritor erudito e acurado, em seu livro contra as SEITAS, não reconhece nenhuns outros livros canônicos do Velho Testamento, senão aqueles que os hebreus receberam; nomeadamente, doze livros históricos, cinco proféticos, quatro de Doutrina e Instrução, e um de Salmos; fazendo o número de vinte e dois como usual; e ele não faz a menor menção de nenhuns outros.

GREGÓRIO, que viveu no começo do século VII, em seu livro sobre Morais, faz uma apologia alegando uma passagem dos Macabeus, e diz: “Embora ele não seja tomado da Escritura canônica, porém é citado de um livro que foi publicado para a edificação da igreja.”

ISIDORO, bispo de Sevilha, divide os livros canônicos do Velho Testamento em três ordens: a Lei, os Profetas, e o Hagiógrafo; e depois adiciona: “Há uma quarta ordem de livros que não estão no Cânon hebraico do Velho Testamento.” Aqui ele nomeia estes livros, e diz: “Embora os judeus os tenham rejeitado como apócrifos, a igreja tem-nos recebido entre as Escrituras canônicas.”

JOÃO DAMASCENO, um presbítero sírio, que viveu no início do século VIII, adere ao Cânon Hebraico do Velho Testamento, numerando somente vinte e dois livros. De Macabeus, Judite e Tobias, ele não diz nenhuma palavra; mas ele fala de Sabedoria e Eclesiástico, como “escritos elegantes e virtuosos, porém não devem ser numerados entre os livros canônicos da Escritura, nunca tendo sido depositados na arca da Aliança.”

VENERÁVEL BEDE segue o método antigo de dividir os livros do Velho Testamento em três classes; mas ele destacadamente distingue os Macabeus dos livros canônicos, classificando-os com os escritos de Josefo e Júlio o Africano.

ALCUÍNO, o discípulo de Bede, diz: “O livro do filho de Siraque foi reputado uma Escritura apócrifa e dúbia.”

RUPERTO, um homem erudito do século XII, expressamente rejeita o livro de Sabedoria do Cânon.

PEDRO MAURÍCIO, depois de dar um catálogo das Escrituras autênticas do Velho Testamento, adiciona os seis livros disputados, e diz: “Eles são úteis e re-

comendáveis à igreja, mas não devem ser colocados na mesma dignidade com o resto.”

HUGO DE S. VÍTOR, um saxão de nascença, mas que residiu em Paris, dá um catálogo dos livros do Velho Testamento, que não inclui nenhuns outros senão os vinte e dois recebidos dos judeus. De Sabedoria, Eclesiástico, Tobias e Judite, ele diz: “Eles são usados na igreja, mas não escritos no Cânon.”

RICARDO DE S. VÍTOR, também do século XII, em seus Livros de Coleções, explicitamente declara: “Que há somente vinte e dois livros no Cânon; e que Sabedoria, Eclesiástico, Tobias, Judite, e os Macabeus, não são estimados canônicos, embora eles sejam lidos nas igrejas.”

PEDRO LOMBARDE, em sua História Escolástica, enumera os livros do Velho Testamento assim: Cinco livros de Moisés, oito dos profetas, e nove do Hagiógrafa, que não deixa espaço para estes seis livros disputados; mas em seu prefácio a Tobias ele diz expressamente, que “não está na ordem do Cânon”; e de Judite, que “Jerônimo e os hebreus colocam-no no apócrifa”. Além do mais, ele chama a história de Bel e o Dragão de uma fábula, e diz que a história de Susana não é tão verdadeira quanto ela deveria ser.

Neste século também viveu João de Salisbury, um inglês, um homem altamente respeitado em seu tempo. Em uma de suas Epístolas, ele trata este assunto vastamente, e professa seguir Jerônimo e indubitavelmente crer que há somente vinte e dois livros no Cânon do Velho Testamento, todos os quais ele nomeia em ordem, e adiciona: “Que nem o livro de Sabedoria, nem Eclesiástico, nem Judite, nem Tobias, nem o Pastor, nem os Macabeus são estimados canônicos.”

No século XIII, a opinião do erudito era a mesma, como nós podemos ver pela *Glosa Ordinária* sobre a Bíblia, em cuja composição muitas pessoas estavam envolvidas, e que foi altamente aprovada por todos os doutores e pastores nas igrejas ocidentais. No prefácio desta *glosa*, são reprovados por ignorância aqueles que mantêm todos os livros, colocam em um volume da Escritura, na mesma veneração. A diferença entre estes livros é declarada ser tão grande quanto entre obras *certas* e *duvidosas*. Os livros canônicos são declarados: “Ter sido escritos pela inspiração do Espírito Santo; mas quem foram os autores dos outros é desconhecido.” Então é declarado: “Que a igreja permite a leitura dos livros apócrifos para devoção e instrução, mas não com autoridade para decidir matérias de controvérsia em fé. E que não há mais de vinte e dois livros canônicos do Velho Testamento, e os demais são apócrifos.” Assim nós temos o julga-

mento comum da igreja, no século XIII, em oposição direta ao decreto do Concílio de Trento no XVI. Mas isto não é tudo, pois quando os escritores desta *Glosa* abordam os livros apócrifos, eles prefixam uma advertência, como: “Aqui começa o livro de Tobias, que não está no Cânon”; “Aqui começa o livro de Judite, que não está no Cânon”, e assim para cada um deles; e para confirmar a opinião deles, eles apelam para os Pais.

HUGO, o cardeal, que viveu neste século, escreveu comentários sobre todas as Escrituras, que foram universalmente estimadas; nestes ele constantemente mantém a distinção entre os livros canônicos e eclesiásticos: e ele explicitamente declara que “Eclesiástico, Sabedoria, Judite, Tobias, e os Macabeus são apócrifos, dúbios, não canônicos, não recebidos pela igreja para provar nenhuma matéria de fé, senão para informação de maneiras”.

TOMÁS DE AQUINO também, o mais famoso dos homens eruditos, faz a mesma distinção entre estas classes de livros. Ele mantém que o livro de Sabedoria não devia ser mantido como parte do Cânon, e atribui-o a Filo. A história de Bel e o Dragão, ele chama de uma fábula; e ele mostra claramente o suficiente que ele não cria que Eclesiástico era de autoridade canônica.

No século XIV, nenhum homem adquiriu tão extensiva reputação por seus comentários sobre a Bíblia como Nicolás Lira, um judeu convertido. Em seu prefácio ao livro de Tobias, ele diz: “Que tendo comentado sobre todos os livros canônicos, desde o começo de Gênesis até o fim de Apocalipse, sua intenção agora era escrever sobre aqueles livros que não são canônicos.” Aqui ele enumera Sabedoria, Eclesiástico, Judite, Tobias, e os Macabeus; e então adiciona: “Os livros canônicos não são somente anteriores a estes no tempo, mas em dignidade e autoridade.” E novamente: “Estes não estão no Cânon, mas são recebidos pela igreja para serem lidos para instrução em maneiras, e não para serem usados para decidir controvérsias a respeito da fé; ao passo que os outros são de tal autoridade que o que quer que eles contenham deve ser mantido como verdade inquestionável.”

O inglês WILLIAM OCCAM, de Oxford, considerado o mais erudito doutor de sua era, em seus Diálogos, reconhece: “Que aquela honra é devida somente aos escritores divinos da Escritura, que nós deveríamos estimá-los livres de todo erro.” Além do mais, em seus Prólogos, ele completamente assente à opinião de Jerônimo e Gregório: “Que nem Judite, nem Tobias, nem os Macabeus, nem Sabedoria, nem Eclesiástico devem ser recebidos no mesmo lugar de honra dos

livros inspirados”; “pois”, diz ele, “a igreja não os numera entre as Escrituras canônicas.”

No século XV, TOMAS ANGLICO, às vezes chamado *o Doutor Angelical* por causa de seu julgamento excelente, numera vinte e quatro livros do Velho Testamento, se Rute for reconhecido separadamente de Juízes, e Lamentações separado de Jeremias.

PAULO BURGENSE, um judeu espanhol, que, depois de sua conversão ao Cristianismo, por causa de seu conhecimento e piedade superiores, prosseguiu em ser bispo de Burgos, escreveu notas sobre a Bíblia, em que ele retém a mesma distinção de livros que tem sido tão frequentemente mencionada.

Os romanistas têm, por fim, como eles supõem, encontrado uma autoridade para estes livros disputados no Concílio de Florença, de cujos Atos eles produzem um decreto em que os seis livros disputados são nomeados e expressamente declarados ser escritos pela inspiração do Espírito Santo.

Embora este Cânon fosse genuíno, a autoridade de um concílio reunindo-se em tais circunstâncias, conforme atendido o encontro deste, teria muito pouco peso; mas o Dr. Cosins tem mostrado que nas largas cópias dos atos deste concílio tal decreto não pode ser encontrado, e que ele tem sido impingido ao resumo por algum impostor que omitiu alguma outra coisa para abrir espaço para ele, e assim preservou o número de Cânones inalterado, enquanto a substância deles foi alterada.

ALFONSO TOSTADO, bispo de Ávila, que, por causa de sua erudição extraordinária, foi chamado de a maravilha do mundo, tem dado um testemunho claro e decisivo sobre este assunto. Este homem erudito declara: “Que estes livros controvertidos não eram canônicos, e que a igreja não condenou nenhum homem por desobediência, que não os recebeu como as outras Escrituras, porque eles eram de origem incerta, e não é sabido se eles foram escritos por inspiração.” E novamente: “Porque a igreja está incerta se hereges não têm adicionado a eles.” Esta opinião ele repete em várias partes de suas obras.

Cardeal XIMENES, o célebre editor da Poliglota Complutensiana, no prefácio daquela obra, admoeſta o leitor de que Judite, Tobias, Sabedoria, Eclesiástico, Macabeus, com as adições a Ester e Daniel, que são encontrados no grego, não são Escrituras canônicas.

JOÃO PICO, o erudito conde de Mirandola, aderiu firmemente à opinião de Jerônimo e os outros Pais sobre o assunto do Cânon.

FABER STAPULENSIS, um famoso doutor de Paris, reconhece que estes livros não estão no Cânon.

LUDOVICO VIVES, um dos homens mais eruditos de sua era, em seus comentários sobre a Cidade de Deus, de Agostinho, rejeita o terceiro e quarto livros de Esdras, e também a história de Susana, e Bel, como apócrifas. Ele fala de tal maneira de Sabedoria e Eclesiástico para mostrar que ele não os estimava canônicos; pois ele faz Filo ser o autor do primeiro, e o filho de Siraque do último, que viveu no tempo de Ptolomeu cerca de cem anos após o último dos Profetas; e dos Macabeus, ele duvida se Josefo foi o autor ou não; pelo que ele suficientemente mostra que ele não cria que eles foram escritos por inspiração.

Mas não houve homem nesta era que obteve tão alta reputação por erudição e habilidade crítica quanto ERASMO. Em sua exposição do Credo dos Apóstolos e do Decálogo, ele discute esta questão com respeito aos livros canônicos, e depois de enumerar os livros usuais do Velho Testamento, ele diz: “Os Pais antigos não admitiam mais”; mas dos outros livros recebidos depois no uso eclesiástico (nomeando o todo que nós estimamos apócrifos): “É incerto que autoridade deveria ser permitida a eles; mas as Escrituras canônicas são tais que, sem controvérsia, se crê que foram escritas pela inspiração de Deus.” E em sua *Scholia* sobre o prefácio a Daniel, de Jerônimo, ele expressa sua maravilha de que tais histórias, como Bel e o Dragão, devessem ser publicamente lidas nas igrejas. Em sua destinação a estudantes das Escrituras, ele admoesta-os a considerar bem: “Que a igreja nunca intencionou dar a mesma autoridade a Tobias, Judite e Sabedoria, que é dada aos cinco livros de Moisés ou aos quatro evangelistas.”

O último testemunho que nós aduziremos para mostrar que estes livros não eram universalmente nem comumente recebidos, até o tempo do Concílio de Trento, é aquele do cardeal CAJETAN, o oráculo da igreja de Roma. Em seus comentários sobre a Bíblia, ele dá-nos isto como a regra da igreja: “Que aqueles livros que eram canônicos para Jerônimo deveriam ser assim conosco; e que aqueles que não eram recebidos como canônicos por ele deveriam ser considerados excluídos por nós.” E ele diz: “A igreja é muito devedora a este Pai por distinguir entre os livros que são canônicos e aqueles que não são, pois assim ele tem-nos livrado da reprovação dos hebreus, que, de outro modo, poderiam dizer que nós temos formado um novo Cânon para nós mesmos.” Por esta razão ele não escreveria nenhuns comentários sobre estes livros apócrifos; “pois”, diz ele, “Judite, Tobias, Macabeus, Sabedoria, e as adições a Ester são todos excluídos do

Cânon como insuficientes para provar qualquer matéria de fé, embora eles possam ser lidos para a edificação do povo.”

Das copiosas citações de testemunhos que nós temos dado, é evidente que os livros em disputa são apócrifos, e não têm direito a um lugar no Cânon; e que o Concílio de Trento agiu ignorantemente ao decretar, com um anátema anexado, que eles deveriam ser recebidos como divinos. Seguramente, nenhum concílio pode fazer um livro inspirado que não foi escrito por inspiração. Certamente estes livros não pertenciam ao Cânon enquanto os apóstolos viveram, pois eles eram desconhecidos tanto por judeus quanto por cristãos. SISTO DE SIENA, um romaniста distinto, reconhece que foi um longo tempo após a era dos apóstolos que estes escritos vieram ao conhecimento de toda a igreja cristã. Mas enquanto isto é concedido, isto não termina a controvérsia, pois entre os muitos clamores extraordinários da igreja romana, um dos mais extraordinários é a autoridade para adicionar ao Cânon da Escritura Santa. Tem sido feito suficientemente manifesto que estes livros apócrifos não foram incluídos no Cânon durante os primeiros três séculos; e pode ser duvidado se o Cânon foi completamente constituído antes do século IV? Supor que um papa ou um Concílio podem fazer quaisquer livros que lhes agradam canônicos, é muito absurdo para merecer uma consideração momentânea. Se, sob este princípio, eles pudessem tornar Tobias e Judite canônicos, sob o mesmo princípio eles poderiam introduzir Heródoto, Lívio, ou até mesmo o próprio Corão.

SEÇÃO V

EVIDÊNCIA INTERNA DE QUE ESTES LIVROS NÃO SÃO CANÔNICOS—OS ESCRITORES NÃO SÃO PROFETAS, E NÃO CLAMAM SER INSPIRADOS.

EU venho agora ao quinto argumento para refutar a autoridade canônica destes livros, que é derivado de evidência interna. Livros que contêm falsidades manifestas; ou que abundam em histórias tolas e ridículas; ou contradizem a doutrina simples e uniforme da Escritura reconhecida, não podem ser canônicos. Agora eu empreenderei mostrar que os livros em disputa são todos, ou muitos deles, condenados por esta regra.

No livro de Tobias, a um anjo de Deus é atribuída uma falsidade palpável: “Eu sou Azarias, o filho de Ananias o grande, e de teus irmãos”;¹ pelo que Tobias foi completamente enganado, pois ele diz: “Tu és de uma família honesta e honrada.” Agora no capítulo 12, este mesmo anjo declara: “Eu sou Rafael, um dos sete Anjos Santos, que apresenta as orações dos santos, e que entra e sai diante da glória do Santo.”

É dito de Judite que ela disse escassamente qualquer coisa senão falsidade a Holofernes; mas o que é mais inconsistente com o caráter de piedade dado a ela é que é atribuída a ela uma oração ao Deus de verdade nas seguintes palavras: “Fira pelo engano dos meus lábios, o servo com o príncipe, e o príncipe com o servo.” Quem não percebe, de uma vez, a impiedade desta oração? É uma petição que aquele que mantém em completo ódio toda falsidade, deveria dar eficácia a premeditado dolo. Também é dito desta mulher, tão celebrada por sua piedade, que ela fala com recomendação da conduta de Simeão, na cruel matança dos siquemitas; um ato contra o qual Deus, nas Escrituras, tem expressado grande desprazer.

No segundo livro de Macabeus, RAZIS, um ancião de Jerusalém, é mencionado com alta recomendação por destruir sua própria vida, em vez de cair nas mãos de seus inimigos; mas, certamente, suicídio não é, em qualquer caso, apro-

¹ Tobias 5. 18.

vado pela palavra de Deus.

O autor do livro de Sabedoria fala no nome de Salomão, e fala sobre ser apontado para construir um templo no monte santo; ao passo que tem sido provado por Jerônimo que este livro é falsamente atribuído a Salomão.

No livro de Tobias, nós temos esta história: “E quando eles continuaram sua jornada, eles vieram ao rio Tigres, e eles alojaram-se ali; e quando o jovem desceu para se lavar, um peixe saltou do rio e o teria devorado. Então o anjo disse a ele: Toma o peixe. E o jovem tomou o peixe e o trouxe à terra. A quem o anjo disse: Abre o peixe, e toma o coração, e o fígado, e o fel, e coloca-os em segurança. Assim o jovem fez, como o anjo lhe ordenou, e quando eles tinham assado o peixe, eles comeram-no. Então o jovem disse ao anjo: Irmão Azarias, qual é o uso do coração, e do fígado, e do fel do peixe? E ele disse-lhe: No tocante ao coração e ao fígado, se um demônio, ou um espírito mau, incomodar alguém, nós devemos tomar a fumaça deles diante do homem ou da mulher, e a pessoa não será mais vexada. Quanto ao fel, é bom para untar um homem que tem brancura em seus olhos; e ele será curado.”¹ Se esta história não cheira a fábula, então seria difícil encontrar algo que seja.

No livro de Baruque, há também várias coisas que não parecem ser verdadeiras. Baruque é dito ter lido este livro, no quinto ano depois da destruição de Jerusalém, aos ouvidos do rei, e de todo o povo que habitava na Babilônia, os quais, ao ouvirem isso, coletaram dinheiro e enviaram-no a Jerusalém, aos sacerdotes.² Ora, Baruque, que é aqui alegado ter lido este livro na Babilônia, é dito, nas Escrituras canônicas, ter sido levado cativo ao Egito, com Jeremias, depois do assassinato de Gedalias (Jr. 43. 6). Novamente, diz-se que ele leu aos ouvidos do rei Jeconias, e de todo o povo; mas Jeconias, é sabido ter sido encerrado na prisão, neste tempo, e de modo algum é provável que Baruque tenha tido acesso a ele, se ele tivesse estado na Babilônia. O dinheiro que foi enviado da Babilônia era para habilitar os sacerdotes a oferecerem sacrifícios ao Senhor, mas o templo estava em ruínas, e não havia altar.³

Nos capítulos adicionados ao livro de Ester, nós lemos que: “Mardoqueu, no segundo ano de Artaxerxes o Grande, foi um grande homem, sendo um servo na

¹ Tobias 6. 1–9.

² Baruque 1. 1–6.

³ Baruque 1. 10. “E eles disseram: Eis que nós vos enviamos dinheiro para comprar para vós ofertas queimadas, e ofertas pelo pecado, e incenso, e preparai vós maná, e o ofereci sobre o altar do Senhor nosso Deus.”

corte do rei.” E no mesmo: “Que ele foi também um dos cativos que Nabucodonosor levou de Jerusalém, com Jeconias, rei da Judeia.” Agora, entre estes dois períodos, intervieram cento e cinquenta anos; de forma que, se ele foi com somente quinze anos de idade, quando levado, ele deve ter sido um servo na corte do rei com a idade de cento e setenta e cinco anos!

Novamente, é dito que Mardoqueu foi “um grande homem na corte, no segundo ano de Artaxerxes”, antes dele detectar a conspiração contra a vida do rei. Ora, Artaxerxes e Assuero ou foram o mesmo, ou eles não foram; se o primeiro, esta história se choca com a narrativa escritural, pois ali aparece que Mordecai não era, antes deste tempo, um cortesão, ou um homem conspícuo; se o último, então esta adição é manifestamente falsa, porque ela atribui a Artaxerxes, o que as Escrituras atribuem a outra pessoa.

Além do mais, este escrito apócrifo coloca a conspiração contra a vida do rei antes do repúdio de Vaști e o casamento de Ester; mas isto é repugnante às Escrituras canônicas.

Também é declarado, neste livro, (vide capítulo 16) que Mardoqueu recebeu honras e recompensas pela detecção da conspiração; ao passo que, no livro canônico de Ester, é declarado que ele não recebeu recompensa. E uma razão diferente é atribuída, nos dois livros, para o ódio de Hamã a Mordecai. No canônico, é sua negligência de mostrar respeito a este cortesão orgulhoso; no apócrifo, é a punição dos dois eunucos, que tinham planejado a conspiração.

E finalmente, Hamã, nesta obra espúria, é chamado um *macedônio*; e é dito que ele meditava o plano de transferir o reino persa para os macedônios. Mas isto é completamente incrível. O reino da Macedônia deve de ter sido, naquele tempo, mais obscuro, e provavelmente completamente desconhecido na corte persa. Mas isto não é tudo: aquele que é aqui chamado de macedônio, é no livro canônico chamado um *agagita*. A prova do caráter apócrifo desta adição a Ester, que tem sido aduzida, é, em toda a razão, suficiente.

Os advogados destes livros são grandemente surpreendidos em encontrar um lugar na história da nação judaica, pela maravilhosa libertação forjada por meio de Judite. Parece estranho que nenhuma alusão seja feita a este evento em qualquer dos livros reconhecidos da Escritura; e mais inexplicável ainda é que Josefo, que foi muito disposto a relatar tudo favorável ao caráter de sua nação, nunca tenha feito a menor menção dele. Alguns localizam esta história no período precedente ao cativeiro babilônico; enquanto outros são de opinião de que os eventos

ocorreram no tempo de Cambises, rei da Pérsia. Mas o nome do sumo sacerdote aqui mencionado, não ocorre com os nomes dos sumos sacerdotes contidos em quaisquer das genealogias. Do tempo da construção do templo de Salomão à sua derrubada pelos assírios, este nome não é encontrado na lista de sumos sacerdotes, como pode ser visto consultando-se o capítulo 6 de 1 Crônicas; nem no catálogo dado por Josefo, no décimo capítulo do décimo livro de suas Antiguidades. Que esta história não pode ser colocada depois do cativeiro é manifesto desta circunstância, pois o templo de Salomão ainda estava de pé quando as transações que são relatadas neste livro ocorreram.

Outra coisa no livro de *Judite* que é muito suspeita é que é mencionado que Holofernes disse: “Dizei-me agora, vós, filhos de Canaã, quem este povo é, que habita nos montes pátrios, e quais são as cidades em que eles habitam.” Mas como pode ser reconciliado com história conhecida, que um príncipe da Pérsia deveria ser completamente ignorante do povo judeu?

É impossível reconciliar o que é dito, no fechamento do livro, com quaisquer princípios são de cronologia. Judite é representada como jovem e bela, quando ela matou Holofernes; mas aqui é dito: “Que ela envelheceu na casa de seu marido, sendo da idade de cento e cinco anos. E não houve ninguém que fez os filhos de Israel mais temerosos, nos dias de Judite, nem um longo tempo após sua morte.” Em que reino, ou em que período, nós perguntaríamos, os judeus apreciaram este longo período de tranquilidade ininterrupta?

Alguns escritores que estão completamente convencidos de que a história de Judite não pode ser reconciliada com história autêntica, se tomada literalmente, são de opinião de que ela contém uma bela alegoria; que Betúlia (*a virgem*) representa a igreja de Deus; que o assalto de Nabucodonosor significa a oposição do mundo e seu príncipe; que a vitória obtida por uma mulher pia, é intencionada a ensinar que a libertação da igreja não é efetivada por força ou poder humano, mas pelas orações e piedade dos santos, &c. Esta talvez é a visão mais favorável que nós podemos tomar desta história: mas tome-a como você quiser, é claro que o livro é apócrifo, e não tem direito a um lugar no Cânon sagrado.

Entre o primeiro e segundo livros de Macabeus, há uma palpável contradição; pois no primeiro livro é dito que: “Judas morreu no ano cento e cinquenta e dois”; mas no segundo, “que no ano cento e oitenta e oito, o povo que estava na Judeia, e Judas, e o concílio, enviaram saudações e saúde a Aristóbulo.” Assim, faz-se Judas estar unido no envio de uma carta, trinta e seis anos depois de

sua morte! A contradição é manifesta. No mesmo primeiro capítulo do segundo livro, há uma história inserida que tem muito o ar de fábula. “Pois quando nossos pais foram conduzidos à Pérsia, os sacerdotes que eram então devotos tomaram o fogo do altar ocultamente e esconderam-no num lugar oculto de um poço sem água, onde eles o mantiveram seguro, de forma que o lugar era desconhecido a todos os homens. Ora, depois de muitos anos, quando prouvera a Deus, Neemias, sendo enviado do rei da Pérsia, enviou da posteridade daqueles sacerdotes que tinham-no ocultado, ao fogo; mas quando eles nos disseram que eles não encontraram fogo, mas espessas águas, então ele ordenou-lhes a tirá-la e trazê-la, e quando o sacrifício foi posto, Neemias ordenou aos sacerdotes que aspergissem a água sobre a madeira e as coisas sobre ela. Quando isto foi feito, e o tempo chegou que o sol brilhou, que antes estava escondido nas nuvens, um grande fogo foi aceso.” 2 Macabeus 9. Mas os judeus não foram levados para a Pérsia, mas para a Babilônia, e o resto da história não tem fundamento, seja qual for, de verdade.

No segundo capítulo, nós temos outra história fabulosa do tomar da arca, do altar, e do altar de incenso por Jeremias, ao monte Pisga, e escondendo-os numa caverna oca, e fechando-os. Jeremias declarou que este lugar deveria ser desconhecido, “até o tempo em que Deus reunisse seu povo novamente, e os recebesse em misericórdia; quando a nuvem, que apareceu a Moisés, deveria aparecer de novo”. 1 Macabeus 8. 16.

Há outra contradição entre estes livros de Macabeus, em relação à morte de Antíoco Epifanes. No primeiro, é dito que ele morreu em Elimais, na Pérsia, no ano cento e quarenta e nove; mas, no segundo livro, é relatado que depois de entrar em Persépolis, com uma visão da derrubada do templo e da cidade, ele foi repulsado pelos habitantes; e enquanto em sua jornada deste lugar, ele foi arrebatado com uma doença temível das entranhas, e morreu nas montanhas. 1 Macabeus 6; 2 Macabeus 9.

Além do mais, as narrativas dadas de Nicanor, no sétimo capítulo do primeiro livro, e nos capítulos 14 e 15 do segundo livro, são totalmente inconsistentes.

No primeiro livro de Macabeus, uma narrativa errônea é dada do governo civil dos romanos, onde é dito: “Que eles comissionavam o governo deles a um homem a cada ano, que governava sobre todo o país deles, e que todos eram obedientes àquele.” Ao passo que, é bem sabido, tal forma de governo sequer existiu entre os romanos.

Finalmente, é manifesto que estes livros não foram inspirados, e portanto não são canônicos, porque eles não foram escritos por profetas; mas por homens que falam de seus labores numa forma completamente incompatível com inspiração.

Jerônimo e Eusébio eram de opinião de que Josefo foi o autor dos livros de Macabeus; mas isso nunca tem sido suposto por ninguém, que ele foi um homem inspirado; portanto, se esta opinião estiver correta, estes livros não são mais canônicos do que as Antiguidades, ou as Guerras dos Judeus, pelo mesmo autor.

Tem sido a constante tradição dos judeus e cristãos que o espírito de profecia cessou com Malaquias, até o aparecimento de João o Batista. Malaquias tem, nesta narrativa, sido chamado pelos judeus de “o selo dos profetas”.

Josefo, em seu livro contra APIÃO, depois de dizer que cabia somente aos profetas escrever livros inspirados, adiciona estas palavras: “Desde o tempo de Artaxerxes, houve alguns dentre nós que escreveram livros mesmo em nosso próprio tempo, mas estes não são de igual autoridade com os precedentes, porque a sucessão de profetas não foi completa.”

EUSÉBIO, ao dar um catálogo dos líderes judaicos, nega que ele possa proceder a qualquer um abaixo de Zorobabel, “porque”, ele diz, “depois do retorno do cativo até o advento de nosso Salvador, não há livro que possa ser estimado como sagrado”.

AGOSTINHO dá um testemunho similar. “Depois de Malaquias, os judeus não tiveram profetas, durante aquele período inteiro, que interveio entre o retorno do cativo e o advento de nosso Salvador.”

Nem GENEBRARD dissente desta opinião. “De Malaquias a João Batista”, diz ele, “nenhum profeta existiu.”

DRÚSIO cita as seguintes palavras, do Compilador da História Judaica: “O resto dos discursos de Simão e suas guerras, e as guerras de seu irmão, não estão eles escritos no livro de José, o filho de Gorion, e no livro dos asmoneanos, e nos livros dos reis romanos?” Aqui os livros dos Macabeus são colocados entre os escritos de Josefo e a história romana.

O livro de Sabedoria de fato clama ser a obra de Salomão, um homem inspirado; mas este clamor fornece a mais forte base para sua condenação. É capaz da mais clara prova de evidência interna, de que esta foi a produção de alguma pessoa, provavelmente um judeu helenístico, que viveu um longo tempo após o Cânon do Velho Testamento ser completado. Ele contém alusões manifestas a

costumes gregos, e é tinturado com a filosofia greciana. A maneira com que o autor louva a si mesmo é enfadonha, e não tem paralelo num escritor inspirado. Este livro tem sido atribuído a Filo Judæus; e se esta conjectura estiver correta, sem dúvida ele não tem justo clamor de ser considerado um livro canônico. Mas quem quer que tenha sido o autor, seu empreendimento em passar sua composição pelo escrito de Salomão, é suficiente para decidir toda questão com respeito à sua inspiração. Se Salomão tivesse escrito este livro, ele teria sido encontrado no Cânon judaico, e na língua hebraica. O escritor também é culpado de bajulação vergonhosa por sua própria nação, o que é inteiramente repugnante ao espírito de todos os profetas. Ele adiciona também, sem nenhum fundamento, muitas coisas à narrativa sagrada, contidas na história canônica; e mistura com ela muito que é da natureza de embelezamento poético. E, de fato, o estilo todo da composição cheira muito a eloquência artificial para ser atribuído ao Espírito de Deus; a característica constante de suas produções é simplicidade e sublimidade.

Eclesiástico, que é superior a todos os outros livros apócrifos, foi escrito por um Jesus, o filho de Siraque. Seu avô, do mesmo nome, parece, tinha escrito um livro, que ele deixou para seu filho Siraque; e ele entregou-o a seu filho Jesus, que sofreu grandes dores para reduzi-lo em ordem; mas ele em nenhum lugar assume o caráter de um profeta, nem clama ele pelo autor original, seu avô. No prólogo, ele diz: “Meu avô, Jesus, quando ele se dedicou à leitura da lei e dos profetas, e outros livros de nossos pais, e obteve deles bom julgamento, foi incentivado também a escrever algo pertencente a erudição e sabedoria, no intento de que, aqueles que querem aprender, e são viciados nestas coisas, possam produzir muito mais, e viver de acordo com a lei. Portanto, deixe-me pedir-lhe que o leia com favor e atenção, e perdoe-nos naquilo que nós podemos parecer estar aquém de algumas palavras que nós temos laborado em interpretar. Pois as mesmas coisas proferidas em hebraico, e traduzidas em outra língua, não têm a mesma força nelas. Pois no ano trinta e oito, vindo para o Egito quando Euergetes era rei, e continuando ali por algum tempo, eu encontrei um livro de não pequena erudição: portanto, eu pensei ser mais necessário para mim, empregar alguma diligência e trabalhar na interpretação dele; usando grande vigilância, e habilidade, naquele espaço, para trazer o livro a um fim”, &c. Seguramente não há necessidade de argumentos adicionais para provar que este modesto autor não clamava ser inspirado.

O autor do segundo livro de Macabeus professa ter reduzido, em um volume, uma obra de *Jason de Cirene*, consistindo em cinco volumes. Concernente a esta obra, ele diz: “Portanto, para nós que temos tomado para nós este doloroso labor de abreviar, não foi fácil, mas uma questão de suar e ver.” Novamente: “Deixando para o autor o manuseio exato de cada particular, e laborando em seguir as regras de um resumo—permanecer em cada ponto, e passar pelas coisas em largo, e ser curioso em particulares—pertence ao primeiro autor da história; mas usar de brevidade, e evitar muito labor na obra, deve ser garantido àquele que faz um resumo.” É qualquer coisa mais necessária para provar que este escritor não professava ser inspirado? Se houvesse qualquer inspiração no caso, ela deve ser atribuída a Jason de Cirene, o escritor original da história; mas sua obra está, há muito, perdida, e nós agora possuímos somente o resumo que custou ao escritor muito labor e dores. Assim, eu penso que parece suficientemente que os autores destes livros disputados não eram profetas; e que, tão logo nós possamos determinar as circunstâncias em que eles escreveram, eles não alegam ser inspirados, mas expressam-se de tal forma que nenhum homem sob a influência de inspiração sequer o fez.

Os escritores papistas, para evadirem da força dos argumentos de seus adversários, pretendem que havia um Cânon duplo; que alguns dos livros da Escritura são *protocanônicos*; e outros *deuterocanônicos*. Se por esta distinção, eles só intencionaram que a palavra *Cânon* foi frequentemente usada pelos Pais, com grande latitude, para incluir todos os livros que sempre foram lidos nas igrejas, ou que estavam contidos no volume da Bíblia Grega, a distinção está correta, e significa o mesmo, como é frequentemente expresso, que chamar alguns livros de sagrados e canônicos, e outros de *eclesiásticos*. Mas estes escritores fazem manifesto que eles intencionam muito mais do que isso. Eles desejam colocar os livros *deuterocanônicos* deles em pé de igualdade com o antigo Cânon judaico; e esta distinção é intencionada para ensinar que depois do primeiro Cânon ser constituído, outros livros foram, de tempo a tempo, adicionados: mas quando estes livros assim anexados ao Cânon têm sido pronunciados pela autoridade competente, eles devem ser recebidos com igual autoridade com os primeiros. Quando este segundo Cânon foi constituído, é uma questão concernente à qual eles não concordaram; alguns pretendem que no tempo de *Shammai* e *Hillel*, dois famosos rabinos, que viveram antes do advento do Salvador, estes livros foram adicionados ao Cânon. Mas por que então eles não são incluídos no Cânon

Hebraico? Por que Josefo nunca os menciona? Por que eles nunca são citados nem aludidos no Novo Testamento? E por que todos os Pais primitivos omitem citá-los, ou expressamente os rejeitam? As dificuldades desta teoria, sendo muito proeminentes, muitos dos advogados do apócrifa supõem que estes livros, depois de terem permanecido em dúvida, foram recebidos pela suprema autoridade da igreja, no século IV. Eles alegam que estes livros foram sancionados pelo Concílio de Niceia, e pelo terceiro Concílio de Cartago, que se reuniu em 397 d.C. Mas a história do método perseguido pelo Concílio de Niceia, em distinguir entre livros canônicos e espúrios, é fabuloso e ridículo. Não há nada nos Cânones daquele concílio relativo a estes livros; e certamente, eles não citaram autoridades deles, em confirmação das doutrinas estabelecidas por eles. E quanto ao terceiro Concílio de Cartago, pode ser perguntado, que autoridade tinha este sínodo provincial para determinar qualquer coisa para a igreja inteira, concernente ao Cânon? Mas não há certeza de que este concílio tenha determinado qualquer coisa sobre o assunto; pois no mesmo Cânon, há menção feita ao papa Bonifácio, de que ele viveu naquele tempo, ao passo que ele não se elevou a esta dignidade, até mais de vinte anos depois; no qual tempo, três outros papas ocuparam a Sé de Roma; de forma que este Cânon não poderia ter sido formado pelo terceiro Concílio de Cartago. E em algumas cópias ele é inserido, como a décima quarta do sétimo Concílio de Cartago. Porém, pode ser, nós podemos ser confiantes, que nenhum concílio do século IV teve qualquer autoridade para adicionar ao Cânon da Escritura, livros que foram, não somente não recebidos antes, mas explicitamente rejeitados como apócrifos, por muitos dos Pais. Nossos oponentes dizem que estes livros eram incertos antes, mas agora receberam confirmação. Como poderia haver qualquer incerteza, em relação a estes livros, se a igreja era tão infalível, nos três primeiros séculos, quanto no quarto. Estes livros eram ou canônicos antes do século IV, ou eles não eram: se o primeiro, como aconteceu que eles não foram reconhecidos pelos apóstolos? Como eles vieram a ser negligenciados e rejeitados pelos Pais primitivos? Mas se eles não eram canônicos antes, eles devem de ter sido canonizados pelo decreto de algum concílio. Isto é, a igreja pode fazer um livro ser inspirado, que nunca foi dado por inspiração. Esta absurdidade foi mencionada antes, mas ela merece ser repetida, porque, embora irrazoável ela possa ser, ela forma o verdadeiro, e quase o único fundamento, sobre o qual a doutrina da igreja romana, em relação a estes livros apócrifos, repousa. Isto é, de fato, uma parte da supremacia do papa: alguns de

seus melhores escritores, porém, negam esta doutrina; e o que quer que outros possam pretender, é mais certo que os Pais, com um consentimento, criam que o Cânon da Escritura sagrada foi completado no tempo deles: eles nunca sonharam com livros não então canônicos se tornando tal, por nenhuma autoridade sobre a terra. De fato, a ideia de adicionar ao Cânon o que, desde o princípio, não pertencia a ele, nunca parece ter entrado na mente de qualquer pessoa em tempos primitivos. Se esta doutrina estivesse correta, nós poderíamos ainda ter adições feitas ao Cânon, e isso também de livros que têm existido por centenas de anos.

Esta questão pode ser trazida a uma matéria célere, com todos os juízes sem preconceitos. Estes livros foram, ou escritos por divina inspiração para guiar a igreja em matérias de fé e prática, ou eles não foram; se o primeiro, eles sempre tiveram um direito a um lugar no Cânon; se o último, nenhum ato de um papa ou concílio poderia tornar esse livro divino, o qual não era assim antes. Seria mudar a natureza de um fato, do qual nada é mais impossível.

É alegado, com muita confiança, que as Bíblias Gregas, usadas pelos Pais, continham estes livros; e, portanto, sempre que eles dão seu testemunho às Escrituras sagradas, estes são incluídos. Este argumento prova muito, pois o terceiro livro de Esdras e a Oração de Manassés estavam contidos nestes volumes, mas estes são rejeitados pelos romaniístas. A verdade, porém, é que estes livros não foram originalmente conectados com a Septuaginta; eles foram, provavelmente, introduzidos em alguma das versões gregas posteriores, que foram feitas por hereges. Estas versões, particularmente aquela de *Teodociano*, vieram a ser usadas promiscuamente com aquela da LXX; e até este dia, as cópias comuns contêm a versão do livro de Daniel por Teodociano, em vez daquela pela LXX.

Por alguns meios, estes livros apócrifos rastejaram na Bíblia Grega; mas os Pais primitivos foram cuidadosos em distingui-los das Escrituras canônicas, como nós já temos visto. Que eles eram lidos nas igrejas, também é verdadeiro; mas não como Escritura; não para confirmação de doutrina, mas para a edificação do povo comum.

Alguns dos Pais, é verdadeiro, citaram-nos como autoridade, mas muito raramente, e a razão que tornou difícil para eles distinguirem precisamente entre livros eclesiásticos e canônicos já tem sido dada. Estes homens piedosos geralmente não eram familiarizados com a literatura hebraica, e encontrando todos estes livros em grego, e frequentemente vinculados no mesmo volume com as

Escrituras canônicas, e observando que eles continham regras excelentes para a direção da vida e a regulação da moral, eles às vezes se referiam a eles, e citavam passagens deles, e permitiam que eles fossem lidos na igreja, para a instrução e edificação do povo.

Mas os mais eruditos dos Pais, que examinaram a autoridade dos livros sagrados com diligência incessante, claramente destacaram a distinção entre tais livros que eram canônicos, e tais que eram meramente composições humanas. E alguns deles desaprovavam a leitura destes livros apócrifos pelo povo; e alguns concílios avisaram as igrejas contra eles. Foi com esta simples visão que tantos catálogos dos livros canônicos foram preparados e publicados.

Não obstante a nós termos sofrido muitas dores para mostrar que os livros chamados *apócrifa* não são canônicos, nós desejamos evitar o extremo oposto de considerá-los inúteis ou injuriosos. Alguns destes livros são importantes pela informação histórica que eles contêm; e, especialmente, porque os fatos registrados neles são, em algumas instâncias, o cumprimento de profecias importantes.

Outros deles estão repletos de máximas sagradas, morais, e prudenciais, muito úteis para auxiliar na regulação da vida e de maneiras; mas mesmo com estes, são sentimentos intercalados, que não são perfeitamente acordados com a palavra de Deus. Em resumo, estes livros são de valor muito diferente, mas no melhor deles há tanto erro e imperfeição que nos convencem de que eles são produções humanas, e deveriam ser usados como tais: não como uma regra infalível, mas como auxílios úteis na obtenção de conhecimento, e na prática de virtude. Portanto, se nós os excluíssemos de um lugar na Bíblia, nós não os proscreveríamos como inúteis de se ler; mas nós tê-los-íamos publicado num volume separado, e estudado muito mais cuidadosamente do que eles têm comumente sido.

E enquanto nós dissentiríamos da prática de ler *lições* destes livros, como lições escriturais são lidas na igreja, nós cordialmente recomendaríamos a leitura frequente, em privado, de 1 Macabeus, a Sabedoria de Salomão, e, acima de tudo, Eclesiástico.

É uma desonra a Deus, e um descrédito de sua palavra, colocar outros livros, em qualquer respeito num pé de igualdade com os oráculos divinos; mas é um privilégio ser permitido ter acesso aos escritos de homens eminentes por sua sabedoria e piedade. E é também uma matéria de instrução curiosa aprender quais eram as opiniões de homens, em longas eras passadas, e em países muito remotos.

A infalibilidade da igreja de Roma é claramente provada ser sem fundamento, pelo decreto do Concílio de Trento, canonizando o apócrifa. Se nós tivermos sido bem-sucedidos em provar que estes livros não são canônicos, a infalibilidade de ambos, papas e concílios, é derrubada; pois se eles erraram em uma instância, isso prova que a doutrina é falsa. Uma grande inconveniência desta doutrina é que quando aquela igreja cai em qualquer erro, ela nunca o pode retratar; pois isso seria reconhecer sua falibilidade.

Alguns alegam que a igreja de Roma não é agora o que ela foi nos primeiros anos; mas que ela tem posto de lado opiniões inicialmente entretidas. Mas esta alegação é inconsistente com seu clamor de infalibilidade. De acordo com este, a igreja de Roma nunca errou; o que ela tem declarado ser verdadeiro em qualquer tempo ela deve manter para sempre como verdadeiro; ou desistir de suas pretensões de infalibilidade. Em relação ao Apócrifa, é imaterial se se supõe que a infalibilidade encontra-se no papa ou num concílio; ou no papa e no concílio unidos; pois o Concílio de Trento é considerado um concílio œcumênico regularmente constituído; e todos os seus atos foram sancionados pelos papas. O erro deles em pronunciar o apócrifa canônico é decisivo quanto à infalibilidade da igreja.

SEÇÃO VI

NENHUM LIVRO CANÔNICO DO VELHO TESTAMENTO TEM SIDO PERDIDO.

SOBRE este assunto tem havido alguma diversidade de opinião. Crisóstomo é citado por Belarmino, dizendo: “Que muitos dos escritos dos profetas tinham perecido, o que pode ser prontamente provado da história em Crônicas. Pois os judeus eram negligentes, e não somente negligentes, mas ímpios, de modo que alguns livros foram perdidos por descuido, e outros foram queimados, ou de outro modo destruídos.”

Em confirmação desta opinião, um apelo é feito a 1 Reis 4. 32, 33, onde é dito de Salomão: “Que ele disse três mil provérbios, e foram os seus cânticos mil e cinco. E ele falou de árvores, desde o cedro que está no Líbano até ao hissopo que nasce na parede; também falou dos animais e das aves, e dos répteis e dos peixes.” Todas estas produções, é reconhecido, pereceram.

Novamente é dito em 1 Cr. 29. 29, 30. “Os atos, pois, do rei Davi, assim os primeiros como os últimos, eis que estão escritos nas crônicas de Samuel, o vidente, e nas crônicas do profeta Natã, e nas crônicas de Gade, o vidente, juntamente com todo o seu reinado e o seu poder; e os tempos que passaram sobre ele, e sobre Israel, e sobre todos os reinos daquelas terras.” O livro de Jasher, também, é mencionado duas vezes na Escritura. Em Josué 10. 13: “E o sol se deteve, e a lua parou, até que o povo se vingasse de seus inimigos. Isto não está escrito no livro de Jasher?” E em 2 Sm. 1. 18: “Dizendo ele que ensinassem aos filhos de Israel o uso do arco. Eis que está escrito no livro de Jasher.”

O livro das Guerras do Senhor é citado em Nm. 21. 14. Mas nós não temos no Cânon nenhuns livros sob o nome de Natã e Gade: e nenhum livro de Jasher; nem das Guerras do Senhor.

Além do mais, nós frequentemente temos referência, na história sagrada, a outras crônicas ou anais, para uma maior narrativa das questões abordadas, as quais Crônicas não existem agora.

E em 2 Cr. 9. 29 é dito: “Os demais atos de Salomão, tanto os primeiros como os últimos, porventura não estão escritos no livro das crônicas de Natã, o profeta, e na profecia de Aías, o silonita, e nas visões de Ido, o vidente, contra Jeroboão, filho de Nebate?” Agora é bem sabido que nenhum destes escritos dos profetas estão no Cânon; pelo menos, nenhum deles sob seus nomes.

É dito também em 2 Cr. 12. 15: “Os atos, pois, de Reoboão, assim os primeiros como os últimos, porventura não estão escritos nos livros de Semaías, o profeta, e de Ido, o vidente, na relação das genealogias?” Das quais obras nada resta sob os nomes destes profetas.

1. A primeira observação que eu faria sobre este assunto é que todo livro referido, ou citado nos escritos sagrados, não é necessariamente um livro inspirado, ou canônico. Porque Paulo cita passagens dos poetas gregos, segue-se que nós não devemos receber seus poemas como inspirados.

2. Um livro pode ser escrito por um homem inspirado, e ainda não ser nem inspirado nem canônico. Inspiração não era constantemente concedida aos profetas, mas era ocasional, e para propósitos particulares importantes. Em matérias comuns, e especialmente em coisas agora conectadas com religião, é razoável supor que os profetas e apóstolos foram deixados à mesma direção da razão e senso comum, como outros homens. Um homem, portanto, inspirado para entregar alguma profecia, ou mesmo escrever um livro canônico, poderia escrever outros livros, com não melhor assistência do que outros bons homens recebem. Como Salomão foi inspirado para escrever alguns livros canônicos, não se segue que o que ele escreveu sobre história natural foi também inspirado. As Escrituras, porém, não dizem que seus três mil provérbios, e seus discursos sobre história natural, foram sempre confiados à escrita. Elas só dizem que *ele falou* estas coisas. Mas supondo que todos estes discursos foram confiados à escrita, o que não é improvável, não há a mínima razão para crer que eles foram inspirados, não mais do que cartas privadas de Salomão a seus amigos, se é que ele escreveu alguma. Seja lembrado que os profetas e apóstolos só foram inspirados em ocasiões especiais, e sobre assuntos particulares, e todas as dificuldades com respeito a tais obras como estas se aniquilarão. Quantos livros referidos na Bíblia, e mencionados acima, podem ter sido desta descrição, é agora impossível dizer; mas provavelmente vários deles pertencem a esta classe. Sem dúvida, havia muitos livros de anais, muito mais minutos e particulares na narração de fatos do que aqueles que nós temos. Era frequentemente suficiente se referir a estes *artigos de estado*,

ou documentos públicos, como suficientemente corretos, em relação aos fatos sobre narrativa da qual a referência foi feita. Não há nada derogatório à palavra de Deus, na suposição de que os livros de Reis e Crônicas, que nós temos no Cânon, foram compilados pelos profetas inspirados destes registros públicos. Tudo o que é necessário para nós é que os fatos sejam verdadeiramente relatados; e isto poderia ser infalivelmente assegurado nesta hipótese, como em qualquer outra.

O livro das Guerras do Senhor poderia, de qualquer modo que pareça, ter sido meramente um rolo de reunião do exército. A palavra traduzida *livro* tem um significado tão extensivo no hebraico que nem mesmo é necessário supor que ele era um escrito em geral. O livro de *Jasher* (ou de *retidão*, se nós traduzirmos a palavra) poderia ter sido um compêndio útil tomado da Escritura, ou composto pelo sábio, para a regulação da justiça e equidade, entre homem e homem.

AGOSTINHO, em sua Cidade de Deus, distinguiu acuradamente sobre este assunto. “Eu penso”, diz ele, “que aqueles livros que deveriam ter autoridade em religião, foram revelados pelo Espírito Santo, e que homens compuseram outros por diligência histórica, como os profetas fizeram estes por inspiração. E estas duas classes de livros são tão distintas que é somente daqueles escritos por inspiração que nós devemos supor que Deus, através deles, esteja falando a nós. A primeira classe é útil para completo conhecimento; a outra para autoridade em religião; em cuja autoridade o Cânon é preservado.”

3. Mas novamente, pode ser mantido, sem qualquer prejuízo à completude do Cânon, que podem ter sido inspirados escritos que não eram intencionados para a instrução da igreja em todas as eras, mas compostos pelos profetas para alguma ocasião especial. Estes escritos, embora inspirados, não eram canônicos. Eles eram temporários em sua necessidade e, quando essa foi realizada, eles não eram mais necessários. Nós sabemos que os profetas entregaram, por inspiração, muitos discursos ao povo, dos quais nós não temos um traço no registro. Muitos verdadeiros profetas são mencionados, que não escreveram nada de que nós saibamos; e vários são mencionados, cujos nomes não são dados. O mesmo é verdadeiro dos apóstolos. Muito poucos deles tinham qualquer interesse em escrever as Escrituras canônicas, e ainda todos eles possuíam inspiração plenária. E se eles escreveram cartas, em ocasiões especiais, às igrejas plantadas por eles, porém estas não foram designadas para a perpétua instrução da igreja universal. Portanto, *Semaías*, e *Ido*, e *Natã*, e *Gade*, poderiam ter escrito algumas coisas por inspiração, que nunca foram intencionadas para formar uma parte do Volume Sagra-

do. Não é afirmado que certamente existiram tais escritos inspirados temporários: tudo o que é necessário ser mantido é que, supondo que tais tenham existido, o que não é improvável, não se segue que o Cânon esteja incompleto, por razão de sua perda. Como esta opinião pode ser chocante para alguns, que não a têm considerado completamente, eu chamarei em seu suporte as opiniões de alguns teólogos distintos.

“Tem sido observado”, diz Francis Junio, “que uma coisa é chamar um livro de sagrado, outra é dizer que ele é canônico; pois todo livro foi sagrado, o qual foi editado por um profeta, ou apóstolo; mas não se segue que todos tais livros sagrados sejam canônicos, e nem foram designados para o corpo inteiro da igreja. Por exemplo, é crível que Isaías o profeta escreveu muitas coisas, como um profeta, que eram verdadeiramente inspiradas, mas aqueles escritos só eram canônicos se Deus consagrou ao tesouro da igreja, e que por especial direção foram adicionados ao Cânon público. Assim, Paulo e os outros apóstolos podem ter escrito muitas coisas, por inspiração divina, que não são agora existentes; mas só eram canônicos aqueles que foram colocados no Volume Sagrado, para o uso da igreja universal: o qual Cânon recebeu a aprovação dos apóstolos, especialmente de João, que por muito tempo presidiu sobre as igrejas da Ásia.”¹

O evangélico WITSIUS, de uma era algo mais tarde, dá sua opinião neste ponto, da seguinte maneira: “Ninguém, eu penso, pode duvidar senão que todos os apóstolos, no diligente exercício de seu ofício, escreveram frequentes cartas às igrejas sob seu cuidado, quando eles não poderiam estar presentes com elas; e a quem eles poderiam frequentemente desejar comunicar alguma instrução necessária para eles nas circunstâncias em que eles se encontravam. Pareceria a mim ser injurioso à reputação daqueles homens fiéis e assíduos supor que nenhum deles sequer escreveu alguma epístola, ou destinou à igreja qualquer escrito, exceto aquelas poucas epístolas que estão no Cânon. Ora, como Pedro, e Paulo, e Tiago, e João foram induzidos a escrever às igrejas, por causa da necessidade que elas tinham de instrução, por que a mesma necessidade não induziria os outros apóstolos a escreverem às igrejas sob seu cuidado? Nem há nenhuma razão por que nós deveríamos nos queixar da grande perda que nós temos sustentado, porque estes preciosos documentos têm perecido; é antes causa de gratidão que muitos têm sido preservados pela providencial benevolência de Deus para conosco, e tão abundantemente suficiente para nos instruir nas coisas pertencentes

¹ Explic. em Nm. 21.

à salvação.”¹

Embora eu tenha citado esta passagem deste teólogo excelente e ortodoxo, em favor do sentimento avançado, porém eu não me sinto em liberdade para entrar em detalhes em sua opinião aqui expressada. Não há razão para pensar que qualquer um dos outros apóstolos compuseram tais obras, como aquelas que constituem o Cânon do Novo Testamento. Se elas tivessem, algumas delas teriam sido preservadas, ou, pelo menos, algum memorial de tais escritos teria sido transmitido àquelas igrejas às quais eles foram endereçados. Estas igrejas receberam e preservaram os livros canônicos daqueles cujos escritos nós temos, e por que elas deveriam negligenciar, ou afundar no oblívio, similares escritos de apóstolos, dos quais elas primeiro receberam o evangelho?

De fato, depois de tudo, este argumento é meramente hipotético, e seria suficiente para responder as objeções que podem ser feitas, se pudesse ser provado que alguns escritos inspirados pereceram; mas, de fato, não há prova de que quaisquer deles tenham sequer existido. É, pois, altamente provável que nós estamos em real posseção de todos os livros escritos sob a inspiração plenária do Espírito Santo.

A última observação que eu farei em relação aos livros do Velho Testamento supostamente perdidos é que é altamente provável que nós temos vários deles agora no Cânon sob outro nome. Os livros de Samuel, Reis, e Crônicas foram provavelmente não escritos por um, mas por uma sucessão de profetas.

Há razão para crer que, até o Cânon do Velho Testamento ser fechado, a sucessão de profetas nunca foi interrompida. O que quer que fosse necessário ser adicionado, pela forma de explanação, a qualquer livro já recebido no Cânon, eles foram competentes para anexar; ou, quaisquer anais ou histórias, que fosse o propósito de Deus transmitir à posteridade, eles seriam dirigidos e inspirados a preparar. Assim, diferentes partes destes livros podem ter sido escritos por *Gade, Natã, Ido, Semaias, &c.*

Que algumas partes destas histórias foram preparadas por profetas, nós temos prova clara em uma instância; pois Isaías inseriu em sua profecia vários capítulos que estão contidos em 2 Reis, e que, eu penso, não pode haver dúvida, foram originalmente escritos por ele próprio. Vide 2 Reis 18; 19; 20, comparado com Isaías 36; 37; 38.

Os doutores judeus são de opinião de que o livro de Jasher é um dos livros

¹ Meletem De Vita Pauli.

do Pentateuco ou a lei toda.

O livro das Guerras do Senhor tem sido suposto por muitos ser nenhum outro senão o livro de Números.

Assim, eu penso, parece suficientemente, de uma examinação de particulares, que não existe evidência de que qualquer livro canônico do Velho Testamento se tenha perdido. A isso nós podemos adicionar que há muitas considerações gerais de grande peso, que vão provar que nenhuma parte das Escrituras do Velho Testamento se tenha perdido.

A primeira é que Deus, por sua providência, preservaria da destruição livros dados por inspiração, e intencionados para a perpétua instrução de sua igreja. É razoável pensar que ele não suportaria seu propósito gracioso ser frustrado; e este argumento, *a priori*, é grandemente fortalecido pelo fato de que um cuidado destacadamente providencial tem sido exercido na preservação das Escrituras Sagradas. É verdadeiramente maravilhoso que tantos livros deveriam ter sido preservados sem mutilações através de centenas e milhares de anos; e durante vicissitudes tão grandes; e especialmente quando tiranos poderosos foram tão desejosos de aniquilar a religião dos judeus, e usaram seus máximos esforços para destruir seus livros sagrados.

Outra consideração de grande peso é o religioso, e até escrupuloso cuidado, com que os judeus, tanto quanto nós podemos traçar a história das Escrituras Sagradas, têm zelado por sua preservação. Pode haver pouca dúvida, eu penso, de que eles exerceram a mesma vigilância durante aquele período de sua história, da qual nós não temos nenhuns monumentos.

A tradução destes livros para o grego é suficiente para mostrar que os mesmos livros existiam aproximadamente trezentos anos antes do advento de Cristo.

E, acima de tudo, o testemunho desqualificado para as Escrituras do Velho Testamento, por Cristo e seus apóstolos, deveriam satisfazer-nos de que nós não temos perdido nenhum dos livros inspirados do Cânon.

As Escrituras são constantemente referidas e citadas como autoridade infalível por eles, como nós temos antes mostrado. Estes oráculos foram confiados aos judeus como um depósito sagrado, e eles nunca são acusados de infidelidade nesta confiança. As Escrituras são declaradas ter sido escritas *para nosso aprendizado*; e nenhuma intimação é dada de que elas tenham sido mutiladas, ou em qualquer grau corrompidas.

SEÇÃO VII

A LEI ORAL DOS JUDEUS SEM FUNDAMENTO.

EMBORA os judeus possam parecer concordar conosco, em relação ao Cânon do Velho Testamento, esta concordância relaciona-se somente com a lei escrita; pois eles obstinadamente persistem em manter que, além da lei que foi gravada em tábuas de pedra, e os outros preceitos, e ordenanças, que foram comunicados a Moisés, e foi ordenado que fossem escritos, Deus deu a ele *outra Lei*, explanatória da primeira, que lhe foi ordenado a não a confiar à escrita, mas a ser entregue por tradição oral.

A narrativa que os doutores judeus dão da primeira comunicação e subsequente entrega desta lei é encontrada no Talmude. É afirmado ali que durante o dia inteiro, enquanto Moisés continuava no monte, ele estava aprendendo a lei escrita, mas à noite ele estava ocupado recebendo a lei oral.

Quando Moisés desceu do monte, eles dizem que ele primeiro chamou Arão à sua tenda, e comunicou-lhe tudo o que ele tinha aprendido desta lei oral; então ele colocou-o à sua mão direita. A seguir ele chamou Eliezer e Itamar, os filhos de Arão, e repetiu tudo para eles; no que eles também tomaram seus assentos, um à sua direita e outro à sua esquerda. Depois disso, os setenta anciãos entraram e receberam a mesma instrução de Arão e seus filhos. E, finalmente, a mesma comunicação foi feita a toda a multidão do povo. Então Moisés levantou-se e partiu, e Arão, que tinha agora ouvido o todo quatro vezes, repetiu o que ele tinha aprendido, e também se retirou. Da mesma maneira, Eliezer e Itamar, um por vez, desceram ao mesmo fundamento, e partiram. E finalmente, os setenta anciãos repetiram tudo ao povo; cada um deles entregou o que ele tinha ouvido a seu próximo. Assim, de acordo com MAIMÔNIDES, a lei oral foi primeiramente dada.

A narrativa judaica de sua transmissão à posteridade não é menos particular. Eles pretendem que Moisés, quando quarenta anos se passaram desde o tempo em que os israelitas deixaram o Egito, chamou todo o povo e disse a eles que seu fim estava próximo, e solicitou que, se alguém tivesse esquecido qualquer coisa

do que ele lhes tinha entregado, eles deveriam reparar a ele, e ele repetir-lhes-ia o que eles poderiam ter-se esquecido. E eles dizem-nos que desde o primeiro dia do undécimo mês até o sexto dia do duodécimo, ele estava ocupado em nada menos que repetir e explicar a lei ao povo.

Mas, de uma maneira especial, ele confiou esta lei a Josué, por quem ela foi comunicada, brevemente antes de sua morte, a Fineias, o filho de Eliezer; por Fineias, a Eli; por Eli, a Samuel; por Samuel, a Davi e a Aías; por Aías, a Elias; por Elias, a Eliseu; por Eliseu, a Jeoiada; por Jeoiada, a Zacarias; por Zacarias, a Oseias; por Oseias, a Amós; por Amós, a Isaías; por Isaías, a Miqueias; por Miqueias, a Joel; por Joel, a Naum; por Naum, a Habacuque; por Habacuque, a Sofonias; por Sofonias, a Jeremias; por Jeremias, a Baruque; por Baruque, a Esdras, o presidente da grande sinagoga. Por Esdras, esta lei foi entregue ao sumo sacerdote Jadua; por Jadua, a Antígono; por Antígono, a José filho de João, e José filho de Jeezer; por estes a Aristóbulo, e Josué o filho de Perequias; por eles a Judá filho de Tibœus, e Simão filho de Satá. Daí a Semaías, a Hilel, a Simeão seu filho, suposto ter sido o mesmo que tomou nosso Salvador em seus braços, no templo, quando trazido para ali para ser apresentado por seus pais. De Simeão, passou para Gamaliel, o preceptor, como é suposto, de Paulo. Então a Simeão seu filho; e finalmente, ao filho de Simeão, JUDÁ HAKKADOSH, por quem foi confiado à escrita.

Mas, embora a lista acima traga uma sucessão ininterrupta de Moisés a Judá o Santo, a fim de tornar a tradição ainda mais certa, os doutores judaicos informam-nos que esta lei oral foi também confiada, numa maneira especial, aos sumos sacerdotes, e transmitida através da linha deles, até que ela fosse confiada à escrita.

Judá Hakkadosh foi o presidente da Academia de Tiberíades, e tinha grande reputação por sua santidade, da qual circunstância ele recebeu seu sobrenome, *Hakkadosh o Santo*. O templo estando agora desolado, e a nação espalhada, temeu-se para que a lei tradicional não pudesse ser perdida; portanto, resolveu-se preservá-la confiando-a à escrita. Judá o Santo, que viveu por volta de meados do século II, empreendeu esta obra, e reuniu todas as tradições que ele pôde em seis livros, cada um consistindo em vários tratos. O número inteiro foi *sessenta e três*. Mas estes tratos são novamente subdivididos em numerosos capítulos. Esta é a famosa *Mixná* dos judeus. Quando finalizada, ela foi recebida pela nação com o mais alto respeito e confidência; e seus doutores começaram, imediata-

mente, a compor comentários de cada parte dela. Estes comentários são chamados a *Gemara*, ou a *Conclusão*; e a *Mixná* e a *Gemara*, juntas, formam o Talmude. Mas, quando esta obra de comentar o texto da Mixná foi perseguida, não somente na Judeia, mas na Babilônia, onde um grande número de judeus residia, então aconteceu que dois Talmudes foram formados; um chamado o *Talmude Jerusalém*, o outro, *Talmude Babilônico*. Em ambos, a *Mixná*, confiada à escrita por Judá, é o texto; mas os comentários são largamente diferentes. O primeiro foi completado antes do fechamento do século III da era cristã; o último não foi completado até o fechamento do século V. O Talmude Babilônico é o mais largo dos dois; pois enquanto aquele de Jerusalém tem sido impresso em um único volume de fôlio, este preenche doze fôlios. Este último também é mantido em muito maior estima pelos judeus do que o outro; e, de fato, ele compreende toda a erudição e religião daquele povo, desde que eles têm sido abandonados por sua descrença e rejeição ao verdadeiro Messias.

MAIMÔNIDES tem dado uma excelente relação de todas as leis e instituições acrescentadas nesta grande obra.

Os judeus colocam tanta fé no Talmude quanto eles colocam na Bíblia. De fato, ele é mantido em muito maior estima, e a leitura dele é muito mais encorajada. São os dizeres de um de seus mais estimados Rabinos: “Que a lei oral é o fundamento da escrita; nem pode a lei escrita ser interpretada, senão pela oral.” Concordemente com isto, em sua confissão, chamada o *Altar Dourado*, é dito: “É impossível para nós permanecermos no fundamento de nossa santa lei, que é a lei escrita, a menos que seja pela lei oral, que é a exposição dela.” No Talmude está escrito: “Que dar atenção ao estudo da Bíblia é alguma virtude; mas aquele que presta atenção no estudo da Mixná, possui uma virtude que receberá uma recompensa; e aquele que se ocupa na leitura da Gemara, tem uma virtude, do que a qual não há mais excelente.” Mais do que isso, eles chegam à impiedade de dizer: “Que aquele que se emprega no estudo da Bíblia e nada mais, faz nada mais que desperdiçar seu tempo.” Eles mantêm que, se as declarações desta lei oral forem sempre tão inconsistentes com a razão e o senso comum, elas devem ser recebidas com fé implícita: “Você não deve se apartar delas”, diz o Rabi Salomão Jarchi, “se elas disserem que sua mão direita é sua esquerda, ou sua esquerda sua direita.” E no Talmude é ensinado: “Que pecar contra as palavras dos escribas é muito mais grave do que pecar contra as palavras da Lei.” “Meu filho, atende antes às palavras dos escribas do que às palavras da Lei.” “O texto da Bíblia é

como água, mas a Mixná é como vinho”; com muitas outras comparações similares.

Sem a lei oral, eles declaram que a lei escrita permanece em perfeita escuridão; pois, dizem eles: “Há muitas coisas na Escritura, que são contraditórias, e que não podem de nenhum modo ser reconciliadas, senão pela lei oral, que Moisés recebeu no Monte Sinai.” Em conformidade com estes sentimentos está a conduta dos judeus até este dia. Seus homens eruditos gastam quase todo o seu tempo em se debruçar sobre o Talmude; e aquele que, entre eles, sabe mais do conteúdo desta monstruosa mistura confusa e sem sentido de mentiras, é estimado o homem mais erudito. Em consequência de sua fé implícita nesta lei oral, torna-se quase inútil arrazoar com os judeus a partir das Escrituras do Velho Testamento. É uma matéria de real importância, portanto, mostrar que esta construção toda repousa sobre um fundamento arenoso; e demonstrar que não há nenhuma evidência, qualquer que seja, de que tal lei foi dada a Moisés no Sinai. Para este assunto, portanto, eu solicitaria a atenção do leitor.

Aqui, então, seja observado que nós não temos controvérsia com os judeus concernente à lei escrita, Moral, Cerimonial, ou Política; nem nós negamos que Moisés recebeu de Deus, no Monte Sinai, alguma explicação da lei escrita. Mas o que nós mantemos é que esta exposição não formava uma *segunda* lei distinta; que ela não era o mesmo que a lei oral dos judeus, contida no Talmude; que ela não foi recebida por Moisés numa forma distinta da lei escrita, e atendida com uma proibição de confiá-la à escrita.

Em suporte a estas posições, nós solicitamos a atenção do leitor imparcial para os seguintes argumentos:

1. Não há a mais sutil menção de tal lei em todos os registros sagrados; nem de sua comunicação original a Moisés, nem de sua transmissão à posteridade na forma pretendida pelos judeus. Agora, nós perguntamos, é provável que se tal lei tivesse sido dada, nunca teria havido nenhuma dica da matéria, nem a menor referência a ela, em toda a Bíblia? Certamente, este silêncio total da Escritura é muito pouco favorável à doutrina da lei oral. Maimônides de fato não pretende encontrar uma referência a ela em Êxodo 24. 12. “Eu te darei, diz o Senhor, uma lei e mandamento”; pela primeira destes ele entende a lei escrita, e pelo último a oral. Mas se ele só tivesse atendido às palavras que seguem, ele nunca teria aduzido este texto em confirmação de uma lei oral: “que tenho escrito, para que tu possas ensinar-lhes”. E nós sabemos que é muito comum expressar a lei escrita

por ambos estes termos, bem como por vários outros do mesmo importe. Ora, se nenhum registro existe de que tal lei tenha sido dada a Moisés, como nós podemos, neste período tardio, ser satisfeitos do fato? Se nunca se ouviu dela por mais de dois mil anos depois, que evidência há de que ela tenha existido?

2. De novo, nós sabemos que no tempo do rei Josias, a lei escrita, que tinha sido perdida, foi encontrada novamente. Que grande foi a consternação do piedoso rei e sua corte, nesta ocasião! Quão memorável a história deste fato! Mas o que se tornou da lei oral durante este período? É razoável pensar que esta permaneceria não injuriada através de eras sucessivas de idolatria, quando a lei escrita foi tão inteiramente esquecida? Se eles tivessem perdido o conhecimento do que estava em sua lei escrita, eles estariam provavelmente a reter aquela que era oral? Se a lei escrita foi perdida, a lei tradicional seria preservada? E se esta fosse perdida em qualquer tempo, como poderia ser recuperada? Não da lei escrita, pois esta não a contém; não da memória do homem, pois a suposição é que ela foi então obliterada. Se, então, esta lei, por acaso, fosse uma vez perdida, é manifesto que ela nunca poderia ser recuperada, senão pela revelação divina. E quando nós investigamos a história dos judeus, é concebível que tal corpo de lei, como aquele contido no Talmude, imensamente mais largo do que a lei escrita, poderia ter sido preservado inteiramente, por tantas gerações, meramente por comunicação oral? Os judeus, realmente, divertem-nos com uma fábula sobre este assunto. Eles dizem-nos que enquanto os israelitas lamentavam por causa da morte de Moisés, eles esqueceram-se de três mil destas tradições, que foram recuperadas pela ingenuidade de Otniel, o filho de Quenaz. Isto é muito ridículo. Que monte de tradições deve isso de ter sido, do qual três mil pudessem ser perdidas de uma vez! E quão profundo o gênio de Otniel, que foi capaz de trazer à luz tal multidão de preceitos, depois que eles tinham sido completamente esquecidos! Mas a prova deste fato é ainda mais lúdica. Ela é derivada de Josué 15. 16, 17. “E disse Calebe: Quem ferir a Quiriate-Sefer, e a tomar, dar-lhe-ei a minha filha Ac-sa por mulher. Tomou-a, pois, Otniel, filho de Quenaz, irmão de Calebe; e ele deu-lhe a sua filha Ac-sa por mulher.” O leitor leigo deveria ser informado de que *Quiriate-Sefer* significa *a cidade do livro*.

Mas quem reteve a lei oral seguramente preservada em sua memória durante o longo reinado de Manassés, e durante o reinado de Amom, e de Josias? Onde estava essa lei, durante os setenta anos de cativeiro na Babilônia? Nós não temos uma palavra para nos informar do fato desta lei em todas as histórias daqueles

tempos? O quê! Não há uma dica concernente à preservação de um depósito tão precioso como esta lei pretende ser? Nós devemos dizer novamente que este silêncio contínuo da Escritura, através de um período de muitas centenas de anos, fala pouco em favor da lei não escrita.

3. Os judeus novamente nos informam que esta lei foi proibida de ser escrita; mas de onde eles derivam a prova da asserção? Que a evidência, se houver, seja produzida. Nós devemos ter recurso à lei oral em si, para testemunho? Seja assim. Mas por que então está agora escrita, e tem sido assim, por mais de quinze centenas de anos? No Talmude é dito: “As palavras da lei escrita, não é legal que você as confie à tradição oral; nem as palavras da lei oral à escrita.” E SAL. JARCHI diz: “Nem é legal escrever a lei oral.” Agora, nós dizemos, havia uma lei contendo tal proibição, ou não havia. Se o primeiro, então os talmudistas têm transgredido um preceito positivo desta lei, ao confiá-la à escrita; se o último, então o Talmude deles e de seus rabinos falam falsamente. Que os deixemos escolher neste dilema.

4. Mas, pode ser provado, que quaisquer leis que Moisés recebeu de Deus, ele foi ordenado *a escrever* as mesmas. É dito: “Veio, pois, Moisés, e contou ao povo todas as palavras do Senhor. E Moisés escreveu todas as palavras do Senhor.” Êx. 24. 3, 4.

E novamente é dito: “Disse mais o Senhor a Moisés: Escreve estas palavras; porque conforme ao teor destas palavras tenho feito aliança contigo e com Israel.” Êx. 34. 27, 28. E é digno de particular observação que sempre que o povo é chamado a obedecer à lei do Senhor, nenhuma menção é feita a qualquer outra lei que não seja a lei escrita. Assim Moisés, quando seu fim se aproximava, fez um discurso ao povo, depois do qual é adicionado: “E Moisés escreveu esta lei, e a deu aos sacerdotes, os filhos de Levi, que levavam a arca da aliança do Senhor, e a todos os anciãos de Israel. E ordenou-lhes Moisés, dizendo: Ao fim de cada sete anos, no tempo determinado do ano da remissão, na festa dos tabernáculos, quando todo o Israel vier a comparecer perante o Senhor teu Deus, no lugar que ele escolher, lerás esta lei diante de todo o Israel aos seus ouvidos.” Dt. 31. 9–11.

Aqui, observe, não há menção de nenhuma outra lei, senão a lei escrita. Não há direção para repetir a lei oral, neste tempo de lazer; mas seguramente foi mais necessário ordenar ao povo a fazer isto, se tivesse havido tal lei, do que ouvir a lei escrita que eles poderiam ler de tempo a tempo.

No tempo de Acáz, o historiador sagrado informa-nos: “E o Senhor testifi-

cou contra Israel, e contra Judá, pelo ministério de todos os profetas e de todos os videntes, dizendo: Convertei-vos de vossos maus caminhos, e guardai os meus mandamentos e estatutos, conforme toda a lei que ordenei a vossos pais e que eu vos enviei pelo ministério de meus servos, os profetas.” 2 Reis 17. 13, 37.

Ora, é muito manifesto que a lei que eles são reprovados por quebrar foi a lei escrita; pois, no mesmo capítulo nós temos a seguinte exortação: “E os estatutos, e as ordenanças, e a lei, e os mandamentos, que ele vos escreveu, tereis cuidado de fazer todos os dias.”

Os profetas continuamente recomendam o povo “à lei e ao testemunho”, e declaram, “se eles não falarem de acordo com esta palavra, é porque não há luz neles”.

Quando Jeosafá decidiu reformar e instruir o povo, e estabeleceu a pé uma importante missão, consistindo em príncipes e levitas, para ensiná-los, eles confiaram-se ao que estava escrito nas Escrituras: “E ensinaram em Judá, levando consigo o livro da lei do Senhor; e foram a todas as cidades de Judá, ensinando entre o povo.” 2 Cr. 17. 9.

Assim também Esdras, quando ele instruiu o povo que tinha retornado da Babilônia, não fez uso de nenhuma outra coisa a não ser da lei escrita: “E Esdras, o sacerdote, trouxe a lei perante a congregação, tanto de homens como de mulheres, e todos os que podiam ouvir com entendimento. E leu no livro diante da praça, que estava diante da porta das águas, desde a alva até ao meio-dia, perante homens e mulheres, e os que podiam entender; e os ouvidos de todo o povo estavam atentos ao livro da lei. E Esdras, o escriba, estava sobre um púlpito de madeira, que fizeram para aquele fim; e Esdras abriu o livro perante a vista de todo o povo; e, abrindo-o ele, todo o povo se pôs de pé. E os sacerdotes e os levitas ensinavam o povo na lei. E leram no livro, na lei de Deus; e declarando, e explicando o sentido, faziam com que, lendo, se entendesse.” Ne. 8. 2–5, 7, 8.

5. Além disso, a lei escrita é perfeita, de forma que nada é necessário, ou poderia ser adicionado a ela; portanto, a lei oral era supérflua. “A lei do Senhor é perfeita, e refrigera a alma.” Sl. 19. 7. “Não acrescentareis à palavra que vos mando, nem diminuireis dela, para que guardeis os mandamentos do Senhor vosso Deus, que eu vos mando.” Dt. 4. 1, 2.

Não é uma objeção válida que eles apresentam contra este argumento, que cristãos adicionam o evangelho à lei; pois isto não é, propriamente falando, uma nova lei. O evangelho é uma promessa de graça e salvação. Os preceitos da lei

são, realmente, especialmente empregados no evangelho, para um propósito para o qual eles não eram originalmente intencionados; mas o evangelho, sob qualquer luz que ele possa ser visto, é confiado à escrita, e nenhuma parte dele é deixada a depender de tradição oral.

6. Nas numerosas exortações e injunções do Deus Todo-Poderoso, registradas no Velho Testamento, não há uma instância de qualquer um ser ordenado a fazer qualquer coisa não contida na lei escrita, o que prova que ou não havia outra lei em existência, ou que obediência a ela não era requerida; e se obediência não era requerida, então, certamente, não havia lei.¹

Além do mais, muitos dos judeus em si concorrem conosco em rejeitar a lei oral. Os principais advogados das tradições eram os fariseus, que surgiram das escolas de Hilel e Shamai, que viveram depois do tempo dos macabeus. Sobre este assunto, nós temos o testemunho de Jerônimo, que diz: “Shamai e Hilel, dos quais surgiram os escribas e fariseus, não muito antes do nascimento de Cristo; o primeiro deles foi chamado o *Dissipador*, e o último, *Profano*; porque pela tradição deles, eles destruíram a lei de Deus.” Is. 8. Mas sobre este ponto, os saduceus eram opostos aos fariseus, e, de acordo com Josefo, rejeitavam todas as tradições, aderindo somente às Escrituras. Com eles concordavam os samaritanos, e essênios. Os caraítas também recebiam a palavra escrita, e rejeitavam todas as tradições; embora, em outros pontos, eles não concordavam com os saduceus. E, em consequência disso, eles são odiados e injuriados pelos outros judeus, de forma que não é sem grande dificuldade que eles receberão um caraíta em uma de suas sinagogas. Desta seita, há ainda alguns remanescentes na Polônia, Rússia, Turquia, e África.

Resta agora mencionar os argumentos pelos quais os judeus tentam estabelecer sua lei oral. Estes serão tomados de MANASSÉS BEN ISRAEL,² um de seus homens mais eruditos e liberais. Ele argumenta da necessidade de uma lei oral, para explicar muitas partes da lei escrita. Para confirmar esta opinião, ele aduz vários exemplos, como Êxodo 12. 2. “Este mesmo mês vos será o princípio dos meses; este vos será o primeiro dos meses do ano.” Sobre este texto ele destaca: “Que o nome do mês não é mencionado. Não é dito se os meses eram lunares ou solares, ambos os quais estavam em uso antigo; e ainda, sem saber isto, o preceito não

¹ Seria entediante referir-se a todos os textos em que ordens e exortações são dadas, mas o leitor pode consultar os seguintes: Dt. 10. 12, 13; 11. 32; 28. 1; 30. 20; 11; 29. 9, 20; 32. 45, 46; Js. 1. 7; 23. 6; 2 Reis 14. 6; 2 Cr. 25. 4; 30. 16.

² Concil. in Exod.

poderia ser observado. A mesma dificuldade ocorre em relação às outras festas anuais.”

“Outro exemplo é tomado de Lv. 11. 13, onde é ordenado que pássaros imundos não deveriam ser comidos, e ainda nós não somos informados com quais *critérios*, pelos quais se distingue o limpo do imundo, como no caso das feras. Um terceiro exemplo é de Êx. 16. 29: ‘Ninguém saia do seu lugar no sétimo dia.’ E ainda nós não somos informados, se ele foi proibido de deixar sua casa, sua corte, sua cidade, ou seus subúrbios. Assim, em Lv. 21. 12, o sacerdote é proibido de ‘sair do Santuário’, e nenhum tempo é limitado; mas nós sabemos que a residência dos sacerdotes estava de fora dos recintos do templo, e que eles serviam ali em turno.”

“Novamente, em Êx. 20. 10, toda obra é proibida no sábado, mas é ordenado que a circuncisão seja realizada no oitavo dia; e em nenhum lugar é declarado, se este rito deveria ser deferido quando o oitavo dia ocorresse num sábado. A mesma dificuldade existe em relação ao sacrifício do cordeiro pascal, que estava confinado pela lei ao décimo quarto dia do mês, e nós não somos informados em nenhum lugar sobre o que deveria ser feito quando este dia fosse um sábado.” “Em Dt. 24, nós temos muitas leis concernentes ao casamento, mas nós não somos informados em nenhum lugar do que constituía um casamento legal.” “Na Festa dos Tabernáculos, belos ramos de árvores são direcionados para uso, mas a espécie da árvore não é mencionada. E na Festa das Semanas, é ordenado: ‘Que no quinquagésimo dia, os feixes deveriam ser oferecidos de suas habitações’; mas onde deveriam ser oferecidos não é dito. E, finalmente, entre casamentos proibidos, a esposa de um tio nunca é mencionada.”

Nestas, e em muitas outras instâncias, o judeu erudito observa que a lei só poderia ser entendida por tal tradição oral como ele supõe, acompanhada da lei escrita.

Ora, em resposta a estas coisas, nós observamos, primeiro, no geral, que embora muitas dificuldades possam ser criadas com respeito ao significado preciso de muitas partes da lei, estas nunca podem provar a existência de uma lei oral. A decisão sobre estes pontos poderia ter sido deixada para o critério dos adoradores, ou ao senso comum do povo. Ademais, muitas coisas podem parecer obscuras para nós, que não eram assim para os antigos israelitas; de forma que eles poderiam não ter precisado de nenhuma lei oral para explicar-lhes.

Novamente, é uma coisa expor a lei, e outra adicionar a ela; mas a lei oral à

qual eles apelam, não é uma mera exposição, mas uma lei adicional.

É uma coisa nos provermos de tradições para interpretar a lei, e outra recebê-las como divinas e absolutamente necessárias. Nós não negamos que muitas coisas possam ser realizadas de acordo com o costume antigo, ou as tradições de eras precedentes, em coisas indiferentes; mas nós negamos que estas podem ser consideradas como divinas ou necessárias.

Mas particularmente nós respondemos que a dificuldade alegada sobre o nome do mês não tem existência, pois ele pode ser muito bem determinado das circunstâncias do caso; e em Êx. 13 o mês é nomeado. O ano civil dos judeus começou com o mês de tisri, mas o eclesiástico com abibe. De fato, não há maiores dificuldades aqui do que em qualquer outro caso, onde a circunstância de tempo é mencionada. Não havia necessidade de entender o método de reduzir anos solares e lunares de um para o outro, a fim de decidir esta questão. E se o Talmude for examinado neste ponto, onde se supõe que a lei oral esteja agora contida, não será encontrado nenhum método satisfatório de computar o tempo. E, de fato, os doutores talmúdicos estão muito longe de serem concordes sobre este assunto, que qualquer outra coisa pode logo ser encontrada do que uma lei regulando esta matéria no Talmude.

E em relação aos pássaros imundos, por que era necessário ter *critérios* para distingui-los, desde que um catálogo deles é dado na mesma passagem à qual referência é feita? E eu perguntaria: a pretendida lei oral contém tais *critérios* para direcionar neste caso? Nada menos. A dificuldade sobre o povo deixando seu lugar no sábado, e os sacerdotes deixando o templo, é realmente muito trivial para requerer qualquer consideração séria. E quanto ao que deveria ser feito quando o dia de circuncidar uma criança, ou do sacrifício da Páscoa, acontecesse no sábado, é um ponto facilmente decidido. Estas instituições positivas deveriam ter sido observadas em qualquer dia em que elas ocorressem.

A questão referindo-se ao matrimônio deveria provocar um sorriso, do que uma resposta séria; pois quem é ignorante ao que constitui um casamento legal? Ou quem suporia que as cerimônias atinentes a esta transação deveriam ser prescritas pela lei de Deus; ou, que outra lei era requisito para o propósito? Também poderiam nossos judeus eruditos insistir na necessidade de uma lei oral, para ensinar-nos como nós deveríamos comer, beber, e realizar nosso trabalho diário.

Se a lei prescrevesse belos ramos de árvores para serem usados na Festa dos

Tabernáculos, que necessidade haveria de uma lei oral ensinar algo mais? Se tais ramos fossem usados, seria, é claro, indiferente se eles fossem desta ou daquela espécie.

Igualmente fútil são os outros argumentos do autor, e não necessitam ser respondidos em detalhe.

Parece, portanto, que não há evidência de que Deus alguma vez deu alguma lei a Moisés, distinta daquela que está escrita no Pentateuco. E há boa razão para crer que as várias leis encontradas na Mixná nunca foram recebidas de Deus, nem derivaram por tradição de Moisés; mas eram tradições dos pais, tais como estavam em uso no tempo de nosso Salvador, que severamente repreende os escribas e fariseus, por colocar de lado, e tornar de nenhum efeito, a palavra de Deus, por suas tradições não autorizadas.

A evidência interna é, em si, suficiente para convencer-nos de que as leis do Talmude são invenções humanas, e não instituições divinas; exceto que aquelas circunstâncias de adoração divina que foram deixadas para o critério do povo, e que foram reguladas por costume, podem ser frequentemente encontradas preservadas nesta imensa obra.

PARTE II

O CÂNON DO NOVO TESTAMENTO

SEÇÃO I

MÉTODO DE SE ESTABELECEER O CÂNON DO NOVO TESTAMENTO.

DEPOIS do que tem sido dito na primeira parte desta obra, com respeito à importância de se estabelecer o Cânon sobre princípios corretos, será desnecessário adicionar qualquer coisa aqui sobre este assunto, exceto dizer que esta inquirição não pode ser menos interessante em relação ao Velho Testamento do que ao Novo. É um assunto que clama por nossa máxima diligência e imparcialidade. É algo que nós não podemos negligenciar com uma boa consciência; pois a inquirição não é nada menos que determinar qual revelação Deus tem feito a nós, e onde ela deve ser encontrada.

Quanto ao método próprio de se estabelecer o Cânon do Novo Testamento, o mesmo curso deve ser seguido como tem sido feito com respeito ao Velho. Nós devemos ter recurso à história autêntica, e empreender determinar quais livros foram recebidos como genuínos pela igreja primitiva e pelos Pais primevos. Os contemporâneos, e sucessores imediatos dos apóstolos, são as mais competentes testemunhas neste caso. Se, entre estes, tem sido encontrada uma concórdia geral, quanto a que livros eram canônicos, ir-se-á longe para nos satisfazer com respeito ao verdadeiro Cânon; pois não pode ser suposto que eles poderiam facilmente ser enganados numa matéria deste tipo. Um consentimento geral dos Pais primitivos, e da igreja primitiva, portanto, fornece evidência conclusiva sobre este ponto, e é aquela espécie de evidência que é menos responsável por falácia ou abuso. O erudito HUET tem, portanto, assumido como uma máxima: “QUE TODO LIVRO É GENUÍNO, O QUAL FOI ESTIMADO GENUÍNO POR AQUELES QUE VIVERAM MAIS PRÓXIMO AO TEMPO QUANDO ELE FOI ESCRITO, E PELAS ERAS SEGUINTE, NUMA SÉRIE CONTINUADA.”¹ A razoabilidade desta regra parecerá mais evidente quando nós considerarmos a grande estima com que estes livros foram primeiramente recebidos; a leitura pública constante deles nas igrejas, e a versão primitiva deles em outras línguas.

¹ Demonstratio Evang.

Os altos clamores da igreja romana, em relação à autoridade em se fixar o Cânon, já têm sido refutados, quando ela se relaciona ao Velho Testamento; e os mesmos argumentos se aplicam com sua total força ao Cânon do Novo Testamento, e não necessita ser repetido. Pode não ser errado, porém, ouvir de escritores distintos daquela comunhão, qual é a real opinião deles sobre este assunto. HEUMAN declara: “Que as sagradas Escrituras, sem a autoridade da igreja, não têm mais autoridade do que as Fábulas de Esopo.” E BAILLIE: “Que ele não daria mais crédito a Mateus do que a Lívio, a menos que a igreja o obrigasse.” Ao mesmo propósito falam PIGHIUS, ECKIUS, BELARMINO, e muitos outros de seus mais distintos escritores. Pela autoridade da igreja, eles entendem um poder depositado na igreja de Roma, para determinar quais livros serão recebidos como a palavra de Deus; é escassamente possível conceber algo mais absurdo do que isso.

Ao evitar este extremo, alguns protestantes têm-se delimitado no oposto, e têm declarado que a única, ou principal, evidência da autoridade canônica das Escrituras sagradas é sua evidência interna. Algumas igrejas chegaram ao ponto de inserir esta opinião em suas confissões públicas.¹

Agora, não deveria ser duvidado que a evidência interna das Escrituras é excessivamente forte; e que, quando a mente do leitor é verdadeiramente iluminada, deriva desta fonte a mais resoluta convicção de sua verdade e autoridade divina; mas, que todo cristão sincero deveria ser capaz, em todos os casos, por esta luz interna, de distinguir entre livros canônicos e tais que não são, não é uma opinião muito segura ou razoável. Suponha que mil livros de vários tipos, incluindo os canônicos, fossem colocados diante de qualquer cristão sincero; ele seria capaz de, sem erro, selecionar desta massa os vinte e sete livros dos quais o Novo Testamento é composto, se ele não tivesse nada para guiá-lo, senão evidência interna? Todas as tais pessoas seriam capazes de, de uma vez, determinar se o livro de *Eclesiastes* ou de *Eclesiástico* pertencem ao Cânon do Velho Testamento, somente por evidência interna? É certo que a influência do Espírito Santo é necessária para produzir uma fé verdadeira na palavra de Deus; mas fazer deste o único critério para pelo qual julgar a autoridade canônica de um livro é, certamente, responsável por objeções fortes. A tendência desta doutrina é entusiasmar, e a consequência de se agir sobre ela seria desarranjar, ao invés de estabelecer, o Cânon da Santa Escritura; pois seria estranho se algumas pessoas, sem

¹ Vide a Confissão da Igreja Galicana Reformada.

qualquer outro direcionamento além de seu próprio gosto espiritual, não pretendessem que outros livros, além daqueles há muito recebidos, eram canônicos, ou não estariam dispostos a rejeitar alguma parte destes. Se esta evidência fosse tão infalível quanto alguns quereriam que fosse, então a autenticidade de cada texto disputado, bem como a autoridade canônica de todo livro, poderiam ser estabelecidas por ela. Mas é um fato, que alguns homens eminentemente piedosos duvidaram por um momento com respeito à autoridade canônica de alguns livros genuínos do Novo Testamento.

E se a evidência interna fosse o único critério de autoridade canônica à qual nós pudéssemos recorrer, não restaria nenhuma possibilidade de se convencer qualquer pessoa da inspiração de um livro, a menos que ele pudesse perceber nele a evidência interna de uma origem divina. Em muitos casos, esta espécie de evidência dificilmente pode existir, como quando por propósitos sábios Deus dirige ou inspira um profeta para registrar tabelas genealógicas; ou mesmo na narração de eventos comuns, eu não vejo como pode ser determinado de evidência interna que a história é escrita por inspiração; pois a única circunstância em que uma narrativa inspirada difere da história humana fiel é que uma é infalível e a outra não é; mas a existência desta infalibilidade, ou ausência dela, não é aparente da leitura dos livros. Ambas as narrativas podem parecer consistentes, e é somente, ou principalmente, por evidência externa que nós podemos saber se uma delas é inspirada. Quem poderia empreender dizer que, somente através da evidência interna, poder-se-ia determinar que o livro de Ester, ou as Crônicas, foram escritos por inspiração? Além disso, alguns livros são obscuros e não facilmente entendidos; ora, como poderia alguém discernir a evidência interna de um livro, cujo significado ele ainda não entendeu?

A evidência aparente de uma visão geral das Escrituras, coletivamente, é mais convincente, mas não é tão bem adaptada para determinar se um determinado livro, considerado separadamente, foi certamente escrito por inspiração divina.

É necessário, pois, proceder ao nosso ponto destinado numa forma mais sinuosa. Nós devemos estar em dores para examinar a história do Cânon, e, como foi dito antes, determinar quais livros foram estimados canônicos por todos aqueles que tiveram a melhor oportunidade de julgar esta matéria; e quando a evidência interna corrobora a externa, as duas, combinadas, podem produzir um grau de convicção que não deixa espaço para desejar nenhuma evidência mais forte.

A questão a ser decidida é uma matéria de fato. É uma inquirição com respeito aos reais autores dos livros do Novo Testamento, tenham sido eles escritos pelas pessoas cujos nomes eles levam, ou por outros sob seus nomes. A inspiração destes livros, embora proximamente aliada a este assunto, é agora o objeto de inquirição. O método próprio de determinar uma matéria de fato, evidentemente é recorrer àquelas pessoas que foram testemunhas dela, ou que receberam sua informação de outras que foram testemunhas. É somente desta forma que nós sabemos se Homero, Horácio, Virgílio, Lívio, e Túlio escreveram os livros que agora estão sob seus nomes.

Os cristãos primitivos seguiram este método para determinar quais livros eram canônicos. Eles pesquisaram nos registros da igreja, antes do tempo deles, e destes determinaram quais livros deveriam ser recebidos como pertencentes ao volume sagrado. Eles apelam àquela certa e universal tradição, que atestou a genuinidade destes livros. IRENEU, TERTULIANO, EUSÉBIO, CIRILO, e AGOSTINHO têm todos feito uso deste argumento, ao estabelecer o Cânon do Novo Testamento.

A questão é frequentemente feita: Quando foi o Cânon do Novo Testamento constituído, e por que autoridade? Muitas pessoas que escrevem e falam sobre este assunto parecem entreter uma impressão errada em relação a ele; como se os livros do Novo Testamento não pudessem ser de autoridade, até que eles fossem sancionados por algum Concílio Eclesiástico, ou por alguma opinião expressa publicamente dos Pais da igreja; e como se qualquer porção de sua autoridade dependesse deles serem coletados em um volume. Mas a verdade é que cada um destes livros era de autoridade, tanto quanto sabido, desde o momento de sua publicação; e seu direito a um lugar no Cânon não é derivado da sanção de qualquer igreja ou concílio, mas do fato de que ele foi escrito por inspiração. E o apelo ao testemunho não é para provar que qualquer concílio de bispos, ou outros, deram sanção ao livro, mas para mostrar que é de fato a obra genuína de Mateus, ou João, ou Pedro, ou Paulo, que nós sabemos foram inspirados.

Os livros do Novo Testamento eram, portanto, de total autoridade, antes que eles fossem coletados em um volume; e não teria feito diferença se eles nunca tivessem sido incluídos em um volume, mas tivessem sido retidos naquela forma separada em que eles foram primeiramente publicados. E não é certo, de nenhum modo, que estes livros foram, num período muito primitivo, vinculados em um volume. Até onde nós temos qualquer testemunho sobre o assunto, a

probabilidade é que era mais comum incluí-los em dois volumes: um dos quais era chamado o *Evangelho*, e o outro, os *Apóstolos*. Alguns dos mais antigos manuscritos do Novo Testamento existentes parecem ter sido colocados nesta forma; e os Pais frequentemente se referem às Escrituras do Novo Testamento sob estes dois títulos. A questão: Quando o Cânon foi constituído? não admite, pois, nenhuma outra resposta mais própria do que esta: que tão logo o último livro do Novo Testamento foi escrito e publicado, o Cânon foi completado. Mas se a questão se relaciona ao tempo quando estes livros foram coletados, e publicados num único volume, ou em dois volumes, ela não admite uma resposta definida; pois aquelas igrejas que estavam situadas mais próximo ao lugar onde quaisquer livros particulares foram publicados, obteriam, é claro, cópias muito mais antecipadamente do que igrejas numa parte remota do mundo. Por um período considerável, a coleção destes livros, em cada igreja, deve de ter sido necessariamente incompleta; pois levaria algum tempo enviar à igreja, ou povo, com quem os autógrafos foram depositados, e ter boas cópias transcritas. Este processo necessário também contará para o fato de que alguns dos menores livros não foram recebidos pelas igrejas tão cedo, nem tão universalmente, quanto os mais largos. A solicitude das igrejas em possuir imediatamente os mais extensivos e importantes livros do Novo Testamento, indubitavelmente os induziria a fazer um grande exercício para adquirir cópias; mas, provavelmente, os menores não eram muito citados, nem havia um forte desejo de obtê-los sem atraso. Considerando quão difícil é agora, com todas as nossas melhorias na arte tipográfica, multiplicar cópias das Escrituras com suficiente rapidez, é verdadeiramente maravilhoso como tantas igrejas quantas foram fundadas durante o primeiro século, para não dizer nada de indivíduos, poderiam todos ser munidos com cópias do Novo Testamento, quando não havia método mais rápido de produzi-las do que pela escrita de cada letra com a pena! “A pena de um escritor hábil” deve, então, de fato, ter sido de imenso valor.

A ideia entretida por alguns, especialmente DODWELL, de que estes livros ficaram, por um longo tempo, trancados nos cofres das igrejas às quais eles foram destinados, e totalmente desconhecidos ao mundo, é em si mais improvável, e é repugnante a todo o testemunho que existe sobre o assunto. Mesmo tão primitivamente quanto o tempo quando Pedro escreveu sua segunda epístola, os escritos de Paulo estavam nas mãos das igrejas, e eram classificados com as outras

Escrituras.¹ E as citações destes livros pelos escritores cristãos mais primitivos, vivendo em diferentes países, demonstram que desde o tempo de sua publicação, eles eram buscados com afeição, e foram vastamente dispersados. Quão intenso o interesse que os primeiros cristãos sentiram pelos escritos dos apóstolos pode ser dificilmente concebido por nós, que temos estado familiarizados com estes livros desde nossos primeiros anos. Quão solícitos eles seriam, por exemplo, que nunca tinham visto Paulo, e tinham ouvido de sua maravilhosa conversão, e labores extraordinários e dons, para lerem os escritos dele! E provavelmente aqueles que tinham apreciado o alto privilégio de ouvir este apóstolo pregar, não seriam menos desejosos de ler suas Epístolas. Como nós sabemos, da natureza do caso, bem como do testemunho, que muitas narrativas incertas dos discursos e milagres de Cristo tinham obtido circulação, quão grandemente os cristãos primitivos se alegrariam em obter uma história autêntica da pena de um apóstolo, ou de alguém que escreveu precisamente o que foi ditado por um apóstolo! Nós não nos necessitamos maravilhar, portanto, de que toda igreja deveria desejar possuir uma coleção dos escritos dos apóstolos; e sendo eles as produções de homens inspirados, eles não queriam adicional sanção da autoridade deles. Tudo que foi requisito era estar certo de que o livro foi, de fato, escrito pelo apóstolo, cujo nome ele levava. E isto me leva a observar que algumas coisas nas Epístolas de Paulo, que parecem ser, para leitores comuns, de nenhuma importância, eram da máxima consequência. Tais como: “Eu, Tércio, que escrevi esta epístola”, &c. “A saudação, com minha própria mão.” “Assim eu escrevo em toda epístola.” “Vede com quão larga letra eu vos tenho escrito com minha própria mão.” “A saudação é de minha própria mão, Paulo.” “A saudação é de Paulo, com minha própria mão, que é o sinal em toda epístola.”² Este apóstolo comumente empregava um amanuense; mas, para que as igrejas às quais ele escrevia pudessem ter a segurança da genuinidade de suas Epístolas, de ver seu próprio manuscrito, ele constantemente escrevia ele mesmo a *saudação*; tanto cuidado foi tomado para que estes escritos sagrados fossem bem autenticados em sua primeira publicação. E pelo mesmo motivo era que ele e os outros apóstolos eram tão particulares em dar os nomes, e os caracteres, daqueles que eram identificados em suas Epístolas. E parece que eles sempre comissionavam ao cuidado de homens de alta estima na igreja; e comumente a mais de um parecia ter sido confiada esta importante

¹ 2 Pe. 3. 14, 15.

² Rm. 16. 22; 1 Co. 16. 21; Gl. 6. 11; 2 Ts. 3. 17.

comissão.

Se for inquirido o que se tornou dos autógrafos destes livros sagrados, e por que eles não foram preservados, desde que isto teria prevenido toda incerteza com respeito à verdadeira leitura, e teria aliviado o crítico bíblico de um largo compartilhamento de labor, é suficiente responder que nada diferente ocorreu, em relação a estes autógrafos, daquilo que aconteceu a todos os outros escritos antigos. Nenhum homem pode produzir o autógrafo de nenhum livro tão antigo quanto o Novo Testamento, a menos que ele tenha sido preservado de uma forma extraordinária, como no caso dos manuscritos de Herculano; nem poderia ser suposto que, no meio de tais vicissitudes, revoluções, e perseguições, que a igreja cristã suportou, este objeto pudesse ter sido assegurado por qualquer tipo de milagre. E Deus sabia que por uma providência superintendente sobre as Escrituras sagradas, elas poderiam ser transmitidas com acurácia suficiente, por meio de apógrafos, às mais distantes gerações. De fato, há razão para crer que os cristãos de tempos primitivos estavam tão absorvidos e impressionados com a glória das verdades reveladas que eles deram pouco interesse ao mero veículo pelo qual elas eram comunicadas. Eles tinham questões de tão profundo interesse, e tão novos, diante de seus olhos, que eles não tinham nem tempo, nem inclinação para a minutia de crítica. Pode ser, portanto, que eles não deram tanto valor para a posseção do autógrafo de um livro inspirado como nós deveríamos, mas consideravam uma cópia, feita com escrupulosa fidelidade, de igual valor ao original. E Deus pode ter sofrido estes autógrafos dos escritos sagrados perecerem, para que, no curso do tempo, eles não fossem idolatrados, como a serpente de bronze; ou para que homens não fossem conduzidos a supersticiosamente venerar o mero pergaminho e tinta, e formas e letras, empregados por um apóstolo. Certamente, a história da igreja mostra tal ideia muito longe de ser improvável.

Mas, embora pouco tenha sido dito sobre os escritos originais dos apóstolos, nós temos um testemunho de Tertuliano, de que as *Cartas Autênticas* dos apóstolos poderiam ser vistas por qualquer um que se desse ao trabalho de ir às igrejas às quais elas foram endereçadas. Alguns, de fato, pensam que Tertuliano não se refere aos autógrafos, mas a cópias autênticas; mas por que então enviar o inquiridor às igrejas às quais as Epístolas foram endereçadas? Não tinham outras igrejas, por todo o mundo, cópias autênticas destas Epístolas também? Parece haver, portanto, boa razão para crer que os autógrafos, ou letras originais dos apóstolos, foram preservados pelas igrejas às quais eles foram destinados, no

tempo de Tertuliano.¹

Mas, embora os autógrafos dos livros do Novo Testamento não existam mais, nós temos belas cópias do todo escrito tão primitivamente quanto o século IV ou V, e alguns pensam que nossos mais antigos manuscritos do Novo Testamento tenham uma origem ainda mais primitiva; e nós temos versões que foram feitas num período ainda mais primitivo, de forma que nós não temos perdido nada com o desaparecimento dos autógrafos do Novo Testamento.

¹ Vide Nota C.

SEÇÃO II

CATÁLOGOS DOS LIVROS DO NOVO TESTAMENTO—LIVROS CANÔNICOS
SOMENTE CITADOS COMO AUTORIDADE PELOS PAIS, E LIDOS NAS IGREJAS
COMO ESCRITURA.

HAVENDO declarado nosso propósito de estabelecer o Cânon do Novo Testamento na posição de testemunho autêntico, nós agora procederemos em aduzir nossas autoridades, e começaremos com uma examinação dos catálogos antigos do Novo Testamento.

A mais sutil atenção às obras dos Pais convencerá qualquer um de que os escritos dos apóstolos foram mantidos, desde o começo, na mais alta estima; que grandes dores foram sofridas para distinguir as produções genuínas destes homens inspirados de todos os outros livros; que eles foram buscados com diligência incomum, e lidos com profunda atenção e veneração, não somente em privado, mas publicamente nas igrejas; e que eles são citados e referidos universalmente como decisivos em todo ponto de doutrina, e como padrões autoritativos para a regulação de fé e prática.

Este sendo o estado do caso, quando os livros do Novo Testamento foram comunicados às igrejas, nós somos capazes, em relação a muitos deles, de produzir testemunho, do mais satisfatório tipo, de que eles foram admitidos no Cânon, e recebidos como inspirados, pelo consentimento universal de cristãos em toda parte do mundo. E quanto àqueles poucos livros, concernentes aos quais algumas pessoas entretinham dúvidas, pode ser mostrado que tão logo seus clamores foram completamente e imparcialmente investigados, eles também foram recebidos com universal consentimento; e que outros livros, embora excelentes como composições humanas, nunca foram colocados em pé de igualdade com os livros canônicos do Novo Testamento; que escritos espúrios, sob os nomes dos apóstolos, foram prontamente e decisivamente rejeitados, e que as igrejas foram repetidamente advertidas contra tais livros apócrifos.

Para fazer justiça a este assunto, requerer-se-á algum detalhe, que pode parecer seco ao leitor, mas deveria ser interessante a toda pessoa que deseja saber com

segurança que o que ela recebe como Escritura sagrada não é impostura, mas produções genuínas, autênticas, daqueles homens inspirados, que Cristo apon-
tou para serem suas testemunhas ao mundo, e a quem foi comissionado o de-
pósito sagrado de verdade divina, intencionado para a instrução e governo da
igreja em todas as eras futuras.

Ao exibir a evidência da autoridade canônica destes livros, nós primeiramen-
te atenderemos a algumas considerações gerais, que se relacionam ao volume in-
teiro, e então aduziremos testemunho a favor de cada livro agora incluído no
Cânon. E aqui, como no caso do Velho Testamento, nós encontramos que,
num período muito primitivo, catálogos destes livros foram publicados, por
muitos dos distintos Pais cujos escritos têm sido transmitidos até nós; e que o
mesmo tem sido feito, também, por vários concílios, cujos decretos são ainda
existentes.

Estes catálogos são, para a maior parte, perfeitamente harmoniosos. Em pou-
cos deles, alguns livros agora no Cânon são omitidos, para a qual omissão uma
razão satisfatória pode comumente ser atribuída. Na primeira circulação das Es-
crituras sagradas, havia grande necessidade de tais listas, pois as igrejas distantes e
os cristãos comuns eram susceptíveis de serem impostos por escritos espúrios,
que parecem ter abundado naqueles tempos. Foi, portanto, uma parte muito
importante da instrução dada a cristãos, por seus líderes espirituais, para in-
formá-los acuradamente, quais livros pertenciam ao Cânon. Grandes dores fo-
ram sofridas também para saber a verdade sobre este assunto. Bispos piedosos,
para este único propósito, viajaram para a Judeia, e permaneceram ali por algum
tempo, para que eles pudessem aprender, precisamente, toda circunstância rela-
tiva à autenticidade destes escritos.

1. O primeiro catálogo regular dos livros do Novo Testamento que nós en-
contramos registrado é de ORÍGENES, cujo extensivo conhecimento bíblico alta-
mente o qualificou para julgar corretamente neste caso. Ele tinha não somente
lido muito, mas viajado extensivamente, e residiu uma grande parte de sua vida
nos confins da Judeia, numa situação favorável para a informação precisa de to-
da parte da igreja, onde quaisquer destes livros foram originalmente publicados.
ORÍGENES viveu e floresceu cerca de cem anos após a morte do apóstolo João.
Ele estava, portanto, próximo o suficiente do tempo da publicação destes livros,
para obter a informação mais certa de seus autores. Muitos dos escritos origina-
is deste grande e erudito homem têm perecido, mas seu catálogo dos livros do No-

vo Testamento tem sido preservado por Eusébio, em sua História Eclesiástica.¹ Ele estava contido nas Homilias de Orígenes sobre o evangelho de Mateus; e foi repetido em suas Homilias sobre o evangelho de João.

Neste catálogo, ele menciona *os quatro Evangelhos, os Atos dos Apóstolos, quatorze Epístolas de Paulo, duas de Pedro, três de João, e o livro de Apocalipse*. Esta enumeração inclui todo o presente Cânon, exceto as Epístolas de Tiago e Judas, mas estas foram omitidas por acidente, não de propósito; pois em outras partes de seus escritos ele reconhece estas Epístolas como partes do Cânon. E enquanto Orígenes nos fornece tão completo catálogo dos livros agora no Cânon, ele não insere outros, o que prova que em seu tempo o Cânon estava bem estabelecido entre os eruditos; e que a distinção entre escritos inspirados e composições humanas era tão claramente marcada como em qualquer período subsequente.

Na obra intitulada *Constituições Apostólicas*, atribuída a CLEMENTE de Roma, há um catálogo dos livros do Novo Testamento; mas como esta obra não é genuína, e de um autor e era incertos, eu não farei uso dela.

Tem sido preservado um fragmento de um escrito muito antigo sobre o Cânon, atribuído a CAIO o presbítero, que pode ser visto em *Reliquiae de Routh*, cujo resumo é aqui dado numa versão literal do latim. O que é dito pelo autor concernente aos dois primeiros evangelistas está perdido. O fragmento começa dizendo: “O terceiro é o evangelho segundo Lucas. Lucas foi aquele médico que, depois da ascensão, acompanhou Paulo. [...] Embora ele nunca tivesse visto Cristo na carne, porém tendo adquirido um conhecimento de sua vida, ele começa sua narrativa da natividade de João.

“O quarto evangelho foi escrito por João, um dos discípulos. Aos seus companheiros discípulos, e aos bispos, que o exortaram [a escrever], ele disse: ‘Jejuai comigo três dias, desde este dia, e o que quer que for revelado a qualquer um de nós, nós declaramos um ao outro.’ Na mesma noite, foi revelado a André que João, sob seu próprio nome, deveria descrever todas as coisas, de forma que elas pudessem ser reconhecidas por todos. E assim, embora vários elementos sejam ensinados nos vários evangelhos, porém a fé dos crentes não é diversa, desde que com um espírito penetrante todas as coisas são declaradas por todos, concernentes à natividade, páscoa, ressurreição, e concernente à sua conversação com seus discípulos, e seu duplo advento; o primeiro, quando ele foi visto num estado de humilhação; [...] o segundo, com poder régio glorioso, que ainda é futuro [...]

¹ Lib. vi. c. 25.

Mas os Atos de todos os Apóstolos, Lucas a Teófilo tem compreendido num único livro. As Epístolas de Paulo declaram a todos que desejam saber, em que narrativa, e de que lugar elas foram escritas. Paulo, seguindo o exemplo de seu predecessor João, escreveu Epístolas às seguintes sete igrejas nomeadas: a primeira, aos *Coríntios*; a segunda, aos *Efésios*; a terceira, aos *Filipenses*; a quarta, aos *Colossenses*; a quinta, aos *Gálatas*; a sexta, aos *Tessalonicenses*; e a sétima, aos *Romanos*. Mas aos *Coríntios* e aos *Tessalonicenses* ele escreveu, por causa da correção, uma segunda vez. Uma igreja é conhecida, difundida por todo o mundo.

“E João, no Apocalipse, embora ele se dirigisse às sete igrejas, porém fala a todos. Ademais, há uma [epístola] a *Filemom*; uma a *Tito*; e duas a *Timóteo*, por causa de sua afeição e cuidado; as quais, porém, estão em honra da Igreja Católica, e santificadas à ordenação da disciplina eclesiástica.

“Há uma [epístola de Paulo] destinada aos Laodicenses, e uma aos Alexandrinos sob o nome de Paulo, forjadas para suportar a heresia de Marcião, e muitas outras que não deveriam ser recebidas na Igreja Católica. Pois é impróprio que fel seja misturado com mel. De fato, a Epístola de Judas e duas [epístolas menores] sob o nome de João estão na posse da igreja. Também o livro de SABEDORIA, escrito pelos amigos de Salomão em honra a ele. Há um Apocalipse de João, e um de Pedro; a igreja recebe somente o primeiro, e alguns consideram indesejável que este deva ser lido na igreja.”

De este antigo fragmento do século II, nós temos aproximadamente um catálogo completo dos livros canônicos do Novo Testamento, e a rejeição de alguns livros espúrios que, mesmo naquela era primitiva, foram colocados em circulação. Este fragmento não é percebido por Lardner. Ele foi descoberto por Muratório, e tem sido largamente comentado por vários autores eruditos. Muratório atribui-o ao presbítero Caio; mas outros a Papias. Routh considera completamente incerto quem seja o autor; mas todos concordam que se refere ao século II.

O catálogo atribuído ao Concílio de Niceia não é genuíno, e está conectado com uma história que suporta toda marca de credulidade supersticiosa.¹ Este,

¹ A história é brevemente esta. Os Pais do Concílio de Niceia colocaram todos os livros que clamavam um lugar no Cânon sagrado sob a mesa de comunhão da igreja, e então oraram para que tais daqueles que fossem inspirados pudessem ser encontrados em cima, e os apócrifos embaixo; sobre o qual, o evento ocorreu de acordo com seus desejos; e assim uma linha clara de distinção foi feita entre livros canônicos e tais que não eram canônicos. Esta história é relatada no Synodicon de Popus, um escritor obscuro, e é indigno do menor crédito.

portanto, será igualmente omitido. Nós não permanecemos em nenhuma necessidade de testemunho suspeito sobre este assunto. Testemunhas da veracidade mais indubitável, e inteligência distinta, podem ser encontradas em todas as eras sucessivas.

2. O próximo catálogo dos livros do Novo Testamento ao qual eu me referirei é aquele de EUSÉBIO, o erudito historiador da igreja; a cuja diligência e fidelidade em coletar fatos eclesiásticos nós somos mais devedores do que aos labores de todos os outros homens para aquele período que interveio entre os dias dos apóstolos e os seus próprios tempos. EUSÉBIO pode ser considerado dando seu testemunho cerca de cem anos depois de ORÍGENES. Seu catálogo pode ser visto em sua História Eclesiástica.¹ Nela, ele enumera cada livro que nós temos agora no Cânon, e nenhuns outros; mas ele menciona que a Epístola de Tiago, e a segunda de Pedro, e a segunda e terceira de João eram questionadas por alguns; e que o Apocalipse foi rejeitado por alguns, e recebido por outros; mas o próprio Eusébio declara ser sua opinião que ele deveria ser recebido sem dúvida.

Não há nem uma única testemunha entre o número inteiro de escritores eclesiásticos que foi mais competente para dar informação precisa sobre este assunto do que Eusébio. Ele tinha gastado uma grande parte de sua vida em pesquisas nas antiguidades da igreja cristã; e ele tinha uma íntima familiaridade com todos os registros relacionados aos negócios eclesiásticos, muitos dos quais estão agora perdidos; e quase a única informação que nós temos delas têm sido transmitidas a nós por este diligente compilador. (Vide Apêndice Nota D.)

3. ATANÁSIO, tão bem conhecido por seus escritos e seus sofrimentos em defesa da divindade de nosso Salvador, em sua Epístola Festiva, e em sua Sinopse da Escritura, tem deixado um catálogo dos livros do Novo Testamento, que concorda perfeitamente com o Cânon agora em uso.

4. CIRILO, em sua obra catequética, também tem dado um catálogo perfeitamente concordando com o nosso, exceto que ele omite o livro de Apocalipse. Por que esse livro foi tão frequentemente deixado de fora dos catálogos e coleções antigos das Escrituras, será mencionado daqui por diante. Atanásio e Cirilo foram contemporâneos de Eusébio; o último, porém, pode mais propriamente ser considerado de vinte ou trinta anos depois.

5. Então, um pouco depois de meados do século IV, nós temos o testemunho de todos os bispos reunidos no Concílio de Laodiceia. O catálogo deste

¹ Euséb. Ecc. Hist. lib. iii. c. 25 comp. com c. 3.

concílio está contido em seu sexagésimo Cânon, e é exatamente o mesmo que o nosso, exceto que o livro de Apocalipse é omitido. Os decretos deste concílio foram, num curto tempo, recebidos nos Cânones da igreja universal; e entre o resto, este catálogo dos livros do Novo Testamento. Assim, nós percebemos que tão primitivamente quanto meados do século IV havia um consentimento universal, em todas as partes do mundo às quais a igreja cristã se estendeu, quanto aos livros que constituíam o Cânon do Novo Testamento, com uma única exceção do livro de Apocalipse; e que este livro também era geralmente admitido como canônico, nós tomaremos a oportunidade de provar na sequência desta obra.

6. Mas uns poucos anos se passaram desde o encontro deste concílio, antes que EPIFÂNIO, bispo de Salamina, na ilha de Chipre, publicasse sua obra “sobre Heresias”, em que ele dá um catálogo dos livros canônicos do Novo Testamento, que, em todo respeito, é o mesmo que o Cânon agora recebido.

7. Quase ao mesmo tempo, GREGÓRIO DE NAZIANZO, bispo de Constantinopla, num Poema, “sobre as Escrituras Verdadeiras e Genuínas”, menciona distintamente todos os livros agora recebidos, exceto Apocalipse.

8. Uns poucos anos depois, nós temos uma lista dos livros do Novo Testamento numa obra de FILÁSTRIO, bispo de Brixia, na Itália, que corresponde em todos os sentidos àqueles agora recebidos; exceto que ele não menciona mais de treze das Epístolas de Paulo. Se a omissão foi intencional, ela provavelmente se relaciona à Epístola aos Hebreus.

9. Ao mesmo tempo viveu JERÔNIMO, que traduziu a Bíblia inteira para o latim. Ele fornece-nos um catálogo respondendo ao nosso presente Cânon em todos os respeitos. Ele, porém, fala duvidosamente sobre a Epístola aos Hebreus, por causa da incerteza de sua autoria. Mas, em outras partes de seus escritos, ele mostra que ele recebeu este livro como canônico, bem como o resto.¹

10. O catálogo de RUFINO não varia em nada do Cânon agora recebido.²

11. AGOSTINHO, em sua obra sobre “Doutrina Cristã”, tem inserido os nomes dos livros do Novo Testamento que, em todos os respeitos, são os mesmos que os nossos.

12. O Concílio de Cartago, em que Agostinho estava presente, tem fornecido um catálogo que concorda perfeitamente com o nosso. Neste concílio, qua-

¹ Epišt. ad Paulinum.

² Expos. in Symbol. Apost.

renta e quatro bispos atenderam. A lista a que se faz referência é encontrada em seu quadragésimo oitavo Cânon.

13. O autor desconhecido, que está sob o nome de DIONÍSIO o Areopagita, assim descreve os livros do Novo Testamento, para mostrar que ele recebeu os mesmos que estão agora no Cânon.

Outra fonte de evidência satisfatória, em favor do Cânon do Novo Testamento, como agora recebido, é o fato de que estes livros foram citados como Escritura sagrada por todos os Pais, vivendo em partes do mundo as mais remotas umas das outras. A verdade desta asserção aparecerá completamente quando nós falarmos particularmente dos livros que compõem o Cânon. Ora, como pode ser creditado que estes livros, e estes somente, deveriam ser citados como autoridade na Ásia, África e Europa? Nenhuma outra razão pode ser atribuída do que uma destas duas: ou eles não conheciam outros livros que clamavam ser canônicos; ou, se eles conheciam, eles não os estimaram de igual autoridade com aqueles que eles citaram. Sobre cada um destes fundamentos, a conclusão é a mesma: que os livros citados como Escritura são somente os livros canônicos. Para aplicar esta regra a um caso particular, “a primeira Epístola de Pedro” é canônica, porque ela é continuamente citada pelos escritores cristãos mais antigos, em toda parte do mundo; mas o livro chamado “a Revelação de Pedro” é apócrifo, porque nenhum dos Pais primitivos tem tomado testemunhos dele. O mesmo é verdadeiro de “os Atos de Pedro”, e “o Evangelho de Pedro”. Estes escritos eram totalmente desconhecidos para a igreja primitiva, e são, pois, espúrios. Este argumento é perfeitamente conclusivo, e sua força foi percebida pelos antigos defensores do Cânon do Novo Testamento. Eusébio repetidamente recorre a ele, e, portanto, aquelas pessoas que têm objetivado desarranjar nosso presente Cânon, como TOLAND e DODWELL, têm tentado provar que os escritores cristãos primitivos tinham o hábito de citar indiferentemente, e promiscuamente, os livros que nós agora recebemos, e outros que são agora rejeitados como apócrifos. Mas isto não é correto, como tem sido mostrado por NYE, RICHARDSON, e outros. O verdadeiro método de determinar esta matéria é através de uma examinação cuidadosa de todas as passagens nos escritos dos Pais, onde outros livros além daqueles agora no Cânon têm sido citados. Algum progresso foi feito ao coletar as passagens nos escritos dos Pais, em que qualquer referência é feita aos livros apócrifos, pelo erudito Jeremias Jones, em seu “Novo Método de se Estabelecer o Cânon do Novo Testamento”, mas a obra foi deixada incompleta. Este autor,

porém, nega positivamente que é comum para os Pais citarem estes livros como Escritura, e declara que há somente umas poucas instâncias em que qualquer um deles parece ter caído neste erro.

Uma terceira prova da genuinidade do Cânon do Novo Testamento pode ser derivada do fato de que estes livros eram publicamente lidos como Escritura, em todas as igrejas cristãs.

Como os judeus eram acostumados a ler as Escrituras sagradas do Velho Testamento em suas Sinagogas, assim os cristãos primitivos transferiram a mesma prática para a igreja; e parece ter estado em uso ainda nos dias dos apóstolos, como aparece em Cl. 4. 16, onde Paulo fala da leitura das Epístolas endereçadas às igrejas, como uma coisa de curso: “E, quando esta epístola tiver sido lida entre vós, fazei com que também seja lida na igreja dos laodicensês, e a que veio de Laodiceia lede-a vós também.”

JUSTINO MÁRTIR explicitamente testifica que este era o costume no começo do século II. “Naquele dia”, diz ele, “que é chamado domingo, há um encontro de todos (os cristãos) que vivem ou em cidades, ou no interior do país, e as memórias dos apóstolos, e os escritos dos profetas, são lidos.”¹

TERTULIANO é igualmente explícito; pois, ao dar uma narrativa dos encontros dos cristãos para adoração, ele diz: “Eles reúnem-se para lerem as Escrituras, e oferecerem orações”; e em outro lugar, entre os exercícios solenes do Dia do Senhor, ele reconhece: “Lendo as Escrituras, cantando Salmos”, &c.²

A mesma narrativa é dada por CIPRIANO,³ e pelo antigo autor sob o nome de DIONÍSIO o Areopagita;⁴ e por vários outros autores antigos. Ora, esta prática de ler as Escrituras sagradas nas igrejas cristãs começou tão cedo que é dificilmente possível que elas pudessem ter sido impostas por escritos supostos. Um método mais efetivo de resguardar que os escritos apócrifos obtivessem um lugar no Cânon não poderia ter sido inventado. Ele concedeu a todos os membros da igreja uma oportunidade de saber quais livros eram reconhecidos como canônicos, e impedia toda oportunidade de impingir obras espúrias; desde que, se isto tivesse sido feito em alguma igreja, a prática de todas as outras igrejas rapidamente teriam exposto a impostura. Concordemente, os Pais frequentemente se referiam a este costume, como o guia para o povo, concernente aos livros que

¹ Apol. ii. pág. 93.

² Tertull. De Anima.

³ Cyp. Epišt. 36, 39.

⁴ Hierarch. Eco. c. 3.

eles deveriam ler. “Evite livros apócrifos”, diz CIRILO a seu catecúmeno, “e estude cuidadosamente aquelas Escrituras somente que são lidas publicamente na igreja.” Novamente, tendo dado um catálogo dos livros da Escritura, ele adiciona: “Que os outros sejam rejeitados; e tal como não são lidos nas igrejas, nem leia você em privado.”

Foi decretado no Concílio de Laodiceia: “Que nenhuns Salmos privados deveriam ser lidos nas igrejas, nem quaisquer livros fora do Cânon; mas somente os escritos canônicos do Velho e Novo Testamentos.” A mesma coisa foi determinada no Concílio de Cartago. Mas, não obstante estes decretos, e as opiniões dos Pais eruditos, havia alguns trechos lidos em algumas das igrejas, os quais não eram canônicos. Assim, DIONÍSIO, bispo de Corinto, no século II, numa carta à igreja de Roma, diz-lhes: “Que eles leiam em suas assembleias, no dia do Senhor, a Epístola de Clemente.” E Eusébio declara: “Que em seu tempo, e em tempos precedentes, ela foi quase universalmente recebida, e lida em muitas igrejas.” Ele diz também: “Que o Pastor de Hermas era lido em muitas igrejas”, o que é confirmado por Atanásio e Rufino. Enquanto estes livros, que não estão agora no Cânon, eram publicamente lidos em muitas igrejas, o livro de Apocalipse não era, de acordo com Cirilo, lido nas igrejas; nem ordenado a ser lido pelo Concílio de Laodiceia. Pareceria, portanto, à primeira vista, que a aplicação desta regra excluiria o livro de Apocalipse do Cânon, e admitiria “a Epístola de Clemente” e “o Pastor de Hermas”. Mas a regra não se aplica a tudo que era lido nas igrejas, mas a tais livros que eram lidos como Escritura sagrada. Tem aparecido, na primeira parte desta obra, que vários livros, não no Cânon do Velho Testamento, eram, não obstante, lidos nas igrejas; mas os Pais cuidadosamente distinguiram entre estes e os livros canônicos. Eles eram lidos para instrução e para a melhoria de maneiras, mas não como autoridade em matérias de fé. Eles distinguiram os livros lidos nas igrejas em *Canônicos e Eclesiásticos*; do último tipo eram os livros mencionados acima, e alguns outros. A razão por que o livro de Apocalipse não foi direcionado para ser lido publicamente, será atribuída quando nós tratarmos particularmente da autoridade canônica desse livro.

Um quarto argumento para provar que nosso Cânon do Novo Testamento está substancialmente correto pode ser derivado das versões primitivas deste livro sagrado em outras línguas.

Embora a língua grega fosse extensivamente conhecida ao longo do Império Romano quando os apóstolos escreveram, porém a igreja cristã ainda foi, num

curto tempo, estendida a regiões, onde o povo comum, pelo menos, não estava familiarizado com ela, nem com nenhuma outra língua exceto sua própria língua vernacular. Enquanto o dom de línguas continuasse, a dificuldade de fazer conhecido o Evangelho em alguma medida seria obviada; mas quando estes poderes miraculosos cessaram, a necessidade de uma versão dos Evangelhos e Epístolas na língua do povo tornar-se-ia manifesta. Tão logo, portanto, possa ser-nos permitidos arrazoar da natureza do caso, e das necessidades das igrejas, é excessivamente provável que versões do Novo Testamento foram feitas brevemente após a morte dos apóstolos, se elas não tivessem começado antes. Nós podemos supor que os numerosos cristãos na Síria, Mesopotâmia, e nas várias partes da Itália, seriam por muito tempo deixados sem ter estes preciosos livros traduzidos numa língua que todo o povo pudesse entender? Mas nós não somos deixados ao nosso próprio arrazoamento sobre este assunto. Nós sabemos que, num período muito primitivo, existiam versões latinas do Novo Testamento, que tinham estado há muito em uso antes do tempo de Jerônimo, a ponto de terem se tornado consideravelmente corruptas, por cuja causa ele empreendeu uma nova versão, a qual em breve sobrepujou aquelas que eram mais antigas. Ora, embora nada reste destas versões latinas antigas, senão fragmentos incertos, nós ainda temos boa evidência de que elas continham os mesmos livros quando foram inseridas na versão de Jerônimo, agora denominada a Vulgata.

Mas, talvez, a versão Antiga Siríaca do Novo Testamento, chamada Peshito, fornece a prova mais forte da autoridade canônica de todos os livros que estão contidos nela. Esta excelente versão tem um clamor muito alto de antiguidade; e, na opinião de alguns dos melhores eruditos siríacos, que têm profundamente examinado este assunto, foi feita antes do fechamento do século I.

Os argumentos para uma origem tão primitiva não são, realmente, conclusivos, mas eles possuem muita probabilidade se nós considerarmos a evidência externa, ou interna. Os cristãos sírios têm sempre insistido que esta versão foi feita pelo apóstolo TADEU; mas sem admitir este clamor, que a colocaria num pé de igualdade com o original grego, nós podemos crer que ela não deveria ser remontada mais abaixo do que o século II. É universalmente recebida por todas as numerosas seitas de cristãos sírios, e deve de ser anterior à existência da mais antiga delas. Manes, que viveu no século II, provavelmente tinha lido o Novo Testamento no siríaco, que foi sua língua nativa; e JUSTINO MÁRTIR, quando ele testifica que as Escrituras do Novo Testamento eram lidas nas assembleias de

cristãos todo domingo, provavelmente se refere a cristãos sírios, pois a Síria era seu lugar nativo; onde, também, ele tinha sua residência usual. E MICHAELIS é de opinião que MELITO, que escreveu por volta de 170 d.C., tem declarado expressamente que uma versão siríaca da Bíblia existia em seu tempo. JERÔNIMO também testifica, explicitamente, que, quando ele escreveu, a Bíblia Siríaca era lida publicamente nas igrejas; pois, ele diz, “Efrém o Sírio é tido em tal veneração, que seus escritos são lidos em várias igrejas, imediatamente após as Lições da Bíblia.” Também é bem sabido que a versão armeniana, que é antiga, foi feita da Siríaca.

Ora, esta antiga versão contém os quatro Evangelhos, os Atos dos Apóstolos, as Epístolas de Paulo incluindo aquela aos Hebreus, a Primeira Epístola de João, a Primeira Epístola de Pedro, e a Epístola de Tiago. Até agora, então, a evidência do presente Cânon está completa; e quanto àqueles livros omitidos nesta versão, exceto Apocalipse, eles são poucos, e pequenos, e provavelmente eram desconhecidos ao tradutor ou a evidência de sua genuinidade não foi determinada por ele. E quanto ao livro de Apocalipse, as mesmas razões que o excluíram de tantos catálogos antigos, provavelmente operaram aqui. Foi julgado ser muito misterioso para ser lido nas igrejas, e por cristãos comuns, e, portanto, não foi colocado no volume que era lido publicamente nas igrejas. Os argumentos para uma origem latina desta versão possui, em meu julgamento, muito pouca força.¹

Sobre a evidência geral da genuinidade de nosso Cânon, eu acrescentaria as seguintes observações:

1. A concordância entre aqueles que têm dado catálogos dos livros do Novo Testamento, desde os tempos mais primitivos, é quase completa. De treze catálogos, aos quais nós temos nos referido, sete contêm exatamente os mesmos livros que estão agora no Cânon. Três dos outros não diferem em nada senão na omissão do livro de Apocalipse, para a qual eles tinham uma razão particular, consistente com sua crença de sua autoridade canônica; e em dois dos catálogos restantes, pode ser provado que os livros omitidos, ou representados como duvidosos, foram recebidos como autênticos pelas pessoas que têm fornecido os catálogos. Pode ser declarado, pois, que o consentimento da igreja antiga, quanto a quais livros pertenciam ao Cânon do Novo Testamento, era completo. O volume sagrado foi tão acuradamente formado, e tão claramente distinguido de ou-

¹ Sobre este assunto todo, consulte Jones sobre o Cânon, a Introdução de Michaelis, os Prolegômenos de Mill.

tros livros, nos séculos III, IV e V, quanto tem sempre sido desde então.

2. Seja considerado, além do mais, que os mais primitivos destes catálogos foi feito por ORÍGENES, que viveu dentro de cem anos após a morte do apóstolo João, e que, por sua leitura, viagens, e longa residência na Palestina, teve um total conhecimento de todas as transações e escritos da igreja, até seu próprio tempo. Em conexão com isto, seja lembrado que estes catálogos foram compostos pelos mais eruditos, piedosos, e distintos homens na igreja; ou por concílios; e que as pessoas que os fornecem residiam em diferentes e remotas partes do mundo. Como, por exemplo, em Jerusalém, Cesaræa, Cartago, Hipona na África, Constantinopla, Chipre, Alexandria no Egito, Itália, e Ásia Menor. Assim, parece que o Cânon foi primitivamente concorde, e que ele foi em todo lugar o mesmo; portanto, nós encontramos os Pais, em todos os seus escritos, apelando para as mesmas Escrituras; e nenhum deles é acusado de rejeitar qualquer livro canônico, exceto hereges.

3. Parece, do testemunho aduzido, que nunca foi considerado necessário que qualquer concílio, ou bispo, deveria dar sanção a estes livros, de qualquer outra forma, do que como testemunhas, testificando às igrejas, que estes eram de fato os escritos genuínos dos apóstolos. Estes livros, portanto, nunca tiveram sua autoridade derivada da Igreja, ou de Concílios, mas eram de completa autoridade assim que publicados; e eram entregues às igrejas para serem um guia e padrão em todas as coisas relacionadas a fé e prática. Os Pais tê-lo-iam considerado ímpio, para qualquer bispo ou Concílio, pretender adicionar qualquer coisa à autoridade de livros inspirados; ou clamar o direito de adicionar outros livros àqueles transmitidos dos apóstolos. A igreja está fundada sobre “os apóstolos e profetas, sendo Jesus Cristo a pedra de esquina”; mas as Escrituras sagradas não são, de maneira alguma, dependentes para sua autoridade de qualquer grupo de homens que viveram desde que elas foram escritas.

4. Nós podemos destacar, em último lugar, a benigna providência de Deus para com sua igreja, em fazer com que estes livros preciosos fossem escritos, e em zelar por sua preservação, no meio de perigos e perseguições; de forma que, não obstante os projetos malignos dos inimigos da igreja, eles chegaram todos intactos a nós, na língua original em que eles foram escritos pelos apóstolos.

Nossa mais viva gratidão é devida ao grande Cabeça da igreja por este tesouro divino, do qual nós somos permitidos livremente obter o que for necessário para nossa instrução e consolação. E é nossa obrigação apreciar este presente pre-

cioso de revelação divina sobre todo preço. Na Lei do Senhor, nós deveríamos meditar de dia e de noite. É uma regra perfeita; ela brilha com uma luz clara; ela exerce uma influência salutar sobre o coração; ela adverte-nos quando nós estamos em perigo, reclama-nos quando nós nos desviamos, e conforta-nos quando em aflição. A palavra do Senhor é “mais desejável do que ouro, sim, do que muito ouro fino; e mais doce do que o mel e o licor dos favos”. Sl. 19. 10. Aqueles que estão destituídos deste volume inestimável clamam por nossa mais afetuosa compaixão, e nosso exercício em circular a Bíblia nunca deveria ser suspenso, até que todos sejam supridos com este tesouro divino. Mas aqueles que possuem este volume sagrado, e ainda negligenciam em estudá-lo, são ainda mais dignos de pena, pois eles estão perecendo no meio da plenitude. No meio da luz, eles caminham em trevas. Deus enviou-lhes a palavra de vida, mas eles têm estimado muito pouco o rico dom de seu amor. Oh! que seus olhos sejam abertos, que eles possam ver coisas prodigiosas na lei do Senhor!

SEÇÃO III

ORDEM DOS LIVROS DO NOVO TESTAMENTO—TEMPO EM QUE OS EVANGELHOS FORAM ESCRITOS—NOTA DOS EVANGELISTAS.

A ORDEM dos livros do Novo Testamento não é uniforme nos manuscritos agora existentes, nem quando eles são mencionados pelos Pais. EUSÉBIO arranja-os assim: os Quatro Evangelhos, os Atos dos Apóstolos, as Epístolas de Paulo, a Primeira Epístola de João, e o Apocalipse de João. “Estes”, diz ele, “foram recebidos (exceto o último mencionado) por todos os cristãos.” Então ele menciona aqueles que não eram unanimemente recebidos; como a Epístola de Tiago, a Epístola de Judas, a Segunda de Pedro, e a Segunda e Terceira de João.

IRENEU, que viveu muito antes de Eusébio, não tem dado um catálogo regular dos livros do Novo Testamento, mas ele parece ter seguido a mesma ordem.

Mas ATANÁSIO, em sua Epístola Festiva, tem dado a seguinte ordem: os Quatro Evangelhos, os Atos dos Apóstolos, as Sete Epístolas Católicas, as Quatorze Epístolas de Paulo, e o Apocalipse. O antigo e celebrado Manuscrito Alexandrino segue a mesma ordem; como faz também CIRILO de Jerusalém, mas ele não menciona Apocalipse.

O arranjo, no catálogo do Concílio de Laodiceia, é exatamente o mesmo que aquele de Cirilo; o livro de Apocalipse é deixado de fora. JOÃO DAMASCENO e LEÔNICIO seguem a mesma ordem.

A ordem dos catálogos sírios, como dado por EBEDJESUS, é: os Quatro Evangelhos, os Atos dos Apóstolos, as Três Epístolas Católicas (o Cânon deles, a princípio, não continha mais), e as Quatorze Epístolas de Paulo.

A ordem de RUFINO é: os Evangelhos, os Atos, as Epístolas de Paulo, as Epístolas Católicas, e o Apocalipse. O Concílio de Cartago tem o mesmo. GREGÓRIO DE NAZIANZO, o mesmo; somente Apocalipse é omitido. ANFILÓQUIO o mesmo, e o livro de Apocalipse, mencionado como duvidoso. NICÉFORO de Constantinopla, o mesmo, e Apocalipse omitido.

Esta, portanto, parece ter sido a ordem em que os livros do Novo Testamento sucederam um ao outro em cópias mais antigas; e é aquela agora em uso geral.

Mas EPIFÂNIO tem uma ordem diferente de qualquer destes, como segue: os Quatro Evangelhos, as Epístolas de Paulo, os Atos dos Apóstolos, as Sete Epístolas Católicas, e o Apocalipse. JERÔNIMO segue a mesma ordem; e também EUTÁLIO.

AGOSTINHO varia em seu arranjo dos livros sagrados. Em um lugar, ele coloca os Atos por último, exceto Apocalipse; e em outro, ele coloca-o depois de Apocalipse. Ele também varia em seu arranjo das Epístolas de Paulo, e das Epístolas Católicas.

A ordem de INOCÊNCIO o Primeiro, bispo de Roma, é: os Quatro Evangelhos, as Epístolas de Paulo, as Epístolas Católicas, os Atos, e Apocalipse.

ISIDORO de Sevilha tem dado, em seus escritos, catálogos gerais, em todos os quais ele segue a última ordem mencionada. O mesmo escritor informa-nos que os livros do Novo Testamento eram usualmente incluídos em duas divisões, ou volumes; o primeiro contendo os Evangelhos; o segundo, os Atos e as Epístolas; o livro de Apocalipse é omitido.

CRISÓSTOMO segue uma ordem que parece ser peculiar: ele coloca primeiro as Quatorze Epístolas de Paulo; a seguir, os Quatro Evangelhos; então, os Atos; e, em último lugar, as Epístolas Católicas. GELÁSIO coloca Apocalipse antes das Epístolas Católicas. O Cânon Apostólico, como ele é chamado, contém o seguinte catálogo: os Quatro Evangelhos, Quatorze Epístolas de Paulo, Sete Epístolas Católicas, Duas Epístolas de Clemente, as Constituições, e os Atos. Se este fosse, de fato, o Cânon genuíno dos apóstolos, como o título sugere, seria decisivo, e todas as outras autoridades seriam supérfluas; mas é reconhecido por todos os bons críticos que é espúrio e de nenhuma autoridade para estabelecer o Cânon.

A ordem dos Quatro Evangelhos tem sido, geralmente, como em nossas cópias: Mateus, Marcos, Lucas, João. Ireneu, Orígenes, Eusébio, Atanásio, o Concílio de Laodiceia, Gregório de Nazianzo, Anfilóquio, os Catálogos Sírios, Jerônimo, Rufino, Agostinho, o Manuscrito Alexandrino com muitos outros, concordam com esta ordem.

Mas, que esta ordem não era uniforme, aparece de Tertuliano, que os arranja assim: Mateus, João, Lucas, Marcos. E a mesma ordem dos Evangelhos é seguida, no mais antigo Manuscrito, comumente chamado Códice Cantabrigiense.

Há muito pouca variação observada no arranjo das Epístolas de Paulo. Elas geralmente se encontram na mesma ordem que nós as temos em nossas cópias; mas este não é universalmente o caso: pois, em algumas cópias, a Epístola aos Hebreus ocupa o décimo quarto lugar entre as Epístolas de Paulo, e em outras o décimo. Mas em todas as cópias, a Epístola aos Romanos permanece como primeira, embora não primeira na ordem do tempo.

Com respeito ao tempo quando os evangelhos foram escritos, nenhuma informação precisa pode ser obtida, pois autores antigos diferem consideravelmente sobre o assunto. Parece ser concorde, porém, que eles não foram publicados imediatamente após a ascensão de Cristo; nem todos ao mesmo tempo. A melhor coisa que nós podemos fazer é colocar diante do leitor os principais testemunhos dos Pais, e deixá-lo julgar por si mesmo.¹

O mais primitivo escritor que diz alguma coisa sobre este assunto é IRENEU; mas ele não nos informa que tempo interveio entre a ressurreição de Cristo e a escrita destes evangelhos. Suas palavras são: “Pois nós não temos recebido o conhecimento da forma de salvação de quaisquer outros senão daqueles por quem o evangelho tem sido transmitido a nós, o qual evangelho eles pregaram primeiro, e depois, pela vontade de Deus, confiaram à escrita, para que no tempo por vir ele pudesse ser o fundamento e pilar de nossa fé. Nem pode ninguém dizer que eles pregaram antes que eles tivessem um competente conhecimento do evangelho; pois, depois que nosso Senhor ressuscitou dos mortos, e eles foram dotados, do alto, com o poder do Espírito Santo, que tinha descido sobre eles, eles receberam um perfeito conhecimento de todas as coisas. Eles foram a todos os confins da terra, declarando aos homens a bênção da paz celestial; tendo todos eles, e cada um deles, o evangelho de Deus.”

Agora, considere que Ireneu foi discípulo de Policarpo, que foi discípulo do apóstolo João, e este testemunho terá grande peso para confirmar o fato de que os evangelhos foram escritos pelos apóstolos, algum tempo depois deles começaram a pregar; e que, onde quer que os apóstolos iam, eles pregavam o mesmo evangelho ao povo.

EUSÉBIO, a quem nós somos obrigados a tão frequentemente recorrer como uma testemunha de fatos eclesiásticos antigos, não falha para conosco aqui: “Aqueles admiráveis e verdadeiros homens divinos”, diz ele, “os apóstolos de

¹ Os testemunhos aqui aduzidos são, na maior parte, selecionados das coleções de Lardner, a cujas obras o leitor é indicado.

Cristo, não tentaram entregar a doutrina de seu Mestre, com artifício e eloquência de palavras. [...] Nem estavam eles interessados em escrever livros, estando engajados em um ministério mais excelente, que está acima de todo o poder humano. De tal modo que Paulo, o mais capaz de todos, no fornecimento de palavras e ideias, não tem deixado nada escrito a não ser umas poucas Epístolas. Nem estava o resto dos seguidores de nosso Salvador ignorantes destas coisas, como os setenta discípulos, e muitos outros além dos doze apóstolos. Não obstante, de todos os discípulos de nosso Senhor, Mateus e João só têm deixado a nós algumas Memórias; que, também, como nós temos sido informados, foram impelidos a escrever, por um tipo de necessidade.”¹

TEODORO de Mopsuéstia, que viveu na última parte do século IV, tem-nos deixado o seguinte testemunho: “Depois da ascensão do Senhor ao céu, os discípulos ficaram um bom momento em Jerusalém, visitando as cidades em sua vizinhança, e pregando principalmente aos judeus; e o grande Paulo foi apontado abertamente para pregar o evangelho aos gentios.” “No processo da Providência divina, não sendo permitido que eles se confinassem em qualquer parte da terra, eles foram conduzidos a países remotos. Pedro foi a Roma; os outros para outros lugares. João assumiu sua morada em Éfeso, visitando, porém, outras partes da Ásia. [...] Por volta deste tempo, os Evangelistas, Mateus, Marcos e Lucas publicaram seus evangelhos, os quais foram rapidamente difundidos pelo mundo, e foram recebidos por todos os fiéis com grande consideração. [...] Numerosos cristãos na Ásia, tendo trazido estes evangelhos a João, avidamente o incentivaram a escrever uma completa narrativa de tais coisas, conforme fosse necessário conhecê-las, e que tinham sido omitidas pelo resto; à qual solicitação ele atendeu.”

Por diversos escritores cristãos da antiguidade tem sido declarado que Marcos, o discípulo e intérprete de Pedro, na mais diligente solicitação dos irmãos de Roma, escreveu um evangelho curto, de acordo com o que ele tinha ouvido ser relatado por Pedro. Este testemunho, entre outros, é dado por JERÔNIMO em seu livro de Homens Ilustres.

É provável que Pedro não tenha visitado Roma antes do reinado de Nero; talvez não até Paulo ter retornado uma segunda vez àquela cidade, o que deve ter

¹ Ecc. Hist. lib. iii. c. 29. Eusébio também, em c. xxx, menciona vários livros espúrios, falsamente atribuídos aos apóstolos. “Entre aqueles”, diz ele, “que devem ser numerados entre os espúrios estão: Os Atos de Paulo, O Pastor, e A Revelação de Pedro.”

sido tão tardio quanto o ano de 63 ou 64 d.C. Ora, quando os irmãos solicitaram de Marcos que ele lhes desse por escrito a substância da pregação de Pedro, seu evangelho não poderia ter sido escrito em um período tão cedo. E, parece, se este fato não fosse duvidado, que eles nunca tinham visto, até este tempo, um evangelho escrito; e, provavelmente, não sabiam que havia um em existência.

A guerra judaica, de acordo com Josefo, começou no ano 66 de nosso Senhor, e terminou em setembro do ano 70, quando a cidade e o templo foram desolados. Agora, há forte evidência provável de que os evangelhos de Mateus, Marcos, e Lucas foram finalizados antes desta guerra começar; isto é, antes do ano 66 de nosso Senhor. Cada um deles contém as predições de nosso Senhor com respeito à destruição de Jerusalém, e não há dica em nenhum deles de que os eventos em destaque conectados com esta queda tenham começado a se cumprir. Mas há algumas expressões nestes evangelhos que provavelmente indicam que os escritores pensavam que estes eventos maravilhosos estavam próximos; tal como a seguinte admoestação: “Quem lê, entenda.”

É certo que os Atos dos Apóstolos não poderiam ter sido finalizados antes de 62 ou 63 d.C., porque a história que ele contém acontece naquele tempo. O evangelho de Lucas foi escrito provavelmente um curto tempo antes. Pelo menos, esta parece ser a opinião comum de homens eruditos. Jerônimo supõe que ele compôs seu evangelho em Roma. Grócio pensa que, quando Paulo deixou Roma, Lucas foi à Grécia, e ali escreveu seu Evangelho e os Atos.

Da introdução do Evangelho de Lucas, parece que ele não sabia nada de nenhum evangelho autêntico escrito naquele tempo; pois não pode ser suposto que ele tenha se referido a tal, quando ele diz: “Na medida em que muitos têm empreendido estabelecer em ordem uma declaração daquelas coisas que são mais seguramente cridas entre nós”; e se ele tivesse sabido que Mateus tinha escrito um evangelho, ele não poderia facilmente ter evitado alguma referência a ele neste lugar. Mas a inferência de Lardner deste fato, de que nenhum evangelho autêntico tinha sido escrito antes deste tempo, não é autorizada, e é repugnante a todo o testemunho que nós temos sobre este assunto. O Evangelho de Mateus poderia ter estado circulando por algum tempo entre as igrejas da Judeia, e, porém, não ter sido conhecido a Lucas, cujos labores e viagens o conduziram, em companhia de Paulo, a visitar países e cidades gentias. Se nós prestarmos qualquer consideração às opiniões daqueles que viveram mais próximo aos tempos dos apóstolos, nós devemos crer que o Evangelho de Mateus foi primeiro escri-

to, e no dialeto vernacular da Judeia, comumente chamado hebraico. O escritor deste evangelho também é chamado Levi, o filho de Alfeu. Ele foi um galileu de nação, e um publicano por profissão. Quando chamado a seguir a Cristo, ele estava sentado na coletoria, onde as taxas eram pagas, mas ele imediatamente deixou todos estes interesses temporais, e se juntou a Cristo, que depois o selecionou como um dos doze. Desde este tempo, ele parece ter estado constantemente com Cristo até sua crucificação, do qual evento ele foi, sem dúvida, uma testemunha; como ele foi também da ressurreição e ascensão de seu Senhor. No dia de Pentecostes, ele estava presente com seus irmãos, e participou dos ricos dotes espirituais, que foram então conferidos aos apóstolos. Mas depois, não há explícita menção dele no Novo Testamento. Em seu próprio catálogo dos doze, seu nome ocupa o oitavo lugar, como ele faz nos Atos; mas nas listas dos apóstolos, contidas nos evangelhos de Lucas e Marcos, ele ocupa o sétimo lugar.

Há uma quase total obscuridade repousando sobre a história deste apóstolo e evangelista. A cena de seus labores, depois que ele deixou a Judeia, parece ter sido em regiões das quais nós possuímos muito poucas informações precisas neste dia. Mas, se ele tinha Pártia e Pérsia, ou Etiópia, para o campo de seus labores apostólicos, os antigos não são concordes. Por nenhum modo é impossível que ele deva ter pregado o evangelho, e plantado igrejas, em cada um destes países. O historiador Sócrates, em sua distribuição dos apóstolos entre os países do globo, atribui Etiópia a Mateus, Pártia a Tomé, e Índia a Bartolomeu.

O testemunho de EUSÉBIO é o seguinte: “Este, então, foi o estado dos judeus, mas os apóstolos e discípulos de nosso Senhor, sendo dispersados, pregaram no mundo todo, Tomé em Pártia, André em Cítia, João na Ásia, que, tendo vivido ali um longo tempo, morreu em Éfeso. Pedro pregou aos judeus dispersos em Ponto, Galácia, Bitínia, Capadócia, e Ásia; finalmente, vindo a Roma, ele foi ali crucificado com sua cabeça virada para a terra, por sua própria solicitação. Paulo também morreu como um mártir em Roma, como nós somos informados por Orígenes, no terceiro tomo de sua obra sobre Gênesis.” Mas Eusébio não faz menção do apóstolo Mateus; nem o faz JERÔNIMO, em sua narrativa de *Homens Ilustres*.¹

CLEMENTE de Alexandria menciona uma circunstância do modo de vida deste apóstolo, mas nada mais; ele diz: “Que ele estava acostumado a usar uma dieta muito escassa, comendo vegetais, mas não carne.”

¹ Ecc. Hist. lib. iii. c. 1.

CRISÓSTOMO, em uma de suas Homilias, dá o caráter de Mateus, mas não nos fornece fatos.

É provável, pois, que muito pouco foi conhecido no Ocidente, com respeito às vidas, labores e mortes daqueles apóstolos que viajaram para longe, no Oriente. Nenhum deles, é provável, sequer retornou; e ali não existiam canais regulares para a comunicação de inteligência daquelas regiões distantes. A honra do martírio tem sido dada a todos eles, e a coisa não é improvável; mas não há registros autênticos, dos quais possamos derivar qualquer informação certa sobre este assunto. Os Pais, cujos escritos têm sido transmitidos até nós, parecem ter estado tanto no escuro quanto nós estamos, com respeito à pregação e morte da maioria dos apóstolos. Há, é verdadeiro, tradições na Etiópia e no Oriente, em relação a alguns deles, mas elas são muito incertas para merecerem qualquer consideração séria.

SEÇÃO IV

TESTEMUNHOS AO EVANGELHO DE MATEUS—TEMPO DA PUBLICAÇÃO—LÍNGUA EM QUE ELE FOI ORIGINALMENTE COMPOSTO.

MAS, enquanto nós sabemos tão pouco dos labores apostólicos do evangelista Mateus, é agradável perceber que os testemunhos sobre a genuinidade de seu evangelho são tão primitivos e completos. A estes nós agora dirigimos nossa atenção.

BARNABÉ, o companheiro de Paulo, é dito pelos escritores eclesiásticos antigos ter deixado uma Epístola de alguma extensão. Isto é mencionado por Orígenes, Jerônimo e Eusébio, e é frequentemente citado por Clemente de Alexandria. Uma epístola sob seu nome ainda existe, mas se escrito por este homem apostólico é muito disputado. Quem quer que seja o autor, parece ter sido escrito brevemente após a destruição de Jerusalém, e por um cristão zeloso. Nesta epístola, há muitas sentenças encontradas no evangelho de Mateus, mas nenhuma referência a nenhum livro do Novo Testamento. Em alguns deles, porém, há sinais evidentes de que estas passagens que são encontradas no evangelho eram citações. Uma destas está em Mateus 20. 16. E, nesta epístola, é assim introduzida: “Vamos, portanto, ser cuidadosos, para que não aconteça conosco *como está escrito*: Muitos são chamados, mas poucos escolhidos.”

Como os cristãos que viveram no começo do evangelho não receberam sua instrução de evangelhos escritos, mas da pregação dos apóstolos, eles frequentemente expressariam em seus escritos as mesmas coisas em substância que nós lemos nos evangelistas, de forma que, a menos que eles usem citações, não pode ser certamente conhecido se estas frases são citadas de algum livro. Eles podem tê-las aprendido de ouvir os apóstolos, ou mesmo o próprio Cristo. Mas quando eles, no texto citado, dizem, *como está escrito*, pode justamente ser inferido que, quando encontrado em um dos evangelhos, ele foi tomado dele.

A circunstância mencionada acima fornece uma razão satisfatória para o fato de que, nos escritos dos Pais apostólicos, há muito raramente qualquer referên-

cia aos livros do Novo Testamento. Estes homens receberam seu conhecimento do Cristianismo antes de qualquer livro do Novo Testamento ter sido escrito; e, embora eles existissem quando eles escreveram, não seria provável que eles se referissem a eles como se eles tivessem derivado o conhecimento deles.

PAPIAS, bispo de Hierápolis, que foi familiarizado com o apóstolo João, expressamente menciona o evangelho de Mateus; e afirma: “Que ele escreveu os oráculos divinos em hebraico.”¹

JUSTINO MÁRTIR, que viveu em meados do século II, tem em muitos lugares citado as próprias palavras do Evangelho de Mateus, mas sem mencionar seu nome. Uma instância será suficiente: “E está escrito no evangelho, que ele disse: Todas as coisas são entregues a mim pelo meu Pai, e nenhum homem conhece o Filho senão o Pai; nem o Pai, salvo o Filho, e aqueles a quem o Filho o quiser revelar.” Isto é tomado do evangelho de Mateus 11. 27.²

IRENEU, bispo de Lião, que nasceu na Ásia, e foi familiarizado a Policarpo, o discípulo do apóstolo João, dá o seguinte testemunho: “Nós não temos recebido o conhecimento do modo de nossa salvação por nenhuns outros senão daqueles através dos quais o evangelho tem chegado a nós; o qual evangelho eles primeiro pregaram, e, depois, pela vontade de Deus, transmitiram a nós por escrito, para que ele possa ser o fundamento e pilar de nossa fé.” “Pois depois que nosso Senhor tinha ressurgido dos mortos, e eles foram revestidos com o poder do Espírito Santo descendo sobre eles do alto, foram enchidos com todos os dons, e possuíram perfeito conhecimento, eles foram até os confins da terra, espalhando as alegres novas daquelas bênçãos que Deus conferiu a nós, e anunciando paz do céu aos homens; tendo todos, e cada um igualmente, o evangelho de Deus. Mateus, entre os hebreus, publicou um evangelho na própria língua deles, enquanto Pedro e Paulo estavam pregando o evangelho em Roma e fundando uma igreja ali. E depois da partida deles, Marcos, o discípulo e intérprete de Pedro, dirigiu-se a nós escrevendo o que Pedro pregou; e Lucas, o companheiro de Paulo, registrou o evangelho pregado por ele. Depois João, o discípulo do Senhor, que pousava sobre seu peito, igualmente publicou um evangelho, enquanto ele habitava em Éfeso, na Ásia. E todos estes nos têm ensinado que há um Deus, o Criador dos céus e da terra, anunciado pela lei e os profetas; e *um Cristo*, o FILHO DE

¹ Vide Euseb. Ecc. Híst. lib. iii. c. xxxix.

² Diálogo com Trifo.

DEUS.”¹

Em outro lugar, Ireneu caracteriza todos os quatro evangelhos registrando o começo de cada um; onde, de Mateus, ele diz: “Mateus proclama sua geração humana, dizendo: A genealogia de Jesus Cristo, o Filho de Davi, o Filho de Abraão.”

Em outro lugar ele diz: “O evangelho de Mateus foi entregue aos judeus.”

Este testemunho primitivo de um homem erudito vivendo tão próximo dos tempos dos apóstolos é inestimável, e deve ser satisfatório a toda mente cândida da genuinidade dos quatro Evangelhos. Outros testemunhos decisivos poderiam ser aduzidos do mesmo autor, mas eles são desnecessários.

HEGÉSIPO, que também viveu e floresceu no século II, foi o autor de uma História Eclesiástica estendendo-se desde a morte de Cristo até seu próprio tempo, que infelizmente não tem chegado até nós. Tudo que resta são uns poucos fragmentos preservados por Eusébio. Em um destes ele cita uma passagem do Evangelho de Mateus 13. 16: “Benditos são vossos olhos, que veem, e vossos ouvidos, que ouvem.”

ATENÁGORAS também foi um escritor do século II. Ele escreveu dois livros, um sobre a Ressurreição, e o outro, uma Apologia para os Cristãos. Deste homem, Philip Sidetes diz: “Que ele era um pagão e determinado a escrever contra o Cristianismo, mas ao ler os evangelhos foi convertido. Ele tem citações de aproximadamente todos os livros do Novo Testamento. Do evangelho de Mateus ele cita as seguintes palavras: ‘Amai vossos inimigos, abençoai aqueles que vos amaldiçoam, orai por aqueles que vos perseguem, para que vós possais ser filhos de vosso Pai que está nos céus, que faz seu sol se levantar sobre maus e bons, e envia chuva sobre o justo e o injusto.’” Mt. 5. 44–45.

ORÍGENES, que nasceu no século II, e escreveu e floresceu no começo do século III, tem-nos deixado o seguinte testemunho: “De acordo com as tradições recebidas por mim, o primeiro evangelho foi escrito por Mateus, uma vez um publicano, depois um discípulo de Jesus Cristo, que o entregou aos judeus crentes, composto na língua hebraica.” E em outro lugar ele diz: “Mateus escreveu aos hebreus.”

EUSÉBIO, que viveu cerca de cem anos depois de Orígenes, informa-nos que “Mateus, tendo primeiro pregado o evangelho aos hebreus, quando prestes a ir a outro povo, entregou a eles, em sua própria língua, o evangelho escrito por si

¹ Contra Hæres. lib. iii. c. i. pág. 173.

mesmo; suprimindo, assim, a sua ausência com eles, a quem ele estava prestes a deixar.”¹

Na Sinopse, que tem sido atribuída a ATANÁSIO, é dito: “Mateus escreveu seu evangelho em hebraico, e publicou-o em Jerusalém.” CIRILO de Jerusalém testemunha: “Que Mateus escreveu em hebraico.” EPIFÂNIO diz o mesmo, e adiciona: “Mateus escreveu primeiro, e Marcos logo após ele, sendo um seguidor de Pedro em Roma.” GREGÓRIO DE NAZIANZO diz: “Que Mateus escreveu para os hebreus.” EBEDJESUS, o Sírio: “Que Mateus, o primeiro evangelista, publicou seu evangelho na Palestina, escrito em hebraico.”

JERÔNIMO, em seu Comentário sobre Mateus, testemunha que: “O primeiro evangelista é Mateus, o publicano, de sobrenome Levi, que escreveu seu evangelho na Judeia, na língua hebraica, principalmente para os judeus que criam em Jesus, e não uniu a sombra da lei com a verdade do evangelho.”

Novamente, em seu livro de Escritores Eclesiásticos, ele diz: “Mateus, também chamado Levi, de um publicano feito um apóstolo, primeiro de todos escreveu um evangelho na língua hebraica, por causa daqueles na Judeia que criam. Por quem ele foi depois traduzido para o grego é incerto.”

CRISÓSTOMO, em sua introdução a este evangelho, escreve: “Mateus é dito ter escrito seu evangelho por solicitação dos crentes judeus, que desejavam que ele colocasse em escrito o que ele tinha dito a eles pela palavra da boca; e é dito que ele escreveu em hebraico.”

TEÓFILO, bispo de Antioquia, viveu na última parte do século II, e escreveu várias obras. Jerônimo em seu prólogo ao Evangelho de Mateus, diz: “Eu tenho lido os comentários de Teófilo, bispo de Antioquia.” Em outro lugar ele diz: “Teófilo, o sétimo bispo de Antioquia depois de Pedro, que coletou em um as palavras dos quatro evangelhos.”

Seria desnecessário aduzir quaisquer testemunhos de escritores posteriores; mas como eles mencionam algumas circunstâncias provavelmente recebidas por tradição, e não contidas nos primeiros testemunhos, eu acrescentarei uns poucos deles.

COSMAS, que viveu no século VI, reporta que: “Mateus é o primeiro que escreveu um evangelho. Uma perseguição tendo surgido depois do apedrejamento de Estêvão, e tendo ele resolvido partir daquele lugar, os crentes pediram-lhe que deixasse com eles uma instrução escrita; à qual solicitação ele atendeu.”

¹ Euseb. Ecc. Hist. lib. iii. c. 21.

Outro autor deste século, que escreveu um discurso sobre Mateus, tem deixado este testemunho: “A ocasião do escrito de Mateus é dito ter sido esta: havendo uma grande perseguição na Palestina, de forma que havia perigo de que a fé não fosse dispersada, para que eles não pudessem estar sem ensinamento, eles solicitaram a Mateus que ele escrevesse para eles uma história precisa de todas as palavras e obras de Cristo; para que onde quer que eles estivessem, eles pudessem ter consigo a base de sua fé.”

Na Crônica Pascal, escrita no século VII, é intimado que Mateus publicou seu evangelho cerca de quinze anos depois da ascensão de nosso Senhor.

EUTÍMIO, no começo do século XII, diz: “Que este evangelho foi primeiro escrito na língua hebraica, para os crentes judeus, oito anos depois da ascensão de nosso Senhor.”

Destes testemunhos, parece que os Pais não tinham conhecimento certo do tempo exato quando Mateus escreveu seu evangelho. Ireneu remete-o ao período quando Paulo e Pedro estavam pregando em Roma, mas ele fala vagamente sobre o assunto.

Os escritores que mencionam um tempo preciso viveram num período muito tardio para dar testemunho sobre este assunto. Mas todos concordam que este foi o primeiro evangelho escrito.

Entre os modernos, há muita diversidade de opinião, como poderia ser esperado, onde há pouco mais do que conjectura para guiá-los. LARDNER e BARNES supuseram que este evangelho não foi escrito antes de 64 d.C. CAVE pensava que ele foi escrito quinze anos depois da ascensão de Cristo. JEREMIAS JONES é a favor daquela opinião que o coloca oito anos depois da ascensão. GRÓCIO e G. J. VOSSIUS são da mesma opinião. Assim também é WETSTEIN. Mas TILLEMONT remonta-o ao terceiro ano depois da crucificação de nosso Salvador.¹ LARDNER e PERCY têm aduzido argumentos para uma origem tardia deste evangelho, derivados de evidência interna, mas eles são de um peso muito desconsiderável.

Como é concorde que ele foi escrito antes de Mateus deixar a Judeia para pregar o evangelho em partes estrangeiras, e como este evento parece ter ocorrido depois da perseguição que surgiu na Judeia contra a igreja, parece provável que eles estejam mais próximos da verdade, que o coloca cerca de oito anos de-

¹ Tomline, Townson, Horne, Townsend, &c. apelam para uma origem primitiva deste evangelho, remontando-o a 36 ou 37 d.C.

pois da ascensão de Cristo; a qual data une mais escritores em seu suporte do que qualquer outra.

Não somente a data, mas a língua original deste evangelho tem sido feita um assunto de controvérsia. Pelos testemunhos já citados, parece que havia somente uma opinião entre os antigos em relação a esta matéria. Com uma voz eles informam-nos que ele foi escrito em hebraico; ou na língua vernacular dos judeus, que nas Escrituras, e pelos Pais cristãos, é chamado hebraico. Esta língua é agora chamada siro-caldeia, ou aramaico ocidental, mas ela consistia principalmente em palavras derivadas de origem hebraica, e era, de fato, o hebraico corrompido por uma larga mistura de palavras estrangeiras, e por várias mudanças nos prefixos e afixos das palavras. Esta foi a língua em que Jesus Cristo falou e entregou todos os seus discursos; e que os apóstolos estavam acostumados a falar desde sua infância.

Embora a língua grega fosse entendida por todos os eruditos na Judeia neste tempo, e por muitos do povo, porém ela não era a língua vernacular dos judeus habitando na Palestina. Num livro composto para o uso imediato das igrejas na Judeia, era necessário que ele fosse escrito naquela língua que todos eles entendiam, que não era nem hebraico nem grego puro. O testemunho dos Pais é, portanto, fortalecido por uma consideração da natureza do caso. E se não fosse assim, ainda quando o julgamento de críticos modernos permanece oposto ao testemunho universal dos antigos, em relação à matéria de fato, que ocorreu não muito antes do tempo destes, não deveria haver hesitação de qual seja mais merecedor de crédito.

Há, porém, uma dificuldade concernente a esta opinião, que é que ela supõe que o original deste evangelho está perdido, e nós não temos agora nada senão uma tradução, a qual opinião diminuiria sua autoridade canônica.

Deve ser confessado que isto é uma consequência de um tipo sério, e uma que não deveria ser recebida concernente a qualquer livro canônico sem necessidade. Mas esta conclusão necessariamente segue da admissão de que este evangelho foi originalmente composto na língua hebraica? Poderia não ter sido uma versão imediatamente preparada pelo próprio escritor, ou por alguma outra pessoa sob sua superintendência? Sendo este o primeiro evangelho que foi composto, ele seria naturalmente muito solicitado por todos os cristãos que sabiam de sua existência; e como ninguém, senão os cristãos judeus, o pudesse entender, quando primeiro publicado, é excedentemente provável que uma solicitação foi

feita ao autor para publicar uma edição dele em grego também, por aqueles que não entendiam o hebraico; ou, por tais que estavam indo pregar o evangelho em países onde a língua grega estava em uso comum.

Tem sido considerada uma objeção forte ao original hebraico deste evangelho que nenhuma pessoa, cujos escritos têm sido transmitidos a nós, tem intimado que ele o tinha visto; e desde os tempos mais primitivos parece ter existido na língua grega. Mas este fato é perfeitamente consistente com a suposição agora feita; pois a desolação da Judeia, e dispersão dos cristãos judeus, tendo tomado lugar dentro de poucos anos depois da publicação do Evangelho de Mateus, as cópias do hebraico original seriam confinadas aos judeus convertidos; e como outros cristãos tinham cópias no grego, de igual autenticidade com o hebraico, nenhuma inquirição seriam feitas pelo último. Estes cristãos judeus, depois de sua remoção, diminuiriam num curto tempo, e uma larga parte deles se tornou errônea em sua fé; e embora eles retivessem o evangelho hebraico de Mateus, eles alteraram-no e corromperam-no para adequá-lo a suas próprias opiniões heréticas. Há razão para crer que o evangelho dos Nazarenos, era o idêntico evangelho de Mateus, que no processo do tempo foi grandemente mutilado e corrompido pelos ebionitas. Deste evangelho muito é dito pelos Pais, e, no lugar próprio, nós daremos alguma descrição dele.¹

A única objeção remanescente de algum peso contra a opinião antiga é que o Evangelho de acordo com Mateus, como nós o temos agora, não tem aparência de ser uma tradução, mas tem o ar e estilo de um original. Mas se a hipótese sugerida acima for adotada, esta objeção também será aniquilada; pois, de acordo com esta, o grego é um original, bem como o hebraico, tendo sido escrito pelo próprio Mateus, ou por algum discípulo sob sua direção. Mas se o grego de Mateus foi escrito por ele mesmo ou não, é certo que não foi após a era apostólica, e recebeu a aprovação dos apóstolos ou homens apostólicos, o que é suficiente para estabelecer sua autenticidade.²

¹ Vide Nota E.

² O mundo erudito tem sido aproximadamente igualmente dividido na questão, se Mateus escreveu seu evangelho em hebraico ou grego. A favor da primeira opinião podem ser citados Belarmino, Grócio, Casaubon, Walton, Tomline, Cave, Hammond, Mill, Harwood, Owen, Campbell, A. Clarke, Simon, Tillemont, Prício, Dupin, Calmet, Michaelis, e outros. A favor da origem grega deste evangelho os nomes não são menos numerosos, nem menos respeitáveis. Entre estes podem ser mencionados Erasmo, Paræus, Calvino, Le Clerc, Fabrício, Pfeiffer, Lightfoot, Beausobre, Basnage, Wetstein, Rumpæus, Whitby, Edelman, Hoffman, Moldenhawer, Viser, Harles, Jones, Jortin, Lardner, Hey, Hales, Hewlett, e outros.

As duas opiniões eram suportadas por um peso de argumento e autoridade tão aproximadamente balanceados que o Dr. Townson, e uns poucos outros, têm adotado um curso médio, a saber, a opinião afirmada acima, de que houve dois originais; pela qual teoria todas as dificuldades são removidas. A única objeção é a falta de evidência. Horne e Townsend têm adotado esta opinião. Vide Introd. de Horne, vol. iv, Parte ii. c. ii. Vide ii. pág. 267.

SEÇÃO V

EVANGELHO DE MARCOS—EM QUE OCASIÃO PUBLICADO—ATRIBUÍDO AO
DITADO DE PEDRO POR TODOS OS PAIS.

O AUTOR do segundo evangelho, como eles permanecem no Cânon, foi Marcos; o mesmo que é mencionado na primeira Epístola de Pedro (5. 13); mas se ele foi o mesmo que João Marcos, de Jerusalém, que viajou por um tempo com Paulo e Barnabé, tem sido duvidado por Grócio, Cave, Dupin e Tillemont; mas a opinião comum está a seu favor, e as objeções a ela não são de muito peso; e, como não há evidência clara, de que havia duas pessoas deste nome mencionadas na Escritura, eu considerarei que tudo o que é dito de Marcos se refere à mesma pessoa.

Paulo ficou ofendido com ele porque ele declinou em acompanhar a Paulo e a Barnabé na viagem inteira que eles fizeram, para pregarem o evangelho; pois, quando eles vieram a Perga, Marcos apartou-se deles, e retornou a Jerusalém. E quando Paulo e Barnabé estavam prestes a empreender uma segunda jornada juntos, o último insistiu em tomar Marcos como ministro deles, mas Paulo de modo algum queria consentir nisso, porque ele tinha-os abandonado na primeira missão deles. Esta diferença de opinião deu surgimento a uma altercação aguda, que terminou na separação destes veneráveis colegas. Marcos agora viajou com Barnabé, mas, provavelmente, logo depois se juntou a Pedro, com quem ele parece ter continuado até a morte daquele apóstolo.

Mas Paulo parece ter sido reconciliado a Marcos, e ter valorizado sua assistência na obra do ministério; pois, em sua segunda Epístola a Timóteo, ele escreve: “Toma Marcos e traze-o contigo, pois ele me é útil para o ministério.” 2 Tm. 4. 11. Ele também o menciona em sua Epístola a Filemom. Fm. 24.

Quando este evangelho foi composto, não tem sido particularmente mencionado por nenhum autor antigo, exceto que é dito ter sido depois que Pedro veio a Roma, que não poderia ser muito antes de 62 ou 63 d.C. É afirmado que foi requisitado a Marcos, pelos irmãos em Roma, que ele transcrevesse a substância

da pregação de Pedro; e por causa disso, este evangelho entre os cristãos primitivos foi tão familiarmente conhecido pelo nome de evangelho de Pedro bem como de Marcos. Esta circunstância tem conduzido alguns a afirmarem que Marcos escreveu seu evangelho em latim, pois esta era a língua de Roma; mas, naqueles dias, quase todos os romanos entendiam o grego. E os judeus convertidos, que compunham uma larga porção das primeiras igrejas, entendiam o grego muito melhor do que o latim. Mas não há necessidade de argumentar este ponto. Não há autor antigo que testifica que Marcos escreveu em latim. O testemunho é uniforme, que ele escreveu em grego.

Barônio é quase o único homem erudito que tem advogado a origem latina do evangelho de Marcos, e ele não tem nada a produzir a favor desta opinião, da antiguidade, exceto a subscrição às versões Siríaca, Árabe e Persa do Novo Testamento, onde, no fim do evangelho de Marcos, é dito: “Ele falou e pregou em latim em Roma”; mas isto não diz que ele escreveu seu evangelho em latim. Mas estas subscrições são de muito pouca autoridade em matérias deste tipo. Ninguém sabe quando ou por quem elas foram colocadas ali; e, embora três versões sejam mencionadas, elas não formam mais do que uma testemunha, pois, provavelmente, todas as outras tomaram emprestada esta inscrição da Siríaca.

AGOSTINHO chamou Marcos de “o sintetizador de Mateus”; e deve ser confessado que ele frequentemente usa as mesmas palavras, e diz mais concisamente o que o outro tinha relatado mais copiosamente; porém, há evidência satisfatória de que o evangelho de Marcos é uma obra original. Ele contém muitas coisas que não estão no evangelho de Mateus, e algumas mencionadas por aquele evangelista são aqui relatadas com circunstâncias adicionais.

Todos os autores não concordam que Marcos escreveu seu evangelho em Roma, mas alguns pensam em Alexandria: a primeira opinião, porém, foi recebida com consentimento quase universal. Vide o testemunho de Ireneu citado antes, ao qual pode ser adicionado o que ele diz em outro lugar, que “Marcos começa com o espírito profético que veio de cima para os homens, dizendo: o começo do evangelho de Cristo.”

Alguns dos testemunhos dos Pais com respeito a este evangelho serão dados agora.

EUSÉBIO, a partir de PAPIAS, e uma obra perdida de CLEMENTE de Alexandria, relata: “Que quando Pedro, no reinado de Cláudio, tinha vindo a Roma, e tinha derrotado Simão Mago, o povo estava tão inflamado de amor pelas verda-

des cristãs, que não estavam satisfeitos em ouvi-los, a menos que eles as tivessem também transcrito. Que concordemente eles, com diligentes súplicas, se aplicaram a Marcos, o companheiro de Pedro, e a cujo evangelho nós agora temos, pedindo-lhe que ele escrevesse para eles, e deixasse com eles uma narrativa das doutrinas que tinham sido pregadas a eles; que eles não desistiram de sua solicitação, até que eles o tivessem convencido, e obtido seu escrito, que é agora o Evangelho de Marcos; que quando Pedro veio a saber isto, ele ficou, pela direção do Espírito Santo, feliz com a solicitação do povo, e confirmou o evangelho que foi escrito para o uso das igrejas.”¹

O mesmo EUSÉBIO relata em outra parte de suas obras o que PAPIAS tinha testemunhado concernente ao Evangelho de Marcos: “Que Marcos, que foi o intérprete de Pedro, escreveu o que ele se lembrava, embora não na mesma ordem de tempo em que as várias coisas foram ditas ou feitas por Cristo; pois ele nem ouviu nem seguiu a Cristo, mas foi uma companhia de Pedro, e compôs seu evangelho, antes com o intento do proveito do povo, do que escrever uma história regular; de forma que ele não está em falta, se ele escreveu algumas coisas de acordo com sua memória; ele projetou não mais do que não omitir nada do que ele tinha ouvido, e não relatar nada falso.”²

Outro testemunho de CLEMENTE de Alexandria é dado por Eusébio, em que é dito: “Quando Pedro estava pregando publicamente o evangelho em Roma, pelas influências do Espírito Santo, muitos dos convertidos desejaram que Marcos, que havia estado longo tempo na companhia de Pedro, e que bem se lembrava do que ele pregou, escrevesse seus discursos: que com isto ele compôs seu evangelho, e deu-o àqueles que fizeram esta solicitação; que quando Pedro soube, ele nem obstruiu nem encorajou a obra.”³

IRENEU diz: “Que depois da morte de Pedro e Paulo, que tinham estado pregando em Roma, Marcos, o discípulo e intérprete de Pedro, escreveu o que ele o tinha ouvido pregar.” Tertuliano informa-nos: “Que o evangelho publicado por Marcos pode ser considerado de Pedro, cujo intérprete ele foi.” ORÍGENES adiciona: “Que Marcos escreveu seu evangelho de acordo com os ditados de Pedro.” JERÔNIMO diz-nos: “Que Marcos, o discípulo e intérprete de Pedro, escreveu um curto evangelho do que ele tinha ouvido de Pedro, na requisição dos irmãos

¹ Ecc. Hist. lib. ii. c. 15.

² Ecc. Hist. lib. iii. c. 39.

³ Ecc. Hist. lib. vi. c. 14.

em Roma, que quando Pedro soube, ele aprovou e publicou em nossas igrejas, ordenando a leitura dele por sua própria autoridade.”

Além destes testemunhos que são muito explícitos, e todos mostrarão que Marcos recebeu seu evangelho da pregação de Pedro, há algumas evidências internas que apontam para o mesmo caminho. Há nos outros evangelistas várias circunstâncias e fatos que validam muito o crédito de Pedro, nenhum dos quais é indicado neste evangelho. Instâncias particulares deste tipo podem ser lidas no terceiro volume de “Novo Método de Jones de Estabelecer o Cânon”.

Da autoridade canônica deste evangelho, nenhum dos antigos, eu creio, sequer entretinham uma dúvida. Alguns dos modernos, porém, têm questionado se nós temos alguma evidência de que Marcos e Lucas escreveram por inspiração plenária, desde que eles não eram apóstolos. Mas que o evangelho de Marcos é canônico, é estabelecido por todas as regras aplicáveis ao caso. Ele sempre esteve contido nos primeiros catálogos; foi lido como Escritura nas igrejas; foi citado como Escritura pelos Pais; foi inserido nas primeiras versões; e nunca duvidado primitivamente, por nenhum escritor cristão. Mas este assunto será resumido doravante.

EUSÉBIO reporta: “Que Pedro, da abundância de sua modéstia, não pensou que fosse digno de escrever um evangelho; mas Marcos, que foi seu amigo e discípulo, registrou as relações de Pedro, e os atos de Jesus.” E novamente: “Pedro testifica estas coisas de si mesmo, pois todas as coisas registradas por Marcos são memórias de discursos de Pedro.”

Na Sinopse atribuída a Atanásio é dito: “Que o Evangelho segundo Marcos foi ditado por Pedro em Roma, e publicado por Marcos, e pregado por ele em Alexandria, Pentápolis e Líbia.”

O testemunho de EPIFÂNIO é: “Que Mateus escreveu primeiro, e Marcos logo após ele, sendo um companheiro de Pedro em Roma; que Marcos foi um dos setenta discípulos, e igualmente um daqueles que se ofenderam com as palavras de Cristo, registradas no sexto capítulo do evangelho de João; que ele então abandonou o Salvador, mas foi depois recuperado por Pedro, e sendo enchido com o Espírito escreveu um evangelho.”

GREGÓRIO DE NAZIANZO diz: “Que Marcos escreveu seu evangelho para os italianos.” CRISÓSTOMO testifica que “Marcos escreveu no Egito por solicitação dos crentes dali”; mas em outro lugar ele diz: “Não pode ser definido em que lugar cada um dos evangelistas escreveu.” VICTOR informa-nos: “Que Marcos era

também chamado João, e era o filho de Maria; que ele escreveu um evangelho depois de Mateus; que por um momento ele acompanhou Paulo e Barnabé seu parente, mas quando ele veio a Roma ele se juntou a Pedro. Quando ele foi obrigado a sair de Roma, foi solicitado a ele, pelos irmãos, que escrevesse uma história de sua pregação, e de sua doutrina celestial; à qual solicitação ele prontamente atendeu.”

COSMAS de Alexandria escreve: “Que Marcos, o segundo evangelista, escreveu um evangelho em Roma, por ditado de Pedro.” CECUMENIUS diz: “Este João que também é chamado Marcos, sobrinho de Barnabé, escreveu o evangelho que leva seu nome; e foi também o discípulo de Pedro.”

TEOFILATO informa-nos: “Que o evangelho de acordo com Marcos foi escrito em Roma, dez anos após a ascensão de Jesus Cristo, por solicitação dos crentes dali; pois este Marcos era um discípulo de Pedro. Seu nome era João, e ele era sobrinho de Barnabé, o companheiro de Paulo.”

EUTÍMIO concorre exatamente neste testemunho. Suas palavras são: “O evangelho de Marcos foi escrito cerca de dez anos após a ascensão de nosso Senhor, por solicitação dos crentes de Roma, ou, como alguns dizem, no Egito; que Marcos estava, a princípio, muito com seu tio Barnabé e Paulo, mas depois foi com Pedro para Roma, de quem ele recebeu a história inteira de seu evangelho.” NICÉFORO diz: “Somente dois dos doze têm deixado memórias da vida de nosso Senhor, e dois dos setenta, Marcos e Lucas.” E um pouco depois: “Marcos e Lucas publicaram seus evangelhos pela direção de Pedro e Paulo.” EUTÍQUIO, patriarca de Alexandria, tem as seguintes palavras: “No tempo de Nero, Pedro, o príncipe dos apóstolos, fazendo uso de Marcos, escreveu um evangelho em Roma, na língua romana.”

O leitor recordar-se-á de que este último escritor viveu tão tardiamente quanto o século X, o que explicará o fato dele chamar Pedro de o príncipe dos apóstolos, uma linguagem completamente estranha aos escritores eclesiásticos primitivos. E Selden é de opinião de que pela língua romana ele quis dizer o grego, que estava, então, em uso comum em Roma; e é bem sabido que, em nossos tempos, a língua grega moderna é chamada *Romaica*. Jones e Lardner concorrem na opinião de Selden.

SEÇÃO VI

EVANGELHO DE LUCAS—TESTEMUNHOS DOS PAIS REFERENTES A ELE.

O TERCEIRO evangelho é aquele de Lucas. Ele é mencionado na Escritura como o companheiro de Paulo em suas viagens; e quando aquele apóstolo foi enviado como prisioneiro a Roma, este evangelista o acompanhou, e continuou com ele durante seu confinamento de dois anos naquela cidade, como pode ser obtido das Epístolas de Paulo, escritas durante este período. Se ele era o mesmo que “o médico amado”, Cl. 4. 14, mencionado por Paulo, é incerto, mas a opinião geral é a favor dela. Também é disputado se ele foi um dos setenta discípulos ou não. Sem empreender decidir estes pontos, eu procederei a apresentar diante do leitor os principais testemunhos dos Pais com respeito a este evangelho e seu autor.

IRENEU declara: “Que Lucas, o companheiro de Paulo, escreveu num livro o evangelho pregado por ele.” Novamente ele diz: “Lucas não era somente um companheiro, mas um colaborador dos apóstolos, especialmente de Paulo.” Ele chama-o “um discípulo e colaborador dos apóstolos”. “Os apóstolos”, diz ele, “não tinham inveja, simplesmente entregavam a todos as coisas que eles tinham ouvido do Senhor.” Assim, igualmente, Lucas, não invejando nenhum homem, tem entregado a nós o que ele aprendeu deles, como ele diz: “assim como eles no-las entregaram, que desde o começo foram testemunhas oculares, e ministros de sua palavra.”¹

EUSÉBIO informa-nos que CLEMENTE de Alexandria deu um largo testemunho a este, bem como aos outros evangelhos; e ele menciona uma tradição concernente à ordem dos evangelhos, que Clemente tinha recebido dos presbíteros de tempos mais antigos: “Que os evangelhos contendo as genealogias foram escritos primeiro.”

TERTULIANO fala de Mateus e João como discípulos de Cristo; de Marcos e Lucas como discípulos dos apóstolos; porém, ele atribui a mesma autoridade aos

¹ “O evangelho de acordo com Lucas, sendo de um caráter sacerdotal, começa com Zacarias o sacerdote oferecendo incenso a Deus.”

evangelhos escritos por eles como aos outros. “O evangelho”, ele diz, “que Marcos publicou pode ser dito ser de Pedro, cujo intérprete foi Marcos; e a síntese de Lucas é frequentemente atribuída a Paulo. E, de fato, é fácil perceber isso, pelo que os discípulos publicaram do Mestre.” Novamente: “Além do mais, Lucas não foi um apóstolo, mas um homem apostólico; não um mestre, mas um discípulo: certamente menor do que seu mestre; certamente tanto quanto mais tarde, pois ele é um seguidor de Paulo, o último dos apóstolos.”

ORÍGENES menciona os evangelhos na ordem comumente recebida. “O terceiro”, diz ele, “é aquele de acordo com Lucas, o evangelho recomendado por Paulo, publicado por causa dos gentios convertidos.” Em seu comentário sobre a Epístola aos Romanos, que nós agora temos numa versão latina somente, ele escreve: “Alguns dizem que Lúcio é Lucas, o evangelista, como de fato não é incomum escrever nomes, às vezes de acordo com a forma original; às vezes de acordo com o termo grego ou romano.”

EUSÉBIO tem-nos deixado o seguinte testemunho concernente a Lucas o evangelista: “E Lucas que era de Antioquia, e por profissão um médico, para a maior parte um companheiro de Paulo, que tinha, igualmente, mais do que uma leve familiaridade com os outros apóstolos, tem-nos deixado, em dois livros, divinamente inspirados, evidências da arte de curar almas, que ele tinha aprendido deles. Um deles é o evangelho que ele professa ter escrito, como eles lho entregaram, do qual desde o começo foram testemunhas oculares e ministros de sua palavra.” “Com todos os quais”, ele diz, “ele tinha sido familiarizado perfeitamente desde o princípio.” E em outro lugar ele diz: “Lucas entregou, em seu evangelho, uma certa narrativa de coisas que lhe tinham sido garantidas por sua íntima familiaridade e proximidade com Paulo, e sua conversação com os outros apóstolos.”¹

Na Sinopse atribuída a ATANÁSIO, é dito: “Que o evangelho de Lucas foi ditado pelo apóstolo Paulo, e escrito e publicado pelo bendito apóstolo e médico Lucas.” GREGÓRIO DE NAZIANZO diz: “Que Lucas escreveu para os gregos”; e GREGÓRIO DE NISSA: “Que Lucas foi um médico tanto para a alma quanto para o corpo.”

O testemunho de JERÔNIMO concernente a Lucas é como segue: “Lucas, que era de Antioquia, e por profissão um médico, habilidoso na língua grega, um discípulo do apóstolo Paulo, e o companheiro constante de suas viagens, es-

¹ Ecc. Hišt. lib. iii. c. iv.

creveu um evangelho, e outro excelente volume, intitulado os Atos dos Apóstolos. [...] Supõe-se que Lucas não aprendeu seu evangelho somente do apóstolo Paulo, que não tinha conversado com o Senhor na carne, mas também de outros apóstolos, de que ele, igualmente, se apropria no começo de seu volume, dizendo: ‘Assim como eles nos entregaram a nós, que desde o princípio foram testemunhas oculares e ministros da palavra.’ Portanto, ele escreveu o evangelho da informação de outros; mas os Atos ele compôs de seu próprio conhecimento.”¹

O mesmo escritor em seu prefácio ao seu comentário sobre Mateus, diz: “O terceiro evangelista é Lucas o médico, um sírio de Antioquia, que foi um discípulo do apóstolo Paulo, e publicou seu evangelho nos países de Acaia e Bœotia.” Em outro lugar ele observa: “Que alguns diziam que Lucas tinha sido um prosélito ao Judaísmo, antes de sua conversão ao Cristianismo.” CRISÓSTOMO, em sua primeira homilia sobre o evangelho de Mateus, tem esta observação: “Lucas tinha a fluência de Paulo, Marcos a concisão de Pedro, ambos aprendizes de seus mestres.”

ISIDORO de Sevilha diz: “Dos quatro evangelistas, o primeiro e o último relatam o que eles tinham ouvido Cristo dizer, ou tinham-no visto realizar. Mateus escreveu seu evangelho primeiro na Judeia; então Marcos na Itália; Lucas, o terceiro, na Acaia; João, o último, na Ásia.” E novamente: “De todos os evangelistas, Lucas, o terceiro em ordem, é reconhecido ter sido o mais habilidoso na língua grega. Pois ele era um médico, e escreveu seu evangelho em grego.”

No prefácio de TEOFILATO ao evangelho de Mateus, é dito: “Há quatro evangelistas, dois dos quais, Mateus e João, eram dos apóstolos; os outros dois, Marcos e Lucas, eram do número dos setenta. Marcos foi um discípulo e companheiro de Pedro; Lucas, de Paulo. [...] Lucas escreveu quinze anos depois da ascensão de Cristo.”

Em seu comentário sobre Lucas ele observa: “Que parece da Introdução de Lucas, que ele não era desde o começo um discípulo, mas somente depois. Pois outros eram discípulos desde o começo, como Pedro e os filhos de Zebedeu, que lhe entregaram as coisas que eles tinham visto ou ouvido.”

EUTÍMIO diz: “Lucas era um nativo de Antioquia, e um médico. Ele foi um ouvinte de Cristo, e, como alguns dizem, um de seus setenta discípulos, bem como Marcos. Ele foi depois muito íntimo de Paulo. Ele escreveu seu evangelho com a permissão de Paulo, quinze anos depois da ascensão de nosso Senhor.”

¹ Livro de Homens Ilustres.

EUTÍQUIO, patriarca de Constantinopla, tem transmitido a seguinte narrativa: “No tempo do mesmo imperador (Nero), Lucas escreveu seu evangelho em grego, a um homem notável e sábio dos romanos, cujo nome era Teófilo; a quem também ele escreveu os Atos, ou a história dos discípulos. O evangelista Lucas foi um companheiro do apóstolo Paulo, indo com ele para onde quer que ele fosse. Pela qual razão o apóstolo Paulo, em uma de suas epístolas, diz: ‘Lucas, o médico, saúda-vos.’”

Os mesmos argumentos pelos quais a autoridade canônica dos evangelhos de Mateus e Marcos foram estabelecidos aplicam-se com sua força total ao evangelho de Lucas: ele foi universalmente recebido como canônico por toda a igreja primitiva; tem um lugar em todo catálogo dos livros do Novo Testamento, que sempre foi publicado; é constantemente referido e citado pelos Pais como uma parte da Escritura sagrada; e foi um dos livros constantemente lidos nas igrejas, como uma parte da regra de fé e prática para todos os crentes.

MARCIÃO, o herege, é verdadeiro, tinha um evangelho de acordo com Lucas que diferia essencialmente daquele no Cânon, mas sua autoridade não tem peso.

SEÇÃO VII

AS OBJEÇÕES DE J. D. MICHAELIS À AUTORIDADE CANÔNICA DOS EVANGELHOS DE MARCOS E LUCAS, CONSIDERADAS E RESPONDIDAS.

J. D. MICHAELIS, em sua introdução ao Novo Testamento, como traduzido do alemão pelo bispo Marsh, na terceira seção do terceiro capítulo, falando dos evangelhos de Marcos e Lucas, e dos Atos dos Apóstolos, e dos fundamentos de colocá-los no Cânon, diz: “Eu devo confessar que eu sou incapaz de encontrar uma prova satisfatória de sua inspiração, e quanto mais eu investigo o assunto, e quanto mais frequentemente eu comparo seus escritos com aqueles de Mateus e João, maiores são minhas dúvidas.” Ele então prossegue em dizer que, numa primeira edição desta obra, ele tinha afirmado os argumentos de ambos os lados da questão, embora incerto de qual ele deveria preferir, ainda que ele estivesse inclinado para a afirmativa. Mas agora ele nos diz que ele está fortemente inclinado para a negativa.

O primeiro argumento para a inspiração destes evangelhos, que o erudito professor considera, é derivado do fato de que Marcos e Lucas eram companheiros e assistentes dos apóstolos. Isto, ele diz, não pode produzir nenhuma prova de sua inspiração, mesmo se pudesse ser mostrado que eles foram dotados com os dons extraordinários do Espírito Santo, do qual, porém, não há prova histórica. Porque um discípulo poderia possuir estes dons, e ainda seus escritos não serem inspirados. E se nós basearmos o argumento para sua inspiração no caráter de assistente de um apóstolo, então nós devemos receber como canônicos a genuína epístola de Clemente de Roma, e os escritos de outros Pais apostólicos.

O próximo argumento que ele considera é que os próprios apóstolos têm recomendado estes evangelhos como canônicos em suas epístolas. Que as passagens que dependiam de prova fazem referência a estes ou quaisquer outros evangelhos escritos, o professor nega: mas mesmo se elas fizessem, ele considera a evidência insatisfatória; pois ele supõe que eles poderiam ter recomendado um livro contendo narrativas históricas genuínas, sem atestar sua inspiração.

O testemunho dos Pais de que estes evangelhos foram aprovados por Pedro e Paulo respectivamente, e com o evangelho de Mateus foram mostrados ao apóstolo João, o erudito professor põe de lado com muito pouca cerimônia.

E, finalmente, ele objeta, em relação à evidência da autoridade canônica destes livros, derivada do testemunho da igreja primitiva inteira, pela qual eles eram indubitavelmente recebidos no Cânon; e sugere que os apóstolos poderiam tê-los recomendado e a igreja primitiva tê-los aceitado, como obras indispensáveis para um cristão por causa da importância de seu conteúdo, e que por insensíveis graus eles adquiriram o caráter de serem inspirados.

Nestes arazoamentos e objeções contra a inspiração e autoridade canônica de vários livros importantes, que têm até agora mantido um lugar inquestionável no Cânon do Novo Testamento, e vindo da pena de um homem, também, de tal conhecimento bíblico extensivo, eu penso ser necessário deter o leitor com algumas observações, que eu espero terem o efeito de contra-atacar a influência perniciosa das opiniões que têm sido exibidas acima.

1. Em primeiro lugar, então, eu observaria que será admitido que Marcos e Lucas eram homens humildes e piedosos; e também, que eles eram homens inteligentes e bem informados, e devem ter sabido que a comissão de escrever os fatos e doutrinas compreendidos no evangelho não foi deixado ao critério ou capricho de cada discípulo, mas tornou-se a obrigação daqueles somente que foram inspirados pelo Espírito Santo para empreender a obra. Ora, se estes dois discípulos não tivessem sido inspirados, ou não estivessem sob a direção imediata de apóstolos que possuíam inspiração plenária, ter-se-ia arguido grande presunção neles, sem qualquer direção para escrever evangelhos para a instrução da igreja. O próprio fato de sua escrita é, pois, uma forte evidência de que eles criam ser inspirados. Há, então, pouca força na observação do erudito professor, de que nem Marcos nem Lucas têm declarado em nenhuma parte de seus escritos que eles eram inspirados; pois tal declaração era desnecessária; sua conduta em empreender escrever tais livros é a melhor evidência de que eles criam ter sido chamados para esta obra.

E a objeção a este argumento, dos escritos de outros homens apostólicos, não é válida; pois nenhum deles sequer empreendeu escrever evangelhos para o uso da igreja. Todas as tentativas de escrever outros evangelhos além dos quatro foram consideradas pela igreja primitiva como ímpias; porque os escritores não eram homens inspirados.

2. Mas a recepção universal destes livros pela igreja primitiva inteira como canônicos, e isso enquanto alguns dos apóstolos estavam vivos, é a evidência que para minha mente é conclusiva, de que eles não eram meras produções humanas, mas comparados por divina inspiração. Que eles foram, assim, universalmente recebidos, eu penso ser manifesto, dos testemunhos que nós já temos aduzido. Não há em todos os escritos da antiguidade uma dica de que qualquer cristão pertencente à igreja sequer suspeitou que estes evangelhos eram inferiores em autoridade aos outros. Nenhuns livros no Cânon parecem ter sido recebidos com mais consentimento universal, e ter sido menos disputados. Eles estão contidos em todo catálogo que tem sido transmitido a nós. Eles são citados como Escritura por todos aqueles que os mencionam; e são expressamente declarados ser livros canônicos e inspirados, pelos Pais.

Ora, seja lembrado que esta é a melhor evidência que nós podemos ter de que quaisquer dos livros do Novo Testamento foram escritos por inspiração. Eu sei, de fato, que Michaelis coloca a prova toda da inspiração na promessa feita por Cristo a seus apóstolos; mas, enquanto é admitido que isto é uma consideração pesada, não parece ser igual em força ao testemunho da igreja universal, incluindo os próprios apóstolos, de que estes escritos o foram sob a direção do Espírito Santo; pois não é perfeitamente claro que a promessa referida foi confinada aos doze. Certamente, Paulo, que não foi daquele número, foi inspirado numa maneira plenária, e a maior parte dos doze nunca escreveu nada para o Cânon. Não há nada no Novo Testamento que proíbe nossa suposição, de que outros discípulos poderiam ter sido selecionados para escreverem para o uso da igreja. Nós não desejamos que isto deva ser crido, em relação a quaisquer pessoas, sem evidência; mas nós pensamos que a prova existe, e surge do fato inegável de que os escritos destes dois homens foram, desde o começo, recebidos como inspirados. E esta crença deve ter prevalecido antes da morte dos apóstolos; pois todos os testemunhos concorrem em afirmar que o evangelho de Marcos foi visto por Pedro, e aquele de Lucas por Paulo, e aprovado por eles, respectivamente. Agora, é crível que estes apóstolos, e João, que sobreviveu a eles muitos anos, teriam recomendado à igreja cristã as produções de homens não inspirados?

Sem dúvida, todas as igrejas daquele tempo olharam para os apóstolos por direção em todas as matérias relacionadas à regra de sua fé; e uma opinião geral de que estes evangelhos eram canônicos não poderia ter sido obtida sem a concor-

rência deles. A hipótese de Michaelis, de que eles foram recomendados como produções humanas úteis, e por graus vieram a ser considerados como escritos inspirados, é em si improvável, e repugnante a todo o testemunho que tem sido transmitido a nós sobre o assunto. Se este tivesse sido o fato, eles nunca teriam sido colocados entre os livros universalmente reconhecidos, mas teriam sido questionados, ou disputados por alguns. A diferença feita entre livros inspirados, e outros naqueles tempos primitivos, foi tão grande quanto em qualquer período subsequente; e a linha de distinção não foi somente ampla, mas grandes dores foram sofridas para tê-las traçado acuradamente; e quando a opinião comum da igreja com respeito aos evangelhos foi formada, não havia dificuldade em alcançar certo conhecimento da verdade. Por trinta anos e mais antes da morte do apóstolo João estes dois evangelhos estavam em circulação.

Se qualquer dúvida tivesse existido com respeito à sua autoridade canônica, não teriam as igrejas e seus anciãos recorrido a esta autoridade infalível? A concordância geral de todos os cristãos por todo o mundo, em relação a muitos dos livros do Novo Testamento, sem dúvida, deveriam ser atribuídas à autoridade dos apóstolos. Se, então, estes evangelhos tivessem sido meras produções humanas, eles poderiam ter sido lidos privativamente, mas nunca poderiam ter encontrado um lugar no Cânon sagrado. A objeção a estes livros vem inteiramente muito tarde para lhe ser intitulada qualquer peso. A opinião de um crítico moderno, embora erudito, é de pequena consideração quando oposta ao testemunho da igreja primitiva inteira, e ao sufrágio da igreja universal em toda era desde os dias dos apóstolos. A regra do erudito Huet já citada é sã, a saber: “Que todos aqueles livros deveriam ser julgados canônicos e inspirados, que foram recebidos como tais por aqueles que viveram mais próximo ao tempo quando eles foram publicados.”

3. Mas se nós tivéssemos que, por causa do argumento, conceder que nenhuns livros deveriam ser considerados como inspirados, senão tais que eram as produções dos apóstolos, estes evangelhos ainda não seriam excluídos do Cânon. É um fato em que há uma concordância maravilhosa entre os Pais, de que Marcos escreveu seu evangelho da boca de Pedro; isto é, ele escreveu o que ele tinha ouvido este apóstolo todo dia declarar em seu ministério público. E Lucas fez o mesmo em relação à pregação de Paulo. Estes evangelhos, portanto, podem, de acordo com este testemunho, ser considerados como mais provavelmente pertencentes a estes dois apóstolos do que aos evangelistas que os escreve-

ram. Eles eram pouco mais, pareceria, se nós dermos completo crédito ao testemunho que tem sido exibido, do que amanuenses dos apóstolos a quem eles atenderam. Paulo, nós sabemos, ditou várias de suas Epístolas a alguns de seus companheiros; e se Marcos e Lucas ouviram o evangelho de Pedro e Paulo repetidos com tanta frequência, tal que eles eram perfeitos mestres de suas respectivas narrativas, e então confiaram as mesmas à escrita, elas não são virtualmente as produções destes apóstolos, as quais têm sido transmitidos a nós? E esta era a opinião de alguns dos Pais, que eles falam do evangelho de Marcos como de Pedro, e o de Lucas como de Paulo.

Mas isto não é tudo. Estes evangelhos foram mostrados aos apóstolos e receberam sua aprovação. Assim falam os antigos como com uma voz; e se eles tivessem sido silentes, nós poderíamos estar certos das circunstâncias do caso, que estes evangelistas nunca se teriam aventurado a tomar tão importante passo quanto a escrever e publicar a pregação destes homens inspirados, sem sua expressa aprovação. Seja agora considerado que uma narrativa preparada por um homem bem familiarizado com os fatos relatados, podem estar inteiramente corretos sem inspiração; mas disto nós não podemos estar seguros, e, portanto, é de grande importância ter uma história de fatos de homens que foram feitos infalíveis pela inspiração do Espírito Santo. Deveria ser lembrado, porém, que a única vantagem da inspiração em dar tal narrativa consiste na seleção própria de fatos e circunstâncias, e na certeza infalível do escrito. Suponha, então, que um homem não inspirado preparasse uma narrativa de tais transações como ele tinha visto ou ouvido de testemunhas oculares de veracidade indubitável, e que sua narrativa tivesse que ser submetida à inspeção de um apóstolo, e receber sua completa aprovação; não poderia tal livro ser considerado inspirado? Se na composição original se tivessem arrastado alguns erros (pois errar é humano), o revisor inspirado, é claro, apontá-los-ia e tê-los-ia corrigido; ora, tal livro seria, para todos os propósitos importantes, um volume inspirado; e mereceria um lugar no Cânon das Santas Escrituras. Se qualquer crédito, então, é devido ao testemunho dos Pais cristãos, os evangelhos de Marcos e Lucas são livros canônicos; pois, como foi antes afirmado, há uma concorrência geral entre eles, de que estes evangelistas submeteram suas obras à inspeção, e receberam a aprovação dos apóstolos Pedro e Paulo.

4. Finalmente, a evidência interna é tão forte em favor dos evangelhos em consideração quanto de quaisquer outros livros do Novo Testamento. Não há

razão para pensar que Marcos e Lucas eram capazes de escrever com tal simplicidade e propriedade perfeitas sem o auxílio da inspiração, ou a assistência de homens inspirados. Se nós rejeitarmos estes livros do Cânon, nós devemos desistir do argumento derivado da evidência interna para a inspiração das Escrituras sagradas completas. É verdadeiro que o professor erudito a cujas opiniões nós nos estamos opondo disse: “Quanto mais eu comparo seus escritos (de Marcos e de Lucas) com aqueles de Mateus e João, maiores são minhas dúvidas.” E falando em outro lugar de Marcos, ele diz: “Em algumas instâncias imateriais ele parece ter errado”, e o dá como sua opinião: “Que aqueles que empreendem reconciliar Marcos com Mateus, ou mostrar que ele não é em nenhum lugar corrigido por João, experienciam grande dificuldade, e têm não raramente que se recorrer a explicações inaturais.” Mas o erudito professor não tem mencionado nenhuns casos particulares de discrepâncias irreconciliáveis entre este evangelista e Mateus; nem ele indica em quais afirmações ele é corrigido por João. Até que algo deste tipo seja exibido, observações gerais deste tipo não são merecedoras de nenhuma consideração.

Harmonizar os evangelistas sempre tem sido uma tarefa difícil, mas isto não prova que eles contradizem um ao outro, ou que suas narrativas são irreconciliáveis. Muitas coisas que, à primeira vista, parecem contraditórias são, sob examinação mais próxima, perfeitamente harmoniosas; e se há algumas coisas que comentaristas têm sido incapazes de reconciliar satisfatoriamente, não é mais do que o que poderia ser esperado em narrativas tão concisas, e em que uma consideração estrita à ordem cronológica não entrou no plano dos escritores. E se a esta objeção for permitido influenciar nosso julgamento neste caso, ela operará contra a inspiração dos outros evangelistas bem como de Marcos; mas em nossa apreensão, quando as discrepâncias são imparcialmente consideradas, e todas as circunstâncias dos fatos candidamente e acuradamente pesadas, não será encontrada nenhuma base sólida de objeção à inspiração de quaisquer destes evangelhos; certamente, nada que pode contrabalançar a evidência forte do estilo e espírito dos escritores. Em que sentido estes dois evangelistas discordam dos outros, nunca tem sido mostrado; sob a mais completa examinação e séria comparação destas produções inimitáveis, elas parecem ser compostas pelo mesmo Espírito, e possuir a mesma superioridade a todas as composições humanas.

Compare estes evangelhos com aqueles que são reconhecidos ter sido escritos por homens não inspirados, e você não necessitará de nenhum bom poder de

discriminação para ver a diferença; o primeiro parece em todo o caso digno de Deus; o último trai, em cada página, a fraqueza de homem.

Eu peço licença aqui para usar as palavras de um excelente escritor, numa obra tardia: “O evangelho de Lucas sempre foi, desde o momento de sua publicação, recebido como inspirado bem como autêntico. Ele foi publicado durante as vidas de João, Pedro, e Paulo, e foi aprovado e sancionado por eles como inspirado; e recebido como tal pelas igrejas, em conformidade ao cânon judaico, que decidiu sobre a genuinidade ou não dos livros inspirados de sua própria igreja, recebendo-o como um profeta, que foi reconhecido como tal pelo testemunho de um profeta estabelecido. Nos mesmos fundamentos Lucas deve ser considerado um verdadeiro evangelista; seu evangelho sendo ditado e aprovado por um apóstolo, de cuja autoridade não pode haver dúvida. Há, igualmente, suficiente evidência para garantir as conclusões de Whitby—que ambos, Marcos e Lucas, eram do número dos setenta, que tinham uma comissão de Cristo para pregar o evangelho, não somente aos judeus, mas a outras nações—que o Espírito Santo caiu sobre estes entre o número dos setenta, que formavam uma parte dos cento e vinte reunidos no dia de Pentecostes, e desde aquele tempo eles foram guiados pelas influências do Espírito Santo, para escreverem ou pregarem o evangelho. E se a igreja universal das primeiras eras recebeu este evangelho como divinamente inspirado, sob estes fundamentos satisfatórios, distância de tempo não pode enfraquecer as evidências de verdade, e nós somos requeridos a recebê-lo no mesmo testemunho. Aquilo que satisfaz aqueles que tinham muito melhores meios de julgar, deveria certamente nos satisfazer neste tempo.”¹

Há algo repreensível, para não dizer ímpio, em que espíritos firmes da crítica moderna, os quais têm conduzido muitos eruditos bíblicos eminentes, especialmente na Alemanha, primeiro ataquem a autoridade de livros particulares da Escritura, e a seguir chamem em questão a inspiração do volume inteiro. A que extensão esta licenciosidade de crítica tem sido levada, eu não necessito dizer; pois é uma matéria de notoriedade, que recentemente os mais perigosos inimigos da Bíblia têm sido encontrados ocupando o lugar de seus advogados; e a arte crítica que foi intencionada para a correção do texto, e a interpretação dos livros sagrados, tem-se, numa forma muito inatural, voltado contra a Bíblia; e finalmente, a inspiração de todos os livros sagrados não tem sido somente questionada, mas desprezivelmente rejeitada *por Professores de Teologia!* E estes homens, enquanto

¹ Novo Testamento, pelo Rev. George Townsend. Vol. i. pág. 54.

vivendo no legado que a benevolência piedosa tinha consagrado para o suporte da religião, e abertamente conectados com igrejas cujos credos contêm opiniões ortodoxas, têm-se há muito esquecido de suas altas responsabilidades, e negligenciado os clamores que a igreja tinha sobre eles, quanto a exercer todo o seu talento e erudição para esgotar o fundamento daquele sistema que eles juraram defender. Eles têm tido a impudente resistência de enviar pelo mundo, livros sob seus próprios nomes, que contêm completamente tanto veneno de infidelidade quanto sempre destilado das penas dos mais malignos deístas, cujos escritos têm caído como uma maldição sobre o mundo. A única segurança efetiva que nós temos contra esta nova e mais perigosa forma de infidelidade, é encontrada no espírito da era, que é tão superficial e maldita em sua leitura, que, embora muitas obras críticas elaboradas possam ser publicadas em línguas estrangeiras, muito poucas delas serão lidas, mesmo por estudantes teológicos, neste país.

Mesmo entre aqueles que professam ser ortodoxos em doutrina, uma nova e perigosa opinião da natureza e grau de inspiração possuída pelos escritores do Novo Testamento tem sido abordada. É que todos os verdadeiros cristãos, como eles possuem o Espírito Santo, são, numa medida, inspirados; e que a inspiração dos apóstolos diferia daquela de outros cristãos somente em grau. Mas que tal inspiração plenária que impede a possibilidade de erro nunca foi garantida a nenhum homem.

De acordo com esta teoria, a inspiração não difere em toda a iluminação espiritual que é garantida a todo verdadeiro cristão. Mas isto não traz novas verdades à luz, e não assegura ninguém de todo erro em suas opiniões, e em sua maneira de comunicá-las. É uma teoria que destrói a certeza e infalibilidade da regra de fé. Pois se os apóstolos estavam sujeitos a erro, todo homem, quando ele encontra qualquer coisa em seus escritos que ele desgosta, estará em liberdade para supor que o escritor sagrado caiu, naquele particular, em erro. A menos que as Escrituras sagradas possam ser usadas como um padrão infalível, seu uso é em grande medida destruído. Nenhuma inspiração, senão aquela que é infalível, responderá, em geral, ao propósito para o qual a Bíblia foi escrita.

SEÇÃO VIII

O EVANGELHO DE JOÃO—VIDA DESTE EVANGELISTA—OCASIÃO E TEMPO DE SUA ESCRITA—AUTORIDADE CANÔNICA INDISPUTÁVEL.

O QUARTO evangelho foi escrito por João, o filho de Zebedeu e Salomé, que foi originalmente um pescador da Galileia, e irmão de Tiago; e, nós podemos supor, foi o mais jovem de seus irmãos, pois ele é geralmente mencionado por último, e é comumente reportado ter sido o mais jovem de todos os discípulos de Cristo. Eles eram homens simples e sem instrução, como sua ocupação suficientemente indica. Provavelmente eles tinham sido discípulos de João o Batista, e alguns têm conjecturado que João o evangelista foi um dos dois a quem João o Batista apontou Jesus, e que foram após ele para sua residência. O outro nós sabemos que era André, irmão de Simão Pedro; e João, em outros casos, tem ocultado seu próprio nome, onde qualquer coisa é mencionada que poderia ser interpretada para sua honra.

Por que estes dois irmãos tinham recebido o sobrenome Boanerges pelo Senhor, não aparece claramente, a menos que nós suponhamos que os nomes eram proféticos da maneira de sua pregação, quando comissionados como apóstolos. Mas não há fatos registrados dos quais qualquer inferência possa ser feita em relação a este assunto. João tem sido muito celebrado por seu temperamento carinhoso, e pela suavidade de suas maneiras, que aparecem muito destacadamente em todos os seus escritos; mas não há evidência de que ele foi naturalmente de um temperamento humilde. Os fatos na história do evangelho parecem indicar que, ambos, ele e seu irmão, eram de um temperamento agudo, e por natureza muito ambiciosos; e alguns têm suposto que seu sobrenome tinha relação a este ardor de temperamento—mas isto não é muito provável.

Nós sabemos que João era o amigo do seio de Jesus, o discípulo a quem ele amava com uma afeição peculiar; e que ele foi admitido em todas aquelas cenas de uma natureza muito interessante, das quais muitos dos outros discípulos foram excluídos.

Também é certo que ele esteve presente na crucificação; permaneceu próximo à cruz em companhia de Maria, a mãe de nosso Senhor; e que ele permaneceu no lugar até que o corpo de Jesus, agora morto, foi perfurado com uma lança. Na manhã da ressurreição João visitou o sepulcro, na companhia de Pedro, e esteve presente quando Cristo fez sua primeira aparição aos onze; e quando ele se manifestou a seus discípulos no mar de Tiberíades. Depois do Pentecostes, ele esteve com Pedro no templo, quando o homem coxo foi curado; ele acompanhou Pedro também a Samaria, e esteve presente no Concílio de Jerusalém. Do livro de Apocalipse nós aprendemos que este evangelista esteve por um tempo num exílio na ilha de Patmos, pelo testemunho de Jesus, onde ele foi favorecido com visões e comunicações maravilhosas do Senhor.

Parece que ele foi intimado por seu Senhor, no mar de Tiberíades, que ele sobreviveria à destruição de Jerusalém; pois quando Pedro perguntou: “Senhor, o que será deste homem? Diz-lhe Jesus: Se eu quero que ele fique até que eu venha, que te importa a ti?” o qual dito deu surgimento a uma opinião entre os discípulos de que aquele discípulo não deveria morrer: “Jesus, porém, não lhe disse que não morreria, mas: Se eu quero que ele fique até que eu venha, que te importa a ti?” E isto concorda muito bem com os testemunhos dos antigos, que nos informam que João viveu até idade avançada.

IRENEU, em dois lugares de sua obra contra Hereges, diz: “Que João viveu até o tempo de Trajano”, o que nos trará até 98 d.C. EUSÉBIO entende CLEMENTE de Alexandria dizer a mesma coisa. ORÍGENES também testifica: “Que João, tendo vivido muito tempo na Ásia, foi enterrado em Éfeso.” POLÍCRATES, que escreveu no século II, e foi bispo de Éfeso, declara: “Que João foi enterrado naquela cidade.”

JERÔNIMO, em seu livro de Homens Ilustres, e em sua obra contra Joviniano, diz: “Que o apóstolo João viveu na Ásia até o tempo de Trajano; e morrendo avançado em idade, no ano sessenta e oito da paixão de nosso Senhor, foi enterrado próximo à cidade de Éfeso.” Esta descrição remontaria a morte de João ao ano 100 d.C., o qual ano é colocado por este escritor em sua Crônicon. Os testemunhos para a genuinidade do evangelho de João são tão completos e satisfatórios quanto poderia ser desejado.

IRENEU diz-nos: “Que o evangelista João planejou, por seu evangelho, confutar os erros que Cerinto tinha infundido na mente do povo, e que tinham sido infundidos por aqueles que eram chamados nicolaítas; e para convencê-

-los de que havia um Deus, que fez todas as coisas por sua Palavra; e não, como eles imaginavam, um que foi o Criador, e outro que era o Pai de nosso Senhor; um que foi o Filho do Criador, e outro que era o Cristo, que continuou impassível, e descendeu sobre Jesus, o Filho do Criador.”

JERÔNIMO confirma completamente este testemunho de Ireneu, e diz: “Que quando S. João estava na Ásia, onde surgiram as heresias de Ebion e Cerinto, e outros, que negavam que Cristo veio em carne—isto é, negavam sua natureza divina, a quem ele, em sua Epístola, chama Anticristos, e S. Paulo frequentemente condena em suas Epístolas—ele foi forçado por quase todos os bispos da Ásia, e as delegações de muitas outras igrejas, a escrever mais simplesmente concernente à divindade de nosso Salvador, e alongar num discurso sobre o Verbo, não mais firme do que feliz.”

“É relatado, na história eclesiástica, que João, quando solicitado pelos irmãos a escrever, respondeu que ele não o faria a menos que um dia público de jejum e oração fosse apontado para implorar a assistência de Deus; o que sendo feito, e a solenidade sendo honrada com uma revelação satisfatória de Deus, ele rompeu nestas palavras: *No princípio era o Verbo*”, &c.

JERÔNIMO, em seu livro de Homens Ilustres, diz: “João escreveu um evangelho no desejo dos bispos da Ásia, contra Cerinto, e outros hereges, especialmente as doutrinas dos ebionitas então brotando, que dizem que Cristo não existia antes do nascimento de Maria: pela qual razão ele foi obrigado a declarar sua natureza divina. Outra razão de seu escrito também é mencionada, a qual é que depois de ler os volumes de Mateus, Marcos, e Lucas, ele expressou sua aprovação da história deles como verdadeira, mas observou que eles tinham registrado uma narrativa de somente um ano do ministério de nosso Senhor, o último depois do aprisionamento de João (o Batista), em que ele também sofreu. Omitindo, portanto, aquele ano (numa grande medida), cuja história tinha sido escrita pelos outros três, ele relatou os atos do tempo precedente, antes de João ser encerrado na prisão, como pode parecer para aqueles que leem os quatro evangelistas, que pode servir para notar a diferença aparente entre João e o resto.”

AGOSTINHO, em conformidade com a narrativa de Jerônimo, diz: “Que este evangelista escreveu concernente à divindade coeterna de Cristo contra os hereges.” LAMPE tem chamado em questão estes testemunhos primitivos com respeito à ocasião da escrita deste evangelho, e tem tentado provar por argumento que João não tinha em vista nenhuns hereges particulares, no começo de seu evange-

lho. LARDNER tem tomado a mesma posição, e aduz vários argumentos em favor da opinião de Lampe. TITMAN adota a mesma opinião. Mas as razões prováveis de homens engenhosos quando opostas a tal peso de testemunho antigo, em relação à matéria de fato que ocorreu a uma distância brevemente antes de seu tempo, merecem muito pouca consideração. E, de fato, depois de ler os argumentos de Lardner, eu devo dizer que eles parecem, para mim, não ter alto grau de plausibilidade.

Que CERINTO viveu no tempo do apóstolo João, e foi conhecido por ele, é evidente de outro testemunho de IRENEU, o qual tem sido frequentemente citado. É uma história em que, ele diz, algumas pessoas em seu tempo tiveram de POLICARPO, o discípulo de João, que é como segue: “João, indo a um certo tanque de banho em Éfeso, e percebendo que Cerinto, aquele notável aqui-herexe, estava no tanque, imediatamente pulou fora, e disse: Vamos para casa, para que o tanque não caia sobre nós, tendo nele tal herege como Cerinto, aquele inimigo da verdade.”

Para o testemunho de Ireneu, vide observações sobre o evangelho de Mateus. Ao qual nós podemos adicionar aqui a razão divertida dada por Ireneu por que o número de evangelhos era quatro, e não mais nem menos. “Nem pode haver mais ou menos evangelhos do que estes. Pois como há quatro regiões no mundo em que nós vivemos, e quatro ventos cardeais, e a igreja está espalhada sobre toda a terra, e o evangelho é o pilar e suporte da igreja, e o sopro de vida, de igual maneira é cabível haver quatro pilares, soprando de todos os lados incorrupção e refrescando a humanidade, daí é manifesto que o Logos, o Criador de todas as coisas, que se senta sobre o querubim, e mantém juntas todas as coisas, tendo aparecido aos homens, tem-nos dado um evangelho quádruplo em sua forma, mas mantidos juntos por um Espírito.”¹

Em outra parte desta obra, este Pai dá características deste evangelho, assim:

“O evangelho de acordo com João declara sua principesca, completa, e gloriosa geração do Pai, dizendo: ‘No princípio era o Logos, e o Logos estava com Deus, e o Logos era Deus.’”²

AGOSTINHO, além disso, declara: “Que João é o último dos evangelistas.” CRISÓSTOMO supõe que João não escreveu seu evangelho até depois da destruição de Jerusalém. PAULINO diz: “Foi transmitido por tradição que João sobrevi-

¹ Iren. Con. Her. lib. iii. c. 11.

² Ibid.

veu a todos os outros apóstolos, e escreveu o último dos quatro evangelistas, de modo a confirmar sua história mais certa.” Novamente, ele observa: “Que no começo do evangelho de João, todos os hereges são confutados.”

COSMAS de Alexandria informa-nos: “Que quando João habitava em Éfeso, foram-lhe entregues pelos fiéis os escritos dos outros três evangelistas. Recebendo-os, ele disse que o que eles tinham escrito estava bem escrito; mas algumas coisas foram omitidas por eles, que necessitavam ser relatadas. E sendo desejado pelos fiéis, ele também publicou seu escrito, como um tipo de suplemento ao resto.”

ISIDORO de Sevilha diz: “Que João escreveu o último na Ásia.” TEOFILATO computou que João escreveu cerca de trinta e dois anos após a ascensão de Cristo. EUTÍMIO diz: “Que este evangelho não foi escrito até muito depois da destruição de Jerusalém.” NICÉFORO: “Que João escreveu o último de todos, cerca de trinta e seis anos depois da ascensão de nosso Senhor ao céu.” Tendo exibido os testemunhos dos antigos, pode não ser impróprio estabelecer as opiniões de alguns dos modernos, relativas ao tempo quando este evangelho foi escrito.

MILL, FABRÍCIO, LE CLERC, JONES, e muitos outros concordam que João escreveu seu evangelho cerca do ano 97 de nosso Senhor. WETSTEIN pensa que ele pode ter sido escrito cerca de trinta e dois anos depois da ascensão. BASNAGE e LAMPE estão inclinados a crer que ele foi escrito antes da destruição de Jerusalém. WHISTON e LARDNER adotam a mesma opinião. O evangelho de João é citado por CLEMENTE de Roma; por BARNABÉ; por INÁCIO; por TEÓFILO de Antioquia; por IRENEU; e por CLEMENTE de Alexandria, em mais de quarenta instâncias. E por todos aqueles escritores que viveram com ou imediatamente depois dos apóstolos, este evangelho é apelado como Escritura inspirada; e o mesmo é o fato em relação a ORÍGENES, JERÔNIMO, AGOSTINHO, e todos os Pais que vieram depois deste período. Aproximadamente todo este evangelho poderia ser compilado de citações dos escritores dos primeiros quatro séculos. Ele nunca foi excluído de nenhuma igreja, nem de nenhum catálogo dos livros do Novo Testamento, e, portanto, possui toda evidência de ser canônico, que qualquer homem razoável poderia demandar.

Que o número de evangelhos genuínos era quatro e não mais, é evidente do testemunho de todos os Pais que têm falado deles; e especialmente da razão divertida atribuída por Ireneu para provar que não poderia haver nem mais nem menos. O mesmo é manifesto do fato de que Taciano, um discípulo erudito de

Justino, que depois se tornou o fundador de uma seita de ascéticos, dos quatro evangelhos formou um volume chamado *Diatessarão*.¹ Nisto, porém, ele deixou algumas coisas que não se encaixavam em suas visões. Mas a existência de tal livro, que é atestada por Ireneu, Eusébio, Jerônimo, e Teodoreto, mostra que o número de evangelhos comumente recebidos por hereges, bem como católicos, eram quatro e não mais. O mesmo poderia ser provado dos escritos de Juliano o apóstata.

¹ Harmonia dos quatro evangelhos.

SEÇÃO IX

OS ATOS DOS APÓSTOLOS—LUCAS O AUTOR—AUTORIDADE CANÔNICA
INDISPUTADA PELOS PAIS—REJEITADO SOMENTE POR HEREGES.

QUE os Atos dos Apóstolos é o escrito de Lucas o evangelista, é manifesto da dedicatória a Teófilo, em que referência é feita a seu evangelho que foi primeiro escrito. E é também evidente do testemunho uniforme de toda a antiguidade; o fato nunca foi nenhuma vez questionado por nenhum membro da igreja católica. Tudo que tem sido arguido em vindicação da inspiração e autoridade canônica do evangelho de Lucas, é aplicável aos Atos dos Apóstolos, e não necessita ser repetido aqui.

Mas é agradável ler os testemunhos explícitos dos Pais aos livros sagrados do Novo Testamento: eu, portanto, trarei os mais importantes.

IRENEU repetidamente cita passagens deste livro, dizendo: “Lucas, o discípulo e seguidor de Paulo, diz assim.” “Lucas, o inseparável companheiro e colaborador de Paulo, escreveu assim.” Ele toma particular nota do uso de Lucas da primeira pessoa do plural, “nós empreendemos; nós viemos; nós fomos; nós nos sentamos; nós falamos”, &c., e entra em alguma discussão para provar “a aptidão de Lucas para escrever uma história justa e verdadeira.”

Em outro lugar ele mostra: “Que os Atos dos Apóstolos de Lucas deveriam ser igualmente recebidos com seu evangelho; pois que neles ele tem cuidadosamente entregado a nós a verdade, e tem-nos dado uma segura regra para salvação.” Novamente ele diz: “A narrativa de Paulo de sua ida a Jerusalém concorda exatamente com aquela nos Atos de Lucas.”

CLEMENTE ALEXANDRINO, citando o discurso de Paulo em Atenas, introdu-lo assim: “Assim Lucas nos Atos dos Apóstolos relata.” TERTULIANO cita várias passagens dos Atos dos Apóstolos, o qual ele chama de “*Commentarius Lucae*, O Comentário de Lucas”. Orígenes atribui os Atos dos Apóstolos a Lucas. EUSÉBIO diz: “Lucas tem-nos deixado dois volumes inspirados, O Evangelho e Os Atos.” JERÔNIMO expressamente declara: “Que os Atos foi a composi-

ção de Lucas.” A Versão Siríaca do Novo Testamento atribui os Atos a Lucas; e em alguns manuscritos muito antigos do Novo Testamento seu nome é prefixado a este livro.

A este uniforme corpo de testemunho antigo não há nada que possa ser objetado, exceto que o autor da Sinopse, comumente atribuída a ATANÁSIO, diz: “Pedro ditou os Atos dos Apóstolos, mas Lucas escreveu-os.” Mas, se isto fosse verdadeiro, ele não detrataria nem o mínimo da autoridade do livro, porém antes a aumentaria. Um testemunho, porém, pode ser de nenhuma valia contra muitos tantos; e nós sabemos que Lucas conhecia muitos dos fatos registrados neste livro por sua própria observação pessoal, e não necessitava que alguém lhos ditasse. Além disso, Pedro não foi uma testemunha ocular do maior número dos fatos relatados neste livro.

O tempo quando os Atos dos Apóstolos foi escrito pode ser determinado muito precisamente, pelo tempo quando a história que ele contém termina; que é cerca de 62 d.C.; pois, sem dúvida, ele começou a escrever logo após ter deixando Roma.

Que os Atos dos Apóstolos é de autoridade canônica é provado pelo fato de ter ele um lugar em todos os catálogos antigos dos livros do Novo Testamento. O mesmo é evidenciado pelas numerosas citações deste livro pelos Pais primitivos, que explicitamente apelam para ele como de autoridade divina—como um livro inspirado. Ele é simplesmente referido em mais instâncias do que aquele por CLEMENTE de Roma, o colaborador de Paulo. POLICARPO, o discípulo de João, também cita uma passagem dos Atos, em sua Epístola aos Filipenses. Ele é citado por JUSTINO MÁRTIR em sua Exortação aos Gregos. Ele é distintamente citado por IRENEU mais de trinta vezes, em algumas das quais instâncias ele é expressamente chamado Escritura; e o crédito e autoridade do livro são largamente discutidos em sua obra contra hereges.

As citações de TERTULIANO deste livro são muito numerosas para serem particularizadas. Ele também o cita expressamente sob o nome de Escritura; “A qual parte da Escritura”, diz ele, “aqueles que não recebem, devem negar a descida do Espírito Santo, e ser ignorantes do estado infante da igreja cristã.”¹

Este livro foi também constantemente lido como Escritura nas assembleias semanais de cristãos por todo o mundo.

¹ De Præscriptione.

Dos testemunhos aduzidos acima parecerá, com evidência convincente, quão infundada é a opinião de alguns homens eruditos, de que os Atos no período primitivo da igreja foi muito pouco conhecido comparativamente, e muito pouco estimado. Esta opinião tem sido favorecida por tais homens como o Pai Simão e o Dr. Mill; e não tem outro fundamento além de uma passagem nos *Prolegomena* aos Atos, atribuídos a CRISÓSTOMO, cuja genuinidade é muito duvidosa. Mas se CRISÓSTOMO foi o autor desta passagem, quão pouco pode ela pesar contra uma hoste de testemunhas? A referida passagem é: “Este livro não é tanto quanto conhecido a muitos; eles não conhecem nem o livro nem por quem ele foi escrito.” Agora o mesmo poderia ser afirmado com respeito a todos os livros no Cânon. Há muitas pessoas ignorantes do que eles contêm e não estão familiarizadas com seu objeto. Mas não há necessidade de duelar mais contra esta objeção.

Os Atos dos Apóstolos, portanto, têm um clamor indisputável a um lugar no Cânon sagrado. Nenhuma evidência melhor ou mais forte pode ser desejada. É verdadeiro que alguns dos primeiros hereges não recebiam este livro como canônico. TERTULIANO informa-nos que ele foi rejeitado por Cerdo, o mestre de Marcião, e alguns outros a quem ele não nomeia, mas a quem ele refuta.

FILÁSTRIO informa-nos que os cerintianos não recebiam este livro. E AGOSTINHO diz-nos que os maniqueus não o recebiam, porque eles consideravam Manes o Paracleto prometido pelo Salvador; mas nos Atos é declarado ter sido o Espírito Santo que desceu sobre os apóstolos no dia de Pentecostes.

“Mas”, diz o Pai Simão, “vamos deixar estes entusiastas, que não tinham outra razão para rejeitar os livros recebidos por toda a igreja, exceto que eles não se adequavam à ideia que eles tinham formado da religião cristã.”

SEÇÃO X

TESTEMUNHOS PARA A AUTORIDADE CANÔNICA DAS QUATORZE EPÍSTOLAS DE PAULO.

SOBRE o assunto das epístolas de Paulo, há um consentimento universal entre os antigos, exceto quando se relaciona à epístola aos Hebreus; que tendo sido publicada sem o nome do apóstolo e saudação usual, muitos conjecturaram que foi a produção de outra pessoa; e enquanto alguns a atribuíram a Barnabé, outros pensavam que ou Clemente ou Lucas foi o escritor. Parece ter havido uma diferença entre as igrejas oriental e ocidental sobre este assunto; pois os gregos parecem não ter entretido dúvidas em relação a Paulo ter sido o autor desta epístola; foi somente entre os latinos que sua genuinidade foi uma matéria de incerteza. E o mais erudito entre estes adotaram a opinião de que ela foi a produção de Paulo; e por graus sua autoridade foi completamente estabelecida no Ocidente bem como no Oriente. O verdadeiro estado do caso, porém, aparecerá mais claramente ao citar os testemunhos dos Pais, do que por qualquer representação geral.

Embora CLEMENTE, o companheiro de Paulo, frequentemente cite passagens dos evangelhos e epístolas, porém ele nunca expressamente menciona nenhum livro do Novo Testamento, exceto a primeira epístola de Paulo aos Coríntios; a quem também a epístola de Clemente foi endereçada. Suas palavras são: “Tomai em vossas mãos a epístola do bendito Paulo o apóstolo. O que ele escreveu, a princípio, a vós no começo do evangelho? Na verdade ele, pelo Espírito, vos admoestou concernente a si mesmo, e Cefas e Apolo, pois que mesmo então formastes partidos.” Há nesta epístola de Clemente muitas outras passagens em que as palavras de Paulo são citadas, mas esta é a única em que seu nome é mencionado.

HERMAS e INÁCIO também frequentemente citam as palavras das epístolas de Paulo, mas os livros dos quais elas são tomadas não são designados.

POLICARPO, o discípulo do apóstolo João e bispo de Esmirna, que sofreu martírio em extrema idade, cerca de meados do século II, depois que a sentença de morte foi pronunciada contra ele, escreveu uma epístola aos filipenses, em que ele faz expressa menção da primeira epístola de Paulo aos Coríntios: “Vós não sabeis que os santos julgarão o mundo, como Paulo ensina?” Vide 1 Co. 6. 2.

Ele também cita uma passagem da epístola aos Efésios, sob o nome de Santa Escritura. “Pois eu confio”, diz ele, “que vós sois bem exercitados na Santa Escritura, como nestas Escrituras é dito: ‘Irai-vos e não pequeis: não se ponha o sol sobre vossa ira.’” Ef. 4. 26. POLICARPO também cita passagens da segunda epístola aos Coríntios; da epístola aos Gálatas; da primeira e segunda aos Tessalonicenses; da epístola aos Hebreus; e de ambas as epístolas a Timóteo; mas, como é usual com os Pais apóstólicos, ele não se refere aos livros ou autores dos quais ele faz suas citações.

JUSTINO MÁRTIR cita muitas passagens nas mesmas palavras de Paulo, sem mencionar seu nome. Mas IRENEU distinta e frequentemente cita treze epístolas de Paulo. Ele não toma nada, de fato, da curta epístola a Filemom, o que pode facilmente ser justificado pela brevidade desta carta, e o objeto especial que o apóstolo tinha em vista ao escrevê-la.

Preencheria um largo espaço transcrever todas as passagens citadas por Ireneu das epístolas de Paulo. Seja suficiente dar uma de cada, conforme citado em sua obra “Contra Heresias”. “Esta mesma coisa Paulo tem explicado ao escrever aos Romanos: ‘Paulo, um apóstolo de Jesus Cristo, separado para o evangelho de Deus.’ Rm. 1. 1. E novamente escrevendo aos Romanos, concernente a Israel, ele diz: ‘De quem são os pais e de quem, segundo a carne, Cristo veio, que é Deus sobre todos, bendito para sempre.’” Rm. 9. 5. “Isto também Paulo manifestamente mostra em sua epístola aos Coríntios, dizendo: ‘Além do mais, irmãos, eu não quero que sejais ignorantes, como todos os nossos pais foram sob a nuvem.’ 1 Co. 10. 1. Paulo em sua segunda epístola aos Coríntios, diz: ‘Em quem o deus deste mundo tem cegado os olhos daqueles que não creem.’” 2 Co. 4. 4. “O apóstolo Paulo diz, em sua epístola aos Gálatas: ‘Para que, então, serve a lei das obras? Ela foi adicionada até que a semente viesse, a quem a promessa foi feita.’” Gl. 3. 10. “Como também o bendito Paulo diz, em sua epístola aos Efésios: ‘Pois nós somos membros de seu corpo, de sua carne, e de seus ossos.’” Ef. 5. 30. “Como também Paulo diz aos Filipenses: ‘Eu estou cheio, tendo recebido

de Epafrodito as coisas que foram enviadas de vós, um odor de um doce cheiro, um sacrifício aceitável, agradável a Deus.” Fp. 4. 13. “Novamente Paulo diz em sua epístola aos Colossenses: ‘Lucas, o médico amado, saúda-vos.’” Cl. 4. 14. “O apóstolo na primeira epístola aos Tessalonicenses, diz: ‘E o Deus de paz vos santifique completamente.’” 1 Ts. 5. 23. “E novamente, na segunda epístola aos Tessalonicenses, falando do Anticristo, ele diz: ‘E então aquele ímpio será revelado.’” 2 Ts. 2. 8. No começo de sua obra contra heresias, ele diz: “Visto que alguns, tendo rejeitado a verdade, apoiando-se em palavras de mentira, e ‘vãs genealogias, em vez de edificação piedosa, que é em fé’, 1 Tm. 1. 4, como diz o apóstolo.” Esta epístola é frequentemente citada por Ireneu, na obra mencionada acima. Falando de Lino, bispo de Roma, ele diz: “DeSTE Lino, Paulo faz menção em sua epístola a Timóteo: ‘Êubulo te cumprimenta, e Prudente, e Lino’” 2 Tm. 4. 21. “Como Paulo diz: ‘A um homem que é um herege, depois da primeira e segunda admoestação, rejeita.’” Tt. 3. 10. Assim, nós temos visto que IRENEU, que viveu na era imediatamente sucessora daquela em que Paulo viveu e escreveu, dá testemunho explícito de todas as epístolas daquele apóstolo que têm seu nome prefixado, exceto a curta epístola a Filemom, da qual é provável que ele não teve ocasião de tomar nenhuma autoridade, pois é muito concisa, e destinada a um amigo sobre um assunto particular em que Paulo se sentiu profundamente interessado.

Quanto à epístola aos Hebreus, que é anônima, há ampla evidência de que IRENEU estava familiarizado com ela; mas é duvidoso se ele a estimava ser a produção de Paulo, ou de alguma outra pessoa. Como ele residiu na França, é muito possível que ele participou no preconceito da igreja ocidental neste ponto. EUSÉBIO informa-nos que ele tinha visto uma obra de IRENEU que não alcançou nossos tempos, em que ele cita passagens da epístola aos Hebreus; mas ele não diz que ele as citou como se fossem de Paulo. E em suas obras, que ainda existem, há várias passagens citadas desta epístola, mas sem referência direta à fonte de onde elas foram derivadas.

ATENÁGORAS cita de várias das epístolas de Paulo; mas, como tem sido visto ser o costume dos Pais primitivos, ele comumente usa as palavras sem informar o leitor, de que autor elas foram emprestadas. Há, porém, uma passagem em que ele se refere a ambas a primeira e a segunda epístolas aos Coríntios, como se fosse a produção do apóstolo Paulo. “É manifesto, pois”, diz ele, “que de acordo com o apóstolo, ‘este corruptível e dissipado deve vestir-se de incorrupção, que os

mortos sendo levantados, e as partes separadas e consumidas sendo unidas novamente, cada um possa receber justamente as coisas que ele tem feito no corpo, sejam elas boas ou más.” 1 Co. 15. 54; 2 Co. 5. 10.

CLEMENTE, de Alexandria, abunda em citações das epístolas de Paulo; poucas das quais serão suficientes para nosso propósito. “O apóstolo, na epístola aos Romanos, diz: ‘Eis, portanto, a bondade e a severidade de Deus.’” “O bendito Paulo, na primeira epístola aos Coríntios, diz: ‘Irmãos, não sejais crianças no entendimento; no entanto, na malícia sede vós crianças, mas no entendimento sede homens.’” 1 Co. 14. 20. Ele tem também muitas citações da segunda aos Coríntios: “O apóstolo”, diz ele, “chama a doutrina comum da fé, ‘um aroma de conhecimento’, na segunda aos Coríntios.” 2 Co. 2. 14. “Daí, também, Paulo diz: ‘Tendo estas promessas, amados, limpemos nossos corações de toda imundície da carne e do espírito, aperfeiçoando a santidade, no temor de Deus.’” 2 Co. 7. 1. “A respeito disso, Paulo, também escrevendo aos Gálatas, diz: ‘Meus filhinhos, de quem eu sofro as dores de parto novamente até que Cristo seja formado em vós.’” Gl. 4. 19. “A respeito disso, o bendito apóstolo diz: ‘Eu testifico no Senhor que não caminheis como os outros gentios caminham.’ Ef. 4. 17, 18. Novamente: ‘submetendo-vos uns aos outros no temor de Deus.’” Ef. 5. 21. Ele cita parte do primeiro e segundo capítulos da epístola aos Filipenses expressamente; e em outro lugar ele cita a mesma epístola, desta maneira: “O apóstolo do Senhor, também exortando os macedônios, diz: ‘O Senhor está próximo, atentai-vos para que nós não sejamos encontrados vazios.’” Fp. 4. 5.

CLEMENTE também cita a epístola aos Colossenses, e as epístolas aos Tessalonicenses. Da primeira epístola a Timóteo ele cita esta passagem: “Ó Timóteo, guarda aquilo que é comissionado à tua confiança, evitando falatórios profanos e vãos, e oposições de ciência, falsamente assim chamada, a qual alguns, professando, têm errado concernente à fé.” 1 Tm. 6. 20, 21. Sobre isso ele observa: “Hereges confutados por estes dizeres, rejeitam ambas as epístolas a Timóteo.” A epístola a Tito também é citada várias vezes; e ele destaca, em um lugar: “Que Paulo tinha citado Epimênides, o cretense, em sua epístola a Tito, desta maneira: ‘Um deles, um poeta deles, disse: os cretenses são sempre mentirosos.’” Tt. 1. 12, 13. A epístola aos Hebreus também é distintamente citada, e é atribuída a Paulo como seu autor. “Portanto, escrevendo aos Hebreus, que estavam declinando da fé à lei, Paulo diz: ‘Vós tendes necessidade de que se vos ensine novamente, quais são os primeiros princípios dos oráculos de Deus, e vos tornais tais que tendes

necessidade de leite, e não de alimento sólido.” Hb. 5. 12.

TERTULIANO frequentemente, e expressamente, cita muitas das epístolas de Paulo. Em um lugar ele diz: “Eu, portanto, de modo algum direi, Deus, nem Senhor, mas eu seguirei os apóstolos; de forma que se o Pai e o Filho são mencionados juntos, eu direi: Deus o Pai, e Jesus Cristo o Senhor. Mas quando eu menciono Cristo somente, eu chamá-lo-ei Deus, como o apóstolo faz: ‘De quem Cristo veio, que é sobre todos, Deus bendito eternamente.’” Rm. 9. 5. “Paulo, em sua primeira epístola aos Coríntios, fala daqueles que duvidavam, ou negavam a ressurreição.” Em sua Dissertação sobre Monogamia, ele computa que foram cento e sessenta anos desde que Paulo escreveu esta epístola, até o tempo quando ele escreveu. “Na segunda epístola aos Coríntios, eles supõem que o apóstolo Paulo tem perdoado ao mesmo fornicador, que a princípio ele declarou que deveria ser entregue a Satanás para a destruição da carne.” “Mas disto, não mais necessita ser dito, se for o mesmo Paulo quem, escrevendo aos Gálatas, reconhece heresia entre as obras da carne; e que dirige Tito a rejeitar um homem que é um herege, depois da primeira admoestação, ‘sabendo que aquele que é subvertido e peca, está condenado em si mesmo.’” “Eu passo”, diz ele, “para outra epístola, que nós temos inscrito aos Efésios; mas os hereges, aos Laodicenses.” Novamente: “De acordo com o verdadeiro testemunho da igreja, nós supomos que esta epístola tem sido enviada aos Efésios, e não aos Laodicenses; mas Marcião tem empreendido alterar esta inscrição, sob a pretensão de ter feito uma busca mais diligente nesta matéria. Mas as inscrições não são importantes, pois o apóstolo escreveu a todos, quando ele escreveu a alguns.”

Falando da esperança do cristão, ele diz: “Da qual esperança e expectativa, Paulo aos Gálatas diz: ‘Pois nós, através do Espírito, esperamos pela esperança da justiça pela fé.’ Ele não diz que nós a temos obtido, mas ele fala da esperança da justiça de Deus no dia do julgamento, quando nossa recompensa será decidida. Da qual, estando em suspenso, quando ele escreveu aos Filipenses, ele disse: ‘Se por quaisquer meios eu possa alcançar pela ressurreição dos mortos; não como se eu já tivesse alcançado, ou já fosse perfeito.’ Fp. 3. 11, 12. O apóstolo, escrevendo aos Colossenses, expressamente adverte contra filosofia: ‘Acautelai-vos para que nenhum homem vos corrompa através de filosofia e vãos enganos, segundo a tradição de homens, e não segundo a instrução do Espírito.’” Cl. 2. 8. “E na epístola aos Tessalonicenses, o apóstolo adiciona: ‘Mas dos tempos e estações, irmãos, vós não tendes necessidade de que eu vos escreva. Pois vós mesmos sabeis

perfeitamente, que o dia do Senhor vem como um ladrão de noite.” 1 Ts. 5. 1–3. “E em sua segunda epístola às mesmas pessoas, ele escreve com maior solicitude: ‘Mas eu rogo-vos, irmãos, pela vinda de nosso Senhor Jesus Cristo, que vós não estejais abalados na mente, nem perturbados.’” 2 Ts. 2. 1, 2. “E esta palavra, Paulo tem usado ao escrever a Timóteo: ‘Ó Timóteo, guarda aquilo que é confiado a ti.’” 1 Tm. 6. 20.

Essa importante passagem de TERTULIANO, em que é suposto que ele se refere aos autógrafos existentes das epístolas de Paulo, embora já referida, pode com propriedade ser aqui introduzida. “Bem”, diz ele, “se vós desejais fazer vossa curiosidade rentável, no negócio de vossa salvação, visitai as igrejas apostólicas, em que as mesmas cadeiras dos apóstolos ainda presidem, em que suas mesmas cartas autênticas (*authenticae litterae*)¹ são recitadas, enviando a voz, e representando o semblante de cada um deles. Está a Acaia perto de vós? Vós tendes Corinto. Se vós não estiverdes longe da Macedônia, vós tendes Filipos—vós tendes Tessalônica. Se vós puderdes ir à Ásia, vós tendes Éfeso. Mas se vós estiverdes perto da Itália, vós tendes Roma, de onde também nós podemos ser facilmente satisfeitos.”

Há três opiniões com respeito ao significado desta frase *authenticae litterae*; *cartas autênticas*. A primeira é que ela significa os manuscritos originais dos apóstolos—os autógrafos que foram enviados individualmente às igrejas nomeadas, a todas as quais Paulo endereçou epístolas. A segunda opinião é que Tertuliano quis indicar a seus leitores o grego original destas epístolas, que eles tinham sido acostumados a ler numa versão latina. E a terceira é que esta frase significa *cartas bem autenticadas*; ou seja, poderia ser provado que estas epístolas, pela aplicação a estas igrejas, eram escritos genuínos dos apóstolos.

Ora, que o primeiro destes é o verdadeiro sentido das palavras de Tertuliano, parecerá, eu penso, muito provável, se nós considerarmos que, se aqueles autógrafos foram preservados, mesmo com cuidado comum, eles teriam existido no tempo de Tertuliano, que reconhece somente 160 anos desde o tempo da escrita de Paulo até seu próprio tempo. E, novamente, a menos que ele intencionasse isto, não há razão por que ele deveria remeter seus leitores somente àquelas cidades que tinham recebido epístolas; pois, sem dúvida, muitas outras igrejas, que

¹ N. T.: Aqui jaz uma dificuldade de tradução, porque a palavra latina *littera* pode significar “carta” ou “letra”; mas quando especificamente no plural (*litterae*), é mais comum traduzi-la por *carta*. O inglês não ajuda, porque *letter* também pode significar tanto “letra” quanto “carta”.

podiam ser mais acessíveis, tinham cópias autênticas na língua grega. Tais cópias, indubitavelmente, existiam na África, onde Tertuliano viveu. Eles não necessitam, porém, ter sido direcionados para Roma, ou Corinto, ou Éfeso, ou Filipos, ou Tessalônica, para verem as epístolas de Paulo em grego. Nem era necessário fazer uma jornada para estas cidades para ser completamente convencido de que as cartas que tinham sido recebidas por eles eram genuínas; pois a evidência deste fato não estava confinada a estes lugares distintos, mas foi difundido por todo o mundo cristão.

Destas considerações eu concluo que no tempo de Tertuliano estas igrejas tinham em posse, e preservado com cuidado, as epístolas idênticas enviadas a eles por Paulo. Este sentido é confirmado pelo que ele diz, de serem capazes de ouvir a voz, e ver o semblante dos apóstolos, e ver os mesmos assentos em que eles tinham estado acostumados a se sentarem quando eles presidiam na igreja. Estes assentos ainda eram ocupados pelos bispos, e pareciam *presidir*, pois eles eram venerados de terem sido uma vez ocupados pelos apóstolos.

Tertuliano esteve familiarizado com a epístola aos Hebreus, pois ele cita várias passagens do sexto capítulo, mas ele a atribui a Barnabé, e não a Paulo. Nesta opinião, eu creio, ele é singular.

TEÓFILO de Antioquia cita a seguinte passagem da epístola aos Romanos, mas parece ter citado de memória: “Ele buscará todas as coisas, e julgará justamente; dando a todos segundo o mérito de suas ações. Àqueles que por contínua paciência em fazer o bem buscam por imortalidade, ele dará vida eterna, regozijo, paz, descanso, e muitas coisas boas, que nenhum olho tem visto, nem o ouvido escutado, nem tem entrado no coração do homem. Mas ao descrente, e aos desprezadores, e àqueles que não obedecem à verdade, mas obedecem à injustiça, serão ira e indignação, tribulação e angústia; e, numa palavra, fogo eterno será a porção dos tais.” Esta passagem é evidentemente tomada de Rm. 2. 6–9, e tão evidentemente citada de memória. Ela também contém uma citação de 1 Co. 2. 9.

Este primitivo e erudito Pai também tem citado, na mesma maneira livre, passagens das epístolas aos Efésios, aos Filipenses, aos Colossenses, a Timóteo, a Tito, e da epístola aos Hebreus, mas sem nomear o livro do qual as passagens são tomadas; o que está em concordância com a prática de todos os Pais apostólicos.

A seguinte passagem é digna de nota, não somente porque ela contém uma referência indubitável à segunda epístola de Pedro; mas porque ela mostra qual

opinião era, naquela era primitiva, entretida da inspiração das sagradas Escrituras: “Mas homens de Deus, cheios do Espírito Santo, e tornando-se profetas, inspirados pelo próprio Deus, e, sendo iluminados, foram ensinados de Deus, e eram santos e justos, portanto, eles obtiveram a honra de se tornarem os órgãos de Deus.”¹

CLEMENTE DE ALEXANDRIA viveu e escreveu no fechamento do século II. Depois de Panteno, ele foi presidente da escola alexandrina. Várias de suas obras chegaram até nós, das quais as seguintes citações das epístolas de Paulo são tomadas. “Vede, portanto”, diz Paulo, “a bondade e a severidade de Deus.” Rm. 16. 19. “O bendito Paulo, na primeira epístola aos Coríntios, diz: ‘Irmãos, não sejais crianças no entendimento, mas na malícia sede crianças, e no entendimento sede homens.’” E, ele diz, o apóstolo na segunda epístola aos Coríntios chama o evangelho de “um aroma de conhecimento”, 2 Co. 11. 14. “Novamente, Paulo diz: ‘Tendo estas promessas, amados, limpemo-nos de toda sujeira da carne e espírito, aperfeiçoando santidade no temor de Deus.’” 2 Co. 7. 1. Ele cita o seguinte da epístola aos Efésios: “Como o bendito Paulo diz: ‘Não caminhais como os outros gentios caminham.’ Ef. 6. 17, e ‘submetendo-vos uns aos outros no temor de Deus.’” Ef. 5. 21. Ele também cita as seguintes palavras da epístola aos Gálatas: “Meus filhinhos, de quem eu sinto as dores de parto até que Cristo seja formado em vós.” Gl. 4. 19. E de Filipenses, estas palavras: “Não como se eu já tivesse alcançado ou já fosse perfeito”, Fp. 3. 12. Ele também cita textos frequentemente das epístolas aos Colossenses e aos Tessalonicenses, e sempre as cita como se tivessem sido escritas por Paulo. Da primeira epístola a Timóteo, 6. 20, ele tem o seguinte: “Ó Timóteo, guarda aquilo que é confiado a ti, evitando falatórios profanos, e oposições da ciência, falsamente assim chamada.” Ele também se refere à segunda epístola a Timóteo, e a epístola a Tito ele cita várias vezes. É satisfatório ter o testemunho de tão primitivo e erudito Pai em favor da autoridade canônica da epístola aos Hebreus, e de sua consideração de ser Paulo seu autor. “O bendito Paulo, escrevendo a tais que estavam declinando, diz: ‘Vós tendes necessidade de que se vos ensine novamente quais os primeiros princípios dos oráculos de Deus, e tornais-vos tais que tendes necessidade de leite e não de alimento sólido.’” Hb. 5. 12.

ORÍGENES cita as epístolas de Paulo, tão expressamente e frequentemente quanto é feito por quase qualquer escritor moderno. Transcrever todas as passa-

¹ Theoph. ad Autolyicum lib. ii. Para outras citações, vide Lardner, Vol. 1.

gens citadas por ele, seria transcrever uma larga porção dos escritos deste apóstolo. Algumas poucas instâncias serão suficientes.

Em uma passagem, em sua obra contra Celso, ele menciona várias das epístolas de Paulo juntas, da seguinte maneira: “Vós, primeiro de tudo, explicais as epístolas daquele que diz estas coisas, e tendo diligentemente lido, e atendido ao sentido das palavras ali usadas, particularmente naquela aos Efésios, aos Tessalonicenses, aos Filipenses, aos Romanos, &c.” A epístola aos Efésios é em outro lugar citada por Orígenes com a inscrição que ela agora carrega.

Depois de empregar um argumento fundado numa passagem da epístola aos Hebreus, ele observa: “Mas possivelmente alguém, pressionado por este argumento, tomará refúgio na opinião daqueles que rejeitam esta epístola como se não fosse escrita por Paulo. Em resposta a tal, nós intencionamos escrever um distinto discurso, para provar ser esta uma epístola de Paulo.” Em suas citações desta epístola, portanto, ele constantemente a atribui a Paulo em tais expressões como estas: “Paulo, em sua epístola aos Hebreus”, “Na epístola aos Hebreus, o mesmo Paulo diz.”

Mas Orígenes não somente expressa sua própria opinião sobre este assunto, mas declara que, pela tradição recebida pelos antigos, ela era atribuída a Paulo. Suas palavras são: “Pois não é sem razão que os antigos têm transmitido a nós como se fosse de Paulo.” Agora, quando nós tomamos em vista que Orígenes viveu dentro de cem anos do tempo dos apóstolos, e que ele foi uma pessoa da mais extraordinária erudição, e que ele tinha viajado muito por diferentes países, seu testemunho neste ponto é de grande peso; especialmente, desde que sua opinião é fundada no testemunho dos antigos, por quem ele deve de ter intencionado os contemporâneos dos apóstolos. Ao mesmo tempo, porém, ele menciona que alguns atribuíam-no a Lucas, e outros a Clemente de Roma.

CIPRIANO frequentemente cita as epístolas de Paulo. “De acordo”, diz ele, “com o que o bendito apóstolo escreveu em sua epístola aos Romanos: ‘Cada um dará conta de si mesmo a Deus, portanto, não julguemos uns aos outros.’” Rm. 14. 12. Em seu primeiro livro de Testemunhos, ele diz: “Na primeira epístola de Paulo aos Coríntios, é dito: ‘Ademais, irmãos, eu gostaria que não fôsseis ignorantes, de que todos os nossos pais foram batizados em Moisés, na nuvem, e no mar.’ 1 Co. 10. 1. Igualmente, na segunda epístola aos Coríntios está escrito: ‘Suas mentes foram cegadas até este dia.’ 2 Co. 3. 15. De igual maneira, o bendito Paulo, por inspiração do Senhor, diz: ‘Ora, aquele que dá semente ao que se-

meia, ministra pão para vosso alimento, e multiplica vossa semente, e aumenta os frutos de vossa justiça, para que vós possais ser enriquecidos em todas as coisas.’ 2 Co. 9. 10. Igualmente Paulo aos Gálatas diz: ‘Quando a plenitude do tempo veio, Deus enviou seu Filho, feito de uma mulher.’” Gl. 4. 4.

CIPRIANO expressamente cita a epístola aos Efésios sob aquele título. “Mas o apóstolo, falando da mesma coisa mais claramente e simplesmente, escreve aos efésios, e diz: ‘Cristo amou a igreja, e deu-se por ela, para que ele pudesse santificá-la e limpá-la, com a lavagem da água.’ Ef. 5. 25, 26. Assim também, Paulo aos Filipenses diz: ‘Que sendo achado na forma de Deus, não teve por usurpação ser igual a Deus, mas fez-se de nenhuma reputação, tomando sobre ele a forma de um servo; e sendo feito na semelhança de homem, e encontrado na forma de um homem, humilhou-se a si mesmo, tornando-se obediente até a morte, e morte de cruz.’ Fp. 2. 6–8. Na epístola de Paulo aos Colossenses está escrito: ‘Perseverai em oração, velando na mesma.’ Cl. 4. 2. Igualmente, o bendito apóstolo Paulo, cheio do Espírito Santo, enviado para chamar e converter os gentios, avisa e ensina: ‘Acautelai-vos para que nenhum homem vos engane através de filosofia, &c.” Cl. 2. 8. Ele também cita ambas as epístolas de Tessalonicenses. Em seu livro de Testemunhos ele diz: “Se o apóstolo Paulo, escrevendo a Timóteo, disse: ‘Nenhum homem despreze a tua mocidade’, 1 Tm. 4. 12, muito mais é dito de vós e vossos colegas: ‘Nenhum homem despreze tua idade.”” “Portanto, o apóstolo escreve a Timóteo e exorta: ‘que um bispo deveria ser não contencioso, mas ser gentil, e apto para ensinar.”” 2 Tm. 2. 24. Estas duas epístolas são, em outro lugar, citadas distintamente, como a primeira e a segunda a Timóteo. Ele também cita da epístola a Tito, a passagem: “A um homem que é herege, depois da primeira e segunda admoestação, rejeita.” Tt. 3. 10.

CIPRIANO em nenhum lugar cita a epístola aos Hebreus. É provável, portanto, que ele, como alguns outros dos Pais latinos, não criam que ela fosse de Paulo, ou estava em dúvida sobre isso. Nem ele cita a epístola a Filemom; disto nenhuma outra razão necessita ser buscada, senão por causa de seu conteúdo e brevidade. Quantos autores cristãos têm escrito volumes, sem qualquer citação daquela epístola! VICTORINO, que viveu próximo ao fechamento do século III, frequentemente cita as epístolas de Paulo; e entre o resto, ele cita a epístola aos Hebreus, que ele parece ter crido ser a produção de Paulo. DIONÍSIO de Alexandria, também um contemporâneo de Orígenes, e um homem de grande erudição, nos poucos fragmentos de suas obras que restam, frequentemente se

refere às epístolas de Paulo. NOVATO, presbítero da igreja de Roma, que floresceu cerca de meados do século III, expressamente cita da epístola aos Romanos, aquele famoso testemunho da divindade de Cristo, tão frequentemente citado pelos Pais: “De quem são os pais, de quem é Cristo segundo a carne, que é sobre todos, Deus bendito para sempre.” E merece ser recordado que, embora muitos, começando com Ireneu, têm citado esta passagem, porém nenhum deles parece ter considerado as palavras capazes de qualquer outro significado do que o sentido óbvio simples, que choca o leitor à primeira vista. Que foi uma mera exclamação de louvor, nunca parece ter entrado em suas mentes. NOVATO também cita a primeira e segunda epístolas aos Coríntios, as epístolas aos Gálatas, aos Efésios, e aos Filipenses. Desta última epístola ele cita estas palavras importantes: “Que sendo na forma de Deus”, Fp. 2. 6, e interpreta a cláusula seguinte em exata concordância com outro dos Pais, “não tinha por usurpação ser como Deus, ou ser igual a Deus.” Ele cita da epístola aos Colossenses estas palavras: “Sejam eles tronos, ou domínios, ou principados, ou potestades, coisas visíveis e invisíveis, nele todas as coisas consistem.” Cl. 1. 16, 17. As epístolas a Timóteo e a Tito também são citadas por este autor.

METÓDIO, que viveu na última parte do século III, cita a epístola de Paulo aos Romanos, primeira e segunda Coríntios, aos Gálatas, aos Efésios, aos Filipenses, aos Colossenses, a primeira aos Tessalonicenses, e a primeira a Timóteo. Ele também tem tomado várias passagens da epístola aos Hebreus, e cita-a de tal maneira a fazer altamente provável que ele a estimava ser uma parte da Escritura sagrada, e a atribuía a Paulo.

EUSÉBIO, o erudito historiador, indubitavelmente recebeu treze epístolas de Paulo como genuínas; e ele parece não ter entretido nenhuma dúvida com respeito à autoridade canônica da epístola aos Hebreus; mas ele às vezes se expressa duvidosamente de seu autor, enquanto outras vezes ele cita-a como de Paulo, sem qualquer hesitação aparente. Ao falar da epístola universalmente reconhecida de Clemente de Roma, ele observa: “Em que, inserindo muitos sentimentos da epístola aos Hebreus, e também usando algumas das mesmas palavras dela, ele simplesmente manifesta que aquela epístola não é escrito moderno. E daí ela tem, não sem razão, sido reconhecida entre os outros escritos do apóstolo; pois Paulo, tendo escrito aos Hebreus em sua própria língua, alguns pensam que o evangelista Lucas, outros, que este mesmo Clemente, a traduziu; o último é o mais provável dos dois, havendo uma semelhança entre o estilo da epístola de

Clemente, e aquela aos Hebreus; nem são os sentimentos destes dois escritos muito diferentes.” Em sua História Eclesiástica, ele fala: “da epístola aos Hebreus, e diversas outras epístolas de Paulo.” E Teodoreto positivamente declara que Eusébio recebeu esta epístola como se fosse de Paulo, e que ele manifestou que todos os antigos, quase, eram da mesma opinião. Parece, destes fatos, que no tempo de Eusébio as igrejas com as quais ele estava familiarizado geralmente recebiam a epístola aos Hebreus como se fosse o escrito de Paulo.

AMBRÓSIO, bispo de Milão, recebeu quatorze epístolas de Paulo. JERÔNIMO recebeu, sem dúvida, todas as epístolas de Paulo, exceto aquela aos Hebreus, concernente à qual ele diz em sua carta a Evangelio: “Que todos os gregos e alguns dos latinos receberam esta epístola.” E em sua carta a Dardano: “Que ela não só foi recebida como se fosse de Paulo por todas as igrejas do Oriente, em seu tempo, mas por todos os escritores eclesiásticos em tempo mais longínquos, embora muitos a atribuíam a Barnabé, ou Clemente.” Ele também diz: “Que ela era lida diariamente nas igrejas; e se os latinos não receberam esta epístola, como os gregos rejeitaram o Apocalipse de João, ele recebeu ambos; não sendo muito influenciado por tempos presentes, como pelo julgamento de escritores antigos, que citavam ambos; e não como eles citam livros apócrifos, e mesmo escritos pagãos, mas como canônico e eclesiástico.”

JERÔNIMO, ao falar dos escritos de Paulo, dá o seguinte muito completo e satisfatório testemunho: “Ele escreveu”, diz ele, “nove epístolas a sete igrejas. Aos Romanos, uma; aos Coríntios, duas; aos Gálatas, uma; aos Filipenses, uma; aos Colossenses, uma; aos Tessalonicenses, duas; aos Efésios, uma; a Timóteo, duas; a Tito, uma; a Filemom, uma. Mas a epístola chamada *aos Hebreus* não é considerada sua, por causa da diferença de argumento e estilo; mas antes de Barnabé, como Tertuliano pensava; ou de Lucas, de acordo com alguns outros; ou de Clemente, que foi depois bispo de Roma; que estando muito com Paulo, vestiu e adornou o sentido de Paulo em sua própria língua. Ou, se ela for de Paulo, ele poderia ter declinado de colocar seu nome nela, na inscrição, por temor de ofender os judeus. Ademais, ele escreveu como um hebreu aos hebreus, ela sendo sua própria língua; daí sucedeu que, sendo traduzida, ela tem mais elegância no grego do que suas outras epístolas. Isto eles dizem ser a razão da diferença dela para com os outros escritos de Paulo. Há também uma epístola aos Laodicenses, mas ela é rejeitada por todo o corpo.” Jerônimo comumente cita a epístola aos Hebreus como uma epístola do apóstolo Paulo; e, como nós temos visto antes, esta

foi sua opinião prevalecente, que não é contraditada na longa passagem recém-citada.

AGOSTINHO recebeu quatorze epístolas de Paulo, a última das quais, em seu catálogo, é a epístola aos Hebreus; ele estava ciente, porém, de que alguns em seu tempo pensavam que ela era de autoridade duvidosa. “Porém”, diz ele, “eu estou inclinado a seguir a opinião das igrejas do Oriente, que recebem-na entre as Escrituras canônicas.”

O tempo quando cada uma destas epístolas foi escrita não pode ser determinado com nenhuma exatidão. Nem é mesmo concorde entre os eruditos qual foi a primeira das epístolas de Paulo. Geralmente, de fato, pensa-se que as duas epístolas aos Tessalonicenses foram compostas antes das outras; mas alguns homens eruditos tardios têm dado precedência à epístola aos Gálatas. E esta opinião não é completamente confinada aos modernos, pois Tertuliano menciona esta epístola como entre os primeiros escritos de Paulo. Mas a opinião mais comum é que ela foi escrita durante a longa residência deste apóstolo em Corinto. Entre os advogados desta opinião nós encontramos L’Enfant, Beausobre, Lardner, &c., enquanto Grócio, Capel, Witsius, e Wall supõem que ela foi escrita em Éfeso. Estes últimos, junto com Fabrício e Mill, colocam a data da epístola aos Gálatas depois daquela aos Romanos. Macknight mantém que ela foi escrita de Antioquia, depois do Concílio de Jerusalém; e oferece em suporte de suas opiniões vários argumentos plausíveis, os quais, se não provam tudo o que ele deseja, parecem fazer provável que o tempo em que esta epístola foi escrita foi logo após o Concílio de Jerusalém. Semler, porém, é de opinião de que esta epístola foi escrita antes do Concílio de Jerusalém.

Destas várias opiniões, é suficientemente evidente que a data precisa da epístola aos Gálatas não pode ser determinada. Se nós tomarmos a opinião daqueles que dão a data mais primitiva, o tempo da escrita não será superior a 47 d.C. Mas se nós recebermos como mais prováveis as opiniões daqueles que pensam que ela foi escrita depois do Concílio de Jerusalém, nós seremos levados ao ano 50; enquanto, de acordo com a opinião mais comumente adotada, sua data será de 52 ou 53 d.C. E se nós preferirmos as opiniões daqueles que atribuem uma data mais tardia a esta epístola, nós seremos conduzidos a vários anos mais tarde, e em vez de lhe dar o primeiro lugar, dar-lhe-emos o nono ou décimo.

Parece haver melhores *dados* para determinar que a primeira epístola aos Tessalonicenses foi escrita de Corinto, cerca do ano 51; e a segunda epístola aos

Tessalonicenses foi provavelmente escrita poucos meses depois, do mesmo lugar. Michaelis e Dr. Hales unem-se ao dar o próximo lugar na ordem do tempo à epístola a Tito. Lardner, porém, coloca-a consideravelmente mais tarde; e Paley atribui a ela uma data posterior à de qualquer outro autor. Sobre este assunto, há pouco mais do que conjectura para nos guiar. O ano em que esta epístola foi escrita, de acordo com Michaelis e Hales, foi 53; de acordo com Lardner, 56; de acordo com Barrington, 57; e de acordo com Whitby, Pearson, e Paley, 65.

A próxima epístola em ordem é a primeira aos Coríntios, cuja data pode ser determinada com considerável precisão da epístola em si. “*Eu demorarei em Éfeso até o Pentecostes.*” 1 Co. 16. 8. Estas palavras ensinam onde esta epístola foi escrita, e, por uma comparação com outras passagens da Escritura, que ela foi escrita próximo ao fim da longa residência de Paulo em Éfeso, do qual lugar ele partiu cerca de 57 d.C. Esta, então, é a data própria desta epístola.

A primeira epístola a Timóteo permanece a seguir, se nós seguirmos a opinião mais comumente entretida por homens eruditos; e sua data será 57 ou 58 d.C. Esta opinião é suportada pela autoridade de Atanásio, Teodoreto, Barônio, Capelo, Blondel, Hammond, Grócio, Salmásio, Lightfoot, Benson, Barrington, Michaelis, Doddridge, e outros. Mas Pearson, Rosenmuller, Macknight, Paley, Tomline, &c., colocam-na tão baixo quanto o ano 64 ou 65 de nosso Senhor.

A segunda epístola aos Coríntios foi escrita provavelmente cerca de um ano depois da primeira, que a trará a 58 d.C.

No mesmo ano, pensava-se que Paulo escreveu sua muito importante epístola aos Romanos. Neste ponto, porém, há alguma diversidade de opinião. Mas a epístola em si contém evidência interna de que foi escrita em Corinto, quando o apóstolo estava preparando-se para recolher as contribuições das igrejas para Jerusalém.

As datas das epístolas aos Efésios, aos Filipenses, e aos Colossenses podem ser determinadas com muita proximidade, da circunstância de que Paulo era prisioneiro em Roma quando elas foram escritas. A epístola aos Efésios pode, com muita probabilidade, remontar a 61 d.C.; a epístola aos Filipenses a 62 d.C.; e a epístola aos Colossenses ao mesmo ano.

A curta epístola a Filemom foi escrita, como aparece por várias coincidências, cerca do mesmo tempo que aquelas supramencionadas.

A epístola aos Hebreus parece ter sido escrita próximo do término do primeiro aprisionamento de Paulo em Roma. Sua data, pois, pode, sem perigo de

erro, remontar a 62 ou 63 d.C.

J. D. Michaelis que, como tem sido visto, tem feito muito para derrubar o Cânon da Escritura, ao chamar em questão a genuinidade de alguns dos livros, bem como a inspiração de alguns dos escritores, tem, num ensaio elaborado (vol. iv), empreendido diminuir a autoridade desta epístola. Para uma resposta aos argumentos deste erudito, mas cético Professor, eu sugeriria ao leitor o Novo Testamento de TOWNSEND, arranjado em ordem cronológica e histórica.

A segunda epístola de Paulo a Timóteo parece ter sido escrita durante seu segundo aprisionamento em Roma, e brevemente antes de sua morte, 66 d.C.

SEÇÃO XI

AUTORIDADE CANÔNICA ÀS SETE EPÍSTOLAS CATÓLICAS.

A PRIMEIRA epístola de Pedro, e a primeira de João, são citadas por INÁCIO, POLICARPO e PAPIAS, mas não expressamente como os escritos destes apóstolos. Para as passagens particulares citadas, o leitor é direcionado a Lardner. JUSTINO MÁRTIR tem um dito que não é encontrado em nenhum lugar na Escritura, exceto na segunda de Pedro. É: “*que um dia do Senhor é mil anos.*” DIOGNETO cita várias passagens da primeira de Pedro, e da primeira de João. IRENEU cita a primeira epístola de Pedro expressamente: “E Pedro diz, em sua epístola: *A quem vós não tendes visto, vós amais.*” E da segunda ele toma a mesma passagem que tem sido recém-citada, como citada por Justino Mártir. A primeira e segunda de João são expressamente citadas por este Pai, porque, depois de citar seu evangelho, ele prossegue, dizendo: “Porquanto, também em sua epístola, ele diz: *Filhinhos, é o último tempo.*” E novamente: “Na epístola supramencionada o Senhor nos ordena a evitar aquelas pessoas que trazem falsa doutrina, dizendo: *Muitos enganadores têm entrado no mundo, que não confessam que Jesus Cristo é vindo em carne. Este é um enganador, e um Anticristo. Olhai por vós mesmos para que vós não percais aquelas coisas que vós alcançastes.*” Agora estas palavras são indubitavelmente tomadas da segunda epístola de João. Ireneu parece, de fato, citá-las da primeira, mas isto foi provavelmente um deslize de memória.

Várias passagens da epístola de Tiago também são citadas por este Pai, mas sem nenhuma referência distinta à fonte donde elas são derivadas. ATENÁGORAS também tem algumas citações que parecem ser de Tiago e 2 Pedro. CLEMENTE de Alexandria frequentemente cita 1 Pedro, e às vezes 2 Pedro. A primeira epístola de João é frequentemente citada por ele. Judas também é citado várias vezes expressamente, como: “Destes e semelhantes hereges, eu penso que Judas falou profeticamente quando ele disse: *‘Eu quero que vós saibais, que Deus, tendo salvado o povo do Egito’*”, &c. Ele tem uma observação da modéstia de Judas, de que ele não se intitulou o irmão de nosso Senhor, embora ele esti-

vesse relacionado a ele, mas começa sua epístola: “*Judas, o servo de Jesus Cristo, e irmão de Tiago.*”

TERTULIANO frequentemente cita a primeira epístola de João; mas ele não tem citado, no restante de seus escritos, nada de Tiago, 2 Pedro ou 2 João. Ele tem, porém, uma citação expressa de Judas: “Daí é”, diz ele, “que Enoque é citado pelo apóstolo Judas.”

ORÍGENES, em seu comentário sobre o evangelho de João, expressamente cita a epístola de Tiago na seguinte passagem: “Pois se for chamada fé, se for sem obras, ela está morta, como nós lemos na epístola atribuída a Tiago.” Esta é a única passagem nas obras gregas restantes deste Pai onde este livro é citado; mas em suas obras latinas, traduzidas por Rufino, ela é citada como epístola de Tiago, o apóstolo e irmão de nosso Senhor; e como “Escritura divina”, a primeira epístola de Pedro é frequentemente citada expressamente. Em seu livro contra Celso, ele diz: “Como é dito por Pedro: ‘Vós como pedras vivas sois construídos uma casa espiritual.’ Novamente, Pedro em sua epístola católica, diz: ‘Mortos na carne, mas vivificados no espírito.’” De acordo com Eusébio, Orígenes considerava a segunda de Pedro como duvidosa, e em suas obras gregas não há claras citações dela; mas são encontradas algumas poucas em suas obras latinas. Na passagem preservada por Eusébio, ele diz que alguns duvidavam com respeito à segunda e terceira de João, “mas da minha parte”, diz ele, “eu as considero dele”.

ORÍGENES tem citado várias passagens de Judas, que não são encontradas em nenhuma outra parte da Escritura; em um lugar destaca: “Judas escreveu uma epístola de poucas linhas, de fato, mas cheia de palavras poderosas e graça celestial, que no começo diz: ‘Judas, o servo de Jesus Cristo, e irmão de Tiago.’” Em outro lugar, ele mostra que alguns estavam em dúvida sobre esta epístola, pois ele diz: “Mas, se alguém recebe também a epístola de Judas, que ele considere o que se seguirá, do que é ali dito.” Esta epístola é citada em suas obras latinas também; e várias vezes numa epístola latina atribuída a Orígenes.

CIPRIANO em nenhum lugar cita a epístola de Tiago; mas a primeira de Pedro é frequentemente citada. Várias vezes ele fala dela como a epístola de Pedro ao povo de Ponto. Ele expressamente a atribui a “Pedro o apóstolo”, “o apóstolo de Cristo”, &c.

A segunda de Pedro ele nunca cita. A primeira de João é frequentemente citada por Cipriano. “O apóstolo João”, diz ele, “atento a esta ordem, escreve nesta epístola: ‘Por isso nós percebemos que nós o conhecemos, se nós guardamos

seus mandamentos. Aquele que diz: Eu o conheço, e não guarda seus mandamentos, é um mentiroso, e a verdade não está nele.” A segunda e terceira de João ele nunca menciona, nem a epístola de Judas.

A opinião de EUSÉBIO de Cesareia, com respeito à epístola de Tiago, era que ela foi escrita por um dos discípulos de Cristo pelo nome de Tiago, mas ele faz três daquele nome. Embora ele admita que o escritor desta epístola fosse o irmão de nosso Senhor, que foi feito o primeiro bispo de Jerusalém, porém ele não permitirá que ele seja um dos doze. Em seu comentário sobre os Salmos, ele diz: “Está alguém entre vós aflito? Que ele ore. Está alguém alegre? Que ele cante salmos, como o apóstolo sagrado diz.” Em outras partes de suas obras, ele fala muito duvidosamente desta epístola, e em uma passagem, onde ele distribui os livros em classes, ele menciona-a entre os livros que ele chama de espúrio; pelo que, porém, ele só quer dizer que ela não era canônica. Em sua história eclesiástica, ele fala das epístolas de Pedro da seguinte maneira: “Uma epístola de Pedro chamada sua primeira, é universalmente recebida. Esta os presbíteros de tempos antigos têm citado em seus escritos como indubitavelmente genuína; mas aquela chamada sua segunda epístola, nós temos sido informados de que não tem sido recebida no Testamento. Não obstante, parecendo a muitos ser útil, ela tem sido cuidadosamente estudada com as outras Escrituras.” E em outra passagem, ele diz: “*Aquela* chamada a primeira de João e a primeira de Pedro devem ser estimadas autênticas. Das controvertidas, embora bem conhecidas ou aprovadas por muitos, são aquela chamada a epístola de Tiago, e aquela de Judas, e a segunda de Pedro, e a segunda e terceira de João, tenham sido elas escritas pelo evangelista, ou por outro.”

ATANÁSIO cita a epístola de Tiago como escrita pelo apóstolo Tiago. A primeira epístola de Pedro é frequentemente citada por ele; e ele também cita passagens da segunda epístola, e as atribui a Pedro. Ambas, a primeira e a segunda epístolas de João são distintamente e expressamente citadas: a terceira não é mencionada. Ele também, em duas instâncias, cita as palavras de Judas.

O testemunho de JERÔNIMO concernente à epístola de Tiago é completo e explícito. Suas palavras são: “Tiago, chamado o irmão do Senhor, de sobrenome Justo, como alguns pensam filho de José, por uma primeira esposa; mas como eu prefiro pensar, o filho de Maria, a irmã da mãe de nosso Senhor, mencionado por João em seu evangelho (logo após a paixão de nosso Senhor, ordenado bispo de Jerusalém pelos apóstolos), escreveu somente uma epístola, que está entre as

sete epístolas católicas; que muito tem sido dito ter sido publicada por outro em seu nome; mas, gradualmente, no processo do tempo, ela tem ganhado autoridade. Este é aquele de quem Paulo escreve na epístola aos Gálatas, e ele é frequentemente mencionado nos Atos dos Apóstolos, e também várias vezes no evangelho, chamado ‘de acordo com os Hebreus’, posteriormente traduzido por mim para o grego e o latim.”

AGOSTINHO recebeu todas as epístolas católicas. Ele cita Tiago como um apóstolo. Ele frequentemente cita ambas as epístolas de Pedro. Ele também se refere às três epístolas de João, e cita Judas, e chama-o um apóstolo.

Nas obras de EFRÉM, o Sírio, que viveu, e escreveu volumosamente no século IV, há expressas citações da epístola de Tiago, da segunda de Pedro, a segunda e terceira de João, e de Judas, bem como daquelas epístolas católicas que eram indisputadas. RUFINO recebeu todos os livros como canônicos, que são agora tão estimados por cristãos em geral. Por que estas epístolas têm recebido a aplicação de *católicas*, várias razões têm sido dadas. Alguns têm suposto que elas foram assim chamadas porque elas contêm a única doutrina católica que foi entregue às igrejas pelos apóstolos de nosso Salvador, e que poderiam ser lidas pela igreja universal. Outros são de opinião de que elas receberam esta aplicação, porque elas não eram endereçadas a uma pessoa, ou igreja, como as epístolas de Paulo, mas à Igreja Católica.¹ Esta opinião não parece ser correta, pois algumas delas foram escritas aos cristãos de países particulares, e outras a indivíduos.

Uma terceira opinião, avançada pelo Dr. Hammond, e adotada pelo Dr. Macknight, e que tem alguma probabilidade, é que a primeira de Pedro, e a primeira de João, sendo recebidas por todos os cristãos, obtiveram o nome de *católicas*, para distingui-las daquelas que, a princípio, não eram universalmente recebidas; mas, no processo do tempo, estas últimas, vindo a ser universalmente recebidas, foram colocadas na mesma classe com a primeira, e o todo a partir de então teve a aplicação de *católicas*.

Esta denominação é tão antiga quanto o tempo de Eusébio, e provavelmente mais velha, pois Orígenes repetidamente chamou a primeira epístola de João de católica; e o mesmo é feito por Dionísio, bispo de Alexandria. A mesma aplicação foi dada a todas sete por Atanásio, Epifânio, e Jerônimo. Destes, é provável

¹ N. T.: A expressão “Igreja Católica” nesta circunstância refere-se à verdadeira e universal Igreja de Cristo, e não tem nada a ver com a Igreja Católica Apostólica Romana como nós a conhecemos. A palavra *católico* significa *universal*.

que a epístola de Tiago foi escrita primeiro, mas em que tempo preciso não pode ser determinado.

Como havia dois discípulos com o nome de Tiago, tem sido muito disputado a qual deles esta epístola deveria ser atribuída. Lardner e Macknight têm considerado excedentemente provável que esta epístola foi escrita por Tiago o Menor, que é suposto ter sido relacionado ao nosso Senhor, e que parece por um longo tempo ter tido a principal autoridade na igreja em Jerusalém; mas Michaelis é de uma opinião diferente, e diz que ele não vê “nenhuma razão para a declaração de que Tiago, o filho de Zebedeu, não foi o autor desta epístola.” Mas as razões que ele atribui para sua opinião têm muito pouco peso.

A data desta epístola pode, com considerável probabilidade, ser apontada ao ano 62; pois é suposto que Tiago foi morto no ano seguinte. Sua autoridade canônica e inspiração divina, embora questionadas por alguns, em tempos antigos bem como em modernos, deveriam ser consideradas indubitáveis. Uma forte evidência de que ela foi assim recebida por cristãos primitivos, pode ser derivada da versão antiga Siríaca do Novo Testamento; que, enquanto ela deixa de fora vários outros livros, contém este.

Ele parece não ter sido tão bem conhecido nas igrejas ocidentais como muitos outros livros da Escritura; mas homens eruditos têm observado que Clemente de Roma o tem citado não menos do que quatro vezes; e ele também é citado por Inácio, em sua genuína epístola aos efésios; e nós já temos mostrado que ele foi recebido como o escrito do apóstolo Tiago, por Orígenes, Atanásio e Jerônimo.

A primeira epístola de Pedro sempre tem sido considerada autêntica, e tem sido citada por Clemente de Roma, Policarpo, os Mártires de Lião, Teófilo bispo de Antioquia, Papias, Ireneu, Clemente de Alexandria, e Tertuliano. A única matéria de dúvida a respeito é qual lugar nós devemos entender por Babilônia, onde Pedro estava quando ele escreveu. Sobre este assunto, há três opiniões: a primeira, que por este nome significa um lugar no Egito; a segunda, que Babilônia é a Assíria, propriamente assim chamada; e a terceira, que é geralmente mantida pelos romaniístas, e alguns protestantes, é que Roma é aqui chamada Babilônia. Eusébio e Jerônimo entenderam que esta epístola foi escrita de Roma. O tempo de sua escrita foi provavelmente cerca do ano 65 ou 66 de nosso Senhor.

A data da epístola de Judas pode também ser colocada cerca do mesmo período, como em qualquer outro tempo, pois nós não temos documentos que nos

possam guiar para qualquer decisão certa. A objeção à autoridade canônica desta epístola, derivada da do autor, tendo citado o livro apócrifo de Enoque, não é válida; pois o fato é que Judas não faz menção de nenhum livro, mas somente de uma profecia, e não há evidência de que o livro apócrifo de Enoque estivesse, então, em existência; mas se ele citou uma verdade de tal livro, isso argui não mais contra sua inspiração do que a citação de Epimênides por Paulo contra ele ser um homem inspirado.

As três epístolas de João provavelmente foram escritas cerca do ano de 96 ou 97. Tem comumente sido suposto que o Apocalipse foi o último livro escrito do Novo Testamento, mas Townsend insiste que as três epístolas de João foram escritas por último. Vide o Novo Testamento de Townsend, vol. ii.

SEÇÃO XII

AUTORIDADE CANÔNICA DO LIVRO DE APOCALIPSE.

HERMAS dá muitas indicações de ter lido o Apocalipse, pois ele frequentemente imita a descrição de João da Nova Jerusalém, e às vezes toma emprestadas suas próprias palavras. Ele fala do Livro da Vida e daqueles cujos nomes estão escritos nele. Ele fala também dos santos que ele viu, vestidos de vestes brancas como a neve. PAPIAS também, sem dúvida, tinha visto o livro de Apocalipse; pois algumas de suas opiniões foram fundadas numa interpretação muito literal de certas profecias deste livro. Mas nem Papias nem Hermas expressamente citam o Apocalipse.

JUSTINO MÁRTIR é o primeiro que dá testemunho explícito ao Apocalipse. Suas palavras são: “E um homem entre nós por nome João, um dos apóstolos de Cristo, na Revelação feita a ele, tem profetizado que os crentes em nosso Cristo viverão mil anos em Jerusalém; e depois disso, serão a ressurreição eterna geral e verdadeira, e o julgamento de todos os homens juntos.” Na epístola da Igreja de Lião e Viena, na França, que foi escrita cerca do ano cento e oitenta de nosso Senhor, há uma passagem citada do livro de Apocalipse: “Pois ele foi, de fato, um discípulo genuíno de Cristo, ‘seguindo o Cordeiro para onde quer que ele fosse.’”

IRENEU expressamente cita o Apocalipse, e atribui-o ao apóstolo João. E em um lugar ele diz: “Ele (o Apocalipse) foi visto não muito tempo antes em nossa era, no fim do reino de Domiciano.” E na passagem preservada por Eusébio, ele fala das cópias exatas e antigas deste livro; que ele diz: “foi confirmado, igualmente, pelo testemunho concorrente daqueles que tinham visto João.”

TEÓFILO de Antioquia também, como nos garante Eusébio, citou testemunhos do Apocalipse de João, em seu livro contra Hermógenes. E em suas obras que ainda existem, há uma passagem que mostra que ele foi familiarizado com o Apocalipse. “Esta Eva”, diz ele, “porque ela foi enganada pela serpente—o demônio mau, que também é chamado Satanás, que então falou a ela pela serpente

—não cessa de acusar; este demônio também é chamado de Dragão.”

O Apocalipse de João é frequentemente citado por CLEMENTE de Alexandria. Em uma passagem, ele diz: “Aquele que, embora não tenha sido aqui na terra honrado com o primeiro assento, se sentará sobre os vinte e quatro tronos, julgando o povo, como João diz no Apocalipse.” Que Clemente cria ser a obra do apóstolo João é manifesto, porque em outro lugar ele expressamente cita uma passagem como as palavras do apóstolo; e nós temos visto que ele atribui a obra a João.

TERTULIANO cita muitas coisas do Apocalipse de João; e ele parece não ter entretido nenhuma dúvida de ser o escrito do apóstolo João, como parecerá de algumas poucas citações: “João, em seu Apocalipse, é ordenado a corrigir aqueles que comem coisas sacrificadas a ídolos, e cometem fornicação.” Novamente: “O apóstolo João no Apocalipse, descreve uma afiada espada de dois gumes, saindo da boca de Deus.” “Nós temos igrejas, discípulas de João, pois, embora Marcião rejeite sua Revelação, a sucessão de bispos, traçada ao original, garantir-nos-á que João é o autor.” E em outro lugar ele tem uma longa citação do livro de Apocalipse.

HIPÓLITO, que viveu no século III, e tinha grande celebridade, nas igrejas orientais e ocidentais, recebeu o Apocalipse sem duvidar de que ele era a produção do apóstolo João. Verdadeiramente, ele parece ter escrito um comentário sobre este livro, pois Jerônimo, na lista de suas obras, menciona um: “Sobre o Apocalipse.” Hipólito era mantido em tão alta estima que um monumento nobre foi erigido a ele na cidade de Roma, que, depois de estar enterrado por um longo tempo, foi escavado próximo àquela cidade, 1551 d.C. Seu nome, de fato, não está agora no monumento, mas ele contém um catálogo de suas obras, várias delas têm os mesmos títulos daquelas atribuídas a Hipólito por Jerônimo e Eusébio, junto com outras não mencionadas por eles; entre as quais está uma “do evangelho de João e o Apocalipse”.

ORÍGENES chama o escritor de Apocalipse de “evangelista e apóstolo”; e, por causa das predições que ele contém, chama também de “profeta”. Em seu livro contra Celso ele menciona “Apocalipse de João, e diversos outros livros da Escritura”. Era a intenção de Orígenes escrever um comentário sobre este livro, mas se ele executou seu propósito não se sabe. Nada do tipo tem alcançado nossos tempos.

DIONÍSIO de Alexandria, que viveu por volta de meados do século III, e foi um dos mais eruditos homens de seu tempo, tem entrado numa mais particular discussão da autoridade canônica do livro de Apocalipse do que qualquer outro autor antigo. Do que tem sido dito por ele, nós aprendemos por que este livro, depois de ter sido universalmente recebido pelos Pais primitivos, caiu para com alguns num certo grau de descrédito. Por volta deste tempo, os quiliastas, ou milenaristas, que mantinham que Cristo reinaria visivelmente sobre a terra com seus santos por mil anos, durante o qual período toda forma de prazeres terrenos e sensitivos seriam apreciados, fez sua aparição. Esta opinião eles derivaram de uma interpretação literal de algumas passagens no livro de Apocalipse; e como os erros deles eram muito repugnantes aos sentimentos de muitos Pais, eles foram conduzidos a duvidar da autoridade, ou depreciar o valor do livro do qual ela foi derivada.

O surgimento dos milenaristas, do mais grosso tipo, parece ter sido no distrito de Arsinoe, no Egito, onde um Nepos compôs várias obras em defesa de sua doutrina; particularmente um livro “Contra os Alegoristas”. Dionísio sofreu muitas dores com estes errôneos, e entrou com eles numa livre e cândida discussão de seus dogmas, e do verdadeiro significado do livro de Apocalipse; e teve a satisfação de recuperar um número deles de suas opiniões errôneas. Sua própria opinião do Apocalipse ele dá extensamente, e informa-nos que alguns que viveram antes de seu tempo tinham rejeitado completamente este livro, e atribuíram-no a Cerinto; mas, de sua própria parte, ele professa crer que ele foi escrito por um homem inspirado, cujo nome era João, mas uma pessoa diferente do apóstolo desse nome; para essa opinião ele atribui várias razões, mas nenhuma de muito peso. Sua principal razão é que a linguagem deste livro é diferente daquela do apóstolo João em seus outros escritos. Ao que Lardner judiciosamente responde que supor este ser o fato, não provará o ponto, pois o estilo de profecia é muito diferente do estilo epistolar ou histórico. Mas este laborioso e erudito coletor de fatos nega que haja tal diferença de estilo, de modo a lançar um fundamento para esta opinião; e, em confirmação de sua própria opinião, ele descende a particulares, e mostra que há alguns pontos impressionantes de semelhança entre a linguagem do Apocalipse e os escritos reconhecidos do apóstolo João.

A opinião daquelas pessoas que criam ser ele a obra de Cerinto, é completamente sem fundamento; pois este livro contém opiniões expressamente contrárias àquelas mantidas por este herege; e mesmo sobre o assunto do milênio suas

visões não coincidiam com aquelas expressas no Apocalipse. Caio parece ter sido o único autor antigo que atribuiu este livro a Cerinto, e a ele Dionísio provavelmente se referiu quando ele falou de alguns que, antes de seu tempo, mantinham esta opinião. CIPRIANO, bispo de Cartago, recebeu o livro de Apocalipse como de autoridade canônica, como parece pela maneira como ele o cita. “Ouve”, diz ele, “no Apocalipse, a voz de teu Senhor, reprovando homens tais como estes: ‘Tu dizes: Eu sou rico e aumentei em bens, e não tenho necessidade de nada, e não sabes que tu és desgraçado, e miserável, e pobre, e cego, e nu.’” Ap. 3. 17. Novamente: “Assim, nas Santas Escrituras, pelas quais o Senhor nos tem instruído e advertido, é a cidade prostituta descrita.” Ap. 17. 1–3. Finalmente: “Que as águas significam povos, as divinas Escrituras mostram no Apocalipse.”

VICTORINO, que viveu próximo ao fechamento do século III, frequentemente cita o livro de Apocalipse, e atribui-o a João o apóstolo. Que LACTÂNCIO recebeu este livro é manifesto, porque ele tem escrito muito com respeito aos destinos futuros da igreja, que é fundado nas profecias que ele contém.

Até o século IV, então, parece que o Apocalipse foi quase universalmente recebido; nenhum escritor de qualquer crédito o questiona; e somente um hesita em atribuí-lo a João o apóstolo; mas mesmo ele mantinha ser escrito por um homem inspirado. Porém, próximo ao começo do século IV, ele começou a cair em descrédito com alguns, por causa da natureza misteriosa de seu conteúdo, e o encorajamento que ele supostamente deu aos quiliastas. Portanto, Eusébio de Cesareia, depois de dar uma lista de tais livros que eram universalmente recebidos, adiciona: “Depois destes, se for pensado próprio, pode ser colocado o Apocalipse de João, concernente ao qual nós observaremos as diferentes opiniões num tempo próprio.” E novamente: “Há, concernente a este livro, diferentes opiniões.”

Esta é a primeira dúvida expressa por qualquer escritor respeitável concernente à autoridade canônica deste livro; e Eusébio não o rejeitou, mas tê-lo-ia colocado logo após aqueles que foram recebidos com consentimento universal. E nós encontramos neste mesmo tempo, que o mais erudito e judicioso dos Pais recebeu o Apocalipse sem escrúpulo, e anexou-o a seus catálogos dos livros do Novo Testamento. Assim, ATANÁSIO, depois de dar uma descrição dos vinte e dois livros canônicos do Velho Testamento, procede em enumerar os livros do Novo Testamento, da seguinte maneira, em que ele faz oito em número:—1. Evangelho de Mateus; 2. De Marcos; 3. De Lucas; 4. De João; 5. Os Atos; 6. As

epístolas católicas; 7. As quatorze epístolas de Paulo; e 8. O Apocalipse, dado a João o evangelista e divino em Patmos.

JERÔNIMO, ao dar uma descrição dos escritos de João o evangelista, fala também de outro João, chamado o presbítero, a quem alguns atribuíam a segunda e terceira epístolas sob o nome de João. E nós já temos visto que Dionísio de Alexandria atribuiu o Apocalipse a outro João. Esta opinião, nós aprendemos de Jerônimo, originou-se do fato de que dois monumentos foram encontrados em Éfeso, cada um inscrito com o nome JOÃO; mas ele diz: “Alguns pensam que ambos os monumentos são de João o evangelista.” Então ele procede em dar alguma descrição do Apocalipse. “Domiciano”, ele diz, “no ano décimo quarto de seu reinado, surgindo a segunda perseguição depois de Nero, João foi banido para a ilha de Patmos, onde ele escreveu o Apocalipse, que Justino Mártir e Ireneu explicam.” AGOSTINHO também recebeu o livro de Apocalipse, e cita-o com muita frequência. Ele atribui-o ao mesmo João que escreveu o evangelho e as epístolas.

Da visão que tem sido tomada dos testemunhos em favor do livro de Apocalipse, eu penso que deve parecer manifesto a todo leitor cândido que poucos livros no Novo Testamento têm evidência mais completa de autoridade canônica. A única coisa que requer explanação é a omissão deste livro em tantos catálogos dos Pais, e de concílios antigos. Devido à natureza misteriosa do conteúdo deste livro, e ao abuso de suas profecias, pela construção muito literal delas pelos milenaristas, julgou-se expediente não ter este livro lido publicamente nas igrejas. Agora, o término da formação destes catálogos foi para guiar o povo na leitura das Escrituras; e como parece não ter sido desejado que o povo lesse este livro misterioso, ele foi omitido por muitos em seus catálogos. Ainda, porém, uma maioria deles tem-no; e alguns que o omitiram, sabe-se que eles receberam-no como canônico.

Isto também contará para o fato de que muitos dos manuscritos do Novo Testamento estão sem o Apocalipse; de forma que existem, comparativamente, poucas cópias deste livro. Mas a autenticidade e autoridade do Apocalipse permanecem num fundamento que não pode ser abalado; e a evidência interna é forte em favor de uma origem divina. Há uma sublimidade, pureza, e consistência nele, que não poderia ter procedido de um impostor. Em adição a tudo isso, nós observamos que o cumprimento de muitas das predições deste livro é tão impressionante que, para muitos homens eruditos que têm atendido a este as-

sunto, a evidência desta fonte somente é demonstrativa de sua origem divina. E há toda razão para crer que na revolução dos eventos deste livro, que está agora selado para muitos com sete selos, será aberto, e será tão explicado, que todos os homens verão e reconhecerão que ele é, de fato, “A Revelação de Jesus Cristo, que Deus lhe deu para mostrar a seus servos as coisas que devem acontecer em breve—que o enviou e o significou por seu anjo a seu servo João, que registrou a palavra de Deus, e o testemunho de Jesus Cristo.” Ap. 1. 1, 2.

SEÇÃO XIII

OS TÍTULOS DADOS ÀS ESCRITURAS SAGRADAS PELOS PAIS—ESTES LIVROS NÃO OCULTADOS, MAS PARCIALMENTE CONHECIDOS E REFERIDOS POR INIMIGOS, BEM COMO AMIGOS—CITAÇÕES—MANUSCRITOS ANTIGOS—OBSERVAÇÕES DE RENNELL.

DEPOIS de ter dado uma descrição particular dos vários livros do Novo Testamento, pode ser útil acrescentar umas poucas observações gerais sobre o testemunho exibido.

1. Os escritos dos apóstolos, desde o tempo de sua primeira publicação, foram distinguidos por todos os cristãos de todos os outros livros. Eles eram referidos pelos Pais como “Escritura”; como “Escritura divina”; como “inspirados do Senhor”; como “dados pela inspiração do Espírito Santo”. A única questão sempre agitada, com respeito a quaisquer destes livros, era se eles eram, de fato, as produções dos apóstolos. Quando isto estava claro, nenhum homem disputava sua autoridade divina, nem considerava legal dissentir de seus ditames. Eles ocupavam o mesmo lugar, em relação à inspiração e autoridade, das Escrituras do Velho Testamento, e em imitação desta denominação, eles eram chamados o Novo Testamento. Os outros nomes pelos quais eles eram distinguidos, eram tais como estes: o evangelho; os apóstolos; os evangelhos divinos; o instrumento evangélico; as Escrituras do Senhor; santas Escrituras; voz evangélica; divinas Escrituras; oráculos do Senhor; fontes divinas; fontes da completude divina.

2. Estes livros não estavam em obscuridade, mas eram lidos com veneração e avidez por multidões. Eles eram lidos não somente pelo erudito, mas pelo povo; não somente em privado, mas constantemente nas assembleias públicas de cristãos, como parece pelo testemunho explícito de Justino Mártir, Tertuliano, Eusébio, Cipriano, e Agostinho. E nenhuns outros livros eram assim venerados e lidos. Se algumas outras peças eram lidas publicamente, os Pais sempre faziam uma larga distinção entre elas e as Escrituras sagradas.

3. Em todas as controvérsias que surgiam na igreja, estes livros eram reconhecidos por todos e eram tidos de autoridade decisiva, a menos que por alguns poucos dos muito piores hereges, que mutilavam as Escrituras, e forjavam outras para si mesmos, sob os nomes dos apóstolos. Mas muitos dos hereges empreenderam suportar suas opiniões por um apelo aos escritos do Novo Testamento. Os valentinos, os montanistas, os sabelianos, os artemonitas, os arianos, todos estes recebiam as Escrituras do Novo Testamento. O mesmo era o caso com os priscilianistas e os pelagianos. Na controvérsia ariana, que ocupou a igreja por tanto tempo e tão avidamente, ambas as partes apelavam para as Escrituras; e nenhuma controvérsia surgiu com respeito à autenticidade dos livros do Novo Testamento.

4. Os inimigos confessos do Cristianismo, que escreviam contra a verdade, reconheciam os livros que estão agora no Cânon, como aqueles reconhecidos por cristãos em seu tempo, pois eles referem-se às matérias contidas neles, e alguns deles mencionam vários livros por nome; de forma que parece, das descrições que nós temos destes escritos, que eles eram familiarizados com o volume do Novo Testamento. CELSO, que viveu e escreveu menos de cem anos depois dos apóstolos, diz, como é testemunhado por Orígenes, que lhe respondeu: “Eu poderia dizer muitas coisas concernentes aos negócios de Jesus, e esses muito diferentes do que é escrito pelos discípulos de Jesus, mas eu propositadamente as omito.” Que Celso aqui se refere aos evangelhos não pode haver dúvida. Em outro lugar, ele diz: “Estas coisas, então, nós temos-vos alegado dos *seus próprios escritos*.” E que os evangelhos aos quais ele se referiu eram os mesmos que aqueles que nós agora possuímos, é evidente de sua referência às matérias contidas neles.

PORFÍRIO no século III escreveu extensamente, e professadamente, contra a religião cristã; e, embora sua obra tenha compartilhado o mesmo fato daquele de Celso, porém, de alguns fragmentos que têm sido preservados, nós podemos determinar que ele era bem familiarizado com os quatro evangelhos, pois as coisas às quais ele objeta ainda estão contidas neles.

Mas o imperador JULIANO expressamente menciona Mateus e Lucas, e cita várias coisas dos evangelhos. Ele fala também de João, e alega que nenhum dos discípulos de Cristo atribuiu a ele a criação do mundo; e também, “que nem Paulo, nem Mateus, nem Lucas, nem Marcos têm ousado chamar Jesus de Deus”; “que João escreveu mais tarde do que os outros evangelistas, e num tempo quando um grande número de homens nas cidades da Grécia e Itália foram

convertidos”. Ele alude à conversão de Cornélio e Sérgio Paulo; à visão de Pedro, e à carta circular enviada pelos apóstolos em Jerusalém às igrejas; as quais coisas estão registradas nos Atos dos Apóstolos.¹

Ora, se a genuinidade destes livros pudesse ter sido impugnada sobre quaisquer fundamentos plausíveis; ou se qualquer dúvida tivesse existido com respeito a esta matéria, seguramente tais homens como Celso, Porfírio, e Juliano, não poderiam ter sido ignorantes do assunto, e não teriam falhado em apresentar coisas deste tipo que eles sabiam; pois a hostilidade deles ao Cristianismo era ilimitada. E é certo que Porfírio se valeu de uma objeção deste tipo em relação ao livro de Daniel. Desde que, então, nenhum dos inimigos primitivos do Cristianismo tem sugerido uma dúvida da genuinidade dos livros do Novo Testamento, nós podemos descansar seguros de que nenhum fundamento de dúvida existiu no dia deles; e que o fato destes serem os escritos genuínos dos homens cujos nomes eles portam, foi muito claramente estabelecido para admitir qualquer dúvida. A genuinidade dos livros do Novo Testamento, tendo sido admitida por amigos e inimigos—pelos ortodoxos e hereges, naquelas eras quando o fato poderia ser determinado facilmente—, é muito tarde no dia de *hoje* para infieis questionarem este assunto.

5. Mas o testemunho que nós possuímos não é somente suficiente para provar que os livros do Novo Testamento foram escritos pelas pessoas cujos nomes eles carregam, mas também que estes livros, nas eras primitivas da igreja, continham as mesmas coisas que são agora lidas neles. Omitindo qualquer nota particular de quase meia dúzia de passagens da genuinidade do que está em disputa, eu destacaria que quando nós comparamos as numerosas e copiosas citações destes livros, que são encontradas nos escritos dos Pais, com nossas próprias cópias, o argumento é muito satisfatório. É verdadeiro, que os Pais, às vezes, aparentemente citam de memória; e nesse caso, as palavras do escritor sagrado são um pouco mudadas ou transpostas, mas o sentido é acuradamente retido. Em geral, porém, as citações de Escritura, nos escritos dos Pais, são verbalmente exatas; não havendo outra variação, do que o que surge do diferente idioma da linguagem que eles usam. Eu suponho que quase todo verso, em alguns livros do Novo Testamento, tem sido citado por um ou outro dos Pais; de forma que se aquele livro fosse perdido, ele poderia ser restaurado por meio das citações dele em outros livros.

¹ Vide Lardner e Paley.

Mas, além destas citações, nós temos versões do Novo Testamento inteiro em várias línguas, algumas das quais foram feitas muito cedo, provavelmente não muito depois do fechamento do século I ou início do século II. Agora, numa comparação, todas estas versões contêm os mesmos discursos, parábolas, milagres, doutrinas, preceitos, e instituições divinas. De fato, tão literal têm sido muitas versões do Novo Testamento, que elas respondem uma à outra e ao original, quase palavra por palavra.

Além disso, há em existência centenas e milhares de manuscritos do Novo Testamento, que foram escritos em diferentes eras da igreja, desde os séculos IV e V até o XVI. Muitos destes têm sido escritos com grande cuidado, e no mais fino estilo de caligrafia. Os mais antigos são escritos em pergaminho bonito, os quais são chamados *unciais* ou letras capitais. Alguns destes manuscritos contêm todos os livros do Novo Testamento; outros, só uma parte; e, em algumas instâncias, um único livro. Alguns estão em bom estado de preservação, enquanto outros estão desgastados e mutilados, e a escrita tão obscura quanto dificilmente legível. E, o que é muito impressionante, algumas cópias do Novo Testamento em pergaminho têm sido encontradas escritas novamente com outro material, após as palavras originais terem sido completamente obliteradas como poderia ser feito facilmente. Isto parece uma prática muito estranha, considerando que boas cópias da Bíblia devem de ter sido sempre muito poucas; mas a escassez de pergaminho era tão grande que os homens que estavam ansiosos para comunicarem suas próprias lucubrações ao público, valiam-se de quaisquer meios para obterem os materiais para escrita. E isto não é mais culpável ou mais maravilhoso do que o que tem sido conhecido ocorrer em nossa própria terra e tempos, em que as folhas da Bíblia Poliglota de Walton têm sido rasgadas e usadas como papel de embrulho.

A idade exata dos manuscritos mais antigos do Novo Testamento não pode ser determinada precisamente, pois eles não têm datas acompanhando-os das quais se possa depender seguramente; mas, como é muito bem sabido em que período os acentos gregos foram introduzidos, e também quando a letra uncial larga, como ela é chamada, foi trocada pela letra minúscula agora em uso comum; se um manuscrito é encontrado escrito no estilo antigo, em letras maiúsculas, sem intervalo entre as palavras, e sem acentos, é sabido que ele deve ser mais antigo do que o período quando o modo de escrita foi mudado. Agora, é manifesto que, quando estes manuscritos foram escritos, o Cânon foi estabeleci-

do por consentimento comum, pois todos eles contêm os mesmos livros, até onde eles vão.

Eu resumirei minhas observações sobre o Cânon do Novo Testamento, citando uma passagem sensível e muito apropriada do falecido erudito Sr. RENNEL. Ela é encontrada em suas Observações sobre a Coleção de Hone dos escritos apócrifos da era apostólica.

“Quando o Cânon da Escritura foi determinado? Ele foi determinado imediatamente após a morte de João, o último sobrevivente da ordem apostólica. O Cânon dos evangelhos foi, de fato, determinado antes de sua morte, pois nós lemos em Eusébio que ele deu sua sanção aos outros três evangelhos, e completou esta parte do Novo Testamento com o seu próprio. Pela morte de João, o catálogo da Escritura foi completado e fechado. Nós temos visto, de ambos, do testemunho deles e de seus sucessores imediatos, que a inspiração da escrita foi confinada estritamente aos apóstolos, e concordemente nós encontramos que nenhuma pretensões similares foram feitas por nenhum verdadeiro cristão a uma autoridade similar.

“Por quem o Cânon da Escritura foi determinado? Ele foi determinado, não pela decisão de qualquer indivíduo, nem pelo decreto de qualquer concílio, mas pelo consentimento geral de toda e cada parte da igreja cristã. É, de fato, uma circunstância notável que entre as várias disputas que tão cedo agitaram a igreja, o Cânon da Escritura nunca foi um assunto de controvérsia. Se se pudesse ser dito que alguma questão tivesse surgido, ela foi em referência a um ou dois daqueles livros que estão incluídos no presente Cânon; mas com respeito àqueles que estão fora do Cânon, nenhuma diferença de opinião jamais existiu.

“A razão desta concordância é muito satisfatória. Cada um que é bem versado na História Eclesiástica está ciente do contínuo intercuro que tomou lugar na era apostólica entre os vários ramos da igreja universal. Esta comunicação, como o Sr. Nolan tem bem observado, surgiu do regime judaico, sob o qual várias sinagogas dos judeus, que estavam dispersos por todo o mundo gentio, estavam todas sujeitas ao Sinédrio em Jerusalém, e mantinham uma constante correspondência com ele. Sempre, então, que uma epístola chegava em qualquer igreja particular, ela era primeiro autenticada; ela era, então, lida para todos os santos irmãos, e era subsequentemente transmitida a alguma outra igreja vizinha. Assim, nós encontramos que a autenticação das epístolas de Paulo era ‘a saudação com suas próprias mãos’, pela qual a igreja à qual a epístola foi primeiramente

endereçada pudesse estar certa de que ela não era forjada. Nós também encontramos uma solene adjuração do mesmo apóstolo, de que sua epístola ‘deveria ser lida a todos os santos irmãos’. ‘Quando esta epístola for lida entre vós, fazei com que ela seja lida também na igreja dos laodicenses, e que vós igualmente lede a epístola de Laodiceia.’ 2 Ts. 3. 17; 1 Ts. 5. 27; Cl. 4. 6. Desta última passagem nós inferimos que o sistema de transmissão era um muito geral, pois a epístola que Paulo direciona os colossenses a receberem dos laodicenses não era originalmente dirigida à última, mas foi enviada a eles de alguma outra igreja. Para prevenir qualquer erro ou fraude, esta transmissão era feita pela mais alta autoridade, nomeadamente, por aquela do bispo. Através dele, comunicações oficiais eram enviadas de uma igreja para outra, mesmo em países mais remotos. Clemente, o bispo de Roma, comunicou-se com a igreja em Corinto; Policarpo, o bispo de Esmirna, escreveu uma epístola aos filipenses; Inácio, o bispo de Antioquia, correspondeu com as igrejas de Roma, de Magnésia, de Éfeso, e outras. Estes três bispos eram os companheiros e os imediatos sucessores dos apóstolos, e seguiram o sistema de correspondência e intercurso que seus mestres tinham iniciado. Considerando todas estas circunstâncias, nós seremos convencidos de quão improvável era que qualquer obra autêntica de um apóstolo devesse ter existido em uma igreja sem ser comunicada a outra. É uma noção muito errada de Dodwell, de que os livros do Novo Testamento ficaram escondidos nos cofres de igrejas particulares e não eram conhecidos ao resto do mundo até os últimos dias de Trajano. Isto poderia ter sido perfeitamente verdadeiro com respeito aos originais, que eram, sem dúvida, guardados com peculiar cuidado, na custódia das igrejas particulares às quais eles eram respectivamente endereçados. Mas cópias destes originais, atestadas pela autoridade do bispo, eram transmitidas de uma igreja para outra com a máxima liberdade, e foram assim rapidamente dispersadas por todo o mundo cristão. Como uma prova disto, Pedro, numa epístola endereçada geralmente às igrejas na Ásia, fala de ‘todas as epístolas de Paulo’, como um corpo de Escritura, universalmente circuladas e conhecidas.

“O número dos apóstolos, incluindo Paulo e Barnabé, era apenas quatorze. A estes, e estes somente, na opinião da igreja primitiva, foi a inspiração da escrita confinada: destes, seis somente julgaram necessário escrever; o que eles escreveram foi autenticado com o maior cuidado, e circulado com a máxima rapidez; o que era recebido em qualquer igreja como o escrito de um apóstolo era lido publicamente; nenhuma igreja foi entregue a si mesma, ou à sua própria direção,

mas foi frequentemente visitada pelos apóstolos, e correspondida por seus sucessores. Todos os membros distantes da igreja universal, na era dos apóstolos, sendo unidos por frequente intercurso e comunicação, tornaram-se um corpo em Cristo. Tomando todas estas coisas em consideração, nós veremos com que facilidade e rapidez o Cânon da Escritura seria formado, não havendo espaço nem para fabricação fraudulenta de um lado, nem para rejeição arbitrária de outro. O caso foi tão claro para requerer qualquer discussão formal, que nem parece que houve qualquer falsificação material que pudesse fazê-la necessária.

“Os escritos dos apóstolos, e dos apóstolos somente, foram recebidos como a palavra de Deus, e foram separados de todos os outros, por aquelas mais decisivas espécies de autoridade, a autoridade de um consentimento geral, imediato, e indisputado. Isto parecerá mais satisfatório a nossas mentes se nós tomarmos um exemplo da era em que nós vivemos. As cartas de Júnio, por instância, foram publicadas em intervalos dentro de um certo período. Desde a publicação da última carta autenticada, muitas sob aquela assinatura têm aparecido, implicando ter sido escritas pelo mesmo autor. Mas esta circunstância não lança nenhuma obscuridade sobre a matéria, nem é o Cânon de Júnio, se eu puder transferir o termo do escrito sagrado para o secular, envolvido em nenhuma dificuldade ou dúvida. Se fosse daqui em diante inquirido em que tempo, ou por qual autoridade, as cartas autênticas foram separadas das espúrias, a resposta será que tal separação nunca tomou lugar; mas que o Cânon de Júnio foi imediatamente determinado depois da última carta. Para nós, que vivemos tão próximo ao tempo da publicação, a linha de distinção entre o genuíno e o espúrio é tão fortemente marcada, e a evidência de autenticidade por um lado, e de falsificação por outro, é tão clara e convincente, que uma rejeição formal da última é desnecessária. O caso tem sido há muito determinado pelo consentimento tácito da nação britânica inteira, e nenhum homem em seus sentidos tentou disputá-lo.

“Porém, quão mais forte é o caso do Cânon Escritural! O autor de Júnio não foi conhecido a ninguém. Ele não poderia, portanto, de si mesmo suportar nenhum testemunho quanto à autenticidade de suas obras; os autores do Novo Testamento eram conhecidos a todos, e foram especialmente cuidadosos em marcar, autenticar, e distinguir seus escritos. O autor de Júnio não tinha caráter pessoal que pudesse marcar seu escrito com qualquer autoridade alta ou especial; o que quer que procedeu dos apóstolos de Cristo, foi imediatamente considerado como o resultado de uma inspiração exclusiva. Para o Cânon de Júnio nós

não temos evidência externa, senão aquela de um único publicador; para o Cânon da Escritura, nós temos o testemunho de igrejas que foram visitadas, bispos que foram apontados, e inumeráveis convertidos, que foram instruídos pelos próprios apóstolos. Não era nem obrigação, nem o interesse de ninguém, exceto do publicador, preservar o volume de Júnio de edições espúrias: guardar a integridade do volume sagrado era a tarefa imperiosa de todo cristão que cria que suas palavras eram as palavras de vida eterna.

“Se, então, não obstante estas e outras dificuldades que poderiam ser aduzidas, o Cânon de Júnio é estabelecido além de controvérsia ou disputa, pelo tácito consentimento de todos que viveram na era em que ele foi escrito, não pode haver razão por que o Cânon da Escritura, sob circunstâncias infinitamente mais fortes, não deveria ter sido determinado numa maneira precisamente a mesma; especialmente quando nós nos lembramos de que, em ambos os casos, as falsificações fizeram sua aparição subsequentemente à determinação do Cânon. Não há um único livro no departamento espúrio do volume apócrifo que foi sequer conhecido quando o Cânon da Escritura foi determinado. Este é um fato que fortalece o caso consideravelmente. Não havia dificuldade ou disputa em definir o Cânon da Escritura, porque não havia competidores cujos clamores foi expediente examinar; nenhuma falsificações, cujas imposturas era necessário detectar. A primeira era da igreja foi uma era de muita vigilância, de muita comunicação, de muita autoridade para qualquer fabricação de Escritura esperar por sucesso. Se qualquer tentativa fosse feita ela era instantaneamente esmagada. Quando a autoridade dos apóstolos e de homens apostólicos tivesse perdido sua influência, e heresias e disputas tivessem surgido, então é que falsificações começaram a aparecer. [...] Nada, de fato, senão o geral e longo consentimento determinado do mundo cristão inteiro, poderia ter preservado o volume sagrado em sua integridade, intacto da mutilação de um grupo de hereges, e livre das falsificações de outros.”

SEÇÃO XIV

NENHUM LIVRO CANÔNICO DO NOVO TESTAMENTO TEM SIDO PERDIDO.

ESTE foi um assunto de calorosa disputa entre romanistas e protestantes no tempo da Reforma. O primeiro, para abrir espaço para seu farragoulo de tradições não escritas, mantinha a afirmativa; e homens tais como Belarmino e Pineda declararam sem rodeios que algumas das partes mais valiosas das Escrituras canônicas foram perdidas. Os protestantes, por outro lado, para suportar a suficiência e perfeição das Santas Escrituras, a pedra de esquina da Reforma, vigorosamente e com sucesso contenderam que nenhuma parte do volume canônico tinha sido perdida.

Mas a opinião de que alguns livros inspirados, que uma vez pertenceram ao Cânon, têm sido perdidos, tem sido mantida por alguns escritores mais respeitáveis do que aqueles romanistas recém-mencionados. Crisóstomo, Teofilato, Calvino, e Whitaker, têm todos, em algum grau, defendido a mesma opinião, a fim de evitar alguma dificuldade, ou para responder algum propósito particular. O assunto, tão logo o Velho Testamento é concernido, já tem sido considerado; será agora nosso empreendimento mostrar que nenhum livro canônico do Novo Testamento tem sido perdido.

E aqui eu estou pronto para conceder, como foi feito, que pode ter havido livros escritos por homens inspirados que têm sido perdidos: pois inspiração foi ocasional, não constante; e confinada a matérias de fé, e não empregada nos negócios desta vida, ou em matérias de mera ciência. Se Paulo ou Pedro, ou qualquer outro apóstolo, teve ocasião de escrever cartas privadas a seus amigos, sobre assuntos não conectados a religião, não há razão para pensar que estas eram inspiradas; e se tais escritos têm sido perdidos, o Cânon da Escritura não tem sofrido mais por estes meios do que pela perda de quaisquer outros livros não inspirados.

Mas novamente, eu desejo prosseguir e dizer, que é possível (embora eu não conheça evidência do fato), que algumas coisas escritas sob a influência de inspi-

ração para uma ocasião particular, e para retificar alguma desordem numa igreja particular, pode ter sido perdida sem injúria ao Cânon. Pois por mais que o que os apóstolos pregaram por inspiração esteja indubitavelmente perdido, assim não há razão por que toda palavra que eles escreveram deve necessariamente ser preservada e formar uma parte do volume canônico. Por exemplo, suponha que quando Paulo disse, 1 Co. 5. 9: “Eu escrevi-vos numa epístola para não acompanhar fornicadores”, ele referia-se a uma epístola que ele tinha escrito aos coríntios antes daquela agora chamada a primeira, nunca poderia ter sido intencionado que esta carta deveria formar uma parte constituinte do Cânon; pois embora ela tratasse de assuntos conectados com a fé ou prática cristã, porém, uma ocasião tendo surgido, num curto espaço de tempo, para tratar estes assuntos mais extensamente, toda coisa naquela epístola (supondo que ela tem sido escrita), pode ter sido incluída nas duas epístolas aos coríntios que agora estão no Cânon. Ou, para adotar por ilustração a hipótese engenhosa do Dr. Lightfoot, a epístola referida, que foi enviada por Timóteo, que tomou uma rota sinuosa através da Macedônia, poderia não os ter alcançado até Paulo escrever a longa e interessante epístola chamada a primeira aos Coríntios, e assim a primeira seria suplantada. Mas nós aduzimos este caso meramente por ilustração, pois nós tentaremos presentemente mostrar que nenhuma evidência existe de que tal epístola foi sequer escrita.

1. O primeiro argumento para provar que nenhum livro canônico tem sido perdido é derivado do cuidado atencioso da Providência sobre as Escrituras sagradas.

Ora, supor que um livro escrito pela inspiração do Espírito Santo, e intencionado a formar uma parte do Cânon, que é a regra de fé para a igreja, deveria ser completa e irrecuperavelmente perdido, não é seguramente muito honrável à sabedoria de Deus, e de nenhum modo consonante com o método ordinário de suas dispensações em relação à sua verdade preciosa. Há boa razão para pensar que, se Deus achasse necessário, e para a edificação da igreja, que tais livros deveriam ser escritos sob a inspiração do Espírito Santo, por sua providência ele teria tomado cuidado para preservá-los da destruição. Nós sabemos que este tesouro de verdade divina tem sido, em todas as eras, e nos piores tempos, o cuidado especial de Deus, ou nenhum dos livros sagrados estariam agora em existência. E, se um livro canônico pudesse ser perdido através da negligência ou infidelidade de homens, por que não todos? E assim, a finalidade de Deus em fazer uma reve-

lação de sua vontade poderia ter sido derrotada.

Mas quaisquer outras corrupções que se têm arrastado nas igrejas judaicas ou cristãs, não parece que qualquer uma delas, como um corpo, incorreu na censura de ter sido descuidadosa em preservar os oráculos de Deus. Nosso Salvador nunca acusa os judeus, que perverteram as Escrituras sagradas para sua própria ruína, de terem perdido qualquer porção do depósito sagrado confiado a eles.

A história informa-nos do feroz e maligno projeto de Antíoco Epifanes para abolir todo vestígio do volume sagrado; mas a mesma história garante-nos que o povo judaico manifestou uma fortidão heroica e paciência invencível em resistir e derrotar seu propósito ímpio. Eles escolheram antes sacrificar suas vidas, e sofrer uma morte cruel, a entregar as cópias do volume sagrado em sua possessão. E o mesmo espírito foi manifestado, e com o mesmo resultado, na perseguição dioclesiana dos cristãos. Todo esforço foi feito para obliterar os escritos sagrados de cristãos, e multitudes sofreram a morte por se recusarem a entregar o Novo Testamento. Alguns, de fato, superados pelos terrores de uma terrível perseguição consentiram, na hora da tentação, em render o livro santo; mas eles foram chamados depois de traidores; e foi com a máxima dificuldade que qualquer deles pôde ser recebido novamente na comunhão da igreja depois de um longo arrependimento, e as mais humilhantes confissões de sua falta. Ora, se qualquer livro canônico foi perdido, deve de ter sido nestes tempos primitivos quando a palavra de Deus foi avaliada muito acima da vida, e quando todo cristão esteve pronto para selar a verdade com seu sangue.

2. Outro argumento que me parece ser convincente é que, em pouco tempo, todos os livros sagrados foram dispersados por todo o mundo. Se um livro tivesse, por algum acidente ou violência, sido destruído em uma região, a perda poderia em breve ter sido reparada pelo envio de cópias a outros países.

As considerações recém-mencionadas, eu presumo, seriam satisfatórias a todas as mentes cândidas, não fosse suposto que há evidência de que algumas coisas foram escritas pelos apóstolos que não estão agora no Cânon. Nós já nos temos referido a uma epístola aos coríntios que Paulo é suposto lhes ter escrito previamente ao escrito daquelas que nós agora possuímos. Mas não é por nenhum modo certo, ou mesmo provável, que Paulo escreveu tal epístola; porque nenhum escritor antigo faz a menor menção de tal carta; nem há nenhum lugar em que qualquer citação dela, ou qualquer referência a ela, é feita. É uma matéria de testemunho em que todos os Pais concorrem, com uma voz, que Paulo

não escreveu mais do que quatorze epístolas, todas as quais nós temos agora.

O testemunho de Clemente de Roma é claro sobre este assunto; e ele foi o amigo e companheiro de Paulo, e deve de ter conhecido qual foi a primeira epístola endereçada por ele à igreja corintiana. Ele diz, numa passagem citada antes: “Tomai novamente a epístola do bendito apóstolo Paulo em vossas mãos. O que foi que ele *primeiro escreveu a vós*, no começo de sua epístola? Ele verdadeiramente pelo Espírito vos escreveu concernente a si mesmo, e Cefas, e Apolo, porque naquele tempo vós fostes formados em divisões e partidos.”

A única objeção que pode ser concebida para este testemunho é que as palavras de Clemente, quando literalmente traduzidas, leem: “Tomai novamente o evangelho (εὐαγγέλιον) do bendito apóstolo Paulo”; mas é bem sabido que os Pais primitivos chamavam qualquer livro contendo as doutrinas de Cristo de *evangelho*; e neste caso, toda dúvida razoável é rejeitada, porque Clemente identifica o escrito ao qual ele se referiu, mencionando algo de seu conteúdo, que é encontrado na primeira epístola aos Coríntios, e não em outro lugar.

Mas ainda, a própria declaração de Paulo, permanece no caminho de nossa opinião: “Eu escrevi-vos numa epístola.” 1 Co. 5. 9, 11. As palavras no original são: Ἐγραψα ὑμῖν ἐν τῇ ἐπιστολῇ, cuja versão literal é: “Eu tenho-vos escrito na epístola, ou nesta epístola”; isto é, na primeira parte dela; onde, de fato, nós encontramos a mesma coisa que ele diz que ele tinha escrito. Vide 5. 2, 5, 6, deste mesmo quinto capítulo. Mas certos comentariastas eruditos e judiciosos pensam que as palavras seguintes, Νυνὶ δὲ ἔγραψα ὑμῖν “mas agora eu vos tenho escrito”, requerem que nós deveríamos entender a primeira cláusula relacionando-se a algum tempo anterior; mas uma atenção cuidadosa ao contexto convencer-nos-á de que esta referência não é de modo algum necessária. O apóstolo tinha-lhes dito, no começo do capítulo, para evitar a companhia de fornicadores; &c.; mas é manifesto, do verso 10, que ele apreendeu que seu significado poderia ser mal interpretado, estendendo a proibição muito além, de forma a declinar todo intercurso com o mundo, portanto ele repete o que ele tinha dito, e informa-os que ele se referia apenas aos professores do Cristianismo, que deveriam ser culpados de tais vícios. O todo pode ser assim parafraseado: “Eu escrevi-vos acima, em minha carta, que vós vos deveríeis separar daqueles que eram fornicadores, e que vós vos deveríeis limpar do antigo fermento; mas temendo que vós interpreteis mal meu significado, inferindo que eu vos tenho direcionado a evitar todo intercurso com os pagãos ao redor de vós, que são viciados nestes vícios vergonhosos,

o que faria necessário que vós saísseis do mundo, eu agora vos informo que meu significado é que vós não vos associeis familiarmente com qualquer um que faz profissão do Cristianismo, e continua nestas práticas malignas.”

Em confirmação desta interpretação, nós podemos aduzir a antiga versão Siríaca, que tendo sido feita logo após os dias dos apóstolos, é um bom testemunho em relação a esta matéria de fato. Nesta venerável versão, o significado do verso 11 é dado assim: “Isto é o que eu vos tenho escrito”, ou: “O significado do que eu vos tenho escrito.”¹ O Dr. Whitby entende esta passagem de uma forma diferente de qualquer que tem sido mencionada; o leitor é direcionado a seu comentário sobre o lugar. E nós temos antes mencionado a conjectura engenhosa do Dr. Lightfoot, à qual não há objeção, exceto que é totalmente não suportada por evidência.

Merece ser mencionado aqui que há agora existente uma carta de Paulo aos Coríntios, distinta daquelas epístolas suas que nós temos no Cânon; e também uma epístola da igreja de Corinto a Paulo. Estas epístolas estão na língua armeniana, mas têm sido traduzidas para o latim. A epístola atribuída a Paulo é muito curta, e indubitavelmente espúria. Ela não contém proibições relativas a manter companhia com fornicadores. Ela nunca foi citada por nenhum dos escritores primitivos, nem de fato ouvida dentro de um século decorrido. Ela contém algumas opiniões insanas concernentes à aparição veloz de Cristo, que Paulo, em algumas de suas epístolas, sofreu dores em contradizer. A maneira de saudação é muito diferente daquela de Paulo; e, nela, este apóstolo teria declarado que ele tinha recebido o que ele lhes ensinou dos primeiros apóstolos, que é contrário a suas repetidas asseverações solenes em várias das suas epístolas. Em relação à epístola sob o nome da igreja de Corinto, ela não cai propriamente sob nossa consideração, pois embora ela fosse genuína, ela não teria nenhum clamor a um lugar no Cânon. O leitor curioso encontrará uma tradução literal de ambas estas epístolas em “Novo Método de estabelecer o Cânon”, de Jones.²

A única outra passagem no Novo Testamento que se tem sido pensado referir-se a uma epístola de Paulo não existente agora é aquela em Cl. 4. 16: “E quando esta epístola for lida entre vós, fazei também com que ela seja lida na igreja dos laodicenses, e que vós igualmente lede a epístola de Laodiceia.”

Ora, há clara evidência de que tão primitivamente quanto o início do século

¹ Vide Jones sobre o Cânon, vol. i, págs. 139, 140.

² Vol. i, pág. 14.

II existiu uma epístola sob este título; porém ela não foi recebida pela igreja, mas esteve nas mãos de Marcião, que foi um famoso forjador e corruptor de livros sagrados. Ele foi contemporâneo de Policarpo, e, portanto, muito próximo aos tempos dos apóstolos, mas foi estigmatizado como um inimigo da verdade; pois ele teve a audácia de formar um evangelho, de acordo com sua própria mente, que foi por seu nome; e também um “apostolicom”, que continha somente dez das epístolas de Paulo; e estas alteradas e acomodadas a suas próprias noções. Estas, de acordo com Epifânio, eram: “A epístola aos Gálatas, as duas aos Coríntios, aos Romanos, as duas aos Tessalonicenses, aos Colossenses, a Filemom, e aos Filipenses.” “E”, diz ele, “ele toma em alguma parte daquela que é chamada ‘a epístola aos Laodicensês’, e esta ele estiliza a undécima daquelas recebidas por Marcião.”

Tertuliano, porém, dá uma descrição muito diferente desta matéria. Ele declara: “Que Marcião e seus seguidores chamavam aquela de a epístola aos Laodicensês, que era a epístola aos Efésios: a qual epístola”, diz ele, “nos é garantido, pelo testemunho da igreja, foi enviada aos efésios, e não aos laodicensês; embora Marcião tenha tomado para ele falsamente o prefixar aquele título a ela, pretendendo, com isso, ter feito alguma descoberta notável.” E novamente: “Eu não direi nada agora daquela outra epístola, que nós temos inscrito aos Efésios, mas os hereges intitulam-na ‘aos Laodicensês’.”

Esta opinião, que, por Tertuliano, é atribuída a Marcião, com respeito ao verdadeiro título da epístola aos Efésios, tem sido adotada, e engenhosamente defendida, por vários modernos distintos, como Grócio, Hammond, Whitby, e Paley. Eles baseiam-se principalmente em evidência interna; pois, a menos que Marcião seja aceito como uma testemunha, eu não me recordo de que algum dos escritores primitivos poderia ser citado em favor daquela opinião; mas, no curso desta obra, nós temos inserido o testemunho expresso de alguns dos mais respeitáveis e eruditos Pais, por outro lado; e todas aquelas passagens na epístola que parecem ser inconsistentes com o fato de ter sido endereçada aos efésios, e igrejas vizinhas da Ásia, podem ser facilmente explicadas. (Vide Lardner e Macknight.)

Mas há também uma epístola aos Laodicensês, agora existente, contra a qual nada pode ser dito, exceto que quase tudo contido nela é tomado de outras epístolas de Paulo, de forma que, se ela for recebida, nós não adicionaríamos nada na realidade ao Cânon; e se ela fosse rejeitada, nós não perderíamos nada. O

leitor pode encontrar uma tradução desta epístola inserida nas notas no fim do volume.¹

Mas que evidência há de que Paulo escreveu uma epístola aos laodicenses? O texto sobre o qual esta opinião tem sido fundada, em tempos antigos e modernos, corretamente interpretado, não tem tal importe. As palavras no original são: *καὶ τὴν ἐκ Λαοδικείας ἵνα καὶ ὑμεῖς ἀναγνῶτε*. “E que vós, igualmente, lede a epístola de Laodiceia.” Cl. 4. 16. Estas palavras têm sido entendidas diferentemente; porque por elas alguns entendem que uma epístola tinha sido escrita por Paulo aos laodicenses, a qual ele desejava que pudesse ser lida na igreja em Colosso. Crisóstomo parece tê-las entendido assim; e os escritores romanistas quase universalmente têm adotado esta opinião. “Portanto”, diz Belarmino, “é certo que a epístola de Paulo aos Laodicenses está agora perdida.” E a opinião deles é favorecida pela Vulgata Latina, onde nós lemos: *Eamque Laodicensium*—aquela que é dos laodicenses; mas mesmo estas palavras admitem outra construção.

Muitos protestantes eruditos, também, têm abraçado a mesma interpretação; enquanto outros supõem que Paulo aqui se refere à epístola aos Efésios, a qual eles pensam que ele enviou aos laodicenses, e que a presente inscrição é espúria. Mas que nenhuma destas opiniões está correta pode ser feito muito provável. Em relação à última, nós já temos dito tanto quanto necessário; e que Paulo não poderia intencionar, pela linguagem usada na passagem em consideração, uma epístola escrita por si mesmo, parecerá pelos seguintes argumentos.

1. Paulo não poderia, com alguma propriedade de discurso, ter chamado uma epístola escrita por si mesmo, e enviada aos laodicenses, de uma epístola *de* Laodiceia. Ele certamente teria dito, *πρὸς Λαοδικείαν*, ou algo semelhante. Quem já ouviu de uma epístola endereçada a qualquer indivíduo, ou a qualquer sociedade, denominada uma epístola deles?

2. Se a referida epístola nesta passagem tivesse sido escrita por Paulo, ter-lhe-ia sido mais natural chamá-la de sua epístola, e isto teria produzido seu significado incapaz de construção incorreta.

3. Todos aqueles melhor qualificados para julgar o fato, e que eram bem familiarizados com a história e os escritos de Paulo, nunca mencionam nenhuma tal epístola: nem Clemente, Hermas, nem o intérprete siríaco, sabiam algo de tal epístola de Paulo; e ninguém parece ter tido conhecimento de tal escrito, exceto Marcião, que provavelmente o forjou para responder aos seus próprios propósi-

¹ Vide Nota G.

tos. Mas, se Marcião reconheceu uma epístola diferente de tudo que nós temos no Cânon, repousa sobre a autoridade de Epifânio, que escreveu uma crítica sobre o “apostolicom” de Marcião; mas, como nós temos visto, Tertuliano diz-nos uma história diferente. É de pouca importância decidir qual destes testemunhos é mais crível; pois a autoridade de Marcião, na melhor das hipóteses, é inútil em tal assunto.

Mas pode ser questionado: A qual epístola então Paulo se refere? A esta inquirição, várias respostas têm sido dadas, e talvez nada determinado pode agora ser dito. Teofilato era de opinião de que a primeira epístola de Paulo a Timóteo era aqui intencionada. Mas isto não é provável. O Dr. Lightfoot conjectura que foi a primeira epístola de João, que ele supõe ter sido escrita de Laodiceia. Outros têm pensado que foi a epístola de Paulo a Filemom. Mas parece mais seguro, em tal caso, onde testemunho é deficiente, seguir o sentido literal das palavras, e crer que foi uma epístola escrita pelos laodicenses, provavelmente a ele mesmo, que ele tinha enviado aos Colossenses, junto com sua própria epístola, para leitura deles.

Que a epístola que é agora existente não é a mesma que aquela que primeiramente existiu, pelo menos tão primitivamente quanto o século IV, é evidente das citações da epístola antiga, por Epifânio; pois nenhuma das tais palavras que ele cita estão naquela agora existente. Mas candura requer que seja mencionado que elas estão contidas na epístola aos Efésios. Que isto pese tanto quanto é útil em favor da opinião, que o apóstolo, na passagem sob consideração, se refere à epístola aos Efésios. Esta opinião, porém, é perfeitamente consistente com nossa posição, de que *nenhum livro canônico do Novo Testamento tem sido perdido*. Esta proposição, nós esperamos, parecerá agora ao leitor suficientemente estabelecida.

SEÇÃO XV

REGRAS PARA DETERMINAR QUAIS LIVROS SÃO APÓCRIFOS—ALGUMA DESCRIÇÃO DOS LIVROS APÓCRIFOS QUE TÊM SIDO PERDIDOS—TODOS ELES CONDENADOS PELAS REGRAS PRECEDENTES—RAZÃO DA ABUNDÂNCIA DE TAIS LIVROS.

DOS livros apócrifos do Novo Testamento, a maior parte tem há muito imergido no obliúvio, mas uns poucos deles ainda existem. Pode-se provar que todos eles são espúrios, ou, pelo menos, não canônicos. Seus clamores têm tão pouco suporte para eles, que eles poderiam ser deixados no esquecimento, no qual eles têm tão geralmente caído, não fosse que, de tempo a tempo, pessoas hostis ao nosso presente Cânon, tomassem estes livros, e pretendessem que alguns deles, pelo menos, têm tão bons clamores a autoridade canônica quanto aqueles que são recebidos. Será satisfatório para o leitor, portanto, saber os nomes destes livros, e entender os princípios sobre os quais eles têm sido uniformemente rejeitados pela igreja.

Em primeiro lugar, então, eu mencionarei as regras estabelecidas pelo Rev. Jeremias Jones, pelas quais pode ser determinado se um livro é apócrifo, e então eu darei uma descrição dos livros desta classe que têm sido perdidos; e finalmente, considerarei o caráter daqueles que ainda existem.

1. Aquele livro é certamente apócrifo, o qual contém manifestas contradições.

A razão desta regra é muito evidente para necessitar qualquer elucidação.

2. Aquele livro é apócrifo, o qual contém qualquer doutrina ou história, simplesmente contrárias àquelas que são reconhecidamente verdadeiras.

Esta regra também é muito clara para requerer que algo seja dito em confirmação de sua propriedade.

3. Aquele livro é apócrifo, o qual contém qualquer coisa ridícula ou banal, ou que abunda em histórias bobas e fabulosas.

Esta regra não é somente verdadeira, mas de grande importância nesta inqui-

rição; quando em examinação, será visto que a parte mais extensa de livros apócrifos pode ser detectada pela aplicação desta simples regra.

4. Aquele livro é apócrifo, o qual menciona coisas de uma data muito mais tardia do que o tempo em que o autor, cujo nome ele carrega, viveu.

Esta regra não se aplica a predições de eventos futuros, os quais eventos ocorreram muito tempo depois da morte do profeta; mas a uma referência a fatos, ou nomes de lugares, ou pessoas, existentes quando o livro foi escrito, os quais existiram somente num longo período desde o tempo quando o suposto autor viveu. A regra será melhor entendida se ilustrada por exemplos particulares. O livro intitulado “As Constituições dos Apóstolos” fala da controvérsia que surgiu no século III, com respeito à rebatização de hereges, por conseguinte, ele não é a obra de Clemente de Roma, a quem ele tem sido atribuído; nem foi ele escrito em seu tempo, mas muito depois.

Novamente, o livro sob o nome de HEGÉSIPO não é genuíno, pois ele menciona Constantino e Constantinopla, os quais não tinham existência até muito depois da morte de HEGÉSIPO.

Ademais, em “As Constituições dos Apóstolos”, há menção de ritos e cerimônias, relativos a batismo, jejum, celibato, &c. que é certo que não tinham existência nos tempos dos apóstolos, portanto este livro não foi escrito por um homem apostólico, nem nos dias dos apóstolos, mas séculos depois.

5. Aquele livro é apócrifo, cujo estilo é inteiramente diferente do estilo conhecido do autor a quem ele é atribuído.

É fácil simular o nome, época, país, opiniões, &c. de um autor; mas será quase impossível imitar seu estilo. Um autor, é verdade, pode variar seu estilo para adequar diferentes assuntos, mas há comumente alguma peculiaridade pela qual ele pode ser distinguido de todos os outros. “Jerônimo”, diz Sisto, “escreve de uma forma em suas epístolas, outra em suas controvérsias, uma terceira em seus comentários; uma forma quando jovem, outra quando velho, e ainda ele sempre escreve assim, que você pode conhecê-lo ser o mesmo Jerônimo ainda, como um homem conhece seu amigo sob todos os vários moldes e mudanças de seu semblante.” Assim Agostinho diz de Cipriano: “Seu estilo tem uma certa face peculiar pela qual ele pode ser conhecido.”

Deveria ser lembrado, porém, que esta regra, embora ela possa frequentemente fornecer uma certa detecção de escritos espúrios, é uma que requer muito cuidado na aplicação. Há necessidade de uma longa e íntima familiarização

com o estilo de um autor, antes de sermos competentes para determinar se um livro poderia ter sido escrito por ele: e a diferença deveria ser muito distintamente marcada antes de nós o fazermos o fundamento de qualquer julgamento importante, com respeito à genuinidade de uma obra atribuída a ele, especialmente se há evidência externa em seu favor. De fato, uma aplicação muito livre desta regra tem conduzido a muitos erros, ambos em tempos antigos e modernos.

6. Aquele livro é espúrio e apócrifo, cujo idioma e dialeto são diferentes daqueles do país ao qual o reputado autor pertencia.

O idioma e dialeto de uma linguagem são muito diferentes do estilo de um autor. Toda linguagem é suscetível de toda variedade de estilo, mas o idioma é o mesmo em todos que usam a linguagem: ele é a peculiaridade, não de um indivíduo, mas de um país inteiro. Mas como todo escritor tem um estilo seu próprio, o qual não pode ser facilmente imitado por outro, assim todo país tem um idioma, o qual outras nações, mesmo se elas aprenderem a linguagem, não podem, sem grande dificuldade, adquirir. E pela mesma razão que um escritor não pode adquirir o idioma de uma língua estrangeira, ele não pode se livrar das peculiaridades de sua própria.

Um inglês dificilmente pode escrever e falar a língua francesa, assim como não descobrir por seu idioma que ela não é sua língua vernacular. Daí, também, um norte britânico pode ser distinguido, não somente da peculiaridade de sua pronúncia, mas por seu idioma. E esta é a razão por que eruditos modernos nunca podem escrever latim, na maneira dos autores clássicos. Esta regra, portanto, é de grande importância para detectar a autenticidade de um livro, quando o autor real viveu depois do tempo da pessoa cujo nome é assumido, ou num país onde uma língua diferente, ou um dialeto diferente, estava em uso. Será quase impossível evitar frases e modos de fala, que não estavam em uso no tempo da pessoa sob cujo nome a obra é editada: e a tentativa de imitar um idioma que não é perfeitamente familiar, conduz a uma afetação e rigidez de maneira que usualmente trai o impostor. A influência do idioma nativo não aparece em nenhum lugar mais destacável do que nos escritos do Novo Testamento. Estes livros, embora escritos na língua grega, contêm um idioma tão manifestamente diferente daquele da língua em uso comum naquele tempo, que ele não pode senão ser observado por todos que têm mesmo uma superficial familiaridade com a literatura grega.

O fato é, como tem sido frequentemente observado por homens eruditos,

que enquanto as palavras destes livros são gregas, o idioma é hebraico. Os escritores tinham, desde sua infância, sido acostumados à língua siro-caldeia, que é uma corrupção do hebraico antigo. Agora, esta peculiaridade de idioma nunca poderia ter sido imitada com sucesso por qualquer grego nativo; nem por ninguém que não conversava primitivamente na língua vernacular da Palestina da-quele tempo. Quando, pois, homens de outros países, e de outros tempos, empreenderam publicar livros sob o nome dos apóstolos, a impostura foi manifestada de uma vez a todos capazes de julgar corretamente sobre o assunto; porque, embora eles pudessem escrever na mesma língua dos apóstolos, eles não poderiam possivelmente imitar seu idioma. Isto, portanto, fornece uma característica mais importante para distinguir entre os escritos genuínos dos apóstolos e tais que são suposições.

7. Aquele livro é espúrio, o qual exhibe uma disposição e temperamento de mente muito diferente daquele da pessoa a quem ele é atribuído.

Esta regra depende de um princípio na natureza humana bem entendido, e não necessita de particular elucidação.

8. Aquele livro não é genuíno, o qual consiste principalmente em meros extratos de outros livros.

Isto também é evidente, e não requer ilustração.

9. Aqueles livros que nunca foram citados, nem referidos como Escritura, por nenhum escritor de crédito pelos primeiros quatrocentos anos depois dos dias dos apóstolos, são apócrifos.

10. Aqueles livros que foram expressamente rejeitados pelos Pais das primeiras eras como espúrios, e atribuídos por eles a hereges, são apócrifos.

Pela aplicação das regras precedentes, pode ser mostrado que todo livro que clama autoridade canônica, não incluído em nosso presente Cânon, é apócrifo. Quando nós denominamos todos os livros apócrifos que não são canônicos, nós não intencionamos reduzi-los todos ao mesmo nível. Um livro que não é canônico pode ser um livro muito instrutivo e útil. Como uma composição humana, ele pode merecer ser altamente estimado; e como o escrito de um homem piedoso e eminente da antiguidade, ele pode clamar peculiar respeito.

O método antigo de divisão era mais acurado do que o nosso. Eles dividiam todos os livros em três classes: primeiro, o canônico; segundo, o eclesiástico; e terceiro, o espúrio. E há razão para crer que alguns livros que foram escritos sem a menor intenção fraudulenta, por autores anônimos, têm, pela ignorância de

seus sucessores, sido atribuídos às pessoas erradas.

Que os Pais às vezes citaram livros apócrifos em seus escritos, é verdadeiro; mas assim fez Paulo ao citar os poetas pagãos. Se estes livros são às vezes mencionados, sem qualquer nota de desaprovação anexada, ela pode comumente ser claramente determinada de outros lugares no mesmo autor, que ele os mantinha como apócrifos. Assim ORÍGENES, em um lugar, cita “o Evangelho de acordo com os Hebreus”, sem qualquer expressão de desaprovação; mas em outro lugar ele rejeita-o como espúrio, e declara: “Que a igreja não recebe mais do que quatro evangelhos.”

Às vezes, os Pais citavam estes livros apócrifos, para mostrar que seu conhecimento não estava confinado a seus próprios livros, e que eles não rejeitavam outros através da ignorância de seu conteúdo. Destacavelmente para este propósito são as palavras de Orígenes. “A igreja”, diz ele, “recebe somente quatro evangelhos: hereges têm muitos, tal como o evangelho dos Egípcios, o evangelho de Tomé, &c.: estes nós lemos, para que nós possamos não parecer ser ignorantes àqueles que pensam que eles sabem algo extraordinário, se eles estão familiarizados com aquelas coisas que estão registradas nestes livros.” Para o mesmo propósito fala AMBRÓSIO; pois, tendo mencionado vários destes livros, ele diz: “Nós lemos estes que não podem ser lidos por outros: nós lemo-los, para que nós possamos não parecer ignorantes; nós lemo-los, não que nós os recebamos, mas para que nós possamos rejeitá-los; e possamos saber o que aquelas coisas são, das quais eles fazem tal vanglória.” Em algumas instâncias, parece provável que alguns dos Pais tomaram passagens destes livros, porque eles eram reconhecidos por aqueles contra quem eles eram escritos; sendo desejável disputar com eles sobre seus próprios princípios e confutá-los pelos seus próprios livros.

Pode, talvez, ser verdadeiro também que um ou dois dos Pais citaram passagens destes livros, porque eles continham fatos não registrados nos evangelhos canônicos. O apóstolo João informa-nos que nosso Senhor realizou inumeráveis milagres, além daqueles que ele tinha registrado; “Os quais, se cada um deles tivessem sido escritos, eu suponho que o mundo não poderia conter os livros que seriam escritos.” Agora, alguma tradição de algumas destas coisas seria indubitavelmente transmitida tão cedo quanto o século II, e poderia encontrar seu caminho em alguns dos evangelhos apócrifos, e poderia ser citado por pessoas que não criam que o livro era de autoridade canônica; tal como nós nos referimos a

qualquer autor profano para a prova de tais fatos como são crivelmente relatados por eles. Há, pelo menos, um exemplo disto. JERÔNIMO refere-se ao evangelho de acordo com os Hebreus para um fato; e, ainda, ele muito explicitamente rejeita este livro como apócrifo.

Os únicos livros que eram sempre lidos nas igrejas, além dos canônicos, eram uns poucos escritos por homens apostólicos; os quais, embora não escritos por uma inspiração plenária, eram os escritos genuínos das pessoas cujos nomes eles portam, e eram produções piedosas, e tendiam para a edificação; tal como a “Epístola de Clemente”, o “Pastor de Hermas”, e a “Epístola de Barnabé”; mas nenhuns livros espúrios eram sequer lidos nas igrejas.

Nenhum dos escritos falsamente atribuídos a Cristo e seus apóstolos sequer adquiriram tal autoridade para serem lidos publicamente em qualquer igreja, tanto quanto nós sabemos. De fato, embora os livros apócrifos do Novo Testamento fossem muito numerosos, porém eles não apareceram na era da igreja logo após os tempos dos apóstolos. No século I, nenhuns livros desta descrição são referidos, a menos que nós suponhamos que Lucas, no começo de seu evangelho, intenciona falar de tal. No século II, uns poucos escritos espúrios começaram a ser primeiro colocados em circulação, como: “o Evangelho de acordo com os Hebreus”; “o Evangelho da Verdade”, usado pelos valentinos; “A Pregação de Pedro”; “as Tradições de Matias”; “os Atos de Paulo e de Tecla”; “o Evangelho de Marcião”; “a Revelação de Cerinto”; e uns poucos outros de menor importância. Mas no século III, o número de livros apócrifos foi consideravelmente aumentado; e nos séculos IV e V eles foram excedentemente multiplicados.

Se for inquirido como aconteceu que tantos livros apócrifos foram escritos, pode confidentemente ser respondido que a causa principal era a abundância de heresias. Quase todos os escritos espúrios, sob os nomes dos apóstolos, são as produções de hereges, como nós aprendemos do testemunho daqueles Pais que têm feito menção deles. É, porém, verdadeiro que algumas pessoas bem-intencionadas pensavam que elas poderiam adicionar honra aos apóstolos, ou contribuir para a edificação da igreja, valendo-se de (o que têm impropriamente sido chamadas) *fraudes piedosas*. Eles imaginavam, também, que eles poderiam recomendar o Cristianismo aos gentios, inventando histórias que eles precipitadamente pretendiam que fossem ditos ou ações de Cristo: assim, adotando a perniciosa máxima, tão peremptoriamente denunciada por Paulo, “que nós pode-

mos fazer males para que venham bens”; ou que a bondade do fim santificará a maldade dos meios. Dião nós temos um exemplo destacável, no espúrio livro existente, intitulado “os Atos de Paulo e Tecla”, que um certo presbítero asiático confessou que ele tinha forjado, e atribuiu, como sua razão para essa falsificação, que ele desejava mostrar respeito a Paulo. Mas, em conexão com este fato, nós temos prova satisfatória da vigilância da igreja, em guardar o Cânon sagrado de corrupção; pois o livro não foi mais brevemente publicado do que uma inquirição estrita foi instituída a respeito de sua origem, e o presbítero mencionado acima, tendo sido detectado como o autor, foi privado de seu ofício na igreja. Esta narrativa é dada por Tertuliano; e Jerônimo adiciona que a detecção desta falsificação foi feita pelo apóstolo João.

É provável, também, que alguns destes livros foram escritos sem qualquer propósito maligno, por homens fracos, que escreveram todas as histórias que eles tinham recebido por tradição; pois, sem dúvida, uma multitude de tradições com respeito a Cristo e seus apóstolos, com distorções e adições extravagantes, seriam transmitidas por várias gerações.

Por todos estes meios, o número de livros apócrifos do Novo Testamento foi grandemente multiplicado. Mas de longe o maior número destes tem perecido; porém, não há dificuldade em determinar que nenhum deles tinha nenhum justo clamor a um lugar no Cânon. Por uma ou mais das regras registradas acima, eles podem todos ser demonstrados ter sido apócrifos: e, de fato, muitos deles nunca são mencionados por nenhum autor antigo, em nenhuma outra luz do que como escritos espúrios. Há um decreto famoso do papa GELÁSIO, em que, pelo menos, vinte e cinco destes livros são nomeados, e declarados apócrifos. Não é certo, de fato, se este decreto deveria ser atribuído a GELÁSIO, ou a um de seus predecessores, DÂMASO; mas não pode haver dúvida de que é muito antigo. É suposto por muitos que ele tenha sido formado no concílio que se encontrou em Roma, 494 d.C. Uma tradução deste decreto, extraído de Jones, será encontrado nas notas no fim do volume.¹

¹ Vide Nota F.

SEÇÃO XVI

LIVROS APÓCRIFOS QUE AINDA SÃO EXISTENTES—CARTA DE ABGAR, REI DE EDESSA, A JESUS, E SUA RESPOSTA—EPÍSTOLA AOS LAODICENSES—CARTAS DE PAULO A SÊNECA—PROTOEVANGELHO DE TIAGO—O EVANGELHO DA INFÂNCIA DE NOSSO SALVADOR—OS ATOS DE PILATOS—OS ATOS DE PAULO E TECLA.

NÓS vimos agora considerar aqueles livros apócrifos que ainda são existentes, e concernente aos quais, pois, nós podemos falar mais particularmente.

I. O primeiro destes é “a carta de Abgar, rei de Edessa, endereçada a Jesus, e enviada por seu laico Ananias.”

EUSÉBIO é o primeiro que faz menção desta epístola, e a soma de sua descrição é que as obras miraculosas de nosso Salvador atraíu inumeráveis pessoas a ele, dos mais remotos países, para serem curados de suas doenças; que ABGAR, um famoso rei dalém do Eufrates, lhe escreveu, porque ele era afligido com um mal incurável pela medicina humana. Nosso Senhor prometeu enviar um de seus discípulos a ele, e Tadeu, um dos setenta discípulos, foi enviado por Tomé após a ascensão de Jesus, por uma intimação dada a ele do céu. Para a verdade desta história, Eusébio apela aos registros públicos da cidade de Edessa, onde, ele diz, todas as transações do reinado de Abgar são preservadas na língua siríaca, da qual ele traduziu estas epístolas, e a história acompanhante. Ele procede em relatar que Tadeu, tendo vindo a Edessa, fez muitos milagres, e curou muitos que eram doentes. Abgar, supondo que esta era a pessoa que Cristo tinha, em sua carta, prometido enviar-lhe, tão logo Tadeu foi introduzido a ele, percebendo algo extraordinário em seu semblante, caiu diante dele, ao que seus nobres ficaram grandemente surpresos. O rei, tendo inquirido se ele era a pessoa enviada por Cristo, ele respondeu que por causa da fé de Cristo ele foi enviado, e garantiu-lhe que todas as coisas deveriam ser de acordo com sua fé. Ao que o rei respondeu que ele cria muito em Cristo, que ele estava resolvido, não tivesse sido por medo dos romanos, ter feito guerra aos judeus por crucificá-lo. Tadeu informou-o da ascensão de Cristo a seu Pai. O rei replicou: Eu creio nele, e em seu Pai

também; no que o apóstolo disse: Eu imponho minha mão sobre você no nome do Senhor Jesus Cristo; e o rei foi curado instantaneamente de sua doença. Ele também curou outros que estavam doentes; e, na manhã seguinte, o rei ordenou que toda a cidade se reunisse para ouvir o apóstolo pregar. O rei ofereceu-lhe ouro e prata, o que ele recusou, dizendo: “Nós deixamos aquilo que é nosso, e deveríamos nós tomar aquilo que é de outro?”

Estas epístolas também são mencionadas por EFRÉM, o sírio, que foi um diácono na igreja de Edessa, no fim do século IV. Sua descrição desta matéria, como dada pelo Dr. Grabe, é como segue: “Bendita seja sua cidade e mãe Edessa, que foi expressamente bendita pela boca do Senhor, e seus discípulos, mas nossos apóstolos; pois quando Abgar o rei, que construiu aquela cidade, achou próprio enviar e reconhecer a Cristo, o Senhor e Salvador de todos, em sua peregrinação sobre a terra; dizendo: Eu tenho ouvido todas as coisas que são feitas por você, e quanto você tem sofrido pelos judeus, que o desprezam; portanto, vem aqui, e faça residência comigo; eu tenho uma pequena cidade que será igualmente sua e minha; por isso, o Senhor, admirando sua fé, enviou por mensageiros uma bênção à cidade, que deveria permanecer para sempre, até que o Santo seja revelado do céu, Jesus Cristo, o Filho de Deus, e Deus de Deus.”

Nenhum outro escritor dos primeiros quatro séculos faz qualquer menção explícita a esta epístola; mas PROCÓPIO, no século VI, em sua história da guerra persa, relata: “Que Abgar tinha sido muito afligido pela gota, e não encontrava alívio dos médicos, mas ouvindo dos milagres de Cristo, enviou-lhe, e desejou que ele viesse e vivesse com ele; e que ao receber uma resposta de Cristo, ele foi imediatamente curado; e que nosso Salvador, no fim de sua carta, garantiu a Abgar que sua cidade nunca deveria ser tomada pelos inimigos.”

EVÁGRIO, no fim do século VI, apela para esta narrativa de PROCÓPIO, e confirma a história de que a cidade nunca deveria ser tomada por inimigos, por uma referência a alguns fatos, particularmente a falha de Cosroes em tomar a cidade, quando ele a sitiou. Mas este autor adiciona uma circunstância que tem muito o ar de uma fábula, que esta falha em capturar a cidade foi trazida por uma figura da face de Cristo, que ele tinha imprimido num lenço, e enviado a ABGAR, por sua diligente solicitação.

CEDRENO adiciona ao resto que Cristo selou sua carta com um selo consistindo em sete letras hebraicas, cujo significado era: “o milagre divino de Deus é visto”.

Entre os modernos, uma muito vasta maioria é de opinião de que esta epístola é apócrifa. De fato, os principais advogados de sua genuinidade são uns poucos ingleses eruditos, particularmente o Dr. Parker, o Dr. Cave, e o Dr. Grabe, mas eles não falam confidentemente sobre o assunto; enquanto, por outro lado, são encontrados quase todo o corpo de críticos eruditos, ambos protestantes e romaniístas. Ora, que esta epístola e história existiu nos arquivos de Edessa no tempo de Eusébio, não há espaço para dúvida, a menos que nós acusássemos este historiador respeitável da mais deliberada falsidade; pois ele afirma que ele mesmo as tinha tomado dali. Suas palavras, porém, não devem ser tão estritamente interpretadas, como se ele tivesse estado em Edessa, e tivesse traduzido a epístola do siríaco; pois há razão para crer que ele nunca visitou aquele lugar, e que ele não foi familiarizado com a língua siríaca. As palavras serão suficientemente verificadas, se este documento foi traduzido e transmitido a ele através de um canal autêntico de Edessa.

É provável, portanto, que esta história tem algum fundamento na verdade. Provavelmente Tadeu, ou algum outro apóstolo, pregou o evangelho e realizou milagres naquela cidade; mas quanto da história é crível, não é fácil determinar. Mas eu penso que pode ser mostrado que esta epístola nunca foi escrita por Jesus Cristo, pelas seguintes razões:

1. Ela nunca é mencionada nos evangelhos genuínos; nem referida por qualquer escritor dos primeiros três séculos.
2. Se esta narrativa tivesse sido verdadeira, nunca poderia ter havido qualquer hesitação entre os apóstolos sobre pregar o evangelho aos gentios.
3. É irrazoável crer que, se Cristo tivesse sido aplicado por este rei para curar, ele teria deferido uma cura até que ele pudesse enviar um apóstolo após sua ascensão. Isto não corresponde à conduta usual do benevolente Salvador.
4. Parece ter sido uma tradição universalmente recebida que o próprio Cristo nunca escreveu nada; e se ele tivesse escrito esta carta, ela teria sido mais estimada do que qualquer outra porção da Escritura, e teria sido colocada no Cânon, e lida nas igrejas em todos lugares.
5. Depois que ela foi publicada por Eusébio, ela nunca ganhou tanto crédito para ser recebida como um escrito genuíno de Cristo. Como ela foi desconhecida nos três primeiros séculos, então no século IV, quando ela foi publicada, foi escassamente notada por qualquer escritor.

6. A simples menção da ascensão de nosso Senhor na epístola é uma evidência de sua espuriedade; pois em todos os seus discursos, registrados pelos evangelistas, não há tal declaração explícita deste evento; e não pode ser suposto que ele falaria mais explicitamente a um rei pagão do que a pessoas escolhidas para serem testemunhas de suas ações, e dispenseiros de sua doutrina.

Não há nada, porém, nos sentimentos expressados nesta epístola, impróprio ao humilde e benevolente caráter do Salvador; mas homens eruditos têm suposto que há várias evidências internas de espuriedade, além daquela supramencionada. Eu concebo, porém, que as razões já atribuídas serão consideradas suficientes para provar que esta carta não forma parte do Cânon sagrado. Ela é excluída por várias das regras expostas acima; e mesmo se ela fosse genuína, parece que deveria ser antes recebida como uma comunicação privada do que como intencionada para a edificação da igreja inteira. A história que acompanha a carta tem várias marcas fortes de espuriedade, mas como esta não clama ser canônica, nós não precisamos perseguir a questão mais. Pode, porém, não ser uma falha destacar que a história da figura de nosso Salvador impressa num lenço e enviada a Abgar é suficiente para condenar a história como fabulosa. Isto não cheira à simplicidade de Cristo, e não tem paralelo em qualquer coisa registrada no evangelho.

II. Há agora existente uma epístola sob o título de “Paulo aos Laodicenses”, e é sabido que logo no começo do século II, uma obra existia sob este nome que foi recebida por MARCIÃO o herege. Mas há boa razão para pensar que a epístola agora existente é uma obra inteiramente diferente daquela que existia antigamente; pois a presente epístola não contém as palavras que Epifânio tem citado daquela usada por Marcião; e o que esclarece isto é que a epístola antiga era herética, e foi rejeitada pelos Pais da igreja com um consentimento; ao passo que a única que nós agora temos não contém nada errôneo; pois ela é uma mera compilação das outras epístolas de Paulo com umas poucas sentenças adicionais que não contém doutrina herética. Como a epístola é breve, uma tradução dela será dada nas notas no fim do volume.¹

Concernente à epístola antiga sob este título, Filástrio diz: “Que alguns eram de opinião que ela foi escrita por Lucas; mas como os hereges têm inserido algumas coisas (falsas), ela não é, por esta razão, lida nas igrejas. Embora ela seja lida por alguns, porém não há mais do que treze epístolas de Paulo lidas ao povo na

¹ Vide Nota G.

igreja, e às vezes aquela aos Hebreus.” “Há alguns”, diz Jerônimo, “que leem uma epístola sob o nome de Paulo aos Laodicenses, mas ela é rejeitada por todos.” E Epifânio chama-a de “uma epístola não escrita pelos apóstolos”. A epístola agora existente, nunca tendo sido recebida nos catálogos antigos, lida nas igrejas, nem citada como Escritura, obviamente, é apócrifa. Também é provado não ser genuína, porque ela é quase inteiramente um extrato das outras epístolas de Paulo.

III. Outro escrito que tem sido atribuído a Paulo são as “Seis Cartas a Sêneca”, as quais estão conectadas às “Oito Cartas de Sêneca a Paulo”. Estas cartas são de antiguidade indubitável, e vários homens eruditos dos jesuítas têm-nas defendido como genuínas, e alegam que elas são similares a outras epístolas recebidas no Cânon que foram endereçadas a indivíduos. Que tais cartas existiam logo no século IV aparece de uma passagem no Catálogo de Homens Ilustres, de Jerônimo, onde ele dá a seguinte descrição de Sêneca: “Lúcio Aneu Sêneca, nascido em Córdoba, um discípulo de Sotio, um estoico, tio de Lucano o poeta, foi uma pessoa de temperamento muito extraordinário, a quem eu não deveria ter classificado em meu Catálogo de Santos, mas que eu fui determinado a isso pelas ‘Epístolas de Paulo a Sêneca’, e de ‘Sêneca a Paulo’, que são lidas por muitos. Em que, embora ele fosse naquele tempo tutor de Nero, e feito uma figura muito considerável, ele diz que ele deseja ser da mesma reputação entre seus compatriotas, como Paulo foi entre os cristãos. Ele foi morto por Nero dois anos antes de Pedro e Paulo serem honrados com martírio.”

Há também uma passagem na 54^a epístola de Agostinho a Macedônio, que mostra que ele estava familiarizado com estas cartas. Suas palavras são: “É verdade que Sêneca, que viveu nos tempos dos apóstolos, e *que escreveu certas epístolas a Paulo*, que são agora lidas, disse: ‘aquele que odiar aqueles que são ímpios, devem odiar a todos os homens.’”

Não há evidência autêntica de que estas cartas têm sido notadas por qualquer um do resto dos Pais. De fato, tem sido muito apressadamente declarado por vários críticos eminentes que Agostinho cria que as cartas de Paulo a Sêneca eram genuínas; mas o fato é que ele não faz menção de quaisquer das cartas de Paulo; ele só menciona aquelas de Sêneca a Paulo. A probabilidade é que ele nunca as viu, pois se ele se tivesse familiarizado com elas, é dificilmente crível que ele não teria dito nada com respeito a elas neste lugar.

Nem Jerônimo diz algo de que pudesse com qualquer certeza ser inferido

que ele recebeu estas cartas como genuínas. Ele dá-lhes o título pelo qual elas eram conhecidas, e diz que elas eram lidas por muitos; mas se ele tivesse acreditado que elas fossem cartas genuínas de Paulo, não teria ele dito muito mais? Não teria ele clamado por elas um lugar entre as epístolas canônicas de Paulo? E o que prova que este Pai não cria que elas eram genuínas é que neste mesmo livro ele dá uma descrição completa de Paulo e seus escritos, porém não faz a menor menção destas cartas a Sêneca.

Mas o estilo destas cartas suficientemente demonstra que elas não são genuínas. Nada pode ser mais dissimilar ao estilo de Paulo e de Sêneca do que aquele destas epístolas. “O estilo daquelas atribuídas a Sêneca”, diz Dupin, “é bárbaro, e cheio de idiomas que não pertencem à língua latina.” “E aquelas atribuídas a Paulo”, diz o Sr. Jeremias Jones, “não têm o menor vestígio da gravidade do apóstolo, mas são antes elogios do que instruções.” As subscrições destas cartas são muito diferentes daquelas usadas por estes escritores em suas epístolas genuínas. Sêneca saúda Paulo pelo nome de irmão; uma apelação não em uso entre os pagãos, mas peculiar a cristãos. Por várias destas cartas pareceria que Paulo estava em Roma quando elas foram escritas, mas das outras o contrário pode ser inferido. Parece estranho, se ambos estavam na cidade, que eles deveriam datar suas cartas por consulados; e, de fato, este método de datar cartas era completamente desconhecido entre os romanos; e há vários erros nelas em relação aos cônsules em autoridade no tempo.

Seu conteúdo insignificante é também um forte argumento de espuriedade. “Elas não contêm nada”, diz Dupin, “digno nem de Sêneca nem de Paulo; dificilmente um sentimento moral nas cartas de Sêneca, nem nada de Cristianismo naquelas de Paulo.” O que pode ser mais contrário a Paulo do que a quinta carta, que é ocupada com uma apologia servil por colocar seu próprio nome antes do de Sêneca, na inscrição de suas cartas, e declarar este ser contrário ao Cristianismo? Estas cartas, além do mais, contêm algumas coisas que não são verdadeiras, como “que o imperador Nero se deleitava e foi surpreendido pelos pensamentos nas epístolas de Paulo às igrejas; e que Nero era um admirador e favorecedor do Cristianismo”. Mas muito incongruente com isto, e também com o caráter de Paulo, é aquilo que ele é feito dizer em sua quarta epístola, onde ele incentiva Sêneca a não dizer mais ao imperador com respeito a ele ou ao Cristianismo, para que ele não o ofendesse. Porém, na sexta carta, ele adverte Sêneca a tomar convenientes oportunidades de insinuar a religião cristã, e coisas favorá-

veis a ela, para Nero e sua família. Mas para adicionais particulares, o leitor é indicado às próprias epístolas, cuja tradução pode ser encontrada em “Jones sobre o Cânon”.

IV. Há existente um evangelho espúrio intitulado o “Protoevangelho de Tiago”, na língua grega, que foi trazido do Oriente por Postell, que declara que ele é mantido como genuíno pelas igrejas orientais, e é publicamente lido em suas assembleias com as outras Escrituras. Este homem erudito, ademais, empreende a defesa deste evangelho como a produção genuína do apóstolo Tiago, e insiste que ele deveria, pelo menos, ter um lugar no *Hagiógrafa*. Mas seus argumentos são fracos, e têm sido completamente refutados por Fabrício e Jones.

Este livro apócrifo, porém, parece ser antigo; ou, pelo menos, havia primeiramente um livro sob o mesmo nome, mas que ele não é canônico é facilmente provado. Ele não é citado por nenhum dos Pais antigos exceto Epifânio, que explicitamente o rejeita como apócrifo. Não é encontrado em nenhum dos catálogos, e nunca foi lido na igreja primitiva. Ele contém muitas histórias falsas e insignificantes; e em seu estilo e composição é um perfeito contraste aos evangelhos genuínos de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo. Dos hebraísmos em que ele abunda, tem sido suposto ser a obra de alguma pessoa que era originalmente um judeu; mas como ela era antigamente usada pelos gnósticos, pode haver pouca dúvida de que o autor, quando ele escreveu, pertencia a alguma das seitas heréticas que tanto abundaram em tempos primitivos.

Há também outra obra que tem uma afinidade com esta, chamada “A Natividade de Maria”. E embora estes livros possuam um caráter similar, e contemham muitas coisas em comum, porém em outros pontos eles são contraditórios um ao outro, como eles são à história evangélica. A evidência interna é suficiente para satisfazer qualquer leitor cândido de seu caráter apócrifo.¹

V. O mais largo evangelho apócrifo em existência é intitulado “O Evangelho da Infância de nosso Salvador”. Há também remanescente um fragmento de um evangelho atribuído a Tomé, que provavelmente não era originalmente outro além daquele recém-mencionado. Estes evangelhos nunca foram tidos como canônicos por nenhum escritor cristão. Eles foram forjados e circulados pelos gnósticos, e alterados de tempo em tempo de acordo com seu capricho.

O “Evangelho da Infância de nosso Salvador” parece ter sido conhecido a

¹ Ambas estas obras apócrifas podem ser vistas no segundo volume da obra erudita de Jones sobre o Cânon.

Maomé, ou antes a seus assistentes; pois de acordo com sua própria descrição, no Corão, ele era incapaz de ler. Muitas das coisas relatadas no Corão, com respeito ao Cristianismo, são desta obra apócrifa. Este evangelho é condenado por quase toda regra estabelecida para a detecção de escritos espúrios; e se todas as outras evidências estivessem faltando, as histórias bobas, insignificantes e ridículas com que ele é recheado, seriam suficientes para demonstrar que ele era espúrio e apócrifo. Para dar ao leitor curioso uma oportunidade de contrastar estas lendas apócrifas com a gravidade e simplicidade dos evangelhos genuínos, eu tenho inserido alguns dos milagres registrados neste livro, no fim do volume.¹

Parece altamente provável que este “Evangelho da Infância do Salvador”, e o livro da “Natividade de Maria”, eram originalmente partes da mesma obra; uma evidência disso é que, no Corão, há uma história continuada e conectada, que é parcialmente tomada de um, e parcialmente do outro.² A mesma coisa é provada pelo fato de que Jerônimo em um lugar fala de um prefácio que ele tinha escrito ao “Evangelho da Infância de nosso Salvador”, em que ele o condena, porque ele contradiz o Evangelho de João, e em outro lugar, ele usa as mesmas palavras, e diz que elas estão no prefácio à “Natividade de Maria”.

Ambos estes livros apócrifos têm sido inicialmente atribuídos a LÚCIO CARINO, que viveu na última parte do século III, e que se tornou famoso por forjar obras espúrias sob o nome dos apóstolos.

VI. Há outro evangelho apócrifo, intitulado “o Evangelho de Nicodemus”, ou “os Atos de Pilatos”, que foi provavelmente forjado quase na mesma época do último abordado, e muito provavelmente pela mesma pessoa. Que era o costume dos governadores de províncias no Império Romano transmitir aos imperadores uma narrativa de todas as ocorrências notáveis sob seu governo, é capaz de prova da história romana, e Eusébio expressamente nos informa que isto era costumeiro: e Filo Judeu fala de “as memórias diárias que foram transmitidas a Calígula, de Alexandria”.

Que Pôncio Pilatos transmitiu alguma narrativa da crucificação de Cristo, e de suas obras maravilhosas, é, portanto, em si, altamente provável; mas é tornado certo pelo apelo público feito a estes “Atos de Pilatos”, por JUSTINO MÁRTIR e TERTULIANO, em suas Apologias; uma endereçada ao imperador romano ANTONINO PIO, e a outra provavelmente ao senado romano. As palavras de

¹ Vide Nota H.

² Vide Corão, cap. iii.

Justino Mártir são: “E da verdade destes fatos você pode ser informado, dos atos que foram escritos por PÔNCIO PILATOS.” E na mesma apologia ele refere-se a estes atos para prova: “Que nosso Salvador curou toda sorte de doenças, e ressuscitou os mortos.”

TERTULIANO, em dois lugares de sua Apologia, apela para registros que foram transmitidos a Tibério, de Jerusalém. Seu testemunho é destacável em ambos os lugares, e merece ser transcrito: “Tibério”, diz ele, “em cujo tempo o nome cristão se tornou inicialmente conhecido no mundo, tendo recebido informação da Palestina, na Síria, de que Jesus Cristo tinha ali dado manifesta prova da verdade de sua divindade, comunicou-o ao senado, insistindo nisso como sua prerrogativa, que eles deveriam assentir a sua opinião naquela matéria; mas o senado, não o aprovando, recusou. César continuou na mesma opinião, ameaçando aqueles que eram acusadores dos cristãos.”

Na outra passagem, depois de enumerar muitos dos milagres de Cristo, ele adiciona: “Todas estas coisas, o próprio Pilatos, que tinha em sua consciência seguir a Cristo, transmitiu a Tibério César; e mesmo os próprios Césares tinham sido cristãos, se tivesse sido consistente com seus interesses seculares.” Ambos, Eusébio e Jerônimo, citam este testemunho de Tertuliano como autêntico. Parece certo, pois, que alguma narrativa de Cristo e suas ações foi transmitida por Pilatos ao imperador. “Pois”, para usar as palavras de um homem eminente, “Tertuliano, embora um escritor cristão, nunca se atreveu a ter presumido impor eles mesmos ao senado, com tal história notável, se ele não fosse capaz de prová-la; e que ele era, é evidente de Justino Mártir, quem frequentemente apela aos Atos de Pilatos, concernente à história de nosso Salvador—que Pilatos enviou tais atos é evidente, por mais difícil que algum homem, muito menos um homem como Justino Mártir, teria sido tão tolo, ou tão confidente, quanto a afirmar uma coisa que seria tão fácil de convencê-lo de falsidade.”¹

E outro, falando da mesma coisa, diz: “Eles eram homens de excelente erudição e julgamento; mas nenhum homem que poderia escrever uma apologia pode ser suposto ter tão pouco entendimento, quanto a apelar para aquela narrativa que Pilatos enviou a Tibério, concernente à ressurreição de Cristo, em apologias, dedicadas ao próprio imperador romano, e ao senado, se nenhuma tal narrativa tivesse sido enviada.”²

¹ Dr. Parker.

² Dr. Jenkin.

Não se segue, porém, que estes Pais tinham visto estes Atos, ou que eles foram sequer vistos por qualquer cristão. Durante os reinados de imperadores pagãos, cristãos não poderiam ter acesso aos arquivos da nação; mas o fato da existência de tal registro poderia ter sido, e provavelmente foi, uma matéria de notoriedade pública; de outro modo, nós nunca podemos considerar o apelo confidente destes escritores eruditos e respeitáveis. Não há dificuldade em conceber como tal fato poderia ter sido certamente conhecido a estes Pais sem supor que eles tinham visto o registro. Como o erudito Casaubon diz: “Alguns servos ou oficiais de um dos Césares, que foram convertidos ao Cristianismo, e tiveram oportunidade de pesquisar os registros públicos em Roma, deram esta descrição a alguns cristãos, de quem Justino e Tertuliano tiveram-na.”

Pode parecer ser uma objeção à existência de tais Atos que eles nunca foram feitos públicos quando os imperadores se tornaram cristãos; mas é completamente provável que eles foram destruídos pela malícia do senado, e de algum imperador romano que era hostil ao Cristianismo. Aqueles que sofreram tantas dores para destruir os escritos de cristãos, não sofreriam um monumento da verdade do Cristianismo permanecer em seu próprio palácio. Mas, quanto àqueles Atos de Pilatos que estão agora existentes, ninguém supõe que eles eram genuínos. Eles têm toda marca de serem espúrios. A evidência interna e externa estão igualmente contra eles; e seria uma perda de tempo entrar em qualquer discussão deste ponto.

Pode, porém, ser útil inquirir os motivos que provavelmente conduziram alguns cristãos errados a forjar tal narrativa. E parece ter havido dois: primeiro, tê-lo em seu poder para mostrar o registro, ao qual os Pais tinham tão confidentemente se referido. Os adversários pagãos poderiam dizer, depois da destruição dos Atos de Pilatos genuínos: Onde está o documento ao qual este apelo tem sido feito? Que ele seja produzido. E algum homem, pensando que ele poderia servir à causa do Cristianismo forjando Atos, sob o nome de Pilatos, foi induzido por um zelo enganoso a escrever esta narrativa.

Mas havia outra razão que provavelmente teve alguma influência sobre este fato. Próximo ao fechamento do século III, os pagãos tinham forjado e publicado um escrito chamado “Os Atos de Pilatos”, cujo objeto era tornar os cristãos odiosos e desprezíveis ao público, por calúnias baixas contra seu Fundador e seus apóstolos. Deste fato, EUSÉBIO dá-nos expressa e particular informação. “Desde então”, diz ele, “a falsificação destes é manifestamente detectada, que

têm tardiamente publicado certos *Atos* contra nosso Salvador. Em que, primeiro, o mesmo tempo que lhes é atribuído descobre a impostura; porque aquelas coisas que eles têm impudentemente forjado, que se têm passado na crucificação de nosso Salvador, diz-se ter ocorrido no quarto consulado de Tibério, que coincide com o sétimo de seu reino; naquele tempo, é certo, Pilatos ainda não estava na Judeia, se qualquer crédito é devido a Josefo, que expressamente diz que Pilatos não foi constituído governador da Judeia até o duodécimo ano de Tibério.”¹ E em outro lugar ele diz: “Vendo, portanto, que este escritor (Josefo), que era um judeu, tem relatado tais coisas em sua história concernente a João o Batista e ao Salvador, o que eles podem possivelmente dizer por si mesmos, para prevenir de serem culpados da mais impudente falsificação, quem escreveu aquelas coisas contra João e Cristo.” E no livro nono de sua história eclesiástica, este escritor dá-nos informação, ainda mais particular, com respeito a esta maliciosa falsificação. “Extensivamente, (os pagãos) tendo forjado certos Atos de Pilatos, concernentes ao nosso Salvador, os quais estavam cheios de todo tipo de blasfêmias contra Cristo, eles ocasionaram-lhes, pelo decreto de Maximino, sua dispersão por todas as partes do império; ordenando por cartas que eles deveriam ser publicados a todas as pessoas, em todo lugar, em locais nas cidades e no interior; e que mestres de escola deveriam colocá-los nas mãos de suas crianças, e os obrigarem a aprendê-los de cor, em vez de suas lições usuais.”

Aqui pode ser observado que, enquanto esta impudente falsificação claramente mostra com que esforços maliciosos a tentativa foi feita para subverter o evangelho, ela prova, ao mesmo tempo, que existiu um documento sob o nome de “Os Atos de Pilatos”. Ora, a circulação de tal peça ímpia de blasfêmia, provavelmente instigou CARINO, ou quem quer que fosse o autor destes Atos, a contrariá-los por uma obra de outro tipo, sob o mesmo nome. Como este livro veio a ser chamado, “O Evangelho de Nicodemos”, aparecerá pela subscrição anexada a ele, em que é dito: “O imperador TEODÓSIO o Grande, encontrou em Jerusalém, no salão de Pôncio Pilatos, entre os registros públicos, as coisas que foram transacionadas no ano décimo nono de Tibério César, imperador dos romanos —sendo uma história escrita em hebraico por Nicodemos, do que aconteceu depois da crucificação de nosso Salvador.” E se esta subscrição não for parte da obra original, ainda ela pode ter ocasionado este título; ou ela pode ter-se originado no fato de que muito é dito sobre Nicodemos na história que é aqui referi-

¹ Euseb. Ecc. Hist. lib. i. c. 9, 11.

da. Mas mesmo se nós tivéssemos os Atos de Pilatos originais, ou alguma história de Nicodemos, não é necessária prova de que eles não poderiam ter justo clamor a um lugar no Cânon.

VII. O último livro apócrifo que eu mencionarei é aquele intitulado “Os Atos de Paulo e Tecla”. Não há dúvida senão de que este livro é apócrifo. Ele foi assim considerado por todos os Pais que o têm mencionado. TERTULIANO diz a respeito dele: “Mas se alguém ler os livros apócrifos de Paulo, e então defender o direito de mulheres de ensinar e batizar, pelo exemplo de Tecla, que eles considerem que um certo presbítero da Ásia, que forjou esse livro, sob o nome de Paulo, sendo acusado de falsificação, confessou que ele fez isso por respeito a Paulo, e assim deixou sua posição.”¹ E JERÔNIMO, em sua vida de Lucas, diz: “Os Atos de Paulo e Tecla, com a história toda do leão batizado, eu reconheço entre as Escrituras apócrifas.” E no decreto do papa Gelásio, é afirmado: “Que os ‘Atos de Tecla e Paulo’ são apócrifos.”

É manifesto, porém, que os cristãos primitivos deram crédito a uma história sobre Paulo e Tecla, sobre a qual este livro é fundado: pois ela é frequentemente referida como uma história bem conhecida e comumente crida. Assim, Cipriano, ou algum escritor antigo sob seu nome, diz: “Ajuda-nos, ó Senhor, como tu ajudaste os apóstolos em seu aprisionamento, TECLA em meio às chamas, Paulo em suas perseguições, e Pedro em meio às ondas do mar.” E novamente: “Liberta-me, ó Senhor, como tu libertaste Tecla, quando no meio do anfiteatro ela estava em conflito com as bestas-feras.” EUSEBIO menciona uma mulher por este nome, mas ele coloca-a muito depois do apóstolo Paulo, e supõe-se, pois, que ela seja outra pessoa. EPIFÂNIO relata: “Que quando Tecla encontrou Paulo, ela decidiu não se casar, embora ela estivesse então prometida a um homem jovem muito agradável.”² AGOSTINHO refere-se à mesma coisa, e diz: “Por um discurso de Paulo, em Icônio, ele incitou Tecla a uma resolução de perpétua virgindade, embora ela estivesse então realmente prometida a um casamento.” Muitos outros dos Pais falam de Tecla como de uma pessoa cuja história era bem conhecida. E entre os modernos, Barônio, Locrino, e Grabe, olham para esta história como verdadeira e genuína, escrita na era apostólica, e não contendo nada supersticioso ou impróprio para aquele tempo. Mas ninguém se tem aventurado a afirmar que estes *Atos* deveriam ter um lugar no Cânon.

¹ Tertull. De Baptismo.

² Epiph. Hær. lxxiii.

Sem dúvida, o livro agora existente está grandemente alterado da história antiga referida pelos Pais, e provavelmente a história original foi fundada em alguma tradição que tinha um fundamento de verdade; mas qual é a verdade é impossível agora descobrir entre tal massa de fábulas e histórias ridículas que o livro contém. Como ele agora permanece, ele contém numerosas coisas que são, de fato, falsas; outras que são inconsistentes com as Escrituras canônicas, e algumas totalmente incompatíveis com o verdadeiro caráter de Paulo. Além disso, ele é favorável a várias práticas supersticiosas que não tinham existência nos dias dos apóstolos; e finalmente, a falsificação foi reconhecida quando ele se refere aos antigos Atos, e aqueles agora existentes não podem ser mais genuínos do que o original; mas a estes muitas coisas têm sido adicionadas de um tipo bobo e supersticioso.

SEÇÃO XVII

NENHUMA PARTE DA REVELAÇÃO CRISTÃ TRANSMITIDA POR TRADIÇÃO NÃO ESCRITA.

NA primeira parte desta obra, foi visto que não era somente necessário mostrar que os escritos apócrifos não tinham direito a um lugar no volume sagrado, mas que não havia revelação adicional que tinha sido transmitida por tradição oral. A mesma necessidade recai sobre nós em relação ao Novo Testamento; pois, enquanto é muito geralmente concorde por todos os cristãos quais livros deveriam ser recebidos no Cânon, há uma larga sociedade que estreneamente mantém que, além da revelação contida no registro divino escrito pelos apóstolos e seus assistentes, pela inspiração plenária do Espírito Santo, há uma revelação adicional consistindo em coisas tais que foram recebidas da boca do próprio Cristo enquanto ele esteve sobre a terra, ou ensinadas às igrejas por seus apóstolos inspirados, que não foram nem por eles, nem no tempo deles, confiadas à escrita, mas que têm sido transmitidas até nós por tradição ininterrupta.

A importância desta inquirição é manifesta; pois, se, em adição à palavra escrita, há importantes doutrinas e sacramentos necessários da igreja que têm sido transmitidos por tradição, seria uma coisa arriscada para nós permanecermos ignorantes dessas coisas que Deus tem ordenado, ou nos privarmos dos benefícios a serem derivados daqueles meios de graça, que ele tem instituído para a edificação e salvação da igreja. Mas vendo que tradições são muito mais responsáveis por alteração e corrupção do que documentos escritos, é muito necessário que nós devamos estar em guarda contra imposição; e se é uma obrigação exercer muito cuidado e diligência em distinguir entre livros inspirados e tais que são espúrios, não pode ser menos incumbente determinar primeiro se qualquer parte da vontade revelada de Deus tem sido transmitida por tradição somente, e a seguir aprender acuradamente quais são aquelas coisas que têm sido comunicadas assim. E como há livros apócrifos que clamam por um lugar no Cânon, assim, indubitavelmente, haveria tradições apócrifas, se quaisquer verdades tivessem si-

do transportadas à igreja por este canal. Mas se não há evidência satisfatória de tal revelação tendo sido transmitida a nós, nem qualquer possibilidade de estabelecer o que procedeu dos apóstolos, e o que da fantasia e superstição de homens, então nós estamos corretos em recusar os altos clamores de tradição, e aderir inflexivelmente à palavra escrita, “que é capaz”, através da fé, “de nos fazer sábios para a salvação”.

Esta doutrina de tradições é muito conveniente e favorável para a igreja de Roma em todas as suas controvérsias com protestantes e outros; pois o que quer que ela possa declarar como um artigo de fé, ou ensinar como parte da obrigação cristã, embora não haja nenhum vestígio dele na palavra de Deus, pode prontamente ser estabelecido por tradição. Pois como a igreja sozinha tem a manutenção deste corpo de lei oral, ela somente é a própria juíza do que ele contém, e, de fato, pode fazê-lo adaptar-se a si mesma. Se nós concedêssemos aos romanistas o que eles clamam neste ponto, a controvérsia com eles poderia ser levada a um fim, e tudo o que nós deveríamos fazer seria produzir fé implícita no que quer que eles possam se agradar em nos ensinar. E mesmo se nós fôssemos requeridos a crer e praticar, em oposição direta às simples declarações da Escritura santa, porém, como a verdadeira interpretação da Escritura neste plano está somente nas mãos do cabeça infalível da igreja, e é, de fato, entendida por meio de tradições não escritas, nós não devemos confiar em nosso próprio entendimento nas matérias mais evidentes, nem mesmo em nossos próprios sentidos, embora vários deles concorressem em nos dar nota de algum fato. Ora, antes de nos entregarmos a uma condução cega como esta, cabe-nos diligentemente e imparcialmente inquirir se Deus tem requerido de nós esta submissão implícita a homens. Nós deveríamos ser assegurados de que a autoridade deles sobre nossa fé e consciência tem uma garantia divina para seu exercício; e especialmente nós deveríamos estar satisfeitos, sobre fundamentos suficientes, de que estas tradições não escritas, sobre as quais a fábrica inteira repousa, são verdadeiramente os mandamentos de Deus; pois, se elas não são, nós temos a mais alta autoridade para rejeitá-las. E se seu clamor a uma origem divina não pode ser estabelecido claramente, elas não podem em razão ligar-nos à obediência; pois, quando Deus dá uma lei, ele promulga-a com clareza suficiente de que todos a quem ela diz respeito podem conhecer o que é requerido deles.

Para exhibir justamente o verdadeiro ponto de controvérsia sobre este assunto, será requisito fazer várias observações preliminares, para que possa ser clara-

mente entendido o que nós admitimos e o que nós negamos.

1. Em primeiro lugar então, é prontamente admitido que uma lei revelada do céu e comunicada a nós *oralmente*, com clara evidência de sua origem, é tão vinculante quanto se escrita com frequência. Quando Deus pronunciou os dez mandamentos no Monte Sinai, no meio de trovões e relâmpagos, eles seguramente foram tão obrigatórios aos ouvintes, quanto depois que ele os tinha escrito em tábuas de pedra. É um ditado de sentido comum, que é uma matéria de indiferença como uma revelação divina é comunicada, dado que ela venha até nós propriamente autenticada.

2. Novamente, é concedido que, por um longo tempo, não havia outro método de transmitir as revelações recebidas do céu, de geração a geração, senão por tradição oral, e tais memoriais externos como auxílio em manter a lembrança de transações importantes. Tanto quanto parece que livros não eram conhecidos, e letras não em uso, até um considerável tempo após o dilúvio. Durante o longo período que precedeu o tempo de Moisés, todas as revelações devem de ter sido transmitidas por tradição. Mas, enquanto esta concessão seja voluntariamente feita, deveria ser destacado, em conexão, que este modo foi então usado porque nenhum outro existia; e que, nas eras primitivas do mundo, a longevidade dos patriarcas fez *disso* um canal comparativamente seguro de comunicação que agora seria mais incerto; não obstante esta vantagem, o fato foi que, em toda instância, tão logo nós somos informados de que verdade divina foi confiada à tradição, ela foi completamente perdida, ou logo se tornou tão corrompida por misturas estranhas, de forma que foi impossível determinar qual parte da massa continha uma revelação de Deus. É, portanto, a opinião plausível de alguns que a escrita foi revelada do céu, para o mesmo propósito de evitar o mal que tinha sido experienciado, e que pudesse haver um certo veículo para todas as comunicações divinas; e é certo que tudo o que nós sabemos da história da escrita alfabética, conduz-nos a conectar sua origem ao começo das revelações escritas.

Portanto, não é improvável a suposição de que Deus ensinou letras a Moisés para o expresso propósito de transportar, por este meio, suas leis a eras distantes, sem alteração; e merece ser bem considerado que, depois do mandamento ser dado a Moisés, para escrever num livro as leis e estatutos entregues a ele, nada foi deixado para a tradição oral, como tem sido mostrado na primeira parte desta obra.

3. Será garantido também que tradição, especialmente quando conectada a

memoriais externos, é suficiente para transmitir, através de um longo lapso de tempo, o conhecimento de eventos particulares, ou de transações de uma natureza muito simples.

Assim, pode ser admitido que, se os evangelhos não tivessem chegado até nós, nós poderíamos, por tradição, ser assegurados de que Cristo instituiu a eucaristia como um memorial de sua morte; pois, desde o tempo da sua instituição, ela tem sido celebrada, em toda era sucessiva, e em muitos países, para perpetuar a lembrança daquele evento. E não é crível que tal tradição deveria ser uniforme em todos os tempos, e em qualquer lugar, e ser conectada com o mesmo rito externo, se ela não fosse fundada em fato. Além disso, a coisa manuseada nesta instância é tão simples em sua natureza que não haveria espaço para erro.

Há um fato, para cuja verdade nós dependemos inteiramente de tradição, tão logo testemunho externo seja produzido, e que é a verdade que nesta obra nós temos tentado estabelecer, que os livros do Novo Testamento foram escritos pelas pessoas sob cujos nomes eles têm chegado até nós. Este fato é incapaz de ser provado das Escrituras, porque nós devemos primeiro ser garantidos de que elas contêm o testemunho de homens inspirados antes que nós possamos provar qualquer coisa por elas. O ponto a ser estabelecido aqui é que os apóstolos escreveram estes livros. Se fosse tão frequentemente declarado num livro que uma certa pessoa foi seu autor, isto não seria evidência satisfatória de sua genuinidade, porque qualquer impostor pode escrever quaisquer falsidades que lhe agrade num livro, e pode atribuí-las a quem ele deseje; como, de fato, muitos têm escrito obras espúrias, e têm-nas atribuído aos apóstolos. Nós devemos, pois, ter o testemunho daqueles que tiveram a oportunidade de julgar o fato, dado explícita ou implicitamente.

Em muitos casos, onde um livro é publicado sob o nome de um certo autor, no país em que ele viveu e foi conhecido, uma aquiescência geral silenciosa ao fato, pelo povo daquela era e país, com o consentimento de todos que vieram depois deles, pode ser considerada como evidência satisfatória da genuinidade de tal livro. Mas onde muito depende da certeza do fato em questão, é necessário ter testemunho positivo; e, a fim de que ele seja satisfatório, ele deveria ser universal, e não contraditório. Quando, portanto, um certo volume é expressamente recebido como a obra de certos indivíduos por todos que viveram naquele ou em um tempo próximo de quando ele foi publicado, e todos os escritos subsequentes concorrem em atribuí-lo às mesmas pessoas, e nem uma voz solidária é

elevada em contradição, a evidência de sua genuinidade parece ser tão completa quanto a natureza do caso admite. Tal é a evidência da genuinidade dos livros do Novo Testamento; ou, pelo menos, de muitos deles. É, porém, a evidência de tradição; mas de tal tradição quanto é abundantemente suficiente para estabelecer um fato deste tipo. A coisa atestada é muito simples em sua natureza, e não responsável por ser mal entendida. Esta necessidade de tradição para estabelecer a autenticidade dos livros do Novo Testamento tem sido feita uma grande manobra pelos romaniístas, em defesa de sua doutrina favorita. Eles pretendem que o ponto que nós temos aqui concedido é tudo o que é necessário para estabelecer seu sistema inteiro no mais firme fundamento. Eles argumentam que, se nós devemos receber as próprias Escrituras por tradição, muito mais outras coisas. De fato, eles atribuem toda a autoridade que as Escrituras possuem ao testemunho da igreja, sem que eles declarem que elas não mereceriam mais crédito do que quaisquer outros escritos. Mas, porque um simples fato, incapaz de prova de qualquer outra forma, deve ser recebido por tradição, não se segue que numerosas outras matérias que podem facilmente ter sido registradas, devem ser aprendidas da mesma maneira. Como um documento requer testemunho oral para estabelecer sua autenticidade, não é, portanto, necessário provar a verdade das matérias contidas naquele registro pelos mesmos meios.

O propósito de registros escritos é prevenir a necessidade de confiar na incerteza de tradição; e quanto à alegação de que as Escrituras apropriam sua autoridade à igreja, ela resulta em não mais do que isso, que nós livremente admitimos que é pelo testemunho dos Pais primitivos que nós somos garantidos de que estes escritos são as produções dos apóstolos, e é verdadeiro que muitas daquelas testemunhas que têm dado testemunho eram membros da igreja católica. Mas nossa confiança em seu testemunho neste ponto, não é porque eles eram membros da igreja, mas porque eles viveram em tempos e circunstâncias favoráveis a um conhecimento preciso do fato que eles registram. E concordemente nós admitimos o testemunho daqueles que eram da igreja; sim, de seus mais amargos inimigos ao mesmo fato, e em algumas descrições julgam-no ser os mais habituais. Enquanto nós pesamos esta evidência, seria absurdo fazer sua validade depender das testemunhas que eram membros da igreja; pois isso seria determinar que a igreja era divina e infalível, antes de termos determinado que as Escrituras eram a palavra de Deus. Seguramente, se sob examinação se tivesse constatado que as Escrituras não eram inspiradas, a autoridade da igreja cristã não teria sido

digna de nada, e, portanto, previamente à decisão deste ponto nós não podemos deferir nada à autoridade da igreja. A verdade é que as testemunhas, sendo da igreja, são, nesta inquirição, meramente uma circunstância incidental. Um número suficiente de testemunhas competentes e críveis, não da igreja, estabeleceria o fato tão bem quanto aqueles que têm dado testemunho, e, como foi antes observado, tal testemunho sobre o ponto de liberdade de toda parcialidade tem a vantagem.

O testemunho de judeus e pagãos tem, neste assunto, sido demandado por infieis, e tem sido buscado com avidez pelos defensores do Cristianismo, e, na visão de todos os homens considerados, é de grande peso. Mas não é apenas atribuir a autoridade destes livros à igreja, porque o maior número das testemunhas de sua origem apostólica eram membros da igreja. A lei decretada pela legislatura suprema do estado não apropria sua autoridade aos homens que atestam sua genuinidade. É verdade, não fosse conhecido certamente ser uma lei sem atestação, mas seria absurdo atribuir a autoridade da lei às pessoas cujo testemunho prova que ela era realmente uma lei do estado. Os casos são exatamente paralelos. As Escrituras não podem apropriar sua autoridade à igreja, pois sem elas a igreja não pode ter nenhuma autoridade, e embora ela possa, e dê amplo testemunho em favor de sua origem divina, isto não confere autoridade a elas, isso só nos prova que elas têm autoridade que é derivada do Espírito de Deus, por quem elas foram compostas. É verdadeiramente maravilhoso como este simples caso tem sido assombrado e obscurecido pelo artifício e sofisma dos escritores da igreja de Roma.

Mas, se for insistido que, se nós admitimos tradição como evidência suficiente de um fato em um caso, nós deveríamos fazer assim em todo outro lugar onde a tradição é tão clara, nós respondemos que a isto nós não temos objeção, dado que esta espécie de prova seja tão necessária e tão clara em um caso quanto no outro. Que qualquer outro fato seja mostrado ser tão completamente atestado quanto à genuinidade dos livros do Novo Testamento, e necessite deste tipo de prova também, e nós não hesitaremos em recebê-lo como verdadeiro, seja qual for sua consequência. Mas o mesmo fato que nós temos estado considerando parece elevar uma forte presunção contra a necessidade de depender de tradição para qualquer outra coisa. Por que estes livros foram escritos? Não foi para comunicar a nós e a todas as eras futuras as revelações de Deus ao homem? Porque é necessário autenticar por testemunho este registro, nós devemos depender do

mesmo testemunho para informação nos pontos de que o registro trata? Seguramente não. Pois nós não temos nada a fazer para a prova destes senão nos referir ao documento em si; de outro modo, a possessão de registros escritos seria inútil. Se, de fato, uma dúvida surgisse sobre o significado de algo no registro, não seria irrazoável inquirir como ele tinha sido entendido e praticado por aqueles que o receberam primeiro; mas se nós encontrássemos uma sociedade agindo em oposição direta a um título escrito do qual sua existência dependia, e pretendendo provar que eles estavam corretos apelando dos documentos escritos a tradições vagas, todos os homens sensíveis não interessados julgariam que o caso era muito suspeito.

4. Nós estamos prontos, além disso, para reconhecer que o evangelho foi a princípio, por vários anos, comunicado oralmente pelos apóstolos e seus assistentes. As igrejas quando primeiramente plantadas não tinham evangelhos escritos; eles recebiam as mesmas verdades agora contidas nos evangelhos e epístolas, pela pregação dos apóstolos e de outros; e, sem dúvida, eram tão bem instruídos quanto aquelas igrejas que têm tido possessão do volume inspirado inteiro. E o que eles tinham assim recebido sem livro eles poderiam comunicar a outros, e assim, se os evangelhos e epístolas nunca tivessem sido escritos, a religião cristã poderia ter sido transmitida de geração a geração. Então, pode ser questionado, por que os escritos destes livros deveriam impedir a transmissão de muitas coisas, que poderiam não estar contidas neles, a futuras gerações? pois não pode ser duvidado que muitas coisas foram ditas e feitas por Cristo que não foram registradas nos evangelhos; e há razão para pensar que os apóstolos eram muito mais completos em seus sermões do que em seus escritos; e que eles estabeleceram muitas regras para a boa ordem e governo da igreja, das quais nós temos em suas epístolas ou nenhuma descrição ou somente breves dicas; que, embora elas pudessem ser prontamente entendidas por aqueles que tinham recebido suas instruções verbais, são insuficientes sem tradição para ensinar-nos quais regras e instituições foram estabelecidas nas igrejas por autoridade apostólica. Ora, se estas foram transmitidas por tradição à próxima geração, e por eles à seguinte, e assim numa série ininterrupta até o presente tempo, nós não estamos tão limitados a receber tais tradições, e ser governados por elas, quanto pela palavra escrita?

Eu tenho, agora, apresentado o argumento em favor das tradições na mais forte luz em que eu sou capaz de colocá-lo; e não seria cândido não admitir que ele veste, à primeira vista, uma face de plausibilidade; e se o caso todo, como

aqui afirmado, pudesse ser formado com evidência satisfatória, eu penso que nós deveríamos ser restringidos a receber, em alguma extensão, esta lei oral da igreja romana. Mas antes que de qualquer homem possa razoavelmente ser requerido repousar sua fé em tradição, ele tem um direito de ser satisfeito sobre vários pontos importantes; como, se fosse o propósito de Deus permitir que qualquer parte da revelação intencionada para o uso da igreja, em todas as eras futuras, ser transmitida por tradição. Pois, como ele direcionou tudo na lei dada no Monte Sinai, intencionado a regular a fé e prática dos israelitas, a ser confiado à escrita por Moisés, não é, de modo algum, improvável que o mesmo plano foi seguido em relação aos escritos do Novo Pacto; especialmente quando é considerado o quão superiores comunicações escritas são às verbais, no que diz respeito à acurácia. Quando um canal para transportar a verdade tem sido disponibilizado, calculado para preservar da corrupção todas as comunicações, e quando é reconhecido que este foi usado por uma parte da matéria a ser transmitida, como pode ser considerado que outra parte deveria ser confiada à incerteza da tradição oral? Por que não confiar o todo à escrita?

Mas é incumbente aos advogados da tradição mostrar, por provas inconfundíveis, que o que eles dizem ter vindo por tradição foi realmente recebido da boca de Cristo, ou do ensinamento de seus apóstolos. Quando eles desejam clamar para esta regra uma autoridade completamente igual àquela que é dada às Escrituras, eles deveriam ser capazes de produzir *as mesmas palavras* em que estas instruções foram dadas. Mas isto eles não pretendem fazer. Pode-se dizer, de fato, que palavras e sentenças, em sua justa ordem e conexão, não podem ser transmitidas por tradição, e, portanto, esta demanda é irrazoável. Eu respondo que esta alegação é muito verdadeira, mas em vez de fazer em favor de tradições, é um argumento forte para provar que nada assim recebido pode ser de igual certeza e autoridade à palavra escrita. Quando um artigo de fé é proposto, o qual está contido nas Escrituras, nós podemos voltar para o texto sagrado e ler as palavras de Cristo e seus apóstolos, e podemos ser assegurados de que elas expressam a verdade contida em dito artigo. Mas se um artigo de fé é declarado ter vindo por tradição, nós não temos oportunidade de saber as palavras em que ela foi expressa: pois, enquanto é pretendido que a doutrina ou instrução nos tem alcançado, as palavras têm sido perdidas; pois qual advogado da tradição é capaz, em um único caso, de nos fornecer as palavras de qualquer revelação divina, que não está contida nas Escrituras sagradas?

Mas é essencial para o crédito das tradições que seja provado claramente que aqueles artigos de religião, ou instituições de adoração, ditos ter sido recebidos desta fonte, têm, de fato, sido transmitidos, sem alteração ou corrupção, de Cristo e seus apóstolos. Não é suficiente que eles tenham sido há muito recebidos, e nem tenham agora a sanção da fé e prática da igreja católica inteira. Deveria ser mostrado que eles sempre têm sido, desde os mesmos dias dos apóstolos, recebidos com consentimento universal. Nós sabemos que a igreja tem sofrido muitas vicissitudes; que ela tem, às vezes, sido quase extirpada pela espada da perseguição; tem sido invadida com erros perigosos; tem sido sobrecarregada com a escuridão da ignorância gótica; e nós cremos que se tem apostatado grandemente da pureza de doutrina e adoração; e isto concorda com a profecia de Paulo, que claramente intima que viria um tempo quando deveria haver uma *queda*. Agora, pode ter acontecido que durante este longo período de adversidade, heresia, escuridão, e corrupção, muitas coisas podem ter rastejado, e podem ter obtido um extensivo e firme fundamento que era totalmente desconhecido nos dias dos apóstolos, ou na igreja primitiva; e que isso tem, de fato, ocorrido, nós não somos deixados à conjectura. É uma matéria de registro histórico que não pode ser disputado, e que não é negado nem mesmo pelos próprios romanistas. Quem, que não é insano com preconceito, poderia persuadir a si mesmo de que todas as opiniões, ritos e cerimônias, que agora existem na igreja romana, prevaleciam nos tempos dos apóstolos, e foram recebidas deles por tradição?

Além disso, há uma multitude de outras coisas recebidas e mantidas como importantes pela igreja de Roma, das quais não há vestígio nas Escrituras, e concernente às quais não há tradição primitiva. Muitas regras e cerimônias que têm há muito estado em uso podem ser traçadas a seu começo num período muito posterior àquele dos apóstolos. Ora, em meio a tal massa de tradições, como pode ser determinado que elas têm sido transmitidas de Cristo e seus apóstolos? Talvez nós seremos informados que o cabeça infalível da igreja pode determinar com certeza o que nós deveríamos crer e praticar; mas se há sobre a terra um juiz infalível, nós não temos necessidade de tradições. Tudo o que é necessário é, para esta pessoa, estabelecer seu clamor de infalibilidade, e então tudo será tanto limitado a receber suas decisões, quanto se elas fossem expressamente escritas nas Escrituras santas. Com base nisso, a controvérsia entre os romanistas e protestantes começou. Os defensores do antigo sistema apelavam para a autoridade do papa, e a infalibilidade da igreja, mas, como foi impossível sustentar a si mesmos

pela Escritura nestes pontos, eles acharam que era muito conveniente se valer da doutrina de tradições não escritas, que eles pretendiam que tinham sido transmitidas de Cristo e seus apóstolos. Garanta-lhes isto, e não há doutrina, embora absurda, que não possa ser suportada. Garanta-lhes isto, e será em vão apelar mais às Escrituras sagradas como um padrão de verdade; pois esta lei tradicional não só inculca o que não é encontrado nas Escrituras, mas ensina a única interpretação verdadeira da Escritura. Tradições podem, portanto, ser consideradas o baluarte da igreja romana. Conceda-lhes a base que eles assumem, e o corpo inteiro de suas leis cerimoniais e práticas não escriturais está seguro. Pois, como eles podem inventar quais tradições lhes agradam, tendo a manutenção delas inteiramente em suas próprias mãos, eles estão preparados para defender cada parte de seu sistema: mas tome isto deles, e sua defesa foi-se. Traga-os para o fundamento do testemunho escritural claro, e eles estão fracos; pois é manifesto que a Bíblia não sabe nada de sua acumulação monstruosa de ritos supersticiosos.

O Concílio de Trento, pois, inicialmente em suas sessões, fez um decreto sobre este assunto, em que, depois de reconhecer as Escrituras, eles adicionam: “O Santo Sínodo recebe e venera tradições relacionadas a ambas, fé e maneiras, procedendo da boca do próprio Cristo, ou como ditadas pelo Espírito Santo, e preservadas numa sucessão ininterrupta na igreja católica, com igual afeição e reverência às Escrituras escritas.” Este foi o primeiro decreto da quarta sessão deste famoso Concílio.

Antes de deixar este assunto, será próprio considerar alguns dos outros argumentos que os romaniístas apresentam em suporte de suas amadas tradições.

E a primeira é impor, como é derivado das expressas declarações da Escritura, em que nós somos exortados a obedecer a tradições. “Mandamos-vos, irmãos, no nome de nosso Senhor Jesus, que vos aparteis de todo irmão que caminha desordenadamente, e não segundo a tradição que ele recebeu de nós.”¹ Aqui Paulo faz expressa menção de tradição. E no capítulo precedente: “Portanto, irmãos, estai firmes e retende as tradições que vos têm sido ensinadas, seja por palavra, seja por epístola nossa.” Agora, tudo que é necessário para refutar o argumento derivado destas e de semelhantes passagens, onde a palavra *tradições* é usada, é observar que Paulo emprega esta palavra num sentido muito extensivo para significar quaisquer doutrinas ou instituições que ele tinha entregado às igrejas, seja por sua pregação ou escrita. E no verso primeiro citado, ele evidentemente se re-

¹ 2 Ts. 3. 6, 7, 11, 15.

fere ao que ele tinha dito a eles em sua primeira epístola, pois as palavras são as seguintes: “Pois vós sabeis como vós deveríeis nos seguir; pois nós não nos comportamos desordenadamente entre vós; nem nós comemos pão de qualquer homem por nada, &c.” Ora, esta tradição que ele ordenou a que os tessalonicenses obedecessem estava contida na primeira epístola endereçada a eles, onde é dito: “E procureis viver quietos, e tratar dos vossos próprios negócios, e trabalhar com vossas próprias mãos, como já vo-lo temos mandado.” 1 Ts. 4. 11. E na citação do segundo capítulo está claro que por *tradições*, o apóstolo não se referia meramente às comunicações orais, pois ele se explica, dizendo: “seja por palavra ou epístola”. Não é negado que Paulo entregou muitas coisas oralmente às igrejas, como já tem sido reconhecido. Todas as instruções dadas às igrejas primeiramente plantadas, eram orais, pois nenhuns evangelhos nem epístolas foram escritos ainda; mas o verdadeiro ponto em disputa é se qualquer artigo de fé, ou qualquer instituição importante, assim originalmente comunicado, foi omitido quando os livros do Novo Testamento foram escritos por inspiração divina. Se, enquanto uma parte da revelação de Deus, para o uso de sua igreja, foi confiado à escrita, outra parte importante foi deixada a ser transmitida por tradição. Que a palavra *tradição*, como usada por Paulo, não faz nada em favor da doutrina da igreja romana, é evidente, porque por esta palavra ele comumente intenciona tais coisas como foram distintamente registradas nas Escrituras. Assim, em sua primeira epístola aos Coríntios, ele diz: “Pois eu *entreguei* a vós primeiro de tudo”, onde a palavra para transmitir por tradição é usada; mas quais coisas foram que ele tinha comunicado por tradição a eles? Ele informa-nos nas seguintes palavras: “Que Cristo morreu por nossos pecados, segundo as Escrituras, e que foi sepultado, e que ressuscitou ao terceiro dia, segundo as Escrituras.” 1 Co. 15. 3, 4.

É manifesto, portanto, que o argumento derivado da exortação de Paulo a obedecer à tradição, é somente uma sombra, e aniquila-se sob o mais sutil toque de justa examinação.

2. Seu próximo e principal argumento é derivado das frequentes declarações dos Pais primitivos em favor da tradição. Cipriano refere-se àqueles que poderiam estar em dúvida com respeito a qualquer doutrina da *santa tradição* recebida de Cristo e seus apóstolos; e Ireneu, quando citado por Eusébio, diz: “que aquelas coisas que ele ouviu Policarpo relatar concernente a Cristo, suas virtudes e suas doutrinas, que ele tinha aprendido de conversa com os apóstolos, ele tinha

inscrito em seu coração, e não no papel.” Mas depois de algumas poucas sentenças, ele informa-nos “que tudo que ele tinha ouvido deles estava em concordância com as Escrituras (πάντα σύμφωνα ταῖς γραφαῖς)”. Esta sentença de Ireneu é de grande importância, porque ela nos ensina como os Pais entendiam este assunto. Eles recebiam tais tradições como transmitidas através de homens piedosos desde os apóstolos, mas eles comparavam-nas com as Escrituras; mesmo então as Escrituras eram o padrão pelo qual todas as tradições devem ser julgadas. Ireneu insinua, simplesmente o suficiente, que se o que ele tinha ouvido de Policarpo não tinha estado em concordância com as Escrituras, ele não o teria considerado como merecedor de atenção.

Mas os mesmos Ireneu e Tertuliano têm falado em termos ainda mais fortes em favor de tradição em suas controvérsias com hereges. O primeiro, no terceiro capítulo do terceiro livro de sua obra sobre Heresias, diz: “A tradição dos apóstolos é manifesta no mundo todo. Na igreja, ela é exposta à visão de todos aqueles que desejam conhecer a verdade.” E no capítulo quarto: “Não é necessário buscar a verdade de outros, que pode facilmente ser adquirida da igreja, pois os benditos apóstolos têm depositado nela, mais completamente, todas aquelas verdades que são necessárias, de forma que cada um possa beber da água da vida. Esta é a verdadeira porta da vida, e todos os outros são ladrões e salteadores; a eles nós deveríamos evitar; mas naquelas coisas que pertencem à igreja nós dever-nos-íamos deleitar com grande diligência, e deveríamos ficar firmes na *tradição da verdade*. Pois e se os apóstolos não nos tivessem deixado nenhuns escritos, nós não deveríamos seguir a ordem de *tradições*, que aqueles, a quem as igrejas foram confiadas, nos têm entregado? À qual instituição muitas nações bárbaras têm-se submetido, não tendo nem letras nem tinta, mas tendo a *tradição* dos apóstolos inscritas em seus corações, à qual eles também seguem.”

Tertuliano, em sua obra concernente a “Prescrições”, diz: “Se Cristo comissionou certas pessoas para pregarem seu evangelho, então certamente ninguém deveria ser recebido como pregadores, exceto aqueles apontados ao ofício por ele. E como eles pregavam o que Cristo lhes revelou, o que eles ensinavam só pode ser conhecido aplicando-se às igrejas que os apóstolos plantaram, pregando a elas, seja *viva voce*, ou por suas epístolas. Logo, toda doutrina que concorda com aquilo mantido pelas igrejas apostólicas deve ser considerado como verdadeiro e mantido firme, porque as igrejas receberam-no dos apóstolos, os apóstolos de Cristo, e Cristo de Deus; mas todas as outras doutrinas que são repugnantes

àquelas recebidas pelas igrejas deveriam ser rejeitadas como falsas, como repugnantes àquela verdade ensinada pelos apóstolos, por Cristo, e por Deus.”

Estas declarações de tais homens em favor da tradição parecem, à primeira vista, ser completamente favoráveis à doutrina da igreja de Roma; mas nós não nos desesperamos de sermos capazes de convencer o leitor cândido de que, quando a ocasião em que estas coisas foram ditas, e o caráter e opiniões das pessoas contra quem estes Pais escreveram são considerados, seu testemunho, em vez de fazer contra a suficiência das Escrituras, corroborará as opiniões que nós mantemos. Eles não apelam para a tradição, seja observado, para confirmação de artigos de fé não contidos nas Escrituras; mas as doutrinas que eles estão defendendo estão entre as mais fundamentais contidas no Novo Testamento. Elas são precisamente as doutrinas que são compreendidas no Credo dos Apóstolos. Ora, apelar para a tradição para a confirmação de tais doutrinas como estas, nunca pode ser de qualquer força provar que outras doutrinas não contidas nas Escrituras podem ser estabelecidas por tradição. Mas pode ser perguntado, se aquelas doutrinas concernentes ao que eles disputavam são simplesmente inculcadas no Novo Testamento, por que ter recurso à tradição? Por que não apelar de uma vez às Escrituras? A isso eu responderia que Ireneu faz pouco mais no terceiro, quarto e quinto livros de sua obra do que confirmar a verdade por uma copiosa citação de Escritura.

Nada pode ser mais manifesto, portanto, do que o fato de que as matérias em disputa não eram tais que poderiam somente ser provadas por tradição, mas elas eram tais verdades que jaziam no mesmo fundamento da religião cristã, e para cujo registro os evangelhos e epístolas foram escritos. Mas, ainda a questão retorna: por que estes Pais apelaram para prova à tradição, quando eles tinham testemunho tão completo e decisivo das Escrituras? A resposta a esta questão mostrar-nos-á, da maneira mais clara, que as visões de Ireneu e Tertuliano, relativas às Escrituras e às tradições, eram tais quais são agora mantidas pelos protestantes, e que os hereges, a quem eles se opunham, ocupavam aproximadamente o mesmo fundamento que os romanistas agora fazem nesta controvérsia. Estes hereges ou rejeitavam as Escrituras como uma regra insuficiente, e declaravam que elas não eram competentes para a decisão de tais matérias; ou eles então as corrompiam, para que fosse inútil apelar para elas por prova; porque testemunhos derivados das Escrituras genuínas eles não admitiam. Isto não é conjectura; pois Ireneu tem explicitamente afirmado o caso. “Quando”, diz ele, “eles são

confutados pelas próprias Escrituras, eles alegam que elas não estão corretas, ou não têm autoridade, e afirmam que elas falam tão variadamente, que a verdade não pode ser estabelecida por elas sem *tradição*; porque, eles dizem, ela foi transmitida, não por cartas, mas *viva voce*.” E Tertuliano diz: “Esta heresia não recebe nenhuma das Escrituras; e o que eles recebem é tão corrompido por adições, ou detrações, para se amoldar à sua própria doutrina, que eles não podem ser ditos receber as Escrituras inteiras, &c.” De novo: “Eles pretendem que os apóstolos não desejavam revelar todas as coisas simplesmente, pois enquanto eles faziam conhecidas certas verdades a todos, havia outras que eles comunicavam secretamente, e para umas poucas pessoas, que eles dizem que o apóstolo Paulo intencionava pelo *depositum*.”

Destas citações, a razão por que estes Pais tinham recurso a tradições é muito manifesta. Foi a única base em que estes hereges poderiam ser encontrados; pois eles negavam (como os romaniístas agora fazem) que as Escrituras eram um padrão de verdade certo e suficiente. Eles diziam que seu significado não poderia ser determinado sem tradição; que elas eram defeituosas; e também, que havia algumas partes que eles não reconheciam; e eles mantinham, além do mais, que algumas coisas nunca foram confiadas à escrita, mas intencionalmente transmitidas por tradição. Nós não, de fato, esperamos encontrar a exata doutrina dos romaniístas com respeito às Escrituras e tradição, em um período tão primitivo da igreja: mas, infelizmente, por causa deles, as pessoas que são encontradas concordando com eles são grossos hereges.

Agora é fácil ver por que o apelo foi feito pelos Pais à tradição universal; e eles mostram que, em seu dia, tradição e Escritura eram harmoniosas; e que se os apóstolos não tivessem escrito nada, o consentimento de todas as igrejas seria suficiente para provar que as doutrinas que eles defendiam foram recebidas dos apóstolos. Em vez, portanto, de usar tradição, como os romaniístas fazem, para provar alguma doutrina não contida na Escritura, eles usavam-na meramente para confirmar as verdades que estão manifestamente contidas no Novo Testamento. Eles não estavam em perda para os testemunhos das Escrituras para estabelecerem estas verdades, mas eles estavam disputando com homens que não admitiam que a autoridade das Escrituras era decisiva, e, portanto, eles apelam para tradição universal em suporte delas. É dito, de fato, por Ireneu, que muitas nações bárbaras tinham recebido a fé, entre as quais cartas e escritos eram desconhecidos. Eles devem, portanto, é concluído, tê-la recebido de tradição. Muito

bom. Tal como tribos pagãs agora recebem, daqueles missionários que pregam o evangelho a elas, um breve resumo das doutrinas mais importantes do Novo Testamento. As verdades que estas nações bárbaras receberam não eram diferentes daquelas contidas nas sagradas Escrituras, mas as mesmas ensinadas num credo curto e compreensivo. De fato, nós temos aqui a verdadeira origem daquele símbolo de doutrina, comumente chamado o Credo dos Apóstolos, que foi um resumo do Cristianismo, usado em tempos muito primitivos na instrução daqueles que não eram capazes de ler o Novo Testamento, ou que ainda não tinham acesso a ele. Há existente um número destes credos, que a princípio eram muito curtos; mas foram depois aumentados, à medida que novas heresias surgiam. O bispo Usher encontrou vários destes em manuscritos muito antigos, todos os quais são substancialmente os mesmos que o credo chamado “o Credo dos Apóstolos”. Que Ireneu realmente se referiu, na passagem aludida, a estas doutrinas elementares, ele explicitamente nos informa; pois, imediatamente depois de mencionar estas nações bárbaras, que estavam destituídas de “letras e tinta”, ele adiciona: “Crendo em um Deus, o Criador do céu e da terra, e de todas as coisas que estão neles; e em Jesus Cristo o Filho de Deus, que, por seu excessivamente grande amor por suas criaturas, se submeteu a ser nascido de uma virgem, unindo por si mesmo o homem a Deus; e tendo sofrido sob Pôncio Pilatos, e tendo ressuscitado, foi recebido no céu; prestes a vir novamente em glória; o Salvador daqueles que são salvos, e o juiz daqueles que são julgados; e enviará ao fogo eterno os perversores da verdade, e os desprezadores de seu Pai, e de sua vinda; os quais bárbaros, se qualquer um lhes anunciasse as doutrinas inventadas por hereges, parando seus ouvidos, eles fugiriam para longe deles. Assim, a tradição apostólica antiga não sanciona aquelas monstruosas opiniões inculcadas por hereges.”

No segundo capítulo do primeiro livro da mesma obra, Ireneu descreve a doutrina apostólica, assim: “A igreja, plantada pelos apóstolos e seus discípulos por todo o mundo, até aos confins da terra, recebe a mesma fé; a qual é, em um Deus Todo-Poderoso, o Pai, que fez o céu e a terra, o mar, e todas as coisas que neles há; em um Jesus Cristo, o Filho de Deus, encarnado para nossa salvação; e no Espírito Santo, que pelos profetas, predisse a boa vontade de Deus; seu advento; sua geração de uma virgem; sua paixão, e ressurreição dos mortos; e a ascensão na carne de nosso amado Senhor Jesus Cristo; e sua vinda novamente do céu, na glória de seu Pai, como nosso Senhor Jesus Cristo; nosso Deus, Salvador,

e Rei; diante de quem, de acordo com o bom prazer do Pai invisível, todo joelho se dobrará, de coisas no céu e coisas na terra, e coisas debaixo da terra, e toda língua confessará a justiça de seus julgamentos para com todos, quando ele enviar espíritos ímpios, anjos caídos e apóstatas, e homens blasfemos, ao fogo eterno; mas o justo e direito que tem mantido seus preceitos, e perseverado em seu amor, alguns, de fato, desde o começo, e outros, tendo recebido o dom do arrependimento, ele cercará com glória eterna. Esta fé, a igreja espalhada por todo o mundo diligentemente mantém, como se ela habitasse uma casa, e crê nela, como se possuísse senão uma alma e um coração; e de acordo com a mesma, ela ensina e prega como com uma boca. Embora as línguas que há no mundo sejam diferentes, porém há uma e mesma *tradição*. Nem as igrejas que estão fundadas na Alemanha creem diferentemente daquelas na Itália, nem daquelas que estão no Egito, ou na Líbia, ou no meio do mundo. Mas como o sol é um e o mesmo em todo o mundo, assim a luz e pregação da verdade brilham em todo lugar, e iluminam todos os homens, que desejam chegar ao conhecimento da verdade”, &c.

Esta é, então, a tradição apostólica, da qual estes Pais falam em tais altos termos: não qualquer doutrina secreta, nunca confiada à escrita; não quaisquer artigos de fé, ou ritos de adoração, dos quais nenhum vestígio pode ser encontrado na Bíblia; mas as simples, proeminentes, fundamentais doutrinas da religião cristã: as mesmas doutrinas contidas no Credo dos Apóstolos. Que a pregação do evangelho precedeu a circulação das Escrituras nós admitimos, mas esta pregação, nós insistimos e temos provado, não continha nada diferente daquilo que está escrito nos evangelhos e epístolas.

Tertuliano fala para o mesmo propósito, e fornece-nos outro resumo da fé comum dos cristãos primitivos: “A regra de fé”, diz ele, “é aquela pela qual é criado que não há mais do que um Deus, e nenhum outro além do Criador do mundo, que produziu todas as coisas do nada, por sua Palavra, primeiro de tudo enviada, a qual Palavra é chamada seu Filho; foi visto sob diferentes formas pelos patriarcas; foi sempre ouvido pelos profetas; e finalmente, pelo Espírito e poder de Deus, sendo concebido pela Virgem Maria, tornou-se carne em seu ventre. Jesus Cristo, tendo assim se tornado homem, publicou uma nova lei, e uma nova promessa do reino do céu; foi crucificado; ressuscitou ao terceiro dia; foi elevado ao céu; sentou-se à mão direita de Deus o Pai; enviou, como seu substituto, o poder do Espírito Santo, para influenciar aqueles que creem; virá novamente

em glória para tomar seus santos para a fruição da vida eterna e das promessas celestiais, e para condenar o profano ao fogo eterno; no qual tempo, haverá uma ressurreição de ambas as partes, e a carne será restaurada. Esta regra de fé foi instituída por Cristo, e não é questionada por ninguém, senão pelos hereges, e tais que ensinam aquelas coisas que os hereges fazem.”¹

Estas são as tradições apostólicas que foram universalmente recebidas; as mais simples e mais fundamentais doutrinas da religião cristã, que são amplamente escritas em todo evangelho, e totalmente reconhecidas em toda epístola. Até agora, então, não parece que nada foi deixado para a tradição não escrita, para ser comunicado a eras futuras; pois aquelas mesmas verdades que foram a princípio entregues oralmente pelos apóstolos, foram depois registradas por inspiração; e quando os pregadores do evangelho instruíam os ignorantes, que não estavam familiarizados com cartas, eles ensinavam-nos, precisamente, senão um caminho sumário, o qual está escrito no Novo Testamento.

3. Outro argumento, do qual dependem os advogados da tradição, é derivado do fato de que há algumas doutrinas, não expressamente mencionadas na Escritura, que são universalmente inculcadas pelos Pais, que todos os cristãos verdadeiros têm recebido como artigos de fé, em todas as eras sucessoras, e que não são negadas, nem mesmo pelos protestantes. A esta classe pertencem a doutrina da Trindade; a doutrina do Filho sendo da mesma substância que o Pai; a deidade do Espírito Santo; sua procedência do Pai e do Filho; as duas naturezas em Cristo constituindo uma pessoa; o batismo de infantes; a observância religiosa do dia do Senhor, &c. Ora, em relação a estes artigos de religião, nós observamos que, embora eles não estejam contidos na Escritura, em muitas palavras, eles podem ser derivados da Escritura por inferência legítima; e conclusões justamente deduzidas das declarações da palavra de Deus, são tão verdadeiramente partes da revelação divina, quanto se elas fossem expressamente ensinadas no volume sagrado. Todos os artigos mencionados acima, são capazes de satisfatória prova a partir da Escritura; e se nós não os encontrássemos ali, nós não nos deveríamos sentir sob a obrigação de recebê-los. Nós não negamos, porém, que o consentimento universal, e uniforme prática da igreja primitiva, deveria ter grande peso em confirmar nossa fé em doutrinas importantes, e em satisfazer-nos de que certas coisas não explicitamente mencionadas na Escritura eram praticadas pelos apóstolos. Embora a doutrina da Trindade, e a essencial deidade do Filho e do

¹ Tertull. De Præscriptionibus.

Espírito Santo sejam doutrinas muito simplesmente ensinadas no Novo Testamento, porém, numa matéria de tão vasta importância, não pode senão proporcionar satisfação a todo inquiridor sincero, encontrar que estas doutrinas, que eram universalmente cridas pelos Pais, sejam ensinadas nos escritos dos apóstolos.

E, embora haja princípios e fatos registrados no Novo Testamento, dos quais pode ser justamente concluído que o primeiro dia da semana foi separado para a adoração pública, e que os infantes de crentes eram, desde o começo, batizados, e assim conectados com a igreja visível; porém, como estas instituições não são tão expressamente incluídas na Escritura para remover toda incerteza, o fato de sua observância universal, na igreja primitiva, tem, merecidamente, grande influência em convencer-nos de que nossos arrazoamentos e inferências dos princípios escriturais estão corretos. Mas, por que nós deveríamos ser requeridos receber estas coisas meramente sob a autoridade da tradição, quando os Pais apelaram para sua verdade à regra infalível contida no Novo Testamento? Assim, sobre o assunto do batismo infantil, que os romaniístas pretendem ser derivado unicamente de tradição, nós encontramos os Pais apelando não somente à prática universal e tradição apostólica, mas frequentemente às palavras da Escritura, em que eles criam que a prática era implicitamente autorizada. Ireneu, Orígenes, Agostinho, Cipriano, Ambrósio, e Crisóstomo, todos apelam para a Escritura ao tratar deste assunto, embora eles, de fato, coloquem grande ênfase na derivação desta prática desde os apóstolos por tradição indubitável. Não é negado, porém, que depois de algum tempo uma deferência indevida foi prestada a tradições. Será mostrado daqui por diante que muitos foram enganados da simplicidade do evangelho por estes mesmos meios. Ao produzir muito prontamente um assentimento a tradições, eles foram conduzidos a adotar opiniões falsas, algumas das quais eram diretamente repugnantes à palavra escrita. Pode não ter peso conosco, pois, aduzir um escritor como Epifânio exaltando tradição; pois pode ser provado que desta fonte ele embebeu muitas noções tolas, e histórias fabulosas, que os mais imparciais entre os romaniístas estão longe de receber como nós estamos. Nem nós nos sentimos limitados, neste assunto, a adotar todas as opiniões em quaisquer lugares encontradas nos escritos de Orígenes, Basílio, Agostinho, &c.; pois nós somos persuadidos de que este foi um dos erros da antiguidade, e que ele foi prolífico de numerosos males, pelo qual a igreja de Deus se tornou grandemente corrompida em tempos posteriores. Mas isso não res-

ponde a nenhum propósito à igreja romana para apelar a estas autoridades; pois eles mesmos não recebem como artigos de fé ou partes da adoração divina, tudo que estes Pais derivaram de tradição. O princípio dos protestantes sempre tem sido que as Escrituras contêm todas as coisas necessárias para guiar a fé e prática de crentes; e eles não se sentem sob a obrigação de receber nenhum artigo de religião que não pode ser provado estar contido no volume sagrado. Se, na explanação da Escritura, luz puder ser derivada de tradição, ou da opinião universal ou prática da igreja primitiva, eles são muito desejosos de se valerem dela, como elas devem derivar auxílio de qualquer outro quartel: mas desde que eles são convencidos de que os Pais eram homens falíveis, e realmente caíram em muitos erros, seria tolice construir sua fé em suas opiniões, muito mais adotar seus erros, conhecendo-os como tais. “A BÍBLIA É A RELIGIÃO DOS PROTESTANTES.”

O fato é que os Pais geralmente dependiam da Escritura para a prova de suas doutrinas; e chamavam o auxílio da tradição somente para confirmar as doutrinas que eles derivavam da palavra escrita. E aqui é importante destacar que tradição, nos tempos mais puros e primitivos da igreja, era uma coisa muito diferente do que ela é agora. Homens que viveram dentro de um ou dois séculos dos apóstolos tiveram uma oportunidade de determinar suas opiniões e práticas da tradição, com um grau de certeza que é completamente inatingível depois do lapso de eras de erro e trevas. Se fosse concorde receber como apostólico tudo que os Pais primitivos professaram ter recebido por tradição dos apóstolos, seria muito irrazoável ser requerido admitir como divina a monstruosa massa de tradições mantidas pela igreja romana, que tem sido acumulada por eras.

Mas é capaz da mais clara prova que grande incerteza atendia a todas as matérias recebidas por tradição, que não estavam contidas na Escritura, mesmo naqueles tempos que estavam mais próximos dos dias dos apóstolos. Este fato é manifesto, no caso de Papias, que foi um contemporâneo do último dos apóstolos; e de Clemente de Alexandria, que viveu no século II. Se, então, a tradição era tão incerta, em sua própria fonte, quem pode colocar qualquer confiança neste canal de comunicação, depois que ele tem aumentado em impureza por dezessete séculos? Se o fluxo tinha sido puro em seu começo, ele, por este tempo, ter-se-ia tornado tão turbido, e tão envenenado, que nenhuma dependência poderia ser colocada na informação transportada por ele. Mas onde certas coisas são ditas terem sido recebidas por tradição do apóstolo João, em segunda mão, foi julgado importante verificá-las, por uma comparação com as Escrituras, co-

mo nós já temos visto. Quão irrazoável então é a demanda, de que nós deveríamos agora receber todas as tradições, que têm sido transmitidas até nós, sem qualquer teste de sua genuinidade, ou qualquer comparação delas com os oráculos de Deus!

Aqui também é necessário observar que há uma ampla distinção a ser feita entre artigos de fé e instituições de adoração que são obrigatórios a todos, e tais modos de adoração que foram adotados sob a regra de “fazer todas as coisas decentemente e em ordem”, ou de noções de conveniência, com uma visão de conciliar aqueles que estavam de fora. Pode ser provado, de fato, dos escritos dos Pais, que muitas coisas deste tipo existiam, que eles nunca pensaram em colocar num nível de igualdade com a fé recebida dos apóstolos. E pode ser aqui destacado que foi um dos primeiros e maiores erros em que a igreja caiu, depois que a inspiração cessou, em fazer um uso muito livre desta doutrina da *conveniência*. Os abusos que se arrastaram sob esta ilusória dissimulação não foram previstos. Os Pais não viram prejuízo numa cerimônia indiferente, à qual, talvez, seus novos convertidos foram inseridos de longo costume. Ao adotar coisas deste tipo, a igreja que estava, a princípio, simples e desimpedida com ritos, tornou-se estranhamente metamorfoseada; e no lugar de seu simples manto branco, assumiu um lindo vestido enfeitado com ornamentos espalhafatosos e de várias cores. Esta prática de inventar novas cerimônias aumentaram até, no processo do tempo, o ritual pesado da lei levítica não ser comparável à liturgia da igreja cristã. Quem agora atende uma capela romana em algum alto dia suporia que o serviço realizado estava conectado com a religião do Novo Testamento?

É de nenhuma consequência, portanto, aduzir testemunhos dos Pais dos séculos II, III, e IV da era da igreja cristã para mostrar que tais cerimônias estavam, então, em uso em alguma parte particular da igreja, ou mesmo na igreja universal. Todos sabem por que meios estas coisas foram recebidas e obtiveram prevalência. Mas seja mantido em memória que os Pais não afirmam que estes usos foram derivados dos apóstolos; nem eles pretendem que eles eram necessários; e concordemente nós encontramos que em diferentes países eles não eram os mesmos.

4. Eu venho, agora, considerar o último argumento para tradições não escritas que eu tenho sido capaz de descobrir. É isto: que sem o auxílio da tradição, as Escrituras não serão de real benefício para nós, porque é só por estes meios que nós podemos chegar ao seu verdadeiro significado. E é alegado que os Pais, em

todas as disputas com os hereges, ao se referirem à Escritura, ainda apelavam para a tradição universal para uma verdadeira exposição do significado das passagens aduzidas.

Numa resposta em retorno a este argumento, eu observaria que mesmo que nós garantíssemos tudo pelo que se contende, não seria uma concessão do principal ponto da controvérsia. O clamor dos romaniístas, tão descaradamente avançado no decreto de Trento, já citado, é: “Que tradições relativas a ambas, fé e maneiras, devem ser recebidas com igual afeição e reverência como as Escrituras canônicas.” E para que nós não percamos nada para saber quais artigos de fé são pretendidos ser recebidos por tradição somente, PEDRO UM SOTO, um dos grandes defensores dos decretos do Concílio de Trento, e um membro daquele Concílio, explicitamente declara: “Que a regra é infalível e universal; que quaisquer coisas que a igreja romana crê e mantém, que não estão contidas nas Escrituras, devem ser consideradas derivadas dos apóstolos; dado que as observâncias não podem ser traçadas a nenhuma origem ou autor certo.” Tudo em uso nesta igreja, de cujo começo nós somos ignorantes, deve ser atribuído aos apóstolos sem dúvida, e sem prova adicional! E então ele descende a doutrinas e ritos particulares, os quais, de acordo com esta regra vasta, nós devemos receber como transmitidos por tradição dos apóstolos. Entre estes estão “a oblação do sacrifício do altar, unção com crisma ou o santo óleo, invocação dos santos, o mérito de boas obras, a primazia do pontífice romano, a consagração da água no batismo, o sacramento da confirmação, de ordens, de matrimônio, orações pelos mortos, extrema unção, confissão auricular, e satisfação”, &c. Mas além destas há inúmeras outras coisas que são mantidas sagradas pela igreja romana que não podem ser provadas da Escritura, tal como a mutilação da Ceia do Senhor, o celibato do clérigo, a distinção de carnes, purgatório, romarias, indulgências, a adoração de imagens e relíquias, a canonização de santos, &c. Agora, ela não pode pretender que todos estes foram recebidos dos apóstolos, pois alguns deles estão em direta repugnância às simples declarações da Escritura; e a ocasião da introdução de alguns deles é matéria de história, como é reconhecido pelos próprios romaniístas. E seguramente não é um argumento muito convincente da origem apostólica de doutrinas ou cerimônias, que nós não saibamos quando elas surgiram.

Mas o argumento agora sob consideração renuncia esta base, e volta-se para as Escrituras como o fundamento da fé, mas insiste que a verdadeira interpreta-

ção da Escritura só pode ser conhecida por tradição. Sobre isso nós destacamos:

Que muitas coisas na Escritura são tão claras que elas permanecem sem necessidade de interpretação. Elas já são tão simples quanto qualquer exposição pode fazê-las. Quem quer que a tradição lhe ensine que Cristo é o Filho de Deus; foi nascido da virgem Maria; foi crucificado sob Pôncio Pilatos, ressuscitou ao terceiro dia, e ascendeu aos céus, donde ele virá novamente para julgar o mundo? Se nós não podemos entender as simples declarações da Escritura, nem poderíamos nós entender uma exposição. Se nós não podemos saber o que os apóstolos e evangelistas disseram em suas mais simples declarações quando nós temos suas próprias palavras diante de nós, como nós saberemos qual é o significado da vaga linguagem da tradição?

Há muitas partes do Novo Testamento das quais a tradição não tem transmitido interpretação. Se nós desejamos saber seu significado, é em vão que nós nos apliquemos aos Pais por instrução. Eles são silentes. Eles não têm comentado sobre estes livros e passagens. A qual dos Pais eu recorrerei para uma exposição do livro de Apocalipse? Ou o próprio papa, auxiliado por todos os seus cardeais, ou pelo concílio ecumênico, empreende dar-nos a verdadeira interpretação desta profecia? Não pode ser verdadeiro que a Escritura possa ser interpretada somente por tradição; a menos que nós concordemos em ceder uma larga parte do Novo Testamento como inteiramente incapaz de ser entendida.

Nós não podemos construir nossa fé na interpretação dos Pais, em todos os casos, porque eles frequentemente caem em erros palpáveis, o que não é negado pelos próprios romanistas; e novamente, eles diferem entre si mesmos. Como então pode ser conhecido qual é a interpretação que foi recebida dos apóstolos? Devo eu seguir JUSTINO, ou IRENEU, ou CLEMENTE de Alexandria? ou devo eu crer em todas as interpretações alegóricas contidas nas Homilias de Orígenes, de acordo com as quais as mais simples passagens são feitas significar algo perfeitamente estranho do sentido literal? Se a tradição que traz esta interpretação não é encontrada nos escritos dos Pais, onde ela está? E como ela tem sido transmitida? Seguramente, o que nunca foi mencionado nem registrado pela igreja antiga não deveria ser recebido como uma tradição apostólica; pois, como o grande CHILLINGWORTH diz: “Uma tradição silente é como um trovão silente”, uma coisa inconcebível. Mas nós seremos informados que a igreja tem preservado este depósito, e pode testificar que ele foi derivado dos apóstolos. Qual igreja? E onde está o testemunho dela? E como nós sabemos que entre tal massa de tradi-

ções, algumas não se têm arrastado, as quais se originaram em outras fontes que não o ensinamento de Cristo e seus apóstolos? Quem guardou estas tradições seguramente quando a igreja foi devastada com ignorância gótica e barbarismo? Quem manteve este tesouro não adulterado, quando o arianismo predominou? Se há tal lei oral, contendo uma exposição da Escritura, como tem acontecido que tem havido tais dissensões sobre doutrina na própria igreja romana? E, como é reconhecido, que muitos usos da igreja têm tido sua origem há muito desde os dias dos apóstolos, que autoridade há para estas inovações? Se a autoridade da igreja foi suficiente para estabelecer estas, ela poderia tão facilmente estabelecer o resto, e não há necessidade de tradição apostólica: mas se há uma distinção a ser feita entre observâncias derivadas dos apóstolos, e tais que têm sido inventadas por homens, como nós podemos traçar a linha entre elas?

Um crente implícito na infalibilidade do papa julgaria suficiente responder que Sua Santidade em Roma sabe certamente o que é apostólico, e o que não é; o que é obrigatório e o que não é. Tudo o que nós temos que fazer é crer o que ele crê, ou o que ele diz crer. Agora, sem disputar as pretensões do bispo de Roma a tal conhecimento extraordinário, no presente eu perguntaria se nós devemos ir a um juiz infalível para aprender quais tradições são apostólicas, que uso há em tradições? Por que este professor infalível não declara de uma vez o que é verdade em todos os casos, sem o problema de buscar na antiguidade por tradições, que nunca podem ser encontradas?

Mas se for alegado que as tradições que deveriam ser recebidas como a regra de nossa fé, são tais quais eram universais, e concernente às quais não pode haver nenhuma dúvida, eu respondo que muitas tais tradições podem de fato ser encontradas, mas a que elas dizem respeito? Aquelas mesmas doutrinas que são muito simplesmente e frequentemente inculcadas na Escritura, e das quais nós não necessitamos de exposição; pois, como foi dito, elas são expressas tão claramente quanto qualquer exposição possa ser. Mas isso nos dá satisfação para encontrar a igreja abertamente professando, desde o começo, aquelas verdades que nós encontramos registradas na Escritura. Se ela não adiciona confirmação à nossa fé nestes pontos, ela dá-nos prazer de encontrar tal harmonia na crença de verdadeiros cristãos.

Finalmente, é perigoso confiar em tradições. Hereges de todas as eras se abrigavam sob esta doutrina. Aqueles com quem Tertuliano contendia alegavam que os apóstolos não sabiam tudo o que era necessário, pois Cristo declarou que ele

tinha muitas coisas a dizer, que eles ainda não podiam suportar; ou havia algumas coisas que eles não ensinavam publicamente, nem confiaram à escrita, mas comunicavam privadamente a umas poucas pessoas escolhidas, e, portanto, eles declinavam da autoridade da Escritura. O mesmo é verdadeiro daqueles contra quem Ireneu escreveu. Eles apelavam da Escritura para a tradição, e ele respondia-lhes mostrando que tradição universal se conformava à Escritura.

Eusébio informa-nos que Artemão, que declarou que Cristo era um mero homem, pretendia que ele tinha aprendido, da *tradição*, que todos os apóstolos eram de sua opinião.¹ Assim também Clemente de Alexandria diz: “Que Basíli-des se gloriava em ter recebido sua doutrina, por algumas mãos, de Pedro; e Valentino gloriava-se de ter sido instruído por alguém que tinha sido um discípulo de Paulo.”² Os marcionitas professavam ter recebido suas doutrinas de Mateus. Os arianos, como parece por uma oração contra eles por Atanásio, apelavam para tradição para a confirmação de seus dogmas. De fato, esta doutrina de tradições não escritas tem sido justamente comparada à caixa de Pandora, que é calculada para encher o mundo com males e heresias. Mas não somente têm os hereges se valido desta fonte corrupta, mas bons homens têm sido enganados por emprestar um ouvido muito crédulo a tradições.

PAPIAS, um dos ouvintes de João o apóstolo, era um grande coletor de tradições. Ele foi inquisitivo para saber o que cada um dos apóstolos tinha dito em qualquer tempo; e havia alguma chance em vir à verdade a partir da tradição oral, por alguém que foi um ouvinte de um dos apóstolos. Mas que informação valiosa este bom homem obteve por todas as suas inquirições, que não está na Escritura? Deixe Eusébio responder: “Papias adotou muitas opiniões paradoxais, dando atenção a tradições não escritas (*παράδοσεως ἀγράφου*), e recebeu certas parábolas estranhas de nosso Salvador, misturadas com coisas fabulosas, entre as quais estava o erro dos quiliastas; pelo qual muitos outros homens excelentes foram enganados, prestando muita deferência à antiguidade e a tradições não escritas. Mesmo homens tais como Ireneu, Apolinário, Tertuliano, Victorino, e Lactâncio foram mal guiados por estas tradições antigas, de forma que eles adotaram uma opinião para a qual não há fundamento na Escritura sagrada, e não somente isso, mas o que é repugnante à doutrina de Cristo e seus apóstolos.”³

¹ Liber v. c. 28.

² Strom. xiii.

³ A referência é à doutrina milenarista.

Clemente de Alexandria também, do que a quem nenhum homem da igreja antiga foi mais celebrado, fala de certas pessoas que tinham sofrido muitas dores para preservar os dizeres dos apóstolos transmitidos por tradição, entre os quais ele menciona um hebreu que é suposto ser Papias; mas quando ele vem dizer-nos o que ele tinha aprendido destas tradições não escritas que não estão contidas na Escritura, ele totaliza isto: “Que havia uma doutrina pública e uma doutrina secreta; uma *exotérica*, e a outra *esotérica*; que a primeira foi confiada à escrita, e estava nas mãos de todos; mas a última foi comunicada secretamente a discípulos escolhidos.” E se nós pudermos julgar da doutrina secreta transmitida por tradição de alguns espécimes dela, a qual ele tinha aprendido, nós não apreciaremos tradições não escritas muito altamente em comparação com a palavra escrita. Entre estas está a opinião de que a filosofia grega respondeu ao mesmo propósito que a lei de Moisés, e foi um mestre escolar para trazer a Cristo aqueles que professavam-na; que esta filosofia bem como a lei de Moisés foram capazes de justificar homens, e que havia muitas formas de obter vida. Da mesma tradição ele ensina que o ministério de Cristo foi finalizado em um ano, a qual opinião Ireneu atribui a hereges, e declara-a como uma tradição de João que Cristo, quando ele foi crucificado, era de aproximadamente cinquenta anos de idade. Clemente relata-o como uma tradição: “Que os apóstolos, após a morte deles, foram e pregaram aos mortos, que descenderam com os apóstolos a um lugar de água, e então subiram vivos”, e muitas outras coisas semelhantes.⁴

Há muita razão para crer que a corrupção da igreja, que começou próximo deste tempo, deveu-se a uma disposição que começou a ser satisfeita de emprestar um ouvido muito crédulo a tradições, e a escritos apócrifos.

Mas entre os Pais ninguém se rendeu tão inteiramente a tradições não escritas e fábulas apócrifas como Epifânio. Seus escritos abundam com coisas deste tipo; mas quem declararia que nós estamos limitados a receber estas histórias como artigos de fé? Mesmo a igreja romana com toda a sua loja de lendas, não receberá como verdadeiro e necessário tudo o que é transmitido por tradição de um ou outro dos Pais.

Do que tem sido dito, portanto, a conclusão é clara, que as Escrituras são completas sem tradições não escritas; que nenhuns artigos de fé, nem instituições de adoração, concernente às quais as Escrituras estão silentes, foram transmitidas a nós por tradição; que nós temos tradição uniforme, universal sobre

⁴ Strom. lib. II.

aqueles pontos que são simplesmente ensinados na Escritura; que muitas coisas pretendidas ter sido recebidas dos apóstolos por tradição não podem ser traçadas a eles, e que muitas outras coisas feitas igualmente necessárias pela igreja romana, podem ser provadas ter-se originado muitas centenas de anos após a morte dos apóstolos. Tem sido mostrado também que não há método certo de distinguir entre o que é apostólico e o que tem sido derivado de outras fontes, a menos que nós façamos das Escrituras nosso padrão; que tradição não pode ser nosso guia mesmo na interpretação das Escrituras; e finalmente, que tradição tem sido o refúgio comum de hereges, e tem grandemente desviado homens bons e ortodoxos, induzindo-os a adotar teorias selvagens, histórias fabulosas, e opiniões paradoxais, algumas das quais são diretamente repugnantes à Escritura.

As tradições da igreja romana permanecem em não maior base do que as tradições dos escribas e fariseus no tempo de nosso Salvador; mas ele rejeitou estas tradições, dizendo que elas não tinham autoridade, as quais faziam vazia a lei de Deus. “Por que vós”, diz Cristo, “também transgredis o mandamento de Deus por vossa tradição? Assim, vós tendes feito o mandamento de Deus de nenhum efeito por vossa tradição.” Mt. 15. 3–6. “No entanto, em vão eles me adoram, ensinando como doutrinas os mandamentos de homens.” Mc. 7. 7. As mesmas questões e reprovações podem com igual propriedade ser endereçadas ao papa, e aos doutores da igreja romana. Mas, nós dizemos, “à lei e ao testemunho; se eles não falarem de acordo com estes, é porque não há luz neles.” Isaías 8. 20.

Assim, nós trazemos esta obra a um fechamento, e dá-nos prazer crer que muitos que leem estas páginas serão convencidos de que *a Bíblia é uma regra completa, ambos de fé e prática*. “A lei do Senhor é perfeita.” Sl. 19. Que tesouro nós temos no Velho e Novo Testamentos! Aqui Deus fala a nós por seus “oráculos vivos”. O caminho da vida é delineado tão distintamente, que o homem viajante, mesmo um tolo, não errará nele. Nós temos, de fato, “uma palavra segura de profecia à qual vós fazeis bem em estar atentos, como a uma luz que ilumina num lugar escuro, até o alvorecer do dia, e até que a estrela da alva apareça em vossos corações” 2 Pe. 1. 19. Não há nada faltando àquele que está em posse das Escrituras; pois “toda a Escritura é dada por inspiração de Deus, e é proveitosa para doutrina, para reprovação, para correção, para instrução em justiça; para que o homem de Deus seja perfeito, perfeitamente instruído para toda boa obra”. 2 Tm. 3. 16, 17.

Sejamos, então, gratos a Deus, e demos-lhe incessantes graças por este depósi-

to precioso que ele tem confiado à sua igreja, e o qual, pela sua Providência, ele tem preservado intacto através de todas as vicissitudes, pelas quais ele tem passado. Louvemos a Deus que, em consideração a nós, a noite da escuridão é passada, em que havia fome, não de pão, nem de água, mas das palavras do Senhor; quando a luz desta lâmpada brilhante for apagada, ou antes “colocada sob um alqueire”, e uma débil luz errante de tradição for substituída em seu lugar. Sejamos alegres e felizes que nós tenhamos vivido para ver o dia quando cópias da Bíblia são multiplicadas, e quando muitos correm por todos os lados para circulá-las; e esperemos em esperança segura pelo dia quando “o conhecimento do Senhor cobrir a terra, como as águas cobrem o mar. Ainda assim, vem Senhor Jesus. Amém.”

APÊNDICE

NOTA A. (Página 31.)

PRIMEIRO DECRETO DA QUARTA SESSÃO DO CONCÍLIO DE TRENTO, 1546 D.C.

“O santo ecumênico e geral Concílio de Trento, legitimamente convocado no Espírito Santo, sob a presidência de três legados da Sé Apostólica, constantemente propondo isto antes de todas as coisas, que todos os erros sendo retirados, o evangelho em sua pureza possa ser preservado na Igreja, que foi prometido antes pelos profetas nas santas Escrituras, mas que foi promulgado pelo nosso Senhor Jesus Cristo, o Filho de Deus, com sua própria boca; ademais, ele ordenou que fosse pregado a toda criatura por seus apóstolos, como a fonte de toda a verdade salvífica e disciplina moral: as quais verdade e disciplina ele proveu que deveriam estar contidas nos livros da Escritura, e *em tradições não escritas*, recebidas da boca de Cristo pelos apóstolos, ou dos apóstolos falando pela inspiração do Espírito Santo, e transmitidas até nós; portanto, este Sínodo, seguindo o exemplo dos Pais ortodoxos, recebe e venera com igual afeição e reverência piedosas, todos os livros de ambos, do Velho e Novo Testamentos (pois um Deus é o autor de ambos): igualmente aquelas tradições relativas a fé e maneiras, que foram recebidas da boca do próprio Cristo, ou de seus apóstolos inspirados, e que têm sido preservadas numa sucessão ininterrupta na Igreja Católica. Além disso, este Sínodo julga próprio dar um catálogo dos livros sagrados, para que nenhuma dúvida surja nas mentes de ninguém a respeito dos livros recebidos por eles, cujos nomes são aqui inseridos neste decreto: a saber, os cinco livros de Moisés —Gênesis, Êxodo, Levítico, Números, Deuteronômio. A seguir, Josué, Juízes, Rute, quatro livros de Reis, dois de Crônicas, dois de Esdras, quais sejam, o primeiro e o segundo, que é chamado Neemias, Tobias, Judite, Ester, Jó, 150 Salmos de Davi, Provérbios de Salomão, Eclesiastes, Cantares de Salomão, Sabedoria, Eclesiástico, Isaías, Jeremias, Baruke, Ezequiel, Daniel, Doze Profetas

Menores, quais sejam, Oseias, Joel, Amós, Obadias, Jonas, Miqueias, Naum, Habacuque, Sofonias, Ageu, Zacarias, Malaquias, dois de Macabeus, primeiro e segundo. Do Novo Testamento, os quatro evangelhos, a saber, Mateus, Marcos, Lucas, João; os Atos dos Apóstolos, escrito por Lucas o evangelista; quatorze epístolas do bendito apóstolo Paulo, quais sejam, aos Romanos; aos Coríntios, duas; aos Gálatas; aos Efésios; aos Filipenses; aos Colossenses; aos Tessalonicenses, duas; a Timóteo, duas; a Tito; a Filemom; aos Hebreus. Do apóstolo Pedro, duas; do apóstolo João, três; de Tiago, uma; do apóstolo Judas, uma; o Apocalipse de João o apóstolo.

“Mas se alguém não recebe como canônico e sagrado todos estes livros, com todas as suas partes, como eles costumam ser lidos na Igreja Católica, e estão contidos na antiga edição Vulgata Latina; ou conscientemente e intencionalmente despreza quaisquer das tradições supracitadas, seja *anátema*.

“Então todos podem entender em que ordem e modo o Sínodo, depois de lançar o fundamento da Confissão de sua Fé, procederá; e quais testemunhos e provas eles especialmente usarão na confirmação de doutrinas, e na reforma de maneiras na igreja.”

NOTA B. (Página 41.)

EXTRATO DE AGOSTINHO “DE DOCTRINA CHRISTIANA”,
LIB. III. CAP. 8.

Sed nos ad tertium gradum illum considerationem referamus, de quo disserere quod Dominus suggesserit atque tractare instituímus. Erit igitur divinarum scripturarum solertissimus indagator, qui primo totas legerit, notasque habuerit, etsi non dum intellectu, jam tamen lectione, duntaxat eas quæ appellantur canonicæ. Nam cæteras securius leget fide veritatis instructus, ne præoccupent imbecillem animum, et periculosus mendaciis atque phantasmatis eludentes præjudicent aliquid contra sanam intelligentiam. In canonicis autem scripturis Ecclesiarum catholicarum quamplurimum auctoritatem sequatur, inter quas sane illæ sunt quæ Apostolicas sedes habere et epístolas accipere meruerunt. Tenebit igitur hunc modum in scripturis canonicis, ut eas quæ ab omnibus accipiuntur Ecclesiis catholicis, præponat eis quas quædam non accipiunt. In eis vero quæ non accipiuntur ab omnibus, præponat eas quas plures gravioresque accipiunt,

eis quas pauciores minorisque authoritatis Ecclesiæ tenent. Si autem alias inveni-
 nerit a pluribus, alias a gravioribus haberi, quanquam hoc invenire non possit,
 æqualis tamen authoritatis eas habendas puto. Totus autem canon scripturarum
 in quo istam considerationem versandam dicimus, his libris continetur. Quin-
 que Moyseos, id est Genesi, Exodo, Levitico, Numeris, Deuteronomio, et uno
 libro Iesu Nave, uno Judicum, uno libello qui appellatur Ruth, qui magis ad re-
 gnorum principia videtur pertinere. Deinde quatuor Regum et duobus Paralipomenon, non consequentibus, sed quasi a latere adjunctis simulque pergenti-
 bus. Hæc est historia quæ sibimet annexa tempora continet, atque ordinem re-
 rum. Sunt aliæ; tanquam ex diverso ordine, quæ neque huic ordini, neque inter
 se connectuntur, sicut est Job et Tobias et Hester et Judith et Maceabæorum li-
 bri duo, et Esdræ duo, qui magis subsequi videntur ordinatam illam historiam,
 usque ad Regnorum vel Paralipomenon terminatam. Deinde Prophetæ, in qui-
 bus David unus liber Psalmorum et Salomonis tres, Proverbiorum, Cantica can-
 ticorum, et Ecclesiastes. Nam illi duo libri, unus qui Sapientia, et alius qui Eccle-
 siasticus inscribitur, de quadam similitudine Salomonis esse dicuntur. Nam Je-
 sus filius Sirach eos scripsisse constantissime perhibetur. Qui tamen quoniam in
 authoritatem recipi meruerunt, inter Propheticos numerandi sunt. Reliqui sunt
 eorum libri qui proprie Prophetæ appellati sunt, duodecim Prophetarum libri
 singuli; qui connexi sibimet, quoniam nunquam sejuncti sunt pro uno habentur.
 Quorum prophetarum nomina sunt hæc, Osee, Joel, Amos, Abdias, Jonas,
 Michæas, Naum, Abacuk, Sophonias, Aggæus, Zacharias, Malachias. Deinde
 quatuor Prophetæ sunt majorum voluminum, Esaias, Hieremias, Daniel, Eze-
 chiel. His quadragintaquatuor libris veteris testamenti terminatur authoritas.
 Novi autem quatuor libris Evangelii secundum Matthæum, secundum Mar-
 cum, secundum Lucam, secundum Joannem; quatuordecim Epistolis Pauli
 Apostoli, ad Romanos, ad Corinthios duabus, ad Galatas, ad Ephesios, ad Phi-
 lippenses, ad Thessalonicenses duabus, ad Colossenses, ad Timotheum duabus,
 ad Titum, ad Philemonem, ad Hebræos, Petri duabus, tribus Joannis, una Judæ,
 et una Jacobi, Actibus Apostolorum libro uno, et Apocalypsis Joannis libro
 uno.

NOTA C. (Página 90.)

PASSAGEM DE TERTULIANO.

O original desta passagem é como segue: “Age jam, qui voles curiositatem melius exercere in negotio salutis tuæ percurre Ecclesias apostolicas, apud quas ipsæ adhuc cathedræ præsidet. Apud quas ipsæ *authentica literæ* eorum recitantur, sonantes vocem, et repræsentantes faciem uniuscujusque. Proxima est tibi Achaia? habes Corinthum. Si non longe es a Macedonia, habes Philippos, habes Thessalonicenses. Si potes Asiam tendere, habes Ephesum. Si autem Italiæ adjaces, habes Romam unde nobis quoque auctoritas præsto est.” (*De Præscrip. cap. 36.*)

NOTA D. (Página 91.)

PASSAGEM DE EUSÉBIO.

A Ordem dos Evangelhos.

Vamos agora mostrar os escritos indisputados do mesmo apóstolo, [João]. E destes, seu evangelho, tão bem conhecido nas igrejas pelo mundo, deve primeiro, antes de tudo, ser reconhecido como genuíno. Que ele é, porém, com boa razão, colocado o quarto em ordem pelos antigos, pode ser feito evidente da seguinte maneira. Aqueles homens inspirados e verdadeiramente piedosos, os apóstolos de Cristo, como eles eram mais puros em sua vida, e adornados com todo tipo de virtude em suas mentes, mas não habilitados na linguagem, confiando na energia divina e maravilhosa garantida a eles pelo Salvador, nem sabiam nem tentavam propor as doutrinas de seu mestre, com a arte e refinamento de composição. Mas empregando somente a demonstração do Espírito divino, trabalhando com eles, e o poder maravilhoso de Cristo, mostrado através deles, eles proclamaram o conhecimento do reino do céu em todo o mundo. Eles empregaram pouco cuidado no estudo de estilo, e isto eles fizeram porque eles foram auxiliados por uma cooperação maior do que aquela de homens. Paulo, de fato, que foi o mais capaz de todos nas preparações de estilo, e que foi mais poderoso em sentimentos, não confiou nada mais à escrita do que umas poucas epístolas curtas. E isto também, embora ele tivesse inumeráveis matérias misteriosas que

ele poderia ter comunicado, pois ele tinha alcançado a visão do terceiro céu, tinha sido arrebatado ao paraíso de Deus, tinha sido honrado em ouvir as palavras inefáveis ali. Os outros seguidores de nosso Senhor também não foram ignorantes de tais coisas, como os doze apóstolos, e os setenta discípulos, juntos com muitos outros; porém, de todos os discípulos, Mateus e João são os únicos que nos têm deixado comentários registrados, e mesmo eles, diz a tradição, empreenderam-no de necessidade. Mateus também, tendo primeiro proclamado o evangelho em hebraico, quando a ponto de ir também a outras nações, confiou-o à escrita em sua língua nativa, e assim supriu a sua ausência entre eles por seus escritos. Mas, depois de Marcos e Lucas já terem publicado seus evangelhos, eles dizem que João, que durante todo este tempo estava proclamando o evangelho sem escrito, procedeu extensivamente a escrevê-lo na seguinte ocasião. Os três evangelhos previamente escritos, tendo sido distribuídos entre todos, e também manuseados por ele, eles dizem que ele os admitiu, dando seu testemunho à sua verdade; mas que havia somente falta na narrativa das coisas feitas por Cristo, entre os primeiros de seus atos e o começo do evangelho. E esta era a verdade. Pois é evidente que os outros três evangelistas só escreveram os atos de nosso Senhor por um ano depois do aprisionamento de João o Batista, e insinuou isto no começo de sua história. Pois depois do jejum de quarenta dias, e a consequente tentação, Mateus, de fato, especifica o tempo de sua história, nestas palavras: “Mas ouvindo que João foi preso, ele voltou da Judeia para a Galileia.” Marcos, de igual maneira, escreve: “Mas depois que João foi preso, Jesus veio para a Galileia.” E Lucas, antes do começo dos atos de Jesus, da mesma maneira designa o tempo, dizendo: “Herodes, assim, adicionou ainda esta impiedade acima de todas que ele tinha cometido, a de ter encerrado João na prisão.” Por estas razões, o apóstolo João, é dito, sendo suplicado a empreendê-lo, escreveu a narrativa do tempo não registrado pelos primeiros evangelistas, e os atos feitos por nosso Salvador, pelo qual eles têm passado (pois estes eram os eventos que ocorreram antes do aprisionamento de João), e este mesmo fato é sugerido por ele, quando ele diz: “Este é o começo dos milagres que Jesus fez”; e então procede em fazer menção do Batista, no meio dos atos de nosso Senhor, quando João estava naquele tempo “batizando em Ænon próximo de Salim”. Ele simplesmente também mostra isto nas palavras: “João ainda não havia sido lançado na prisão.” O apóstolo, portanto, em seu evangelho, dá os atos de Jesus antes de Batista ser lançado na prisão, mas os outros três evangelistas mencionam as circunstâncias depois

daquele evento. Alguém que atende a estas circunstâncias não pode mais entreter a opinião de que os evangelhos estão em variação um com o outro, pois o evangelho de João compreende os primeiros eventos de Cristo, mas os outros a história que tomou lugar na última parte do tempo. É provável, portanto, que por estas razões João tem passado em silêncio pela genealogia de nosso Senhor, porque ela foi escrita por Mateus e Lucas, mas que ele começou com a doutrina da divindade, como uma parte reservada para ele pelo divino Espírito, como se por um superior. Que isto seja suficiente a ser dito com respeito ao evangelho de João. As causas que induziram Marcos a escrever o seu já têm sido afirmadas. Mas Lucas também, no começo de sua narrativa, pressupõe a causa que o conduziu a escrever, mostrando que muitos outros, tendo precipitadamente entendido compor uma narrativa de matérias que ele já tinha estabelecido totalmente, a fim de livrar-nos das suposições incertas de outros, em seu próprio evangelho ele entregou a narrativa certa daquelas coisas, que ele mesmo tinha recebido completamente de sua intimidade e permanência com Paulo, e também seu intercurso com os outros apóstolos. Mas isto pode ser suficiente com respeito a estes. Em um tempo mais próprio nós empreenderemos também em afirmar, por uma referência a alguns dos escritores antigos, o que outros têm dito com respeito aos livros sagrados. Mas, além do evangelho de João, sua primeira epístola é reconhecida sem disputa por ambos, aqueles do presente dia e pelos antigos. As outras duas epístolas, porém, são disputadas. As opiniões com respeito ao Apocalipse ainda são grandemente divididas. Mas nós, no devido tempo, daremos um julgamento sobre este ponto também do testemunho dos antigos.

As Escrituras Sagradas reconhecidas como genuínas, e aquelas que não são.

Este parece também ser o lugar próprio para dar uma afirmação resumida dos livros do Novo Testamento já mencionados. E aqui, entre os primeiros, deve ser colocado o santo quarteto dos evangelhos; estes são seguidos pelo “livro dos Atos dos Apóstolos”: depois deste devem ser mencionadas as epístolas de Paulo, que são seguidas pela reconhecida primeira epístola de João, como também a primeira de Pedro, a serem admitidas de igual maneira. Depois destas deve ser colocado, se próprio, o Apocalipse de João, concernente ao qual nós ofereceremos as diferentes opiniões no devido tempo. Estes, então, são reconhecidos

como genuínos. Entre os livros disputados, embora eles sejam bem conhecidos e aprovados por muitos, são reputados aqueles chamados as epístolas de Tiago e Judas; também a “Segunda Epístola de Pedro”, e aquelas chamadas “a Segunda e Terceira de João”, sejam elas do evangelista ou de algum outro do mesmo nome. Entre os espúrios devem ser numerados ambos os livros chamados “os Atos de Paulo” e aquele chamado “Pastor”, e “a Revelação de Pedro”. Além destes, os livros chamados “a Epístola de Barnabé”, e o que é chamado “as Instituições dos Apóstolos”. Além do mais, como eu disse antes, se parecesse correto, “o Apocalipse de João”, que alguns, como dito antes, rejeitam, mas outros classificam-no de genuíno. Mas há também alguns que numeram entre estes o Evangelho de acordo com os Hebreus, com que aqueles dos hebreus que têm recebido a Cristo são particularmente deleitados. Estes, pode ser dito, são todos concernentes aos quais há alguma disputa. Nós temos, porém, necessariamente acrescentado aqui um catálogo destes também, a fim de distinguir aqueles que são escritos verdadeiros, genuínos, e bem autenticados, daqueles outros que são não somente não incorporados no Cânon, mas igualmente disputados, não obstante eles sejam reconhecidos pela maioria dos escritores eclesiásticos. Assim, nós podemos ter em nosso poder, conhecer ambas as classes de livros, e aqueles que são aduzidos pelos hereges sob o nome dos apóstolos, tais que compõem os evangelhos de Pedro, Tomé, e Mateus, e outros além deles, ou tais que contêm os Atos dos Apóstolos, por André, e João, e outros, dos quais nenhum daqueles escritores na sucessão eclesiástica tem condescendido a fazer qualquer menção de suas obras; e, de fato, o caráter do estilo em si é muito diferente daquele dos apóstolos, e os sentimentos, e o propósito daquelas coisas que são avançadas neles, desviam-se tão longe quanto possível da ortodoxia sã, evidentemente prova que eles são as ficções de homens hereges; daí eles devem ser classificados não somente entre os escritos espúrios, mas devem ser rejeitados como completamente absurdos e ímpios. *Eccles. Hist. lib. iii. cap. xxiv. xxv.*

NOTA E. (Página 115.)

EVANGELHO DOS NAZARENOS.

Não há livro apócrifo do Novo Testamento do qual se tem falado muito, por antigos e modernos, quanto o Evangelho dos Nazarenos. Por alguns, não so-

mente dos romanistas, mas também dos protestantes, ele tem sido exaltado muito proximamente a uma igualdade com os livros canônicos do Novo Testamento. Parece necessário, pois, examinar seus clamores com mais atenção do que é requisito no caso de outros livros desta classe.

Este evangelho era conhecido entre os antigos sob vários títulos diferentes. Às vezes ele era chamado “o Evangelho de acordo com os Doze Apóstolos”; “o Evangelho de Bartolomeu”; “o Evangelho de acordo com os Hebreus”; “o Evangelho dos Ebionitas”, &c.

É a opinião de alguns que este é o evangelho ao qual Paulo alude, Gl. 1. 6, onde ele fala de “outro evangelho”. Porém isto pode ser, se nós creditarmos a Eusébio, que nós devemos crer que ele existiu tão cedo quanto o começo do século II; pois ele representa Hegésipo como escrevendo algumas coisas concernentes a “o Evangelho de acordo com os Hebreus e Sírios”.

Clemente de Alexandria¹ cita dele a seguinte passagem: “Aquele que admira reinará, e aquele que reina estará à vontade.”

Orígenes fala dele desta maneira: “Se alguém receber o evangelho de acordo com os Hebreus, em que nosso Salvador diz: ‘O Espírito Santo minha mãe me tomou por um dos meus cabelos, e me conduziu ao grande monte de Tabor.’” E em outro lugar: “Está escrito num certo evangelho, que é intitulado de acordo com os Hebreus (se aprovar a alguém recebê-lo, não como de autoridade, mas somente como ilustração da presente questão): ‘Um certo homem rico disse a Cristo: Que coisa boa eu farei para que eu possa herdar a vida? Ele disse-lhe: Ó homem, guarda a lei e os profetas; ele respondeu-lhe: Isso eu tenho feito. Ele disse-lhe: Vai, vende todas as coisas que tu tens, e distribui entre os pobres, e vem e me segue. O homem rico começou a coçar sua cabeça, e se desagradou. E o Senhor disse a ele: Como tu podes dizer que tens guardado a lei e os profetas, visto que está escrito na lei: Tu amarás teu próximo como a ti mesmo; mas eis que muitos de teus irmãos, filhos de Abraão, estão vestidos de maldade, e prontos a perecer de fome, enquanto teu lar abunda com todo tipo de iguarias, e nada é enviado delas para eles. E voltando-se, ele disse a seu discípulo Simão, que se sentou ao lado dele: Simão, filho de Joana, é mais fácil para um camelo passar pelo fundo de uma agulha, do que um homem rico entrar no reino dos céus.’”²

Eusébio, falando de livros apócrifos e espúrios, diz: “Neste número, alguns

¹ Strom. lib. ii. pág. 380.

² Hom. in Jerem.

têm colocado o Evangelho de acordo com os Hebreus, no qual aqueles dos judeus que professam o Cristianismo são os que mais se deleitam.” E falando dos ebionitas, ele diz: “Eles fizeram uso somente daquele que é chamado o Evangelho de acordo com os Hebreus, estimando muito pouco quaisquer outros.”¹

Epifânio tem deixado vários testemunhos com respeito a este evangelho, entre os quais está o seguinte: “Os nazarenos têm o Evangelho de Mateus mais inteiro na língua hebraica; pois este ainda é preservado entre eles, como foi a princípio, em caracteres hebraicos. Mas eu não sei se eles têm tomado a genealogia de Abraão a Cristo.”

Em outro lugar, falando dos ebionitas, ele diz: “Eles também recebem o Evangelho de acordo com Mateus. Pois deste eles e os coríntios fazem uso, e não outro. Eles chamam-no de o Evangelho de acordo com os Hebreus; pois a verdade é que Mateus é o único dos escritores do Novo Testamento que publicou seu evangelho e pregação na língua hebraica e em caracteres hebraicos.”

E novamente: “No evangelho que eles (os ebionitas) têm chamado de acordo com S. Mateus, o qual não está inteiro e perfeito, mas corrompido e cortado, e que eles chamam o evangelho hebraico, está escrito: ‘Que havia um certo homem chamado Jesus, e sendo ele da idade de aproximadamente trinta anos, escolheu-nos. E vindo a Cafarnaum, ele entrou na casa de Simão, chamado Pedro, e abrindo sua boca, disse: Quando eu passei pelo lago de Tiberíades, eu escolhi João e Tiago, os filhos de Zebedeu, e Simão e André, e Tadeu, e Simão Zelote, e Judas Iscariotes, e a ti Mateus, sentado na coletoria, eu chamei, e tu seguiste-me. Eu quero, portanto, que vós sejais meus doze apóstolos, para um testemunho em Israel.’ [...] A comida de João o Batista, de acordo com este evangelho, era mel silvestre, cujo gosto era como do maná, ou como bolos feitos com mel e óleo. Assim eles mudam a verdadeira narrativa em uma falsidade, e por locustas eles colocam bolos feitos com óleo e mel.” “O começo do evangelho era este: ‘Aconteceu nos dias de Herodes’”, &c. Depois de relatar o batismo de Cristo, como está registrado no outro evangelho, exceto que ele declara que a voz dos céus diz: “Este é meu Filho amado”, &c. foi repetida, ele prossegue em dizer: “Que, ništo, João caiu diante dele, e disse: Ó Senhor, eu peço-te, batiza-me; mas ele o impediu, dizendo que é mister que todas estas coisas deveriam ser cumpridas.” “Vê”, diz Epifânio, “quão falsa doutrina deles aparece em todo lugar; como todas as coisas são imperfeitas, desordenadas, e sem nenhuma verdade!”

¹ Ecc. Hist. lib. iii. c. 25, 27.

Assim também Cerinto e Carpócrates, usando este mesmo evangelho deles, provariam que Cristo procedeu da semente de José e Maria.”¹

Mas o testemunho de Jerônimo com respeito a este evangelho é mais completo. “Mateus, também chamado Levi”, diz ele, “que se tornou, de um publicano, um apóstolo, foi o primeiro a compor um evangelho de Cristo, e por causa daqueles que criam em Cristo entre os judeus, escreveu-o na língua e letras hebraicas, mas é incerto quem o traduziu para o grego. Além do mais, a cópia hebraica está, até o presente tempo, preservada na biblioteca de Cesareia, que Pânfilo o mártir com muita diligência coletou. Os nazarenos, que viviam em Bereia, uma cidade da Síria, e faziam uso deste volume, garantiram-me o favor de escrevê-lo. No qual evangelho há esta observação, que sempre que o evangelista ou cita ele mesmo, ou introduz nosso Salvador citando qualquer passagem do Velho Testamento, ele não segue a tradução da LXX, mas as cópias hebraicas, das quais há estas duas instâncias: ‘Do Egito tenho chamado meu Filho’; e: ‘Ele será chamado nazareno.’” Este testemunho é encontrado na vida de Mateus, de Jerônimo. E, em sua vida de Tiago, nós encontramos a seguinte narrativa: “O evangelho também, que é chamado de acordo com os Hebreus, que tardiamente eu traduzi para o grego e o latim, e que Orígenes frequentemente costumava relatar: ‘Que depois da ressurreição de nosso Salvador, quando nosso Senhor tinha dado as vestes de linho ao servo do sacerdote, ele foi a Tiago e apareceu a ele; pois Tiago tinha jurado que ele não comeria pão desde aquela hora em que ele bebeu o cálice do Senhor, até que ele visse o Senhor ressurreto dos mortos.’ E um pouco depois o Senhor disse: ‘Preparai a mesa e o pão’; e então é adicionado: ‘Ele tomou o pão e o abençoou, e o partiu, e o deu a Tiago o Justo, e disse-lhe: Meu irmão, come teu pão, pois o Filho do homem ressuscitou dos mortos.’”

E numa obra contra Pelágio, ele diz: “No Evangelho de acordo com os Hebreus, que está escrito na língua siro-caldeia, que os nazarenos usam, e é aquele de acordo com os doze apóstolos, ou como muitos pensam, de acordo com Mateus, que está na biblioteca de Cesareia, há a seguinte história: ‘Eis que a mãe e os irmãos de Cristo falaram com ele: João o Batista batiza para a remissão de pecados; vamos e sejamos batizados dele. Ele disse: Em quê eu tenho pecado, que eu tenha necessidade de ir e ser batizado por ele? A menos que meu dizer isto proceda, talvez, de ignorância.’ E no mesmo evangelho é dito: ‘Se teu irmão te ofender por qualquer palavra, e te fizer satisfação, se ele for sete vezes num dia, tu de-

¹ Epiph. Hæres.

ves perdoar-lhe. Simão seu discípulo disse a ele: O quê! sete vezes num dia? O Senhor respondeu e disse-lhe: Eu te digo que também até setenta vezes sete.”

O mesmo autor, em seu comentário sobre Isaías, menciona este evangelho da seguinte maneira: “De acordo com o evangelho deles, que está escrito na língua hebraica, e lido pelos nazarenos, a fonte inteira do Espírito Santo descendeu sobre ele. Além disso, naquele evangelho recém-mencionado nós encontramos estas coisas escritas. ‘E aconteceu que, quando o Senhor ascendeu das águas, a fonte inteira do Espírito Santo descendeu e repousou sobre ele, e disse-lhe: Meu filho, entre (ou durante o tempo de) todos os profetas, eu estava esperando por tua vinda, para que eu pudesse repousar sobre ti; tu és meu Filho primogênito, que reinará para sempre.’”

E em seu comentário sobre Ezequiel: “Naquele que é intitulado o Evangelho de acordo com os Hebreus, é reconhecido entre o principal dos crimes de uma pessoa entristecer o coração de seu irmão.”

Em seu comentário sobre o evangelho de Mateus, ele tem o seguinte: “No evangelho que os nazarenos e ebionitas usam, que eu tardiamente traduzi do hebraico para o grego, e que é por muitos estimado ser o autêntico Evangelho de Mateus, o homem que tinha a mão mirrada é dito ser um pedreiro, e orou por alívio nas seguintes palavras: ‘Eu fui um pedreiro, que obtive meu sustento pelas minhas mãos; e peço-te, Jesus, que tu me restaures à minha força, para que eu possa não mais assim escandalosamente mendigar meu pão.’”

“No evangelho que os nazarenos usam, para o filho de Baraquias, eu encontro escrito, o filho de Jeoiada.” “Neste evangelho nós lemos, não que o véu do templo se rasgou, mas que um lintel ou viga de um tamanho prodigioso caiu.” “No evangelho hebraico nós lemos, que nosso Senhor disse a seus discípulos: ‘Nunca vos alegreis, a não ser quando vós puderdes ver vosso irmão em amor.’”

Concernente a este Evangelho de acordo com os Hebreus, muitas opiniões diferentes têm sido expressas por homens eruditos. Alguns têm ainda pretendido que, se ele estivesse agora em existência, ele seria grandemente superior à cópia grega, mas geralmente ele tem sido considerado apócrifo, por razões muito boas, algumas das quais eu agora estabelecerei.

1. Ele nunca foi recebido por nenhum dos Pais como canônico, ou citado como de qualquer autoridade, por qualquer escritor, durante os primeiros quatro séculos.

Para prova completa do fato aqui afirmado, eu indicaria ao leitor o Cânon,

de Jones, vol. iii.

2. Este evangelho era apócrifo, porque ele continha várias coisas contrárias a verdades conhecidas e indubitáveis. De este tipo são as passagens que têm sido citadas com respeito à maneira de falar de Cristo, em relação ao batismo de João. Também a narrativa que ele contém do juramento do apóstolo Tiago; pois é evidente que os discípulos não sabiam nada da ressurreição de Cristo desde a morte até depois que o evento ocorreu.

3. Um terceiro argumento do caráter apócrifo deste evangelho é derivado das relações ridículas e bobas que ele contém—como aquela do homem rico coçando sua cabeça, e o Espírito Santo tomando Cristo por um de seus cabelos, e carregando-o ao grande monte de Tabor, &c.

A opinião mais provável da origem deste evangelho é que ele era uma corrupção do evangelho original em hebraico de Mateus, pelos ebionitas. Estes heresges, tendo este evangelho em sua possessão, e tendo-se apartado da verdadeira fé, mutilaram o evangelho de Mateus, cortando tais coisas que eram desfavoráveis à sua heresia, e adicionando tais histórias fabulosas que se amoldavam ao seu propósito. Dos fragmentos que restam, não há um que concorde exatamente com o evangelho autêntico de Mateus. Epifânio expressamente declara que os ebionitas usavam somente o evangelho de Mateus, e esse em hebraico; não inteiro, mas corrompido e adulterado; e que eles tinham removido a genealogia do começo, e começaram seu evangelho com estas palavras: “E aconteceu, nos dias de Herodes”, &c.

NOTA F. (Página 198.)

O DECRETO DO PAPA GELÁSIO CONCERNENTE AOS LIVROS APÓCRIFOS.

1. As Viagens sob o nome de Pedro, que é também chamado os Oito Livros de S. Clemente. 2. Os Atos sob o nome de André o apóstolo. 3. Os Atos sob o nome de Filipe o apóstolo. 4. Os Atos sob o nome de Pedro. 5. Os Atos sob o nome de Tomé o apóstolo. 6. O evangelho sob o nome de Tadeu. 7. O evangelho sob o nome de Tomé o apóstolo. 8. O evangelho sob o nome de Barnabé. 9. O evangelho sob o nome de Bartolomeu. 10. O evangelho sob o nome de André o apóstolo. 11. Os evangelhos corrompidos por Luciano. 12. Os evangelhos corrompidos por Hesíquio. 13. O evangelho da Infância de nosso Salvador. 14. O

livro da Natividade de nosso Salvador. 15. O livro chamado o Pastor. 16. Todos os livros feitos por Lentício o discípulo do diabo. 17. Os Atos de Paulo e Tecla. 18. A Revelação de Tomé. 19. A Revelação de Paulo. 20. A Revelação de Estêvão. 21. As viagens ou atos de Maria. 22. O livro chamado as Porções dos Apóstolos. 23. O livro chamado o Louvor dos Apóstolos. 24. O livro do Cânon dos Apóstolos. 25. A Carta de Jesus ao rei Abgar—são apócrifos.

NOTA G. (Páginas. 189, 204.)

EPÍSTOLA DE PAULO AOS LAODICENSES.

Paulo, um apóstolo, não de homens, nem por homem, mas por Jesus Cristo, aos irmãos que estão em Laodiceia. Graça seja a vós, e paz de Deus o Pai, e de nosso Senhor Jesus Cristo. Eu dou graças a Cristo em todas as minhas orações, que vós continuais e perseverais em boas obras, olhando para aquilo que está prometido no dia do julgamento.

Não permitais que vãos discursos vos aborreçam, que pervertem a verdade, para que eles não vos removais do lado da verdade do evangelho que eu tenho pregado. E agora, possa Deus garantir que meus convertidos possam alcançar um perfeito conhecimento da verdade do evangelho, sejam beneficentes, e façam boas obras, que acompanham a salvação. E agora, minhas cadeias, que eu sofro em Cristo, são manifestas, nas quais me alegro e me regozijo. Pois eu sei que isto se tornará em minha salvação para sempre, a qual será através de vossa oração, e a súplica do Espírito Santo; viva ou morra eu; (pois,) para mim, viver será uma vida para Cristo, e morrer será alegria. E nosso Senhor nos garantirá sua misericórdia, que vós possais ter o mesmo amor, e serem unânimes.

Portanto, meus amados, como vós tendes ouvido da vinda do Senhor, assim pensai e agi em temor, e isso será para vós vida eterna; pois é Deus quem opera em vós; e fazei todas as coisas sem pecado. E o que é melhor, meus amados, alegrai-vos no Senhor Jesus Cristo, e evitai todo lucro sujo. Que todas as vossas petições sejam feitas conhecidas a Deus, e estai prontos na doutrina de Cristo. E todas as coisas que são sãs, e verdadeiras, e de boa fama, e castas, e justas, e amáveis, estas coisas fazei. Aquelas coisas que vós tendes ouvido e recebido, pensai nestas coisas, e a paz seja convosco. E todos os santos vos saúdam. A graça de nosso Senhor Jesus Cristo seja com vosso espírito. Amém.

Fazei com que esta epístola seja lida aos colossenses, e a epístola dos colossen-

ses seja lida entre vós.

NOTA H. (Página 208.)

MILAGRES ATRIBUÍDOS A CRISTO NO LIVRO INTITULADO
“O EVANGELHO DA INFÂNCIA DE NOSSO SALVADOR”.

Cristo, é registrado, fala no berço, dizendo a sua mãe que ele era filho dela.

Os panos em que ele estava envolto, quando lançados ao fogo, não se queimavam. Quando seus pais entraram no Egito, em sua fuga da crueldade de Herodes, o cinto da sela sobre a qual Maria cavalgava quebrou-se, e o grande ídolo do Egito caiu ao se aproximar do infante Jesus.

Por meio dos panos de bebê, vários demônios eram expulsos da boca de um garoto, na forma de corvos e serpentes.

Uma companhia de ladrões, ao se aproximar de Jesus, foi amedrontada após ouvir um som, como de um exército, &c.

É relatado que uma garota foi curada de uma lepra por meio da água em que o corpo de Cristo tinha sido lavado.

Que um homem jovem, que por feitiçaria tinha sido tornado numa mula, foi, ao montar Cristo sobre ele, transformado em homem de novo.

Em uma ocasião, é dito que ele tornou certos garotos, que se esconderam dele, em cabritos,¹ e então na intercessão de suas mães restauraram-nos novamente à sua forma própria.

Um garoto, tendo colocado sua mão num ninho de perdiz, para tomar os ovos, foi picado por uma serpente, donde eles trouxeram-no a Jesus, que os dirigiu a carregá-lo diante dele, ao lugar onde ele tinha recebido o dano. Ao chegar ao local, Jesus chamou pela serpente, e ela presentemente saiu; e ele disse: “Vai e chupa o veneno que tu tens infundido naquele garoto”; assim a serpente arrastou-se até o garoto, e tomou todo seu veneno novamente. Ele também cura seu irmão Tiago, que, ao recolher galhos secos, foi picado por uma víbora.

Estando um dia na cobertura da casa, brincando com alguns garotos, um deles caiu, e foi instantaneamente morto. E os pais do garoto vieram e disseram ao Senhor Jesus: “Tu lançaste nosso filho abaixo da cobertura da casa”; mas ele negou-o, e disse: “Vamos e perguntemos a ele.” Então o Senhor Jesus, descendo,

¹ N. T.: Aqui a tradução é difícil de ser feita, porque a palavra inglesa *kid* pode significar tanto *criança* quanto *cabrito* (o filhote do bode).

pôs-se sobre o corpo morto, e disse com uma voz alta: “Zeinuno, Zeinuno, quem te lançou abaixo?” Então o garoto morto respondeu: “Tu não me lançaste abaixo, mas um tal.”

Sendo, numa certa ocasião, enviado por sua mãe ao poço para pegar água, o cântaro quebrou-se, e ele recolheu a água em sua veste, e trouxe-lha.

Quando na idade de doze anos Jesus estava em Jerusalém, um certo astrônomo lhe perguntou se ele tinha estudado astronomia. Ao que ele lhe disse o número das esferas e corpos celestiais, &c. Havia também um filósofo que perguntou ao Senhor Jesus se ele tinha estudado física. Ele respondeu e explicou-lhe física e metafísica, os poderes do corpo, sua anatomia, &c. Mas desde este tempo ele começou a ocultar seus milagres, e entregou-se ao estudo da lei, até ele chegar ao fim de seu trigésimo ano.

Vide o “Evangelho da Infância de nosso Salvador”, completo no segundo volume de Jones sobre o Cânon.

EXTRATO DE “EVIDÊNCIA E AUTORIDADE DA DIVINA REVELAÇÃO”,

DE HALDANE.

“Tem sido declarado que ‘a questão do Cânon é um ponto de erudição, não de revelação divina’. Isto é para minar ambas, a certeza e a importância do Cânon sagrado. A asserção, de que a questão do Cânon não é um ponto de revelação, é falsa. Não é verdadeiro nem do Velho Testamento nem do Novo. A integridade do Cânon do Velho Testamento é uma matéria de revelação, tanto quanto qualquer coisa contida na Bíblia. Isto é atestado, como tem sido mostrado, pela nação inteira dos judeus, a quem ele foi confiado; e a fidelidade deles à verdade tem sido sancionada pelo Senhor e seus apóstolos. Não é isto revelação? A integridade do Cânon do Novo Testamento é igualmente um ponto de revelação. Pois Deus tinha dito aos judeus: ‘Vós sois minhas testemunhas’, e como eles ‘receberam os oráculos vivos para no-los dar’, Atos 7. 38, assim o Senhor Jesus disse aos apóstolos: ‘Vós sereis minhas testemunhas, tanto em Jerusalém como em toda a Judeia, e em Samaria, e até aos confins da terra.’ As primeiras igrejas receberam as Escrituras do Novo Testamento destas testemunhas do Senhor, e assim tinham inspirado autoridade para aqueles livros. Não foi deixado para erudição ou arrazoamento inferir que eles eram uma revelação de Deus. Isto os primeiros cristãos sabiam do testemunho daqueles que lhes escreveram. Eles não poderiam estar mais seguros de que as coisas ensinadas eram de Deus,

do que eles estavam de que os escritos que continham-nos eram de Deus. A integridade do Cânon sagrado é, então, uma matéria de revelação, transportado a nós por testemunho, como tudo contido nas Escrituras.

“Enquanto tem sido negado que a questão do Cânon é um ponto de revelação, tem sido declarado que é um ponto de erudição. Mas erudição não tem nada a ver com a questão mais do que como ela pode ser empregada na transmissão do testemunho a nós. Erudição não produziu a revelação do Cânon. Se o Cânon não tivesse sido um ponto de revelação, erudição nunca a poderia ter feito assim—pois erudição não pode criar nada; ela só pode investigar e confirmar verdade, e testificar aquilo que existe, ou detectar erro. Nós recebemos o Cânon da Escritura por revelação, da mesma forma pela qual os judeus receberam a Lei que foi dada no Monte Sinai. Somente uma geração dos judeus testemunhou a outorga da Lei, mas a todas as gerações futuras daquele povo ela foi igualmente uma matéria de revelação. O conhecimento disto foi transmitido a eles por testemunho. Da mesma forma cristãos, em suas sucessivas gerações, receberam a Escritura como uma matéria de revelação. O testemunho através do qual esta é recebida, deve, de fato, ser traduzido de uma língua estrangeira; mas assim a narrativa deve ser trazida a nós de qualquer ocorrência, a mais trivial, que toma lugar num país estrangeiro. Se neste sentido a questão do Cânon for chamada um ponto de erudição, o evangelho em si deve ser chamado um ponto de erudição; pois ele, também, deve ser traduzido da língua original em que ele foi anunciado, como também deve tudo o que as Escrituras contêm. Quando um pregador inculca a crença do evangelho, ou de uma doutrina da Escritura, ou obediência a qualquer obrigação, ser-lhe-ia autorizado dizer à sua audiência que estas são questões de erudição, não de revelação divina? Erudição pode ser permitida a seu valor total, sem suspender nela a autoridade da palavra de Deus.

“A asserção de que a questão do Cânon é um ponto de erudição, não de revelação divina, é subversiva do todo da revelação. Nós não temos uma forma de saber se os milagres relatados na Escritura foram realizados, e se as doutrinas inculcadas foram ensinadas, senão pelo testemunho e pela evidência interna dos próprios livros. Nós temos a evidência de milagres, como aquela evidência vem a nós pelo testemunho que atesta a autenticidade dos livros inspirados. Tanto quanto a genuinidade e autenticidade de qualquer livro são trazidas em suspeição, assim é tudo contido nele trazido à suspeição. Pois deveria sempre ser lembrado que não há maior absurdo do que questionar o clamor de um livro a

um lugar no Cânon, e ao mesmo tempo reconhecer seu conteúdo como uma revelação de Deus. Não pode haver evidência de que as doutrinas da Escritura são verdades reveladas, a menos que nós estejamos certos de que os livros da Escritura são revelação. Se os livros que compõem o Cânon não são matéria de revelação, então nós não temos revelação. Se a verdade do Cânon não for estabelecida para nós como matéria de revelação, então os livros do qual ele é composto não são então estabelecidos; e se os livros não forem assim, então nenhuma sentença deles, nenhuma doutrina ou preceito, que eles contêm, vêm estabelecidos a nós como uma revelação de Deus. Se, então, a questão do Cânon for um ponto de erudição, não de revelação divina, assim é toda doutrina que as Escrituras contêm; pois a doutrina não pode ser revelação garantida, se os livros que a contêm não forem revelação garantida. Não pode haver maior evidência da doutrina ser revelação do que do livro que a contém; e assim, não fosse o Cânon uma matéria de revelação divina, a Bíblia toda seria despojada de autoridade divina. Qualquer coisa, portanto, que altera o Cânon, altera toda doutrina contida no Cânon.

“Sem uma revelação particular a todo indivíduo, não parece que a autoridade do Cânon poderia ser estabelecida a nós de qualquer outra forma senão pela presente. O todo das Escrituras foi dado a princípio por revelação, e depois esta revelação foi confirmada por meios ordinários. O testemunho concernente a ela tem sido transmitido às igrejas de uma geração a outra. Niisto, e em suas próprias características internas de serem divinas, nós recebemos as Escrituras com a mais insuspeita confiança, e com o mesmo fundamento com que os judeus receberam as Escrituras do Velho Testamento. Nestas formas, ele é fixado por autoridade divina, e não deixado em nenhuma incerteza; pois, se sua verdade pode ser estabelecida por meios ordinários, ela é fixada pela autoridade de Deus, tanto como se um anjo do céu fosse todo dia proclamá-lo sobre a terra. Quando Paulo diz que seu manuscrito da saudação era o sinal em toda epístola, ele, de uma vez, mostra-nos a importância do Cânon, e garante-nos que nós o recebamos como uma revelação divina atestada por meios ordinários. Aqueles a quem ele escreveu não tinham outra forma de conhecer os manuscritos do apóstolo, do que aquilo por que eles conheciam qualquer outro manuscrito. Mesmo naquele tempo as igrejas conheciam a genuinidade das epístolas enviadas a eles por meios ordinários; e a autoridade de Paulo garante isto como suficiente. Nós temos então a autoridade da revelação a repousar o Cânon nas fontes ordinárias de evi-

dência humana, e elas são tais que impedem a possibilidade de engano. O clamor das epístolas enviadas às primeiras igrejas, e das doutrinas que elas contêm como divinas, repousava para aquelas igrejas sobre o mesmo tipo de evidência sobre a qual nós agora as recebemos. É muito importante estabelecer qual tipo de evidência é suficiente para nossa recepção das Escrituras. Muitos têm classificado isto com muita veemência; e como as Escrituras contêm uma revelação, eles desejavam tê-las atestado a toda era por revelação, a qual está, de fato, requerendo a continuação de interferência miraculosa, a qual, poderia facilmente ser mostrado, seria perniciosa.” (Págs. 147–150.)

“Se fosse perguntado: Nós deveríamos evitar de inquirir pelos fundamentos em que o Cânon é recebido? é respondido: Certamente não. Mas nós deveríamos lembrar que o fundamento permanente sobre o qual ele permanece é o testemunho; e tal deve ser o fundamento de todo fato histórico. Evidência interna pode confirmar a autenticidade de um livro sancionado pelo Cânon, mas suspender a crença até que nós recebamos tal confirmação, argui uma ignorância dos princípios de evidência. Um livro poderia ser inspirado, quando tal confirmação interna, da natureza do assunto, não pudesse ser encontrada. E quando um livro é substancialmente aprovado, por testemunho, como pertencente ao Cânon, nenhuma evidência pode, por um cristão, ser legitimamente suposta possível, em oposição à sua inspiração. Isto seria supor objeções válidas aos primeiros princípios. Testemunho suficiente merece a mesma posição que o primeiro princípio com os mesmos axiomas. Axiomas não são mais necessários do que testemunho, para todo negócio da vida humana. Evidência interna pode ser suficiente para provar que um livro não é divino; mas é absurdo supor que tal livro pode ter testemunho válido, e, portanto, nunca pode ser suposto por um cristão que qualquer um daqueles livros que são recebidos como parte do Cânon sagrado, sobre a autoridade de testemunho suficiente, pode conter quaisquer marcas internas de impostura. Isto seria supor a possibilidade da colisão de dois primeiros princípios. A coisa que pode ser provada por um primeiro princípio legítimo, nunca pode ser desaprovada por outro primeiro princípio legítimo. Isto seria supor que Deus não é o autor da constituição humana. Se, então, num livro reconhecido pelo Cânon como o Cantares de Salomão, nós encontramos matéria que para nossa sabedoria não parece ser digna de inspiração, nós podemos estar seguros de que nós estamos errados. Pois se aquele livro é autenticado pelo testemunho como uma parte das Escrituras sagradas que o Senhor Je-

sus Cristo sancionou, ela é autenticada por um primeiro princípio, ao qual Deus nos tem limitado, pela constituição de nossa natureza, a nos submetermos. Se, nesta instância, ou em qualquer instância particular, nós o rejeitarmos, nossa própria conduta em outras coisas será nossa condenação. Não há primeiro princípio na constituição do homem que possa habilitá-lo a rejeitar qualquer coisa no Cantares de Salomão, vindo, como ele faz, sob a sanção de um primeiro princípio. Aquelas pessoas que rejeitam qualquer livro do Cânon sob tais fundamentos mostrar-se-iam muito mais racionais, bem como cristãos mais humildes, se, reconhecendo a suprema autoridade de um primeiro princípio universalmente reconhecido, eles vissem o Cantares de Salomão e o livro de Ester, como qualquer outra parte da palavra de Deus, e humildemente empreendessem ganhar deles a instrução e edificação que, como livros divinos, eles devem ser calculados a dar. Este questionamento do Cânon, então, procede sobre princípios infiéis e irracionais, que, se levados ao seu extenso alcance legítimo, devem terminar em completa descrença.” (Págs. 153, 4.)

“É uma circunstância maravilhosa na providência de Deus que, enquanto as duas partes da Escritura foram entregues a duas classes, com o mais completo atestado de seu original divino, ambas têm sido fiéis na preservação da confiança preciosa respectivamente confiadas a eles, enquanto eles têm ambos sido rebeldes em relação àquela parte da qual eles não foram originalmente apontados os depositários. Os judeus sempre mantiveram os livros do Velho Testamento na mais alta veneração, e continuaram a preservá-los, sem adição ou diminuição, até a vinda d’Aquele concernente a quem elas testificam, e eles têm-nos mantido inteiros até este dia; porém, eles têm rejeitado completamente as Escrituras do Novo Testamento. E enquanto cristãos têm todos concordado em preservar as Escrituras do Novo Testamento inteiras e não corrompidas, eles têm impiamente adulterado aquelas do Velho por uma adição espúria, ou têm reduzido certas porções delas. Do original divino das Escrituras sagradas, como nós as possuímos agora, nós temos a mais abundante e diversificada evidência. É a característica distintiva do evangelho, que ele é pregado ao pobre, e Deus tem-no assim ordenado, que a autenticidade daquela palavra pela qual todos devem ser julgados, não lhes fosse apresentada como uma matéria de disputa duvidosa.

“Não havia outra evidência da verdade de revelação divina do que a existência das santas Escrituras, que sozinha seria conclusiva. A Bíblia não é um livro compilado por um único autor, nem por muitos autores agindo em confedera-

ção na mesma era, no qual caso não seria tão maravilhoso encontrar uma conexão justa e próxima em suas várias partes. É a obra de entre trinta e quarenta escritores, em condições de vida muito diferentes, do trono e do cetro até o menor grau, e em eras muito distantes, durante as quais o mundo deve de ter assumido uma aparência inteiramente nova, e os homens devem de ter tido diferentes interesses em vista. Isto teria conduzido um espírito de impostura a variar seus esquemas, e adaptá-los a diferentes estações no mundo, e a diferentes costumes e mudanças em cada era. Davi escreveu cerca de quatrocentos anos depois de Moisés, e Isaías cerca de duzentos e cinquenta anos depois de Davi, e João cerca de oitocentos anos depois de Isaías. Porém, estes autores, com todos os outros profetas e apóstolos, escreveram em perfeita harmonia—confirmando a autoridade de seus predecessores, laborando para compelir suas instruções, e denunciando os mais severos julgamentos sobre todos que continuavam desobedientes. Tal concordância total em propor verdades e princípios religiosos, diferentes de qualquer anterior ou posterior promulgado, exceto por aqueles que têm aprendido deles, estabelece a missão divina dos escritores da Bíblia além de disputa, provando que todos eles derivaram sua sabedoria de Deus, e falaram quando eles foram movidos pelo Espírito Santo. Em todas as obras de Deus há uma analogia característica de sua mão divina; e a variedade e harmonia que brilham tão notavelmente nos céus e na terra, não são mais removidas da suspeição de impostura do que a unidade que, no meio de ilimitada variedade, reina naquele livro que revela o plano da redenção. *Forjar a Bíblia é tão impossível quanto forjar o mundo.*” (Págs. 156, 7.)